João Carlos Tedesco
Alex Antônio Vanin
Jussara Jacomelli

Sírios e Libaneses

no Centro-Norte do Rio Grande do Sul

imigração, memórias e representações



Nova Edição Revisada

ACERVUS

O presente estudo sobre sírios e libaneses no centro-norte do Rio Grande do Sul intenciona dar uma contribuição na análise relacional desses grupos num espaço interiorano entre final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Esse cenário guarda algumas especificidades de mobilidade geográfica, distância, cultura agrarista e pastoril, pequenos agrupamentos populacionais, ausência de oferta de ensino formal, dentre outras.

Sírios e libaneses inseriram-se nesses espaços "novos" para imprimirem ou adequarem-se a uma lógica mercantil de trocas de excedentes. Identificaram-se nesse processo como mascates, imprimiram novidades nas relações de troca e oferta de produtos, para, posteriormente, com o acúmulo de capital financeiro, montarem seus estabelecimentos comerciais. Assim, constituíram redes com centros urbanos maiores, dando dinamismo aos vínculos geográficos e relacionais inter e intraétnicos.

Sírios e Libaneses

no Centro-Norte do Rio Grande do Sul:

imigração, memórias e representações

© 2020 Acervus
Todos os direitos reservados

Editoração e Capa
Alex Antônio Vanin

Projeto Gráfico
Acervus

Créditos da capa

Ao centro, sentados, o casal de imigrantes libaneses Miguel e Afife Buaes; em segundo plano, da esquerda para a direita, seus filhos e filhas Alice, Itala, Estanislau, Emilio, Jorge e Aurélia. Acervo pessoal de Jorge Buaes Sobrinho.

Créditos da contracapa

Vista da cidade portuária de Beiture, em fins do século XIX. Desse lugar, muitos imigrantes sírio-libaneses partiram em direção ao continente americano. Fotográfo: Felix Bonfils. Fonte: Library of Congress. Acesso em: 20 fev. 2020.

Acervus Editora

Av. Aspirante Jenner, 1274 - Lucas Araújo - 99074-360
Passo Fundo - Rio Grande do Sul - Brasil
Tel.: (54) 99676-9020
E-mail: acervuseditora@gmail.com
Site: acervuseditora.com.br

Conselho Editorial

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)
Eduardo Knack (UFCG)
Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)
Federica Bertagna (Università di Verona)
Gizele Kleidermacher (Universidad de Buenos Aires)
Helion Póvoa Neto (UFRJ)
Humberto da Rocha (UFFS – Campus Erechim)
João Joel Carini (UFSM)
Roberto George Uebel (ESPM)

As ideias, imagens, figuras e demais informações apresentadas nesta obra são de inteira responsabilidade de seus autores e de seus organizadores

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

T256s Tedesco, João Carlos
Sírios e libaneses no Centro-Norte do Rio Grande do Sul [recurso eletrônico]: imigração, memórias e representações (1890-1970) / João Carlos Tedesco, Alex Antônio Vanin, Jussara Jacomelli. – Passo Fundo: Acervus, 2020.
68 MB ; PDF.

ISBN: 978-65-86000-06-1

1. Sírios - Imigração - Rio Grande do Sul. 2. Memórias. 3. Libaneses - Imigração - Rio Grande do Sul. 4. Rio Grande Sul - História - 1890-1970. I. Vanin, Alex Antônio. II. Jacomelli, Jussara. III. Título.
CDU: 981.65

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

João Carlos Tedesco
Alex Antônio Vanin
Jussara Jacomelli

Sírios e Libaneses

no Centro-Norte do Rio Grande do Sul:

imigração, memórias e representações

E-book

Passo Fundo
2020



Núcleo de Estudos de Memória e Cultura

Os estudos sobre Memória e Cultura (em suas variadas expressões materiais e imateriais) articulam várias abordagens, problemáticas e propostas de pesquisa desenvolvidas na área das Ciências Humanas. Coadunando perspectivas teórico-metodológicas com análises empíricas, suas repercussões incidem no perceber e compreender como as relações sociais e históricas se articulam, dinamizam, desenvolvem e se cristalizam na perspectiva de seus agentes e da sociedade ampla que integram. Neste sentido, as repercussões das pesquisas excedem o espectro específico das discussões historiográficas para abranger, também, análises sociológicas, filosóficas, institucionais, do cotidiano, das visões de mundo e das ações decorrentes de tais compreensões.

Coordenação: João Carlos Tedesco, Gizele Zanotto e Gerson Luís Trombetta.

Conselho Editorial: Arlene Anelia Renk, Cândido Moreira Rodrigues, Christiane Jalles de Paula, Claudia Mariza Mattos Brandão, Fabrício Antônio Antunes Soares, Gerson Luís Trombetta, Gizele Zanotto, Jacqueline Ahlert, João Carlos Tedesco, José Zanca, Luiz Carlos Tau Golin, Marta Rosa Borin, Patrícia Carla de Melo Martins, Roberto Di Stefano, Rodrigo Coppe Caldeira, Teresa Maria Malatian.



Laboratório de Memória Oral e Imagem

O Laboratório de Memória Oral e Imagem (LAMOI) tem como finalidade o desenvolvimento de pesquisas a partir da organização da memória oral, visual, audiovisual e escrita da região norte do Rio Grande do Sul, região de abrangência da UPF, tendo como problemática fundamental a questão da memória. Horizonte esse que se liga ao conceito de identidade, pois as memórias produzidas historicamente pelos diferentes grupos (sociais, étnicos e de gênero) construíram representações de identidade que podem ser acessadas a partir de fontes diversas e passam a ser entendidas como registros das experiências humanas ao longo do tempo e que, na ação de rememorar, unem passado e presente, em um processo de manutenção e reforço dos laços identitários dos grupos.

A riqueza da diversidade cultural das diferentes comunidades da região revelou a necessidade de um levantamento histórico amplo, especialmente a partir das histórias de vida de seus atores. Ao mesmo tempo, foi identificada a existência fragmentada de registros escritos, orais e imagéticos dessas memórias, através de histórias de instituições oficiais, de lazer, religiosas, de ensino, das famílias, fotografias e outros objetos.

Coordenação: João Carlos Tedesco e Alessandro Batistella.

Sumário

Introdução **9**

1. Do Oriente às Américas:
aspectos da emigração de sírios e libaneses (1870-1970) **17**

2. A emigração para o Brasil:
alguns apontamentos históricos **59**

3. Sírios e libaneses no Rio Grande do Sul:
fragmentos históricos **93**

4. Sírios e libaneses em Passo Fundo:
redes de imigração, comércio e identidades **111**

5. Sírios e libaneses em Soledade:
os imigrantes e o comércio no município **209**

6. Sírios e libaneses em Lagoa Vermelha:
entre o comércio e a aquisição de terras **237**

7. Sírios e libaneses em Palmeira das Missões, Frederico Westphalen e Erechim:
cenários escritos e registros de participação e desenvolvimento **273**

Considerações finais **333**

Referências bibliográficas **341**

Anexo
Transcrições de notícias e correspondências da Sociedade Syrio-Libaneza de Passo Fundo n'O Nacional **351**

Índice remissivo **359**

Mapas

Estabelecimentos comerciais de imigrantes sírios e libaneses e de sua primeira geração na cidade de Passo Fundo (até 1970) **363**

Estabelecimentos comerciais de imigrantes sírios e libaneses e de sua primeira geração na cidade de Soledade (até 1970) **364**

Agradecimentos especiais

Aos interlocutores, imigrantes ou descendentes de sírios e libaneses, que dedicaram seu tempo em nos conceder entrevistas e encontrar imagens, documentos, objetos de pertencimento familiar e étnico, em especial a Joseph Boulos Estacia (*in memoriam*) e Tani Mansour (*in memoriam*).

Aos que nos auxiliaram na obtenção de fontes bibliográficas, documentais e na indicação de interlocutores para conversarmos, em particular, aqui fazemos menção ao professor Itaci de Souza e Silva, em Lagoa Vermelha; a Rosí Capelari e Nicacio João Maria de Lima, em Soledade; a Salma Hussein Makki e Salma Ribeiro Makki, em Palmeira das Missões, Frederico Westphalen e Erechim, Jihad Abou Ghouche, em Foz do Iguaçu, e Ramadan Kalil e Sandra Mara Benvegnú, em Passo Fundo. Agradecemos também, em especial, a Alana da Silva Follador, pelos auxílios prestados ao longo de toda nossa pesquisa.

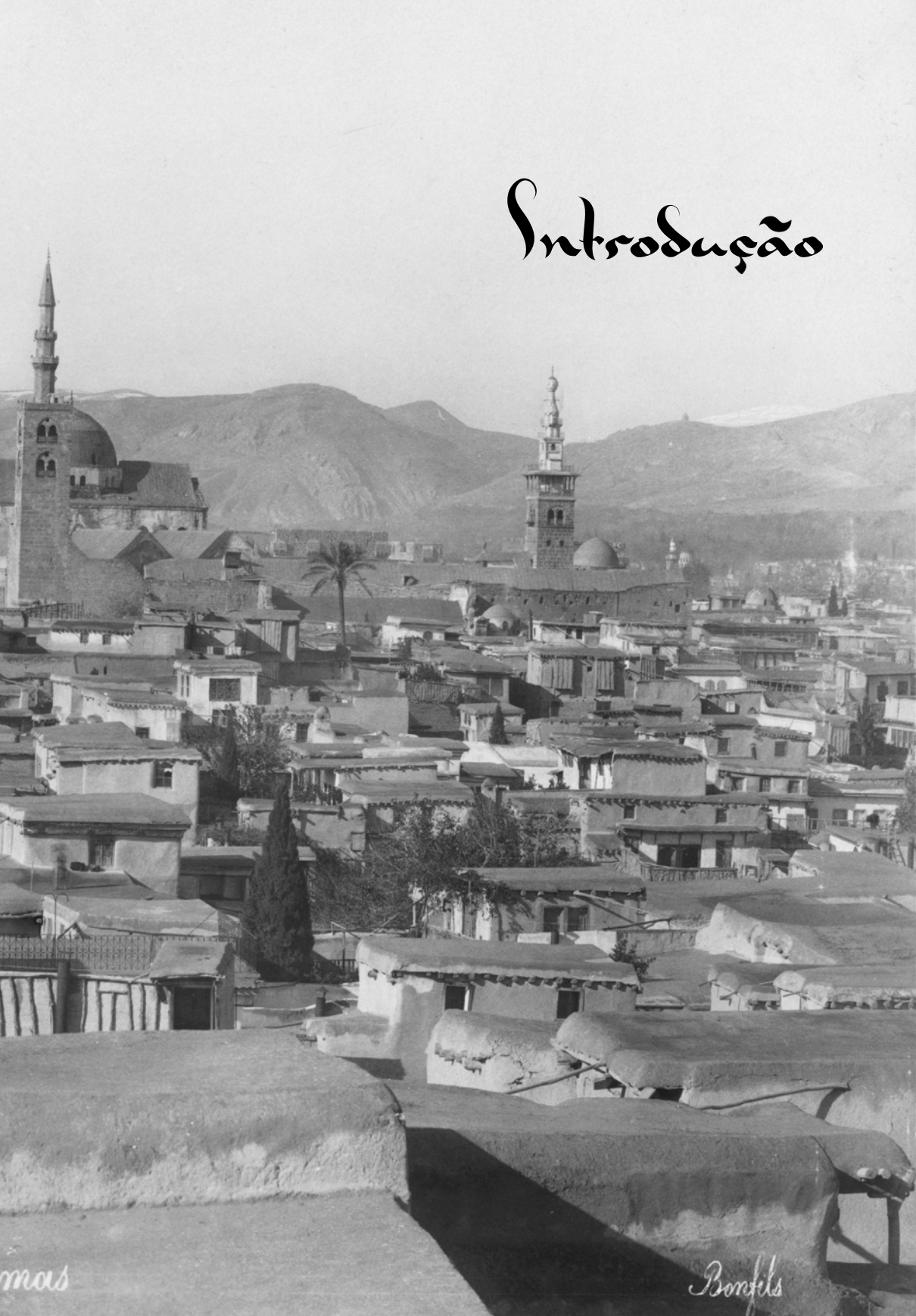
Somos gratos de modo especial aos professores Osvaldo Truzzi e Júlio Bittencourt Francisco pelos diálogos em torno do tema, e, fundamentalmente, por suas respectivas produções acadêmicas, as quais nos permitiram entender vários dos processos históricos e relacionais em torno da imigração e dos imigrantes sírios e libaneses.

Um registro panorâmico de Damasco, capital da Síria, em fins do século XIX.

Fotográfo: Felix Bonfils
Fonte: Library of Congress. Acesso em: 20 fev. 2020.



Introdução





Um aspecto da Rua Reta (Straight Street), no centro de Damasco, na Síria, no início do século XX.

Fonte: Library of Congress. Acesso em: 20 fev. 2020.

Sírios e libaneses são dois grupos sociais e étnicos que, em razão de algumas questões histórico-territoriais e políticas, foram entendidos, em alguns momentos de sua história migratória no Brasil, como um grupo só, em outros tempos, como dois, com diferenças de identidades entre si, ou, nos primeiros tempos da imigração, como "turcos". Não obstante, foram grupos étnicos e nacionais que se aproximaram e produziram certo pertencimento não apenas por questões territoriais, mas de crença, ritualidades religiosas, ações laborais, processos migratórios, culturas e valores familiares; processos esses que foram, de uma forma ou de outra, com os limites encontrados na sociedade de destino, dimensionados e/ou reconfigurados com o passar dos anos, aspectos esses que fazem parte dos processos migratórios do final do século XIX e primeiras décadas do século XX no Brasil.

O cenário de origem desses imigrantes, bem como toda a região do Oriente Médio, além de possuir uma história milenar, foi constituída historicamente por múltiplos povos, culturas, línguas, impérios e fronteiras. Sua complexidade nos desafia; são povos que carregam os amplos e variados horizontes das civilizações orientais, das mesclas culturais e subjugações de nações que adentraram por todo esse território, além, é evidente, dos múltiplos conflitos religiosos e políticos do passado e do presente (Truzzi, 2005; Knowlton, 1961; Creidy, 1958).

É importante que se diga, por exemplo, que a população atual de descendentes de libaneses no Brasil, por exemplo, é mais de duas vezes a do Líbano (em torno de 4 milhões é a população do Líbano, e os descendentes de libaneses no Brasil são mais de 10 milhões). Tanto a Síria quanto o Líbano são países que no período da emigração para o Brasil, entre 1880 e 1940, passaram por realidades complexas de transformações sociais, políticas e territoriais, as quais refletiram na reconfiguração cultural, identitária e de pertencimento dos migrados na sociedade de destino (Truzzi, 1999).

Nosso estudo, não obstante a tentativa de análise mais ampla, busca situar o contexto e algumas das dinâmicas que conduziram o grupo para a região Centro-Norte do Rio Grande do Sul, em particular para os municípios de Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Erechim, Soledade, Frederico Westphalen e Palmeira das Missões entre os anos de 1900 e o final da década de 1950, municípios interioranos que apresentavam muitos limites de deslocamento e interligação com centros maiores, como a capital do estado. Sabemos que é difícil analisá-los a partir de um recorte geográfico, até porque muitas das suas relações efetivadas se assemelham muito nos múltiplos espaços onde eles se localizaram.

Essa dimensão espacial servirá apenas como recurso empírico e descritivo de algumas práticas, bem como referenciar alguns sujeitos (impossível abarcar todos eles), dar um tom mais objetivo e localizado ao vivido de alguns deles, os limites, enfrentamentos e superações num cenário de colonização, imigração, economia agrícola, redefinição produtiva (de excedentes comercializáveis), de muita carência de transportes, em alguns espaços com intensa repovoação de europeus (imigrantes e/ou descendentes), dentre outros aspectos; cenários e situações que, se de um lado dificultavam a presença e a inserção mercantil do mascate, ao mesmo tempo revelavam potencialidades não exploradas ainda no período, principalmente as mercantis com características não tão convencionais como foram as impressas pelos dois grupos em questão. Eles foram inovadores em vários aspectos da dinâmica mercantil em múltiplas regiões interioranas do país.

A literatura revisada sobre alguns fragmentos da história dos dois países, principalmente na virada de século (XIX para o XX), suas especificidades no conjunto da emigração para o Brasil, a sua presença no Rio Grande do Sul, no centro-norte/ nordeste em particular, em alguns de seus traços culturais etc., foi-nos de grande riqueza no sentido de perceber a migração também pelo local de origem, bem como entender processos culturais, costumes, crenças que "migram" junto com os sujeitos e buscam encontrar espaços nos cenários de destino. Os contatos e os

diálogos, as visitas nas casas, nos seus escritórios, consultórios etc. revelaram intercâmbios de conhecimento, dimensões do passado, intencionalidades de sujeitos, lembranças selecionadas, esquecimentos deliberados e/ou desejos e resistências em falar ou esquecer; situações essas muito comuns quando se trata de lembrar passados do mundo imigratório, seus enfrentamentos, ressentimentos, sacrifícios e superações.

Pelos relatos obtidos e pela revisão de literatura efetivada, percebemos que os imigrantes chegavam jovens e com poucas, para não dizer nenhuma, condições econômicas. Porém, não foi uma mera aventura, havia um amplo conjunto relacional, deliberado, acordado pelos sujeitos específicos. Os dados demonstram que grande parte dos que emigraram eram solteiros e católicos maronitas; as mulheres emigraram em menor quantidade, as que o fizeram, na maioria dos casos, chegaram acompanhadas da família (marido, em geral), porém, muitas emigraram após a vinda do marido. A centralidade da família e das redes foram fundamentais para a empreitada (Truzzi, 1999; Knowlton, 1961). Veremos isso em alguns capítulos tanto na análise mais ampla em nível de Brasil quanto na específica em termos regionais.

A boa vontade, a esperança e o tino para o negócio lhes possibilitaram a base para o início da vida nos espaços de destino. Porém, não esquecendo que nem todos os emigrantes em seu país de origem exerciam a profissão de vendedores/comerciantes. Muitos o fizeram no espaço de destino pelas circunstâncias e por seguir alguns de seus conacionais. Eram pastores, extrativistas, agricultores, artesãos e trabalhadores citadinos de várias profissões no país de origem. Segundo a literatura revisada, muitos aprenderam o ofício de negociante/comerciante no longo período que esperavam nos portos de Marselha, Gênova ou mesmo na Alexandria para compor a carga de passageiros, tempo esse que poderia ser até, em muitos casos, de três meses. A necessidade de dinheiro, o tempo livre, a forte presença de imigrantes nesse cenário, transformou muitos imigrantes em pequenos negociantes (Knowlton, 1961).

Reconhecemos que não tínhamos conhecimento elaborado sobre essa realidade migratória no Brasil e na região. O presente estudo surgiu em meio a um projeto mais amplo, que era o de analisar os vários grupos étnicos que ocuparam o centro-norte do Rio Grande do Sul, tendo o território de Passo Fundo como seu epicentro. Nesse sentido, tudo o que se referia a esses dois grupos em questão, para nós foi novidade, e a pesquisa se tornou muito prazerosa e desafiadora. Portanto, o presente trabalho revela os limites e a superficialidade de um contato preliminar. Estruturamos um singelo e panorâmico estudo, com a intenção maior de contribuir para a socialização histórica desses sujeitos migrantes nas regiões que já informamos, espaços esses que, em geral, outros imigrantes e fluxos migratórios ganharam maior visibilidade e preponderância social, cultural e acadêmica.

Para dar conta disso, estruturamos o texto analisando, primeiramente, alguns tópicos sobre a emigração de sírios e libaneses para o Brasil, algumas de suas características principais. Para tanto, além de uma revisão bibliográfica acerca desse movimento migratório específico em seus contextos locais, regionais e nacionais, servimo-nos de um variado número e tipologia de fontes primárias para tratar de nosso contexto regional, como processos judiciais armazenados junto ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS); também, na Casa de Cultura de Soledade, no Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF) e no Arquivo Histórico Regional (AHR), em Passo Fundo, consultando também guias comerciais dos municípios da região, anúncios de serviços e casas comerciais em jornais regionais da primeira metade do século XX, dentre outras fontes.

Recorremos também, em boa parte, à oralidade coletada através de entrevistas[1] realizadas com descendentes de imigrantes sírios e libaneses[2],

[1] Entrevistas realizadas com imigrantes e descendentes de imigrantes sírios e libaneses realizadas pelos pesquisadores em alguns momentos dos anos de 2016, 2019 e nesses primeiros meses de 2020.

[2] Em outro momento já havíamos produzido um texto introdutório à questão em Passo Fundo, em um estágio anterior da pesquisa. Ver mais em: TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio. Sírios e libaneses em Passo Fundo – final do século XIX e primeiras décadas

que nos auxiliaram na composição de nossa narrativa. Em razão de sua marcada e reconhecida presença em Passo Fundo e em outros municípios do centro-norte do estado, buscamos entrevistar algumas pessoas que se dispuseram a narrar fragmentos da memória familiar, a partir de questionamentos em torno do período da emigração de seus antepassados para o Brasil, a chegada nesse espaço, a formação dos núcleos familiares, a constituição das relações de trabalho, a fixação econômico-social, dentre outros aspectos que compuseram esse cenário migratório específico.

Desse modo, no espaço proposto, construímos uma narrativa buscando contemplar os múltiplos aspectos que compuseram a dinâmica das relações comerciais desenvolvidas por esses imigrantes e descendentes. Enfatizamos que não tivemos condições de entrevistar todos os que ainda estão nos municípios que já informamos e nem seria possível em razão do grande número, principalmente em Passo Fundo. Muitos ficaram de fora por falta de conhecimento nosso, ou porque foram contatados, mas preferiram não contribuir com a pesquisa. Então, o que fizemos, além de ser apenas um fragmento de uma ampla e rica realidade vivida pelos referidos grupos e que deixaram um amplo e significativo legado, é representativo de somente alguns que nos serviram de fonte e interlocução.

do século XX. In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). *A formação étnica de Passo Fundo*: história, memória e patrimônio. Erechim: AllPrint Varella, 2016, p. 257-310.

Vista da cidade portuária de Beiture, em fins do século XIX. Desse lugar, muitos imigrantes sírio-libaneses partiram em direção ao continente americano.

Fotográfo: Felix Bonfils
Fonte: Library of Congress.
Acesso em: 20 fev. 2020.



Do Oriente às Américas:

aspectos da emigração de sírios e libaneses

1870-1970





O território da Grande Síria, no século XIX. CEDID Atlas Turcümesi. *The Ottoman controlled Western Asia*. 1803. Library of Congress/EUA. Geography & Map Division.

O presente capítulo tem por objetivo analisar alguns dos aspectos componentes da realidade imigratória de sírios e libaneses durante a segunda metade do século XIX até meados do século XX, partindo de uma revisão dos estudos já desenvolvidos acerca dos processos que permearam esse contexto migratório. Busca-se, dessa forma, compreender, a partir de uma revisão bibliográfica, desde o contexto pré-imigratório das populações sírio-libanesas, ainda sob o domínio do Império Turco-Otomano, a presença europeia na região da Grande Síria e as causalidades que levaram ao desencadeamento do fenômeno emigratório naquela região até os deslocamentos em direção ao continente americano, movimento que se manteve, em determinados períodos, constante durante a primeira metade do século XX, quando outros fatores também conduzem à emigração.

O fenômeno migratório no qual embarcaram milhares de sírios e libaneses para o continente americano e, em específico, para o Brasil, tem conquistado terreno dentro das produções acadêmicas dedicadas ao estudo dos movimentos migratórios. Ao lado dos movimentos imigratórios, comumente explorados pela historiografia, como o de alemães e italianos – sobretudo na historiografia do sul do país –, a imigração de sírios e libaneses passou a ser alvo de estudos e debates apenas a partir da década de 1990 em diante, em trabalhos que se tornaram, poderíamos dizer, "clássicos" no que tange às produções relacionadas a esse movimento migratório. A obra *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*, de Osvaldo Truzzi (1993), trata desse movimento migratório e das especificidades ocorridos na capital paulista. Posteriormente, os trabalhos de André Gattaz (2001) em *História oral da imigração libanesa no Brasil: 1880-2000*; de Samira Adel Osman (2006) em *Entre o Brasil e o Líbano: dinâmica migratória e História Oral de vida*; mais recentemente, de Ruben Maciel Franklin (2011) em

"Gallegos", "gombadres" e negócios: os imigrantes libaneses na Praça Mercantil da cidade de Fortaleza (1890-1930); e de Júlio Bittencourt Francisco (2017) em *Dos cedros aos pampas: imigração sírio-libanesa no Rio Grande do Sul, identidade e assimilação (1890-1949);* deram sequência ao estudo do processo imigratório, aproximaram-se de uma análise a partir da oralidade, de entrevistas com imigrantes dos períodos mais recentes da imigração.

Em linhas gerais, a imigração de sírios e libaneses para o Brasil nos diferentes fluxos ou ondas migratórias que se consolidaram em viagens transatlânticas desde o último quartel do século XIX e durante boa parte do século XX diferiu, em muito, dos movimentos migratórios que lhe foram anteriores ou contemporâneos. Em outros fluxos migratórios envolvendo outras populações, principalmente as europeias – essas, "desejáveis", nos termos da política imigratória brasileira encetada durante o século XIX – acordos foram firmados entre o Estado brasileiro e os Estados germânicos e itálicos, houve a intenção de formação de colônias agrícolas para a ocupação e colonização do solo, como também para o desenvolvimento de políticas de branqueamento da população brasileira.

Por outro lado, para os sírios e libaneses que escolheram o Brasil como destino imigratório – ou não, como veremos posteriormente nos pormenores das travessias atlânticas – em muito pouco o movimento migratório que os contemplou se assemelha aos que foram planejados e assegurados pelo governo brasileiro em diferentes períodos da história brasileira. Acordos entre Brasil e os estados que exerceram domínio sobre o território de origem dos sírios e libaneses, seja o Império Turco-Otomano, a França (no período que estabeleceu o Mandato sobre o território), a Síria, seja o Líbano (após suas respectivas emancipações na década de 1940), foram inexistentes. Não houve garantias ou incentivos à imigração síria e libanesa em direção ao Brasil, tampouco projetos que envolvessem a recepção e assentamento desses imigrantes.

Dito isso, acreditamos ser necessário esclarecer alguns dos principais aspectos que compuseram essa realidade migratória em direção ao Brasil. Para tanto, destarte, enfocaremos nos fatores que compuseram o contex-

to que levou à emigração em suas múltiplas causas – se assim podemos defini-las. Assim como as escalas da viagem transatlântica dos sírios e libaneses em direção ao continente americano, é preciso que "aportemos" ao longo do caminho em questões centrais à compreensão desse fenômeno imigratório.

1.1. Árabe, turco, sírio ou libanês?

Antes de começar a tratar especificamente do processo imigratório que levou sírios e libaneses a se estabelecerem no continente americano e, em particular, no norte do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, deve-se primeiramente definir com certa distinção entre alguns termos e designações que se farão correntes ao longo da presente narrativa. Por vezes, de maneira muito corriqueira, termos como "árabe", "turco", "sírio", "libanês", "muçulmano" são colocados como sinônimos, expressões diversas para designar um ente externo, distante, alocado em outro lado do mundo. Esse "orientalismo", como definiria Hourani (2004), tanto na atualidade quanto no tempo do movimento imigratório central neste estudo, por vezes leva a interpretações errôneas e a mal-entendidos decorrentes de concepções por vezes preconceituosas em relação aos indivíduos e seus lugares de origem.

Em termos de pesquisa, também as denominações empregadas em referência aos imigrantes sírios e libaneses e a forma como eles se reconheceram ao longo de nosso recorte temporal variou consideravelmente, nas quais árabes, turcos, sírios, libaneses e ainda turcos-árabes, otomanos, asiáticos estiveram presentes em diversas fontes consultadas e na bibliografia revisada. Em vista disso, decidimos diferenciar, ainda que brevemente, os termos supracitados de maneira a facilitar a leitura e a justificar em alguns casos o emprego deste ou daquele termo para designar esses imigrantes em consonância ao contexto histórico ao qual estavam inseridos e mesmo a fim de assinalar as mudanças que se operaram ao longo do tempo em termos de reconhecimento identitário.

Concordamos com Francisco (2017a, p. 17), ao definir o termo "árabe" como designação, em nosso caso, aplicável aos imigrantes originários de "países de língua e cultura árabe", vocábulo mais atrelado às origens étnicas desse povo. Deve-se ressaltar, entretanto, como afirma o mesmo autor, que em razão da aproximação associativa entre os termos "árabe" e "muçulmano", isto é, entre o identificador étnico e o religioso, muitos libaneses de confissão cristã maronita não se consideram árabes – muito embora partilhem da cultura e língua – reivindicando para si uma origem mais antiga, remetente aos fenícios da antiguidade.

Oficialmente existem na atualidade 22 países árabes no mundo, isto é, países onde a maioria da população é composta por indivíduos que compartilham da língua e da cultura árabe. Esses estados se distribuem pelo norte da África (Líbia, Sudão, Sudão do Sul, Egito, Tunísia, Argélia, Marrocos, Somália), Oriente Próximo (Síria, Líbano, Palestina, Iraque, Israel, Jordânia) e Península Arábica (Catar, Omã, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Kuwait, Iêmen). No período do início da emigração de sírios e libaneses, em fins do século XIX, essas divisões ainda não existiam: os povos árabes antes de estarem estabelecidos sob os supracitados limites nacionais, estavam dispersos por entre esses vastos territórios desde o norte da África até a Península Arábica, compondo parte da população impérios multinacionais, como o Império Turco-Otomano, em sua grande maioria na província da Grande Síria, como veremos posteriormente. Dessa forma, podemos designar de maneira genérica os imigrantes sírios e libaneses enquanto árabes, relevando o componente religioso e/ou nacional sem prejuízo à nominação.

No território brasileiro, ainda no primeiro fluxo migratório de sírios e libaneses para o Brasil, o vocábulo "turco" serviu para designar aqueles que eram falantes da língua árabe (Waniez; Brunstlein, 2001). Após o início da imigração para o Brasil, a figura do "mascate", ou seja, o vendedor ambulante, ou mesmo do comerciante afixado em pequenas lojas, tornara-se arquétipo do "turco" no imaginário popular brasileiro, muito embora se identificasse enquanto sírio e libanês. A designação por vezes

também assumiu conotação pejorativa ao ser dirigida a sírios e libaneses em função de uma não identificação com o Império Turco-Otomano, e sim com seus espaços de origem, fossem os vilarejos ou cidades, ou mesmo os territórios de origem, ainda antes do processo de independência, o que Lesser (2001) define como sendo identidades proto-nacionais. Novas definições do que é um sírio, um libanês e um palestino vão se conformando e se transformando nos lugares de destino da imigração e mantêm uma relação direta com os desdobramentos políticos nos territórios de origem.

Oficialmente, os imigrantes instalados no Brasil até 1918, quando do fim da Primeira Guerra Mundial e do Império Turco-Otomano, eram classificados como turcos, turcos-árabes ou otomanos. As escalas durante a viagem e a entrada no país de destino se tornavam possíveis através do uso de passaporte turco-otomano (Truzzi, 1993; Karpat, 1985). Daí, nas estatísticas de entrada e saída de imigrantes, os dados serem insuficientes e imprecisos até a década de 1920, tendo em vista a impossibilidade de se distinguir dentre os imigrantes turcos os que poderiam ser de outras províncias otomanas que não a da Grande Síria, ou, ainda, não árabes, como armênios e judeus. Ao longo da década de 1920, com a institucionalização do Mandato para a Síria e Líbano sob o domínio francês, essas distinções passaram a constar nos documentos e registros oficiais.

Por sua vez, sírios, libaneses e sírio-libaneses também possuem suas diferenciações históricas no que tange ao emprego do termo em seus contextos históricos. O sírio a que nos referimos pode ser aquele imigrante chegado em fins do século XIX e início do XX, natural da província otomana da Grande Síria, nesse período, podendo incorporar também imigrantes originários do Monte Líbano (Francisco, 2017a). Todavia, essa fusão é válida neste trabalho apenas em torno desse período em que os registros não distinguiam libaneses de sírios. Por outro lado, se os registros desse período davam conta apenas de assinalar a "Syria" como origem declarada, as entrevistas que realizamos com descendentes desses imigrantes no norte do Rio Grande do Sul, como os Dipp, Nácul, Che-

did, Estacia, Simão, apenas para citar alguns exemplos, deram conta de revelar que a memória familiar tratou de preservar não só os lugares de origem, como também o reconhecimento identitário desses imigrantes em períodos posteriores à imigração, como veremos posteriormente.

Karpat (1985) assinala que, embora que trate de uma "imigração síria" em sua análise, nem todos os emigrantes do período que rumaram em direção ao continente americano eram de fato sírios ou eram provenientes da Grande Síria. Em realidade, o reconhecimento de origem, considerando os imigrantes já em seus destinos de origem, foi bem variado, muitos identificando-se inicialmente como turcos, ou ainda, com seus vilarejos de origem ou a partir de sua confissão religiosa.

O libanês, por sua vez, é aquele natural da região do Monte Líbano, isto é, da porção montanhosa e costeira da parte leste da província otomana da Grande Síria; é também aquele imigrante natural do estado Grande Líbano (sob o Mandato francês), ou mesmo do Líbano, no pós-independência. O vocábulo "libanês" é correntemente associado à religião cristã maronita e geralmente busca afastar-se da identificação enquanto árabe. Durante a imigração para o continente americano, libaneses de outras profissões religiosas, como cristãos ortodoxos, protestantes e muçulmanos, também estiveram presentes, porém, em menor número.

Quando nos referimos a sírio-libanês, estamos unificando ambos os vocábulos a que anteriormente nos referimos, mas destacamos que em nossa pesquisa optamos por utilizar os termos em separado, sírios e libaneses, em razão de tratarmos de períodos migratórios longos e distintos entre si. Poderíamos tratar de uma imigração sírio-libanesa para o Brasil até a década de 1940, quando da independência da Síria e do Líbano, contudo não seria profícuo manter o mesmo termo ao longo das décadas de 1950 e 1960, justo em razão das condições e contextos emigratórios nacionais serem diversos e possuírem outros elementos de análise.

Por outro lado, "sírio-libanês" também se consolidou enquanto termo utilizado pelos próprios imigrantes em seus lugares de destino, a exemplo da Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza de Passo Fundo, no norte do estado do Rio Grande do Sul, por imigrantes oriundos de am-

bos os territórios do Oriente Próximo. Como esclarece Francisco (2017, p. 19), a adoção desse termo teve um sentido unificador e de oposição ao vocábulo pejorativo "turco" e também serviu para atribuir "certa igualdade entre o que significa ser sírio, com aquilo que é libanês", no sentido de relativizar aspectos de distanciamento entre os imigrantes, como a religião, e realçar os de aproximação, como a cultura, os festejos e a alimentação, por exemplo. Ademais, ainda podemos nos referir a "sírio-libanês" em se tratando de um descendente de pais imigrantes de ambas as origens, fruto de uma relação interétnica, o que também ocorreu em alguns casos durante a imigração.

A definição geográfica do que nos referiremos ao longo do trabalho como sendo o Oriente Próximo, na atualidade, engloba os territórios da Anatólia (parcela do estado da Turquia em território asiático), Síria, Líbano, Jordânia, Chipre, Israel, Palestina e Iraque. Essa definição nos parece mais apropriada e específica, – pois, menos abrangente se comparada à definição de Oriente Médio, que, para além dos territórios supracitados, ainda concentraria o território da Península Arábica –, em termos do território de origem de toda uma primeira leva de imigrantes sírios e libaneses de fins do século XIX e até meados da década de 1940, quando do fim do regime colonial e consequente criação dos estados, a partir daí independentes, da Síria e do Líbano, nos limites territoriais ainda hoje existentes.

Na historiografia há também a definição do território do "Levante" como local de origem dos imigrantes sírios e libaneses. O Levante se estende, sem uma delimitação muito específica, pelos territórios da Síria, Jordânia, Israel, Palestina, Líbano e Chipre, e assim foi denominado – decorrente de uma visão eurocêntrica – devido à posição além do mar Mediterrâneo, em "direção ao sol nascente" (Francisco, 2017). Dessa forma, não incorremos em erro ao fazermos uso do termo "levantino", em se tratando dos imigrantes sírios, libaneses e palestinos, embora seja uma definição menos político-nacional e mais atrelada, como já mencionado, a um componente geográfico de origem (Glade, 1985).

Em termos religiosos, ainda podemos aqui estabelecer distinções necessárias à compreensão de conflitos sociorreligiosos que tiveram sua participação no contexto pré-emigratório de sírios e libaneses de diferentes formas ao tratarmos dos grupos religiosos dos maronitas e dos drusos. Ao nos referirmos aos maronitas, estamos a tratar de cristãos de vertente religiosa específica centrada na Igreja Siríaca Maronita de Antióquia, sediada em Bkerki, atual Líbano. Embora tenha entrado em conflito com a Igreja Católica Apostólica Romana, existe comunhão entre ambas as instituições; a Igreja Maronita reconhece a autoridade máxima do pontífice ocidental. No século XIX, a maioria cristã, dentro do território da Grande Síria, se concentrava no Monte Líbano e adjacências, que também era um território permeado de uma presença de grupos drusos, coabitantes daquele território. Os drusos, na realidade, são adeptos de uma vertente do islamismo, portanto, muçulmanos, como os xiitas e os sunitas – esses em maior número e expressão na atualidade. Embora maronitas e drusos no mundo apresentem uma população reduzida de adeptos, no Líbano, até a atualidade, ainda compõem as maiorias etno-religiosas.

A distinção de termos e conceitos que expusemos tem o sentido de auxiliar e introduzir algumas noções prévias acerca do lugar de origem da imigração e, em parte, esclarecer também sobre os sujeitos imigrantes a que fazemos referência e às suas respectivas possibilidades de identificação. Essas questões de definição étnica e identitária sobressaem-se, de maneira expressiva, nos lugares de destino da imigração, aproximando, distanciando ou redefinindo sociabilidades e identidades. Na sequência, abordaremos acerca o território da Grande Síria, bem como sobre processo emigratório em si, buscando analisar elementos que compuseram esse contexto histórico da imigração.

1.2. Da Grande Síria ao continente americano

Definir objetivamente relações de causa e efeitos para este ou aquele acontecimento é, na História, algo questionável e, por vezes, simplificador de uma série de variedades presentes nos processos históricos a que se intente analisar. Pensando nisso, não buscamos aqui elencar ou traçar cartesianamente causas ou consequências que propiciaram ou foram resultantes do movimento migratório, mas, sim, partir para um debate amplo pautado em uma bibliografia variada, centrada em diversos "lugares" de emigração/imigração, como Brasil, México, França, Turquia, Líbano, cotejar visões e entendimentos acerca do contexto, sobretudo, emigratório, intuindo proceder à aceitação de causas múltiplas, em alguns casos, entrelaçadas entre si e, em outros, discordantes e distintas.

Destarte, como sugere Karpat (1985), há de se realizar um esforço no sentido de visualizar a emigração de sírios e libaneses enquanto parte de uma emigração otomana. Segundo o mesmo autor, a emigração de indivíduos da Grande Síria não pode ser entendida apenas enquanto um fenômeno isolado e circunscrito em si mesmo, mas, sim, enquanto parte de um contexto emigratório/imigratório do Império Otomano, o qual exerceu também, em vários momentos, influência sobre os fluxos, tanto de entrada como de saída de indivíduos (Karpat, 1985, p. 175). A emigração de sírio-libaneses em direção ao continente americano é concomitante também à emigração de armênios e judeus e imediatamente precedida por imigrações de populações islâmicas em direção ao Império, que também compõem um cenário de modificações dentro daquele estado.

O contexto macro que envolveu a emigração árabe no Oriente Próximo não pode ser desanexado de uma conjuntura mais ampla das políticas administrativas otomanas que se fizeram presentes nessa mesma época. Deslocamentos de grandes massas populacionais ocorreram em direção ao Império Otomano durante o século XIX em parte pela recorrência das Guerras Turco-Russas que levaram muçulmanos da Crimeia, do Cáucaso, dos Balcãs e de ilhas do Mediterrâneo a avançarem em busca de

refúgio para províncias no interior dos domínios do sultanato, como na Anatólia e na Grande Síria. A imigração desses contingentes populacionais em direção ao estado otomano a partir de fins da década de 1850 gerou alterações na organização administrativa interna religiosa, social e econômica (Goldfeld, 2012; Karpat, 1985).

Os imigrantes islâmicos em situação de refúgio foram inseridos em diversas porções do Império Turco-Otomano, sendo assentados em terras antes pertencentes ao Estado, o que serviu ao aquecimento econômico em torno da agricultura, voltada ao cultivo do algodão em várias províncias, como na Grande Síria. Ao passo que essa imigração muçulmana foi atraída para esses pontos do Império em meados do século XIX, movimentos de emigração para o continente americano tornaram-se a grande expressão de um fluxo migratório que partiu, em sua grande maioria, da Grande Síria. A ocorrência de mudanças significativas durante a segunda metade do século XIX foi crucial para determinar as feições da emigração de uma parcela localizada de súditos otomanos.

Como ressalta Franklin (2011), a essencialização e a consequente simplificação do movimento emigratório em torno das populações que habitavam a Grande Síria sustentaram por muito tempo uma narrativa histórica em que uma minoria étnica cristã, oprimida por conflitos religiosos e pelo Estado Otomano, havia encontrado na emigração a única alternativa àquelas condições desfavoráveis. Karpat (1985) atenta para o fato de que, por vezes, as análises que se debruçaram em torno das causas da emigração dos territórios correspondentes à Síria e ao Líbano foram simplificadas erroneamente como decorrentes das disputas religiosas que envolveram maronitas e drusos na segunda metade do século XIX. Daí existirem na historiografia sobre o primeiro fluxo emigratório impasses referentes ao marco inicial do fenômeno, ora definindo-o como sendo após o ano 1860, ora, mais tardiamente, a partir da década de 1870-1880. A escolha da definição pelo pós-1860 como o marco fundante da emigração do território da Grande Síria tem por base o conflito ocorrido entre maronitas e drusos em 1860, evento que tomou contornos de guerra civil

e que teve grande repercussão dentro do território provincial e, portanto, correlacionaria diretamente ambos os eventos, o conflito e a emigração, sendo o primeiro a causa maior do segundo.

Devido à extensão dos domínios do Império Otomano, grande número de grupos étnicos e também religiosos compunham a população turco-otomana na segunda metade do século XIX. Em termos étnicos, turcos, eslavos, árabes, dentre outros, ocupavam diferentes regiões do Império. A Grande Síria era uma província otomana que, em meados do século XIX, estendia-se desde a região da Anatólia até a Palestina e desde os rios Tigre e Eufrates em direção ao mar Mediterrâneo. As feições do território sobre o qual tratamos de definir como pontos de partida da imigração de sírios e libaneses não se mantiveram estanques ao longo do processo e dos fluxos migratórios.

Mapa 01. Mapa dos domínios do Império Turco-Otomano no oeste Asiático, vendo-se, na parte centro-inferior do mapa, o território da Grande Síria. CEDID ATLAS TERCÜMESI. The Ottoman controlled Western Asia. 1803. Library of Congress/EUA. Geography & Map Division.



A composição étnica e religiosa daquela região administrativa do Império Otomano era variada, concentrando uma maioria árabe em contraste com outras minorias étnicas, como armênios e gregos. Em termos religiosos, muçulmanos e cristãos, ambos de diversificadas vertentes religiosas, como os cristãos maronitas, melquitas, ortodoxos, judeus sefarditas e ortodoxos e muçulmanos sunitas e drusos, coabitavam a Grande Síria. Sob o sultanato, regime de governo de caráter teocrático e de orientação muçulmana sunita, as comunidades de outras confissões religiosas gozavam de certa autonomia administrativa localizada: eram os *millets*, comunidades autogovernadas por líderes religiosos que possuíam a autoridade por definição comunitária, desde que mantivessem obediência ao sultanato otomano e que os súditos mantivessem os pagamentos de impostos (Goldfeld, 2012).

É nesse contexto de reconhecimentos e autonomias locais que conflitos intercomunais surgiam no interior da província distante dos centros administrativos otomanos. Os conflitos intercomunais foram recorrentes entre as décadas de 1840 e 1850, entretanto, o conflito intercomunal iniciado em maio de 1860 pelos maronitas, em contraposição aos grandes proprietários de terra também maronitas, se alastrou também contra os proprietários drusos. O conflito levou a um grande massacre, em que os maronitas – mas também os drusos – tiveram significativas perdas. A violência levou ao que muitos historiadores consideraram como um "massacre" por parte dos drusos sobre os maronitas. A rememoração desse episódio é a base da construção narrativa, – reiterada, posteriormente, por imigrantes libaneses e de confissão maronita –, como causa da emigração libanesa, da qual emergira, supostamente, após esses eventos, o delinear de uma identidade libanesa (Salibi, 1971).

O problema de tal interpretação acerca dos fatos é o de legar importância em demasia à "causa religiosa" como motivadora principal da emigração. Com isso não se quer anular a importância que a religiosidade assumia na determinação de quais grupos migrariam, porém, centralizar os conflitos religiosos como as molas mestras da imigração seria também

compartimentalizar esse fenômeno e reduzi-lo a uma imigração de refugiados, resultante de uma perseguição religiosa, e mais, condensá-la enquanto uma imigração apenas de cristãos. Como afirma Truzzi (1993), o "mito da perseguição" foi sendo moldado por imigrantes já estabelecidos no continente americano em períodos em que houve movimentação intelectual em torno de se defender um Líbano independente, assumindo-se, portanto, uma posição anti-turca e alinhada à vertente cristã-maronita.

Não obstante a existência ainda hoje de vertentes que suportam tais interpretações, o componente religioso, ao tempo dos primórdios da imigração, não pode ser de todo excluído, mas, sim, relativizado e reajustado aos condicionantes do fenômeno. Ser cristão maronita ou ser muçulmano nesse período e nesse território definia em muito as relações entre os indivíduos e o Estado Otomano. Para Truzzi (1993), a religião assumiu papel importante – mas não absoluto – no deslocamento de indivíduos na Grande Síria, principalmente em "selecionar" de certa forma os que permaneceriam e os que emigrariam, sobretudo para o continente americano: os maronitas, por serem cristãos, estariam menos ligados ao Estado Otomano e, logo, também ao território, e apresentariam disposição maior à imigração para as américas em função da possibilidade de inserção em comunidades religiosas cristãs, adaptando cultos e criando laços comunitários; os muçulmanos, por sua vez, estariam mais vinculados ao Estado Otomano, que professava a legitimidade religiosa islâmica através do sultanato e, ao mesmo tempo, via no continente americano pouca possibilidade de inserção e reprodução religiosa.

Não obstante, uma maioria cristã, de diferentes vertentes, tenha composto boa parte do fluxo imigratório desde o último quartel do século XIX até meados do século XX, não se pode afirmar ter sido uma emigração cristã-otomana, ou cristã-árabe, pois, embora em proporção muito menor, muçulmanos e judeus da Grande Síria também fizeram parte do fluxo migratório, isto é, em um período contemporâneo, uma população variada de indivíduos, diversos em termos étnicos e religiosos, emigrou em direção a outros locais do mundo, em diferentes direções, o

que torna necessário uma análise mais apurada também em torno de outros elementos que compuseram a realidade emigratória da Grande Síria na segunda metade do século XIX. Considerando o elemento religioso por essa percepção, ou seja, em sua correlação com o fluxo migratório, podemos atentar a outras interpretações que também são vigentes e se constituíram através da análise de outros aspectos componentes do contexto pré-emigratório e migratório em si. Nestas, os componentes econômicos e sociais se sobressaem, entretanto, sem negar a importância da religiosidade em outros âmbitos dessa conjuntura.

1.3. O imperialismo em terras árabes: crise econômica e emigração

Se podemos colocar em xeque a importância – ao menos direta – dos conflitos intercomunais e religiosos do ano de 1860 para a emigração, da mesma forma não podemos proceder em se tratando do ano de 1860 e os posteriores ainda naquela década se considerarmos sua importância no que tange às transformações políticas, econômicas e religiosas que se amalgamaram no esfriar dos conflitos intercomunais. A própria ocorrência dos conflitos denotava a fragilidade e a decadência do poder do Império Otomano naquela região.

O declínio do Império Turco-Otomano tem início ainda no século XVIII, mas é aprofundado ao longo de todo o século XIX. De acordo com Meihy (2016), a decadência do Império Otomano teve, dentre outros fatores, a crescente autonomia adquirida pelos poderes provinciais e regionais em relação ao governo central, que, embora tenha lançado mão de medidas centralizadoras – como conjuntos de reformas em meados do século XIX –, não foi capaz de manter um controle efetivo, por exemplo, dos domínios territoriais que margeavam o Mediterrâneo, no Oriente Próximo.

Em relação à crise do Império, não se pode perder de vista também que fatores externos assomavam-se às doenças que vulnerabilizavam o

"homem doente da Europa", como foi caricatamente pelas demais potências europeias no século XIX, em referência à debilidade da forma e do sistema de governo que perdia força progressivamente e sofria com constantes revoltas e contestações do poder do sultanato. A rivalidade entre Estados-Nação europeus e o Império Otomano afetou diretamente a ordem política, econômica, social da Grande Síria, desde o último quartel do século XVIII (Hanssen; Safieddine, 2019), através de invasões militares pelo Império Russo, em Beirute (1772-1774), e pelo Império Francês, no Egito (1798) e na Palestina (1800-1801).

Na Grande Síria, na primeira metade do século XIX, a invasão e ocupação egípcia (1831-1839), resultante, em parte, dos poderes e autonomia concedidos àqueles súditos para a expulsão dos franceses, obrigou, paradoxalmente, o Império Otomano a estreitar laços com as potências europeias em prol da manutenção de seu território naquele momento. Após acordos e intervenção diplomática e militar britânica e francesa, houve o recuo das forças egípcias e a retomada otomana sobre a província majoritariamente árabe da Grande Síria, assinalando o interesse europeu sobre aquele espaço asiático que conduzia às rotas de comércio orientais e ao intercâmbio mercantil a partir do Mar Mediterrâneo e, posteriormente, do Mar Vermelho. Havia o acirramento de conflitos e a aproximação do interesse europeu pelo controle daquela região.

Os conflitos intercomunais entre 1840 e 1860 levaram as potências europeias a estarem constantemente presentes, se não pela força de seus exércitos, ao menos nas negociações de paz. Após 1840, o Império Otomano instituiu uma série de reformas, o *Tanzimat*, com vistas de garantir a integridade da dominação sobre a população árabe, concentrada sobretudo na Grande Síria. O *Tanzimat* buscava reformar o Estado Otomano em sua forma administrativa e social, buscando secularizar o sentido da cidadania dos súditos otomanos através da extensão de direitos àqueles que não professassem a fé islâmica. A profissão religiosa individual pela qual se reconheciam e se dividiam os grupos étnicos dentro dos domínios otomanos devia ser relativizada, em um movimento de centralização de-

sejada pela administração otomana (Acehan, 2005). A necessidade do engajamento de jovens ao Exército otomano que não fossem muçulmanos foi instituída oficialmente nesse momento, mas, como afirma Goldfeld (2012), essas incorporações são evitadas através da administração dos *millets* e tornam-se verdadeiramente obrigatórias a todos os súditos otomanos em 1909, com a retomada da Constituição, tornando essa obrigatoriedade um impulsionador da emigração na segunda década do século XX.

Os conflitos de 1860 preocuparam as potências europeias com interesses comerciais naquela província, ou naquela região, se considerarmos as pretensões europeias não só sobre a Grande Síria, como também pelas áreas limítrofes e igualmente interessantes ao contexto geopolítico de então. Como afirma Murgul (2016), o interesse por aquela região estava atrelado à necessidade de se estabelecer um entreposto no Oriente Próximo não muito distante de onde seriam executados os trabalhos de abertura do que viria a ser o Canal de Suez, planejado desde a década de 1840 e finalizado em 1869 pela Compagnie Universelle du Canal Maritime de Suez, a partir do investimento de capital europeu.

A abertura do Canal de Suez deslocou o eixo das trocas comerciais que singravam o território da Grande Síria no ponto de intersecção entre Europa, Ásia Oriental e África que aquela região da Ásia Ocidental mantinha há séculos. O domínio das potências europeias sobre o Canal e a navegação naquele trecho consolidava uma hegemonia economia sem precedentes às margens do Mar Vermelho. Todavia, a abertura do Canal foi apenas mais uma peça de um quebra-cabeça de dominação europeia que vinha sendo "encaixado" desde fins do século XVIII.

O descrédito angariado pelo Império Turco-Otomano frente à fracassada tentativa de conter os conflitos intercomunais na Grande Síria foi a motivação necessária para a intervenção europeia naquele território, autoproclamando-se como defensora dos agrupamentos cristãos – a França, em defesa dos maronitas, que haviam sofrido as maiores baixas



Mapa 02. Detalhe de mapa francês de parte do Oriente Médio. No recorte, vê-se a localização do Egito, de parte da província da Grande Síria e a localização do Canal de Suez, em 1885. *Egypte, Nubie, Soudan, Kordofan, Darfour, Abyssinie, Hedjaz, Yemen, d'après les dernières publications, 1885*. Autor desconhecido.
Fonte: Gallica – Bibliothèque Nationale de France.
Acesso em: 20 fev. 2020.

durante os enfrentamentos em maio de 1860.[3] O envio de tropas francesas para punir os drusos após a vitória sobre os maronitas no Monte Líbano fomentou ainda mais o imperialismo francês, tornando possível de se realizar o "sonho franco-libanês" de estabelecimento de um emirado cristão no Oriente Médio (Hanssen; Safieddine, 2019).

Nesse ponto, a intervenção das potências europeias, notabilizando-se a França, adquire um papel central nos termos de participação efetiva administrativa e cotidiana em boa parte da Grande Síria, levando aos trâmites burocráticos que resultariam no recrudescimento de impasses por um período, mas assegurando os interesses franceses, britânicos, austríacos e russos. No ano seguinte, em 1861, o Regramento Orgânico (*Règlament Organique*) foi imposto pelas potências europeias, instituindo uma unidade política sob suserania turco-otomana, porém administrada pelo governo francês (Wagstaff, 1983, p. 28). Da intervenção europeia, é corrente afirmar que a francesa se "enraizou" de maneira exitosa, passando, inclusive, a controlar a região do Monte Líbano, principalmente em termos econômicos. Os acordos selados em 1861, todavia, contribuíram, à época, em prol da manutenção da integridade territorial otomana ameaçada naquela porção do Império.

[3] A crise que se instala na Grande Síria, em 1860, é ponto definidor do andamento da chamada "Questão Cristã", bem como das relações que seriam, a partir desse momento, estabelecidas entre o Estado Otomano e as demais potências europeias (Murgul, 2016; Acehan, 2005).

A presença francesa no Monte Líbano acentuou, dessa forma, as diferenças já existentes entre os árabes estabelecidos tanto dentro daquele protetorado francês quanto fora no restante do território da Grande Síria. A partir desse ponto, o Monte Líbano passa por um processo de "ocidentalização", resultante não apenas da administração francesa, mas também pela instalação de entidades, instituições e ordens religiosas, em geral, francesas.

Como afirma Franklin (2011), o alcance das informações foi preponderante e definido pela inserção europeia na Grande Síria. A influência das potências europeias no Monte Líbano, primeiramente pela França e secundariamente a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, para além da esfera comercial, permitiu a disseminação de informações acerca do crescimento industrial estadunidense, o qual demandava trabalhadores que se mostravam muito atraentes aos sírio-libaneses. Segundo o autor, concordando com Hourani (2004), a inserção de ordens missionárias na construção de instituições de ensino, como os jesuítas franceses e os protestantes estadunidenses, também auxiliaram na disseminação dessas informações e na construção de um imaginário de expectativas em torno da Europa e, sobretudo, da América.

Não podemos perder de vista também o contexto mais amplo das migrações que, em fins do século XIX, estavam a ocorrer em massa em direção ao continente americano. O período da chamada Grande Imigração, que se estendeu desde a década de 1870 e encontrou seu fim na eclosão do conflito mundial em 1914, desenvolveu-se em decorrência do avanço dos meios de transporte, de bens, de pessoas, de capital e do desenvolvimento da comunicação. Nesse grande movimento, italianos, poloneses, alemães, japoneses, judeus, árabes, dentre outros, compuseram as frentes que avançaram sobre o continente americano. As interligações que foram estabelecidas pelos avanços técnicos permitiram a transposição de grandes distâncias, em simultâneo à disseminação da informação, tornando o mundo demograficamente maior e globalizado (Hobsbawm, 2016, p. 31).

Para Truzzi (1993), o avanço colonizador, materializado através de uma crescente influência sobre a região da Grande Síria e, posteriormente, com o controle direto, foi uma das causas que poder-se-ia distinguir como "econômica" da emigração para outras regiões do mundo. O avanço neocolonialista sobre o Oriente, para além de impor influência sobre a administração e sobre a política naquele território, se traduzia principalmente na possibilidade de abertura de novos mercados e novas áreas para a exploração de matérias-primas para as potências europeias, no caso específico, para a Inglaterra e França. A inserção de mercadores e comerciantes europeus cresceu em toda a primeira metade do século XIX, principalmente durante a invasão e ocupação egípcia da província da Grande Síria, mas sobremaneira após a inserção da França no comércio oriental na década de 1860.

A ação imperialista sobre a economia transforma a dinâmica das relações econômicas ali desenvolvidas até então. É verdade que a abertura aos mercados europeus já havia sido ensaiada no período em que a Grande Síria ficara sob o domínio egípcio (1831-1839), todavia, não apenas no Monte Líbano, mais integrado ao comércio francês, mas na Grande Síria como um todo, as questões concernentes ao cultivo, produção manufatureira e comercialização de produção passam por um período de alteração, integrando-se à zona colonial de influência francesa enquanto produtora de matérias-primas e importadora de produtos manufaturados europeus (Guzmán, 2007). A França já expressava interesse na indústria local da seda, quando o espaço econômico começou a ser integrado ao comércio e aos investimentos de mercadores europeus.

Guzmán (2007) considera que a inserção da Grande Síria no mercado mundial capitalista foi a principal causa da emigração daquela população em direção a outras partes do mundo, aliando-se à "causa" econômica e também às condições demográficas e políticas daquela região. A queda dos preços da seda, então principal produto cultivado e exportado, levou a uma crise generalizada no campo, que logo se fez sentir também nas cidades, ao mesmo tempo que o crescimento populacional também

era ascendente. A crise teria se tornado insustentável para uma grande parcela da população, de modo que emigrar tornou-se uma possibilidade a ser explorada.



Dois homens enrolando e pesando seda em uma loja de seda oriental, Síria, 1914. Fonte: Library of Congress. Acesso em: 20 fev. 2020.

Khater (1996), ao tratar do comércio da seda no Líbano durante o século XIX, assinala a inserção progressiva da Grande Síria no mercado mundial através do imperialismo europeu, aprofundado após 1860. Para se ter uma ideia, como afirma a autora, de acordo com os registros de importação das décadas de 1840 e 1850, por exemplo, o arroz sequer era mencionado e os têxteis europeus eram avaliados enquanto "artigos

de luxo"; entretanto, nas décadas de 1880 e 1890, o arroz já é importado às toneladas e os têxteis europeus e estadunidenses alcançam os 20 milhões de francos. Um período de prosperidade econômica foi experimentado pela população da Grande Síria nas décadas de 1860 e 1870, proporcionado pelo investimento de capitais por parte da França no Monte Líbano. Entretanto, a prosperidade durou por um curto período.

A mudança nos padrões de vida decorrente do aumento do fluxo comercial acabou por elevar os padrões de consumo da população, seguido por um acréscimo populacional elevado (Khater, 1996; Guzmán, 2007). O crescimento populacional experimentado após a década de 1860 incidiu sobre a população eminentemente agrária da Grande Síria e decorreu, em um curto período de tempo, em uma escassez das terras disponíveis para a agricultura. De acordo com Hourani (2002), no período entre 1860 e 1914, a população da Síria cresceu algo em torno de 40%, assumindo um contingente de cerca de 3,5 milhões de pessoas, aumento considerável se tivermos em mente que essa porcentagem se consolida em meio a um fluxo migratório que o contrabalança, e fixa milhares de sírios e de libaneses no continente americano e africano. Na tabela a seguir (Tab. 01), nota-se um crescimento que é inconstante em números totais, contudo, é um resultado da movimentação emigratória: a população não cessa de crescer, mas diminui estatisticamente em função da emigração.

Tabela 01. População das principais cidades da Grande Síria (1885-1914)

Cidade	1885	1897	1906	1914
Aleppo	787714	623505	877682	617790
Beirute	586014	921345	561619	824873
Damasco	400748	701134	478775	918409
Jerusalém	234774	264371	231209	328168
Total	1991250	2429301	2149285	2689240

Fonte: Guzmán, 2007, p. 590.

A dificuldade de expansão das áreas cultivadas naquela região, devido à concentração fundiária, foi um obstáculo ao desenvolvimento regional e, de acordo com Traboulsi (2012), a reivindicação camponesa em torno da distribuição de terras se manteve contínua até 1914, inclusive no Monte Líbano, onde um terço das terras agricultáveis pertencia à Igreja Maronita. Sobre a questão das terras, em correlação à emigração de sírio-libaneses, a escassez fundiária, que começa a ser notada na década de 1870, tornou-se ascendente com o passar do tempo, evoluindo rapidamente e se desdobrando em um movimento em direção à saída do país:

> Se ha calculado que, en la década de 1890, entre 5 000 y 10000 personas por año abandonaban las tierras de la Gran Siria. Para los años inmediatamente anteriores a la primera guerra mundial, se calcula que el número de emigrantes de esta zona - principalmente libaneses - era de entre 15 000 y 20000 personas por año. Para el periodo 1860-1900 emigraron probablemente unas 120 000 personas, y entre 1900 y 1914, los números casi se duplicaron ascendiendo a 210 000 (Guzmán, 2007, p. 594).

Desse modo, o crescimento populacional e a escassez fundiária estiveram no seio de uma crise econômica, aliada a um período de queda no preço da seda, que levou à frustração de muitos camponeses. A indústria da seda no Monte Líbano manteve-se crescente até a primeira década do século XX, porém os estabelecimentos autóctones responsáveis pela manufatura do algodão seguiram pequenos, e produtores em pequena escala, se comparadas às indústrias francesas instaladas naquele território. Os produtores de seda do Monte Líbano, até 1914, não podiam competir com a comercialização da seda japonesa, de melhor qualidade e também exportada para os europeus (Guzmán, 2007).

A indústria libanesa da seda era dependente dos investimentos franceses tanto para o financiamento quanto para a aquisição de novas tecnologias para a inovação nos meios produtivos, o que alijava os produtores autóctones em relação aos estrangeiros em uma disputa mercantil desigual.



Tecelão sírio operando tear em fábrica, na Síria, 1914. Fonte: Library of Congress. Acesso em: 20 fev. 2020.

A oferta de produtos industrializados por preços baixos e sem política de regulação comercial era lucrativa ao comércio das potências envolvidas. Contudo, para as mercadorias manufaturadas autóctones, isso se traduzia em prejuízo e declínio do comércio interno, fosse por parte de comerciantes autônomos alocados nos centros urbanos existentes, fosse por parte dos trabalhadores rurais, que possuíam menor possibilidade de inserção de seus produtos no mercado.

Em simultâneo ao processo de esgotamento fundiário, há, nessa segunda metade do século XIX, uma aceleração do processo de urbanização, notadamente nas capitais e cidades portuárias, em razão do êxodo

de agricultores que não encontravam na agricultura meios para a subsistência frente à concorrência dos produtos europeus. A pequena propriedade torna-se incapaz de manter a subsistência no campo. O fenômeno da urbanização é indissociável do incremento populacional experimentado pela Grande Síria.

A alteração dos modos de cultivo e orientação produtiva impactaram paradoxalmente na economia das regiões cultivadas. Se por um lado áreas da costa do Mediterrâneo experimentaram um rápido enriquecimento e incremento da população urbana, nas áreas rurais teve continuidade a falta de transportes e dificuldade de adaptação aos novos métodos de cultivo do algodão. O incremento da população urbana resultou de um movimento de êxodo rural devido aos fatores supracitados. Paradoxalmente, nas cidades, embora se abrissem novos postos de trabalho devido aos investimentos advindos da produção algodoeira e dos investimentos europeus na região, ao mesmo tempo, boa parte dos profissionais liberais tornaram-se desempregados, pois, como afirma Karpat (1985, p. 178), muitos artesãos viram seus ofícios se tornar obsoletos frente a um mercado profissional que se expandiu rapidamente. Nesse contexto, a possibilidade de trabalho e de inserção econômica no continente americano como um todo foi aos poucos se constituindo em importante instigador da emigração.

Para Guzmán (2007), a emigração condensou-se enquanto alternativa à crise econômica experimentada pelos habitantes da Grande Síria como um todo, onde a situação econômica de crise afetou principalmente a população do campo, o que viria a se traduzir em uma maior inserção de camponeses nos quadros da emigração, mas também de um número significativo de profissionais liberais, oriundos das áreas urbanas. Os efeitos sobre a produção e a indústria decorrentes da progressiva presença e intervenção – direta ou indireta – das potências europeias, com notabilidade a França e a Grã-Bretanha, são também componentes da crise econômica que se instaurou na Grande Síria durante a segunda metade do século XIX.

1.4. Os caminhos da emigração

De início, segundo Karpat (1985), os estratos menos abastados, em geral, uma parcela da população empobrecida foi a primeira a emigrar em direção ao continente africano ou americano. Com o passar do tempo e com o retorno de muitos emigrados ou, mesmo, com o envio de remessas de dinheiro à família que permaneceu na localidade de origem, a imigração passou a se tornar uma possibilidade tanto para a população em geral quanto para estratos da sociedade não tão desfavorecidos, isto é, imigrantes que apostam na fortuna passível de ser adquirida nos lugares de destino, sobretudo, na América.

Nos primórdios do fluxo migratório tem-se a imigração de indivíduos provenientes do que se constituía administrativamente como uma província do Império Otomano: a Grande Síria, território que atualmente corresponderia – com inexatidão, devido às redefinições territoriais que ocorreram no século XX – aos estados da Síria, Líbano e Palestina, hoje independentes. O primeiro fluxo migratório, que se desdobra ainda em fins do século XIX e encontra ruptura na eclosão da Primeira Guerra Mundial, estabelece, portanto, uma ligação Império Otomano-Brasil, fato que, deve-se ressaltar, ocorreu com grande expressão em direção a outros países do continente americano, como Estados Unidos e Argentina, apenas para citar estados que receberam esses imigrantes em maior quantidade e em simultâneo no mesmo período. Ainda antes do movimento migratório em direção ao continente americano, vale ressaltar o Egito e o norte da África como um todo foram também rotas da imigração de sírio-libaneses, sobretudo em pontos de ligação comercial com a Europa, tendo muitos desses imigrantes depois reemigrado para o continente americano (Glade, 1983, p. 120).

A imigração não era incentivada pelo Império Otomano, antes, foi vetada pelo Império na década de 1880, no auge do fluxo migratório. A resistência e a proibição da emigração se concentravam em torno de motivações de ordem demográfica, militar e de representação. Como afirma Goldfeld (2012), a saída em massa de uma população considerável de

uma das maiores províncias do Império Otomano gerava preocupação pelo esvaziamento de regiões inteiras, pela diminuição populacional e, por conseguinte, dos impostos arrecadados e da incorporação de soldados às tropas do Exército Otomano. Por outro lado, como demonstra Guzmán (2007), havia também o receio de que o Império construísse uma má representação no exterior, principalmente nos portos europeus onde os imigrantes faziam escalas em direção ao continente americano. Nas palavras de Yusuf Bey, cônsul otomano em Barcelona, na Espanha, em 1889:

> "Una muchedumbre de hombres, mujeres y ninos vestidos con harapos, vaga pidiendo limosna e implorando misericordia por las calles de Marsella, Havre, Barcelona y otras ciudades francesas y españolas. Cuando alguien les pregunta por qué han tenido que abandonar sus hogares en tan grandes números, inventan ridículas historias de una masacre de sus esposas y niños ... todo con el propósito de aumentar la compasión y, por lo tanto, las limosnas que puedan obtener. La gente bien informada rechaza tales calumnias, pero muchos otros menos enterados y gente más sencilla cree en este engañó, con lo cual se hace un gran agravio a nuestra imagen nacional (apud Guzmán, 2007, p. 593)."

A narrativa do cônsul otomano, como se pode notar, negava a situação precária a que os imigrantes se encontravam antes da saída do território otomano, na qual a falta de recursos decorrente dos efeitos da crise econômica crescente que se instalara no território a partir da década de 1870 havia conduzido muitas famílias à miséria e muitos à necessidade de apostar na imigração como forma de alteração das condições de vida. Podemos inferir também que o cônsul ignorava a natureza dos deslocamentos marítimos que possibilitavam a travessia, bem como os obstáculos que se interpunham durante a travessia, principalmente nos portos, onde muitos imigrantes acabavam sendo explorados e muitos recaíam ao pedantismo para poderem sobreviver e retornar às embarcações.

Embora a emigração fosse proibida pelo governo otomano, isto não significa que, em razão disso, tenha sido barrada. Pelo contrário, a emigração se processou de maneira clandestina, à revelia das proibições governamentais, através do suporte de funcionários públicos corruptos que aceitavam quantias em dinheiro para a liberação de passaportes e passagens para o exterior. Uma rede de negócios de agenciamento de imigrantes para a viabilização das viagens se formou, tendo os portos de Beirute, Izmir e Alexandria como os principais na disponibilização desses "serviços". O suborno se constituiu prática corrente para a retirada por parte dos imigrantes os certificados de viagem (*murür tezkeresi*), inflacionados em seu valor em cerca de 10 a 15 vezes acima do que o de um passaporte em outros períodos. Segundo afirma Acehan (2005, p. 27), a compra de um certificado e também dos bilhetes de viagem poderiam consumir cerca de um ano da poupança de um trabalhador regular, ou até três de um artesão.

Segundo Goldfeld (2012, p. 161), nas zonas portuárias, as companhias de navegação atuaram em grande medida como facilitadoras da imigração em função dos altos lucros advindos da intensa procura por meios de se sair do país. De acordo com Acehan (2005), o desejo pela imigração por parte de sírios e libaneses foi muito explorado e disputado pelos europeus através dos transportes, das companhias de navegação estrangeiras responsáveis não apenas pelo translado, mas também pela disseminação de relatos de indivíduos já emigrados bem-sucedidos, fomentando e propagandeando a emigração como saída para a crise a que estavam submetidos.

No translado ao continente americano, os portos europeus eram paradas obrigatórias e compuseram parte definidora das direções a serem tomadas – conscientemente ou não – pelos imigrantes. O porto de Marselha, na França, e o de Genova, na Itália, foram alguns dos principais utilizados pelas companhias de navegação. Nas viagens, a exploração dos imigrantes era recorrente. Durante o percurso, muitos descobriam que o bilhete comprado genericamente para "as Américas", em realidade, leva-



Anúncio do navio Aquitaine, que realizava a travessia atlântica entre o Brasil e os portos europeus de Marselha, Gênova e Nápoles. De acordo com Goldfeld (2012), esse era um dos navios que transportou, durante o primeiro fluxo migratório, contingentes de sírios e libaneses ao Brasil.
Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
Acesso em: 20 fev. 2020.

va apenas até metade do caminho; posteriormente, muitos dos que desejavam se dirigir aos Estados Unidos, na verdade descobriam – quando aportavam – que estavam em outros lugares da América, como na Argentina e no Brasil (Acehan, 2005; Truzzi, 1993).

Os imigrantes nas cidades portuárias nas escalas europeias, muitas vezes sem referências de como proceder para dar sequência à viagem, encontravam-se à mercê de intermediários, os *smsars*, em geral armênios, que os exploravam através da cobrança de elevados preços para a estadia em pensões superlotadas, junto a outros imigrantes também em situação semelhante. Não raro, por vezes, muitos imigrantes, devido à demora entre uma escala e outra, acabavam na condição de pedintes e tomavam as ruas europeias, buscando recobrar o capital necessário para dar continuidade à imigração.

Da chegada ao porto até o embarque final poderia levar mais de um mês devido à necessidade de completar um contingente necessário para a partida. Em cidades portuárias mediterrâneas, alguns imigrantes também foram capazes de desenvolver um grande comércio, corporificado em pequenas vilas e colônias de sírios e libaneses; muitos eram funcionários das companhias de navegação, outros desenvolveram atividades de mascates, pessoas que abriam pequenos negócios (Knowlton, 1961).

Em meio à travessia e a estada nos portos, uma extensa rede de informações se formava em simultâneo ao movimento migratório, envolvendo os sírios e libaneses que haviam emigrado e os que haviam se mantido em seus locais de origem. Um "sistema informal" de informações se constituía ancorado nos laços familiares e/ou comunitários, desde o início da

emigração. Os primeiros emigrantes serviram de exploradores das possibilidades e problemas relativos à travessia do Atlântico e ao estabelecimento nos lugares de destino (Glade, 1983).

Nos portos, nas escalas marítimas, como nos portos de Alexandria, no Egito, ou de Marselha, na França, entre idas e retornos dos migrantes, nas trocas entre um navio e outro – o que poderia levar mais de uma semana – as informações compartilhadas entre conacionais definiram também os rumos do movimento migratório em direção ao continente americano. Em realidade, entre os imigrantes, pelos menos das primeiras levas, sabia-se muito pouco sobre os lugares de destino, falta de conhecimento suplantado pela idealização das oportunidades que se fariam abundantes de uma prosperidade vindoura, de melhoria das condições de vida.

O intercâmbio entre os imigrantes que se dirigiam para os destinos ou retornavam para sua terra natal pode ter sido elemento substancial para determinar ou alterar o direcionamento dos fluxos, compondo um sistema informal de troca de informações e experiências migratórias. Esses contatos estabelecidos em rede também foram uma constante após o estabelecimento nos locais de chegada não só para a intermediação de locais para residência, mas também para a inserção no mercado laboral. Esses relacionamentos em rede mantiveram-se agregando certa coesão entre os imigrantes em seus espaços de destino, ao mesmo tempo que alimentavam o local de origem com informações e fomentavam a imigração.

De acordo com Khater (1996, p. 335), baseada nos dados do *Bureau of Immigration* dos Estados Unidos, os imigrantes que passaram a entrar naquele país não eram, em geral, os menos abonados em termos financeiros. Entre 1899 e 1903, imigrantes sírio-libaneses chegavam com uma média estimada de $31 dólares, contrastando, por exemplo, com a média de $12 dólares dos imigrantes poloneses. Dessa forma, a autora supõe que parte dos imigrantes eram pertencentes a famílias que possuíam ligação com a terra, donos de pequenas propriedades, que não eram o suficiente para dar sequência ao núcleo familiar de forma satisfatória frente

à situação de crise, tornando possível a reunião de certa quantia de recursos a fim de enviar um ou mais membros da família para o continente americano.

O retorno de imigrantes foi uma constante na imigração direcionada ao continente americano, mas principalmente durante o primeiro fluxo, entre 1880 e 1914, que assumia caráter muito mais temporário em função da possibilidade de retorno sem restrições, o que se altera após a eclosão do conflito mundial e com a situação do Império Turco-Otomano após o encerramento do conflito. As instabilidades que se asseveram com a institucionalização dos mandatos na região do Oriente Próximo alteraram a dinâmica migratória, que passa a assumir contornos menos temporários e mais perenes. Segundo Franklin (2011, p. 53),

> A preocupação com a situação socioeconômica de parentes no Líbano, viabilizando remessas de dinheiro para pagamentos de dívidas e ao mesmo tempo financiando passagens de familiares, concedia elos indispensáveis entre os que saiam das aldeias e os que lá permaneciam. As cartas e as histórias narradas, seguramente, revitalizadas no escambo além-mar, não somente estimulavam o "ímpeto ao movimento" pelos "louvores irrestritos à América", mas principalmente respaldavam elementos centrais no planejamento familiar, demonstrando que os deslocamentos permaneciam e adquiriam sentido quando estrategicamente avaliados a partir das interações coletivas.

A ligação do imigrante com a família, fosse com os pais e irmãos, fosse com a esposa e filhos, manteve a imigração também dinâmica; aos que se dirigiam ao continente americano, estabeleciam-se e começavam a lucrar nas diversas atividades que exerciam, enviar somas à família era algo necessário. Os contatos seguiam mantidos, embora fossem demorados. Muitos imigrantes, após um período de acúmulo de capital, retornavam ao território de origem para buscar esposas e filhos, outros, dentre os solteiros, para se casarem e reemigrarem, mas casados.

Em 1913, a população do Monte Líbano alcançava a cifra de 414 mil, estimando-se que cerca de 175 mil já estivessem a viver no continente americano. A emigração encontra um ponto de diminuição considerável desse fluxo com o conflito mundial, resultante de bloqueios marítimos, fechamento de fronteiras e outros termos de disputa internacional. Entretanto, após esse período de instabilidade, a emigração aos poucos retorna ao horizonte de expectativas de sírios e libaneses, mas adentrando em uma nova conjuntura e desenvolvimento desse processo.

Eles vão, elas ficam...

Da Grande Síria, a emigração de uma parcela considerável de homens em pouco tempo levou a que choques com as tradições religiosas ocorressem, sobretudo em se tratando de homens casados que emigraram. Muitos padres maronitas passaram a condenar a emigração. Muito comum e recorrente tornou-se o lugar comum de atribuir para a emigração sírio-libanesa nos fins do século XIX uma feição masculina. Homens, jovens e solteiros. É recorrente a invisibilização do papel feminino dentro dos contextos da emigração e imigração. Entre os cristãos houve maior quantidade de emigração de mulheres, porém em número reduzido em relação aos homens, mas superior em relação às mulheres de outras confissões religiosas.

Nesse sentido, é necessário que se reflita que o fenômeno da emigração é composto não apenas por aqueles que "vão", mas também por aqueles que "ficam". Como afirma Khater (1996), retomando a questão dos homens na imigração, não existem estatísticas que revelem qual o percentual de emigrantes sírio-libaneses que eram casados e que optaram por se estabelecer por período permanente no continente americano. Embora os homens apareçam enquanto protagonistas em uma historiografia mais tradicional, há de se ter presente que as mulheres assumem importantes papéis nesse mesmo contexto, sobretudo nos lugares de origem.





Trabalho de fábrica. À esquerda, mulheres reunindo as pontas de seda, fiadas como teias de aranha e conectando-as a bobinas, no Monte Líbano. À direita, mulheres analisando a seda a ser exportada, na Síria. 1914. Fonte: Library of Congress. Acesso em: 20 fev. 2020.

Segundo Khater, a saída em massa de homens em direção ao continente americano resultou em um processo de alteração nas atribuições de cada gênero. A remoção do elemento masculino das obrigações cotidianas – embora, à distância, aumentasse o poder econômico familiar – fez com que as mulheres experimentassem o fenômeno da emigração de maneiras diversas, mesmo sem emigrarem (1996, p. 341).

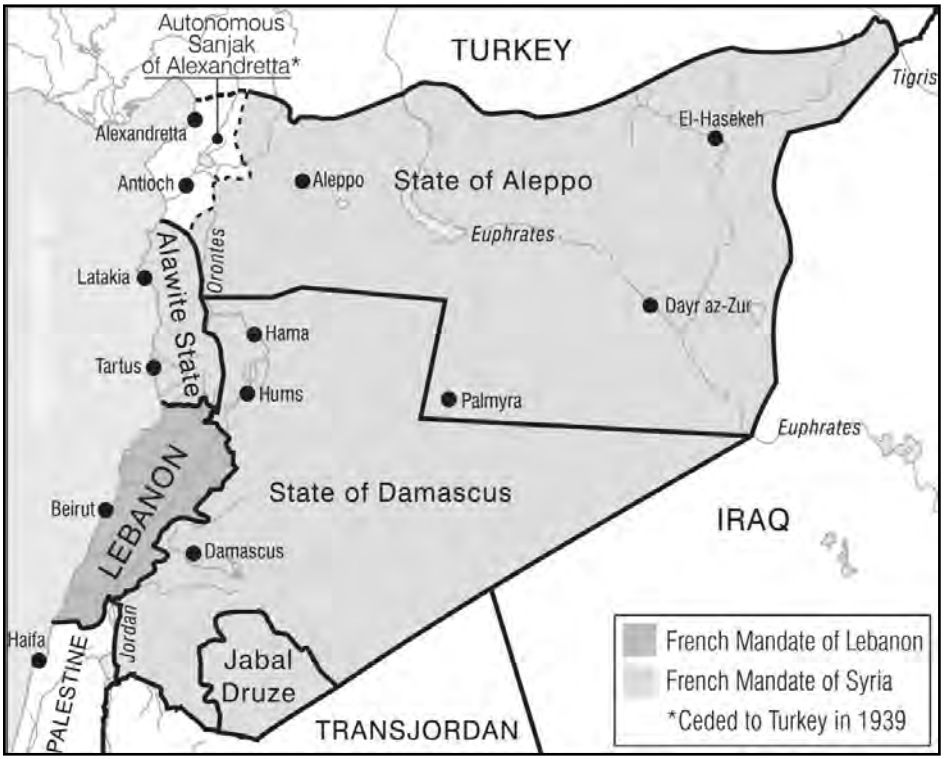
Da parte das mulheres casadas que possuíam maridos imigrantes, as necessidades de sustento do lar foram aumentadas consideravelmente. Muitas tiveram de se empregarem em fábricas de seda. Nessa ambiência, os papéis de gênero se alteraram de certa forma, tendo havido certo desligamento da mulher/esposa do espaço doméstico em prol do sustento familiar, em espaços externos ao lar, como em fábricas, ou em espaços públicos. A emigração fomentou alterações não apenas na estatística demográfica, mas também na organização e divisão do trabalho. Essa alteração de papéis é visível também nos contextos de imigração, como ressalta Francisco (2017), ao destacar que embora muitas mulheres tivessem sido ligadas ao lar nos lugares de destino também exerceram funções no comércio, na mascateação, em serviços de costura e moda, decorrentes de trabalhos já exercidos na terra natal e outros novos.

1.5. Uma emigração com vários fluxos migratórios

Embora até então tenhamos atribuído centralidade ao período de emigração que abrangeu desde os primórdios do fluxo migratório por volta da década de 1880 até o fim da Primeira Guerra Mundial, isso se justifica em função de uma prevalência de indivíduos desse fluxo em nossa pesquisa, que passaram a se estabelecer em nossa região de estudo a partir da década de 1890. Entretanto, faz necessário ter presente que o fenômeno imigratório não encontra aí seu fim, apenas uma ruptura, ou uma "mudança de fase".

De acordo com Gattaz (2015), podem ser encontrados elementos de uma periodização para a imigração dos libaneses, entendimento que, aqui, estenderemos também aos sírios, principalmente após o fim do Império Otomano. Em função da derrota da Tríplice Entente, houve a divisão dos territórios do antigo Império entre as potências vencedoras do conflito mundial. Na sequência do armistício, o Acordo Sykes-Picot definiu as áreas que ficariam sob a influência francesa e britânica; a província otomana da Grande Síria deixa de existir e o território original é dividido em Grande Líbano, Síria e Palestina, as duas primeiras regiões sob influência francesa e, a última, sob influência britânica (Feldberg, 2008).

Sob uma nova organização administrativa em que os governos eram compostos por civis daquelas regiões, mas administrados pelo Alto Comissariado da França, as feições da emigração também se alteram, inclusive tendo havido tentativa de se barrar o fluxo migratório, impedindo-se a saída dos territórios em direção ao continente americano (Guzmán, 2007, 604). A indústria da seda, que havia se consolidado como um dos grandes interesses da França no Monte Líbano, teve a crise aprofundada na década de 1920 e entrou em colapso a partir de 1930, o que levou mais indivíduos à emigração (Traboulsi, 2012, p. 93).



Mapa 03. Território do mandato francês para a Síria e o Líbano. Fonte: Traboulsi, 2012, p. 89.

Ainda podemos apontar uma terceira fase para a imigração, aliando-a também aos contextos nacionais e internacionais em que as populações sírias e libanesas estiveram envolvidas. Após a independência de ambos os territórios sob jugo francês, nasciam os estados do Líbano (1943) e da Síria (1946), decorrentes de movimentos que se constituíram ao longo da primeira metade do século e se aprofundaram no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). No pós-independência, fica difícil estabelecer uma periodização que abarque a imigração de contingentes de ambos os territórios. Para Gattaz (2015), tratando da emigração libanesa em específico, o período de 1943 a 1975 – essa seria uma terceira fase – foi o período de prevalência do Pacto Nacional estabelecido pelas forças políticas na década de 1940 para tornar possível a independência daquele país; contudo, o ocaso dessa conjuntura se dá justamente com o início da Guerra Civil do Líbano (1975-1991), marcando

uma nova onda emigratória que, em direção ao Brasil, mantém-se até a atualidade.

Para a Síria, envolvida em maior participação que o Líbano no conturbado período de disputas no Oriente Médio em torno do Canal de Suez e dos poços de petróleo nas décadas de 1950-1970, em função de um movimento pan-arabista, também encontrou novas definições em torno dos processos migratórios. Mais recentemente, impulsionada pelas movimentações da Primavera Árabe, há também a imigração de sírios em função da Guerra Civil que assola o país desde 2011 e ainda não encontrou seu fim, mas resultou na criação de um contingente expressivo de refugiados de guerra, dos quais muitos entraram no Brasil com pedido de refúgio.

De pronto, em se tratando de nossa pesquisa, abordaremos "períodos" distintos do processo imigratório que envolveu sírios e libaneses em direção ao Brasil, do qual optamos trabalhar sobre um recorte temporal delimitado, em muito pelas fontes de que pudemos dispor e por nossos interlocutores em nossa região de estudo em detrimento das grandes periodizações ligadas a eventos geopolíticos. Dessa forma, identificamos nosso recorte temporal de modo a conceber a década de 1890 como ponto inicial do estabelecimento de sírios e libaneses no norte do Rio Grande do Sul e nos estendemos em nossa análise até a década de 1970, buscando contemplar o período pós-independência da Síria e do Líbano, mas imediatamente anterior aos períodos de beligerância em que estiveram envolvidos.

1.6. A caminho do Brasil

Dentro do contexto imigratório de sírios e libaneses em direção ao continente americano, o Brasil apresenta-se como uma das tantas alternativas ao estabelecimento em uma nova terra, onde a possibilidade de ascensão social e econômica eram muito atrativas e propagandeadas desde a partida do território de origem. Em fins do século XIX, a partir da

década de 1870 é que a imigração de súditos do Império Otomano passa a ser registrada no Brasil, ainda de forma "esporádica e errática", mas em fluxo contínuo e crescente ao longo das décadas seguintes (Goldfeld, 2012, p. 177).

O contato entre o Império Otomano e o Império Brasileiro foi "esporádico" e "incógnito", durante o Período Colonial sobretudo, a intensos e constantes durante o Segundo Reinado e as duas décadas do regime republicano brasileiro, até o fim do Império Otomano após a derrota na Primeira Guerra Mundial (Goldfeld, 2012 p. 157). A aproximação nos contatos entre ambos os estados na segunda metade do século XIX deveu-se, em grande parte, ao fenômeno migratório sobre o qual estamos a tratar. A autora assinala que muito embora seja corrente tratar dos imigrantes a partir de seu reconhecimento étnico, isto é, como gregos, armênios e árabes, do ponto de vista institucional, a designação de "súditos otomanos" para esse período é viável e também aplicável a esses imigrantes nesse primeiro período da imigração, mesmo que muitos imigrantes, longe de seus locais de origem, tenham buscado se opor, por exemplo, a uma identidade otomana e empreendido esforços em prol de identidades diversas, como sírios, libaneses, ou, ainda, a partir de um viés confessional, como os maronitas.

Há de se ressaltar, portanto, que o Brasil recebeu, ainda no século XIX, contingentes de súditos otomanos que etnicamente não eram árabes, como armênios, gregos e judeus, bem como nem sempre eram contingentes originários da Grande Síria, como os sírios e libaneses, isto é, provenientes de outras regiões do Império Otomano. Entretanto, os imigrantes originários da Grande Síria, de fato, compuseram a maciça maioria dos otomanos que se estabelecem no Brasil (Goldfeld, 2012). Dentro desse contexto migratório amplo, a imigração de otomanos para o Brasil até 1914 variou em muito em termos não apenas étnicos, como também confessionais. Não obstante a imigração tenha assumido uma faceta eminentemente cristã em decorrência de uma maioria árabe maronita proveniente da Grande Síria e, mais especificamente, do Monte

Líbano, mesmo dentro dessa categoria podemos destacar a heterogeneidade das vertentes; para além de cristãos maronitas, cristãos melquitas, ortodoxos e também protestantes estiveram presentes entre os imigrantes. Ainda em se tratando da maioria árabe, podemos destacar também que uma minoria de muçulmanos e drusos também estiveram inseridos nesse amplo fluxo migratório (Karpat, 1985). Para além de árabes, ainda poderíamos mencionar que em termos de diversidade religiosa, armênios, gregos e judeus também possuíam suas diferentes vertentes, dividindo-se em judeus ortodoxos, sefarditas e cristãos ortodoxos (Goldfeld, 2012, p. 162).

Os debates brasileiros em torno da imigração durante o século XIX centrava argumentos ligados tanto às perspectivas econômicas de desenvolvimento de determinadas regiões do país quanto às ideias de uma identidade brasileira em construção por parte da intelectualidade e da elite brasileira. Sob essa alegação, Lesser (2001) afirma que transpondo as raias dos debates que giravam em torno da agricultura, do cultivo e colonização do solo, a imigração foi central também na mesa de debate da constituição identitária brasileira ao longo do século XIX até por volta de meados do século XX. Nas discussões que se apresentavam, em linhas gerais, a imigração deveria fornecer, agregar, um contingente humano desejável ao país e ao mesmo tempo necessário à constituição de uma identidade ideal. Dessa forma, a primazia do imigrante desejável respeitaria a branquitude, de preferência europeia e falante de línguas latinas, portanto, em vias de se adaptarem e serem assimilados mais facilmente (Seyferth, 1999).

Nos anos finais do Império brasileiro e durante os primeiros da República até o fim do Estado Otomano, as relações diplomáticas entre ambas as nações se estreitaram em função do fenômeno imigratório. A movimentação de diplomatas e cônsules otomanos em tratar de assuntos envolvendo os súditos daquele Império em terras brasileiras e, inclusive, na criação de consulados. Como analisa Goldfeld (2012), esses funcionários otomanos foram muito atuantes na seara da resolução de conflitos de natureza jurídica, em que muitos sírios, libaneses e outros súditos oto-

manos envolviam-se e tinham no consulado o referencial a se recorrer na condição de estrangeiros. Não por coincidência, nos locais onde se formaram as grandes "colônias sírias", isto é, nos grandes centros urbanos brasileiros da época, São Paulo e Rio de Janeiro, é onde foram instalados os entrepostos diplomáticos otomanos.

Nesse período, nos anos finais do século XIX, a "colônia síria" no Brasil já se organizava, definindo-se coletivamente sob esse termo e inserindo-se localmente nos assuntos, celebrações e eventos brasileiros. Em 1913, um relatório diplomático consular otomano estimava em mais de cem mil súditos do Império Otomano residindo no país; desses, o destaque era legado aos otomanos provenientes da Grande Síria, que haviam se engajado voluntariamente na campanha imigratória do Brasil, pois eram os grandes difusores das possibilidades oferecidas nos territórios de destino aos ainda residentes no país de origem (Goldfeld, 2012, p. 186). Embora a passagem do Imperador D. Pedro II pelo Monte Líbano em sua viagem ao Oriente na década de 1870 tenha sido por muitos compreendida como um dos fatores que levaram aos sírio-libaneses a optarem pelo Brasil como destino migratório, deve-se ter em mente que a situação de crise foi muito mais significativa e premente no sentido de fomentar a emigração. Porém, a visita não deixou de ser um endosso à construção de uma imagem do Brasil aos súditos otomanos, talvez contribuinte, no âmbito do imaginário e das expectativas, ao direcionamento da imigração de sírios e libaneses em seus primórdios.

Glade (1983) assinala que os sírios e libaneses – o autor, em realidade, considera-os como *levantinos* – não se estabeleceram de maneira aleatória na América Latina como um todo. De uma forma sintética, podemos dizer que as causas desse processo migratório são múltiplas, variadas e de difícil definição, característica, em geral, das migrações internacionais. O que se pode afirmar é que a falta de terra, posição política e social inferior dada aos cristãos no Império Otomano, quando não vítimas de opressão, ofensas e massacres, dentre outras, estão na hierarquia de causas, sendo essas, talvez, em termos estruturantes, consideradas as centrais.

O estabelecimento desses imigrantes se processa em locais onde o comércio é atividade desenvolvida em grandes centros urbanos; no Brasil, o caso da cidade de São Paulo é o mais expressivo (Truzzi, 1993). Contudo, há uma dispersão em direção também aos interiores desses países de destino. Em uma análise ampla, o autor afirma que a instalação dos imigrantes nos países da América Latina é acompanhada pela possibilidade de inserção nas atividades de um comércio ainda crescente, em vias de desenvolvimento, não consolidado pelos autóctones e imigrantes de outras nacionalidades já instalados. É no aproveitamento dessa "brecha" que sírios e libaneses vão adentrar nas redes de comércio e, verificada tal disponibilidade, manter-se-ão atraindo outros patrícios e formando redes em âmbitos locais, espalhando-se por todo o continente. Inserem-se também como impulsionadores das economias locais, ao passo que dinamizam determinados segmentos do comércio e/ou desenvolvem novos, como veremos a seguir em nossa análise.

Interior da Loja Paulista, em Amparo/SP, pertencente aos imigrantes João Miguel Matta e irmãos.
Fonte: Truzzi (2019, p. 8).



A emigração para o Brasil:

alguns apontamentos históricos





Loja de imigrante árabe na Rua 25 de Março, centro de São Paulo/SP, em 1954. Acervo Digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

Dimos no primeiro capítulo que o território que comportava a Síria e o Líbano no período do começo da emigração para o Brasil, por volta de 1880, era ocupado e dominado pelo Império Turco-Otomano, um dos últimos impérios da era contemporânea e que foi destituído no final da Primeira Guerra Mundial. Além de que, como já vimos no referido capítulo, até a Primeira Guerra Mundial o Líbano foi parte integrante da Síria. Em razão disso, os libaneses eram considerados sírios; somente em 1926 passaram a ser contabilizados à parte (Francisco, 2017a), bem como a definição final dos territórios demorou mais alguns anos (Kemel, 2000). Por isso, até hoje poucos compreendem a identificação diferenciada e alterada desses dois grupos no Brasil. A opção pelo Brasil não era a principal dos sírios e libaneses. A idealização era os Estados Unidos, porém, um amplo contingente aportou em terras brasileiras e aqui fixou moradia e estruturou sua vida.

O capítulo analisa alguns aspectos e características dessa migração para o Brasil desses dois grupos, algumas de suas trajetórias internas, atividades econômicas e processos de assimilação e/ou integração social. É um capítulo genérico e panorâmico, com a intenção maior de situar esses sujeitos no interior e no contexto do Brasil. Há uma ampla literatura que aborda a realidade desses sujeitos no país. Servimo-nos de parte dessa para o presente capítulo, em particular Osvaldo Truzzi (livro, tese e artigos) e Júlio Bittencourt Francisco (tese e artigos).[4]

[4] Reconhecemos a grande contribuição de ambos no esforço de compreensão de elementos que envolveram a presença desses dois grupos na sociedade brasileira e, em particular, para o Rio Grande do Sul, nesse último, com a profunda e ampla análise e reflexão histórica e, em boa parte, antropológica, do professor Francisco. Somos-lhes agradecidos pela aprendizagem obtida e pela utilização de suas análises em nosso singelo e específico esforço de compreensão em alguns espaços interioranos do centro-norte e nordeste do estado.

2.1. Múltiplas trajetórias e esperanças

Já analisamos que os referidos grupos sociais possuem, historicamente, uma cultura migratória. No entanto, como vimos no primeiro capítulo, no final do século XIX novas trajetórias começam a se desenvolver. A América do Norte, em particular os Estados Unidos, passa a ser vista como uma terra de esperança e de oportunidades, de "inegável riqueza" (Knowlton, 1961, p. 22). Outros espaços tornaram-se evidentes para eles, principalmente na segunda metade do século XIX e primeiros trinta anos do século XX, como é o caso de territórios da África, América do Sul (nessa o Brasil, Argentina e Uruguai com maior expressão), Europa, Ásia Ocidental e Ilhas do Pacífico (Knowlton, 1961). No período entre 1900 e 1914, houve uma grande diáspora da Síria e de onde hoje é o Líbano; acredita-se que em torno de um quarto da população deste último tenha emigrado em direção a vários continentes (Truzzi, 2005 e 2019). Desse modo, mesmo após a segunda metade do século XX, múltiplas trajetórias, alimentadas por esperanças de vida melhor, fizeram parte desses sujeitos coletivos.

Todavia, muitos foram os casos de desvios de rota, ou seja, mudanças de destino ao longo do percurso do Oriente ao continente americano, os quais nem sempre o destino acordado antes do embarque era o mesmo a ser realmente efetivado (Truzzi, 2019). Esse processo de desvio de rota deu-se muito em razão de restrições à entrada de imigrantes nos Estados Unidos. Como vimos no primeiro capítulo, isso tornou a opção para a Argentina e para o Brasil uma realidade. No Brasil não havia grandes barreiras, ao contrário, havia uma política que demandava imigrantes para suprir lacunas no âmbito econômico e territorial. Como destaca Truzzi (1992), muitos sírios e libaneses desembarcaram em Santos ou no Rio de Janeiro sem terem clareza da opção desse destino ou sem um conhecimento prévio e informação sobre a sociedade e as condições de vida no cenário de destino, principalmente membros das primeiras levas. Posteriormente, com as redes familiares, parentais, de amizade, de filiação religiosa e conterraneidade, esse processo de desconhecimento e/ou

de estranhamento ficou menos evidente e passaram a funcionar as redes familiares, parentais, de conterraneidade, afetivas e religiosas (Kemel, 2000; Selaimen, 1987).

Como já mencionamos, não foi uma imigração subsidiada, não houve vínculos estatais envolvidos, nem do espaço de destino e muito menos no de origem. Nesse sentido, a dinâmica das redes, já mencionadas, tornou-se fundamental (Truzzi, 2019; 2008). Nos primeiros meses nos espaços de destino, principalmente no interior de São Paulo e Rio Grande do Sul, conterrâneos se solidarizavam com os recém-chegados para amenizar as dificuldades linguísticas, de habitação e de espaços de atuação mercantil, absorvendo-os em suas casas, em seus negócios, na aprendizagem de algumas palavras etc. Com isso, os laços entre si iam se estreitando e produzindo no coletivo de imigrantes uma espécie de "capital relacional" (Soutelo Vásques, 1998), o qual os vinculava numa cadeia de relações que objetivava tornar menos pesados os limites encontrados (conhecimento, língua, carência de recursos financeiros, espaços habitativos etc.), mas facilitar as atividades comerciais e profissionais, acolhida aos recém-chegados, complementaridades comerciais, estratégias de compadrio, organizações coletivas e em redes entre fornecedores de informações e de produtos nos espaços mercantis que sírios e libaneses se inseriam.

Os próprios imigrantes recém-chegados buscavam, mesmo com escassas informações, situarem-se em espaços onde já havia conterrâneos. Esse processo ia produzindo pequenos enclaves étnicos, que davam suporte e faziam com que todos sentissem menos os limites no novo espaço. Em uma das entrevistas que fizemos na cidade de Lagoa Vermelha, norte do Rio Grande do Sul, uma interlocutora disse que a casa deles "tinha semana que parecia uma pensão de tantos patrícios que chegavam e mascateavam na região. Ficavam semanas habitando aqui conosco, muitos deles não sabiam uma palavra em português". Nesse âmbito espacial da colônia e da atividade mercantil Truzzi (2018, p. 68) diz:

> [...], desde o início havia uma clara noção, fornecida pelos que chegaram antes, de por onde se deveria começar, do tipo de mobilidade a ser perseguida, de qual era o nicho em que a colônia havia se entrincheirado com sucesso, de onde, portanto, existia uma rede de conterrâneos funcionando efetivamente: provendo emprego, treinando e socializando o recém-chegado.

Tanto o enraizamento no espaço de destino quanto os retornos (estes podendo ser definitivos e/ou temporários) viabilizavam um processo racional dos imigrantes, que buscavam otimizar seus atos. Alguns retornaram para resolver problemas familiares e aproveitavam para buscar esposa, filhos, parentes para maximizar algum tipo de negócio ou reproduzir no local de destino uma nova família ampliada. Segundo Truzzi (2019), essa mobilidade entre um país e outro marcou as primeiras décadas desses imigrantes em questão, porém, os retornos para permanecer no local de origem foram bem inferiores do que os que produziram a viagem de volta ao Brasil. Não obstante os laços existentes no local de origem, mas as comparações das situações entre um país e outro fizeram com que a segunda opção fosse mais evidente. Por isso, para muitos imigrantes, um segundo retorno ao Brasil evidenciou ser diferente do primeiro.

O conhecimento adquirido anteriormente, os limites enfrentados, a carência da presença familiar e de capital financeiro, na segunda emigração foram, em boa parte, supridos. Essa opção de segunda oportunidade também criou as condições para a definição da permanência no Brasil. Nas entrevistas que fizemos e nas histórias de vida de algumas famílias dessas duas etnias e nacionalidades, evidenciamos elementos que são específicos dessa imigração para o Brasil, mas, em geral, essa faz parte de um contexto de grandes discussões sobre as políticas imigratórias na sociedade brasileira e que incluía vários grupos étnicos; nessas discussões estavam em pauta questões ligadas ao branqueamento, ao mundo econômico e questões de ocupação territorial.

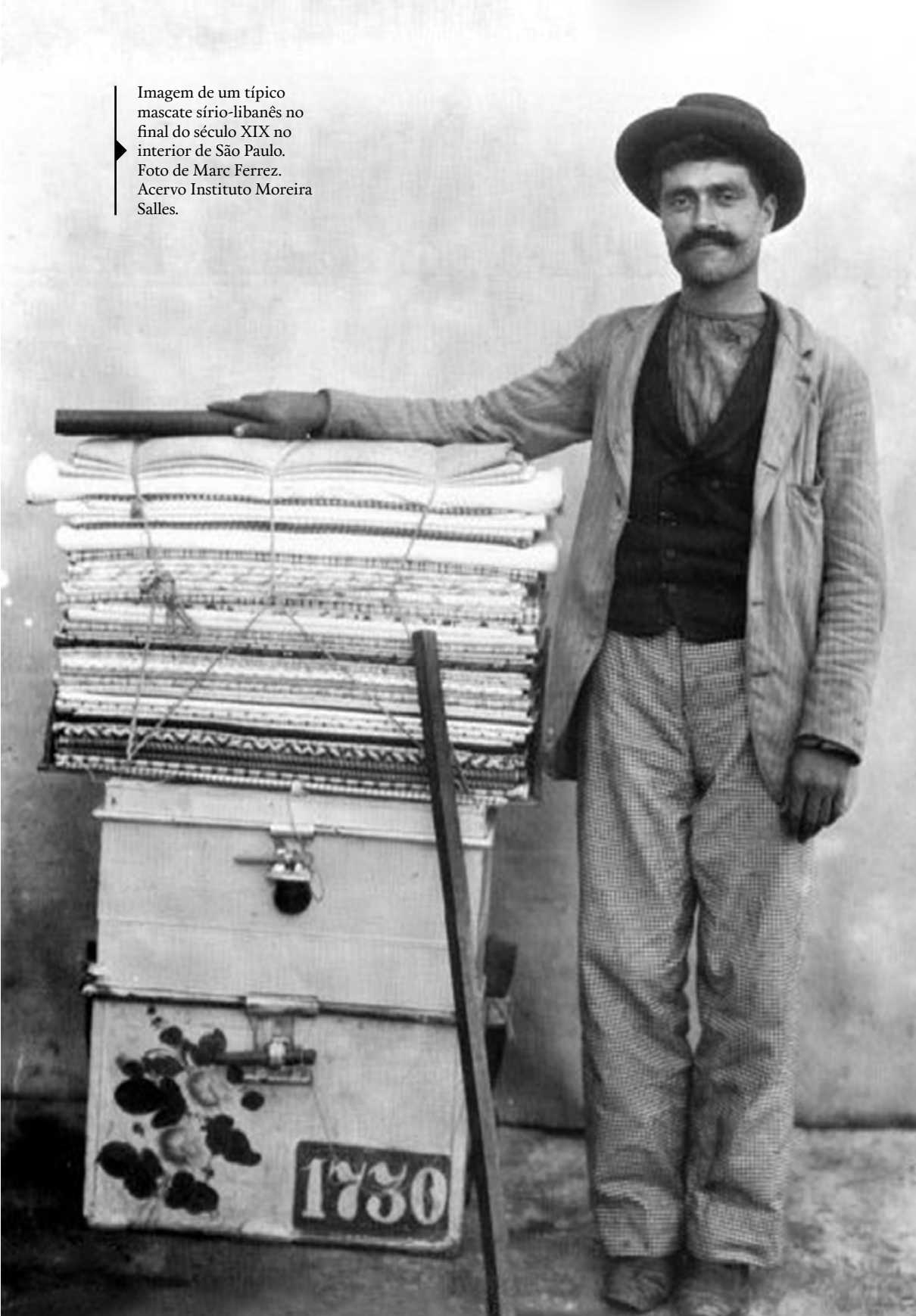


Imagem de um típico mascate sírio-libanês no final do século XIX no interior de São Paulo. Foto de Marc Ferrez. Acervo Instituto Moreira Salles.

Nesse sentido, como já mencionamos, a imigração nas últimas décadas do século XIX estava na ordem do dia na sociedade política e econômica brasileira. A questão da escravidão e sua abolição, da sua consequente alteração e demanda de mão de obra para a lavoura cafeeira, para o setor industrial paulista em expansão, para o setor agrícola do centro-sul, enfim, tudo isso somado às questões de ordem racial, regional e quantitativa (contingente necessário) formava o cenário das grandes discussões e polêmicas do período.

A imigração era vista com bons olhos, demandada por várias categorias expoentes do capital agrícola, bem como da esfera pública, que idealizava colonizar, vender terras, fazer caixa financeiro com essa, além de prover a produção de alimentos. Na realidade, idealizava-se a demanda de mão de obra para as lavouras de café e na produção de alimentos no sul do país, bem como para as fileiras do operariado paulista, mineiro e carioca. No entanto, as análises mostram que pouco disso foi desenvolvido (Truzzi, 1999).

Os dois grupos em questão configuraram de uma forma mais ampla, porém não exclusiva, uma imigração comercial (comerciantes) e de pequenos industriais e não tanto nos cenários laborais que se pretendia. Essa é uma das especificidades desses contingentes migratórios, além do mais, os primeiros que emigraram se deslocaram para a região da Amazônia, em pleno ciclo da borracha, idealizando ganhar dinheiro nesse cenário específico e não nos espaços previamente pretendidos pelos gestores das políticas de imigração no país.

Oficialmente, a imigração de sírios e libaneses deu-se em 1880, quatro anos após a visita do imperador D. Pedro II ao Líbano (Truzzi, 1997). Segundo Knowlton (1961), ambos os grupos foram incluídos numa única categoria pelo governo. Não podemos esquecer também que mesmo no curto tempo do mandato francês na Síria, como já foi mencionado no primeiro capítulo, o Líbano era considerado uma parte da Síria, por isso, libaneses podem ter sido classificados como sírios, em outros momentos como turcos e, na realidade, eram sírios e/ou libaneses. Esse processo é

bem complexo e é reflexo das parcas condições de registro no Brasil, de estratégia de imigrantes, de espaços variados de entradas no país etc., fato esse que dificulta maior identificação e registro estatístico dos referidos grupos sociais. Porém, não foi exclusividade desses grupos em questão; grande parte dos migrantes que chegaram ao país entre final do século XIX e primeiros anos do século XX tiveram essa performance limitada em termos de registro. Desse modo, percebe-se a complexidade da definição, bem como da identificação identitária. A migração de sírios e libaneses para o Brasil foi sem o auxílio ou acolhimento público de projetos de colonização, como o evidenciado junto a outros imigrantes no século XIX (Francisco, 2017), esses, tendo sido direcionados, em sua maioria, ao trabalho agrícola em minifúndios ou nas lavouras de café no centro do país.

Entre 1909 até junho de 1941, segundo Knowlton (1961), chegaram 309.318 portugueses (25% dos imigrantes), espanhóis com a cifra de 228.376 (18,7%), italianos com 213.385 (17,5%), japoneses com 189.268 (14,7%), alemães com 52.364 (4,3%), sírios e libaneses com 48.326 (4,0%), estes últimos figuraram em sexto lugar no número de imigrantes que aportaram em São Paulo nesse período.

Lesser (1999) analisa que sírios-libaneses não eram os imigrantes mais desejados no período, porém não havia uma legislação no Brasil que pudesse impedi-los de chegar. As autoridades do período preferiam os europeus. O referido autor demonstra alguns dados que revelam essa prioridade de grupos migratórios: entre 1880 e 1960, registraram-se portugueses com 31% das migrações, italianos com 30%, espanhóis com 14%, janponeses com 5%, alemães com 4% e, imigrantes do Oriente Médio contemplavam somente 3% da população migrante. No entanto, Francisco (2013 e 2005a) e Capello (2004) enfatizam que os dados sobre este último grupo são bastante imprecisos, sobretudo em razão de que até 1908, tanto sírios-libaneses quanto palestinos, turcos, eram registrados com a denominação destes últimos, ou "turco-árabes", fato esse que poderia ampliar as cifras de sírios-libaneses no período em questão.

Segundo Francisco (2017), entre 1898 e 1910 foram registrados 22.516 imigrantes sírio-libaneses. O destaque desse período é o ano de 1910, no qual foi contabilizada a presença de 5.257 pessoas. Continua o autor informando que, entre 1911 e 1920, registraram-se 34.793 imigrantes, 45% a mais que na década anterior, com destaque para o ano de 1913, quando foram computadas 10.886 entradas. Durante a Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, o fluxo desses dois grupos reduziu significativamente. Os dados que o referido autor nos apresenta é que até o fim da Primeira Guerra Mundial não ficaram mais do que 50 mil sírio-libaneses no Brasil. Desses dados, podemos depreender a manutenção de certo fluxo de imigrantes em direção ao Brasil – descontando-se uma redução significativa dessa imigração em razão da Primeira Guerra, quando aportaram apenas 2.693 imigrantes em função das barreiras levantadas pelo conflito (Knowlton, 1961). Porém, com a retomada da navegação no Atlântico, pós-1920, houve um significativo aumento da imigração, na ordem de 5 mil ingressos. Segundo o autor, desse período em diante, em média, de 4 a 5 mil por ano ingressaram no país até 1930. Segundo Lesser (2001), baseado nos dados consulares franceses, havia, no final da década de 1920, em torno de 130 mil imigrantes sírios e libaneses em São Paulo e em Santos, em torno de 20 mil no Pará, 15 mil no Rio de Janeiro, 14 mil no Rio Grande do Sul e 12 mil na Bahia. Porém, o autor, assim como vários outros, ressalva que esses dados não são fidedignos por várias razões dos próprios grupos de migrantes e pelos limites dos registros existentes no período. Knowlton (1961) estima a presença de 106.184 imigrantes árabes no Brasil entre 1884 e 1943. Francisco (2017a) e Truzzi (1992) discutem com propriedade esses desencontros de dados enfatizando os limites de contabilização, bem como o alto índice de regresso aos países de origem, migrações internas e/ou para países vizinhos. Na realidade, esse processo de mobilidade faz parte das características de imigrantes. A situação encontrada nos espaços de destino faz alterar planos, cria vínculos com o espaço de origem, produz novas trajetórias migratórias, retornos e, este último, em geral, cria condições para novos emigrantes. Mas,

de qualquer forma, mesmo com dados desencontrados, a presença desses dois grupos foi muito significativa, principalmente em algumas regiões de São Paulo, antes da Primeira Guerra Mundial.

2.2. Desconexão entre saberes e novos ofícios

Sírios e libaneses se inseriram no solo brasileiro num período em que a imigração no Brasil era efervescente, principalmente em razão de algumas questões históricas, dentre as que já mencionamos, a industrialização de São Paulo, o regime de colonato nas fazendas de café, a ocupação territorial do sul do país, a ocupação para resguardar fronteiras nacionais, ampliação do mercado consumidor urbano, a necessária diversificação da pauta produtiva agrícola em prol da agricultura familiar, produtora de alimentos para o mercado interno. A primeira metade do século XX no Brasil esses processos são de grande expressão e fazem parte das estratégias de desenvolvimento do país no período.

O destino dos maiores fluxos foram o estado de São Paulo, em particular em sua parte oeste (Truzzi, 1999, 2019). Inseriram-se no espaço agrícola não para produzir na agricultura, mas para otimizar atividades comerciais, principalmente no espaço da fazenda de café, algodão e de cana-de-açúcar, mas também em pequenas cidades. Os meios pouco acessíveis de acesso à propriedade da terra, devido ao preço dessa, ao modelo fundiário e latifundiário da produção monocultora, os parcos recursos financeiros existentes, dentre outras características latentes do desenvolvimento econômico brasileiro no início do século XX, inviabilizaram a reprodução das atividades ligadas à agricultura no país de destino por parte dos imigrantes sírios e libaneses. Porém, não ter acesso à terra ou reproduzir atividades agrícolas, não significou o deslocamento da força produtiva desses imigrantes para as fábricas ou o engrossamento do operariado urbano (Truzzi, 2008b). Isso se evidenciou em conta-gotas em alguns espaços e setores urbano-industriais, porém não com a velocidade pretendida pelos expoentes do capital industrial e da gestão estatal.

Na realidade, os imigrantes sírios e libaneses não se enquadraram efetivamente, ou com grande expressão, em nenhum dos supracitados horizontes laborais, tampouco se inseriram em projetos de colonização com imigrantes, como veremos posteriormente. Muitos deles atuaram, sim, em algumas atividades agrícolas e extrativistas, bem como no pastoreio. Para grande parte do contingente que entrou no Brasil, esse domínio de conhecimento prévio esteve em desconexão com o que foi desenvolvido para angariar fundos e se manter na nova terra (Francisco, 2013).

O custo alto da aquisição da terra, o pouco que sobrava do latifúndio no período (primeiras décadas do século XX), as péssimas condições de vida em que vivia grande parte dos camponeses e/ou pequenos agricultores em suas várias formas de relações de trabalho com a terra, bem como a necessidade de ter um recurso financeiro imediato, que, com a plantação agrícola se tornava sazonal e em tempos considerados longos (de safras), dentre outros aspectos, fizeram com que esses imigrantes, ou boa parte deles, optasse pela mascateação, saindo com mercadorias, por múltiplos espaços, oferecendo a quem necessitasse ou fosse convencido a comprar.

Segundo Truzzi (1992, p. 220), foram imigrantes que "trabalharam duro e, gastando o mínimo para sobreviver, tornava-se bastante segura a possibilidade de amealhar certo capital". Os relatos obtidos em nossa pesquisa de campo demonstraram sempre essa centralidade da poupança, de viver com o mínimo necessário para amealhar recursos, poupar e montar seus pequenos negócios. Continua Truzzi (1999, p. 221) dizendo que eles, em São Paulo, foram os criadores do chamado "comércio popular". Sírios e libaneses "partiram do varejo para o comércio atacadista e, posteriormente, para a indústria, sobretudo a têxtil". Iniciaram, em geral, com miudezas, vendendo de porta em porta, posteriormente, em razão da clientela constituída, seus ofícios, seu local de moradia (cidade ou meio rural), condições econômicas, ampliaram para os armarinhos, roupas feitas, perfumarias, tecidos, sapatarias.

Havia um intenso intercâmbio ou um processo em rede entre os comerciantes. Muitos deles saíram do comércio e foram desenvolver atividades industriais com a poupança adquirida no primeiro setor. O que perdurou por muitos anos foram os processos integrativos entre si, endógenos, e com os autóctones. Os mascates, por exemplo, lançavam mão de redes de parentesco e conterraneidade, as quais viabilizavam relações de cooperação. Segundo Truzzi (2008b), eles conseguiam separar suas desavenças cotidianas e/ou de ordem política e cultural de seus negócios. Em meio à concorrência, havia também a cooperação, a confiança, a tentativa de resolução de problemas de uma forma informal. Para isso buscavam parentes e conterrâneos para auxiliá-los nos negócios. Com baixo custo em termos de infraestrutura e com uma rede interligada de fornecedores e de clientes, como já falamos, conseguiam vender barato, e, vendendo barato, vendiam mais, dimensionando, com isso, um comércio popular.

Possivelmente, os imigrantes sírios e libaneses enfrentaram os amplos limites de todos os imigrantes do período: a língua, a falta de dinheiro, a distância da pátria-mãe, a ausência de familiares, as questões culturais e religiosas, a sociabilidade e os preconceitos, a falta de integração etc., porém, idealizaram, como todos os imigrantes o fazem, melhorar de vida, prosperar nos negócios, enviar dinheiro para a família, integrar-se na sociedade hospedeira e fazer um esforço de manter elementos culturais e valores que demarcam o grupo (Francisco, 2017). Grande parte da população brasileira vivia em áreas rurais e sem acesso a novidades, mercadorias e ao comércio livre em geral. Em muitas propriedades rurais, havia apenas a vendinha do patrão. Ali, sem outra opção, o colono comprava ou negociava seus produtos e excedentes na prática do escambo por gêneros. Frente a esse quadro, escreve Truzzi (1997, p. 58):

> // Não há dúvida, portanto, que os sírios e libaneses operaram, na qualidade de pioneiros, uma revolução nas práticas comerciais. De fato, eles arejaram o comércio, redefiniram as condições de realização do lucro para todo

> o setor, ao buscarem compensar a redução da margem de lucro por unidade, aumentando a quantidade vendida; ao buscarem uma alta rotatividade no estoque; ao inaugurarem a promoção de liquidações; ao reinvestirem os lucros no próprio negócio; e, finalmente, de um modo geral, ao dedicarem maior atenção às necessidades do consumidor. Por tudo isso, não seria demais afirmar que foram eles que, no Brasil, inventaram o comércio popular". //

Truzzi (1999, 2019) e Greiber et al. (1998), dentre outros que analisaram os sírios e libaneses no interior paulista entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, imprimem uma narrativa da prática que vinculava os colonos italianos ao formato comercial dos mascates e, com isso, subtraindo o poder do fazendeiro nas questões de trocas mercantis no interior do estabelecimento agrícola. Em outras palavras, os mascates atraíam os colonos e outros trabalhadores das fazendas de café e cana-de-açúcar pelas suas ofertas de preços menores, as estratégias para evitar as relações eternas por dívidas com fazendeiros, pela exploração que a casa comercial (venda) estabelecida no interior da fazenda exercia na esfera do preço. Esse processo concorrencial não se deu sem a ausência de conflitos, porém, foi ganhando corpo em benefício dos comerciantes que vinham de fora. Segundo alguns autores, essas relações fizeram com que, aos poucos, eles conseguissem montar estabelecimentos fixos em povoados e/ou municípios próximos às fazendas, aliando atividades em espaços múltiplos com a de um fixo. "[Papai] comprou uma loja num lugar chamado Figueira, onde era a fazenda dos Gomes dos Reis. A loja era na fazenda. Era loja de beira de estrada. Era o que tinha muito antigamente nas fazendas. Tinha em todas as fazendas" (Greiber et al., 1998, p. 245).

Sírios e libaneses, sem dúvida, intensificaram, desse modo, uma dinâmica de comércio popular, que já vinha sendo desenvolvido de uma forma fragmentada por outros grupos étnicos, em particular portugueses e italianos. Esse comércio ficou identificado como "negócio de turco", ou como identificamos na cidade de Passo Fundo, centro-norte do Rio

Grande do Sul, a existência de uma conhecida "quadra dos turcos", na qual havia dezenas de lojas de sírios e libaneses na primeira metade do século XX. Essa denominação pejorativa de "turcos" não os agradava, pois não queriam ser identificados com o opressor do seu país de origem, ou, então, serem negados em sua identidade e nacionalidade de sírios e libaneses. A representação de "turco", na realidade, era negativizada por múltiplos sujeitos, inclusive os sírios e libaneses. Para além da identificação política, ideológica e geográfica, carregavam a simbologia do negociante esperto, ganancioso, dissimulado, desejoso de lucro predatório, dado ao comércio ambulante, além de incorporar o sentido de uma atividade impura (Pinto, 2010), pois o comerciante, que compra e vende, não produz nada, ganha com o "suor dos outros".

Em razão desses elementos todos, os mascates tiveram de lutar contra isso adotando estratégias (autoajuda, cooperação, atividades laborais compartilhadas entre fornecedores e vendedores, sociabilidades etc.), nem sempre sem conflitos, de fragilidades de coesão (Truzzi, 1999), de integração e/ou assimilação social, racionalizando vendas que, em teoria, favoreciam aos clientes, como a venda com pagamento na segunda visita (a prazo), comprando produtos dos clientes, trocando mercadorias por mercadorias, sem a mediação física do dinheiro. Havia algumas estratégias mercantis imprimidas por esses dois grupos, uma dessas era a de permanecer próximo do cliente, mantê-lo fidelizado, adotar práticas de trocas com formas de pagamento diferenciados. Essas ações iam produzindo relações de integração para além da lógica econômica; com isso, seria possível amenizar preconceitos e estigmas, potencializando casamentos e vínculos sociais.

Sírios e libaneses estabelecidos num local fixo reproduziam ou redefiniam redes interligadas com os centros urbanos maiores, com a capital, e incorporavam espacialidades funcionais e de expressão de poder em pequenos vilarejos. "Passaram a conviver em pequenas vilas e povoados, formando uma lojinha, ao lado da igreja, ao lado da escola, ao lado da farmácia, e começando a viver aquela forma incipiente dos futuros muni-

cípios" (Truzzi, 2008b; 2019). Drubi (1998, p. 72) diz que, em geral, nas casas de comércio de sírios e libaneses, "quase sempre se concentrou no setor de secos e molhados, ou de tecidos e armarinhos, ou ainda de gado e cereais, este sempre acoplado a máquinas de beneficiamento".



Interior da Loja Paulista, em Amparo, pertencente aos imigrantes João Miguel Matta e irmãos. Fonte: Truzzi (2019, p. 8).

Esses grupos sociais em questão se utilizaram da dimensão étnica para viabilizar a integração social. Eles sabiam otimizar fatores para imprimir parcimônia, ter recursos para educar seus filhos, buscar familiares que ficaram na Síria ou no Líbano, trabalhar como ambulante para montar uma loja fixa. Essas práticas todas nos foram relatadas em pesquisa de campo. Um dos entrevistados disse que seu avô contava que os primeiros

tempos na região de Lagoa Vermelha e Vacaria dormia em galpões ou pensões baratas para viabilizar uma poupança para montar seu próprio negócio. Seu avô comentava que pedia pouso em casas de clientes em espaços de galpões no meio rural e nas fazendas. A mascateação servia para conhecer o local e a região, o espaço de atuação, a proximidade com seus conterrâneos, com a estação de trem para viabilizar, em termos logísticos, a mobilidade de suas mercadorias. Eles aliavam empreendedorismo com negócios variados não convencionais. Armarinhos, tecidos, aviamentos, costuras etc., tudo era passível de troca e identificados na prática da mascateação. Truzzi (1999, p. 67) comenta que esses sujeitos foram desbravadores enquanto negociantes, descobriram os locais, tornaram-se "conhecidos" fazendo isso, indo ao encontro dos clientes em espaços os mais recônditos do Brasil. "A lojinha do turco", o mascate sírio, o armazém do libanês, "a imagem dos árabes como perfeitos empreendedores tornou-se muito popular no Brasil inteiro".

A passagem "de mascate à doutor" (Truzzi, 1999) não foi uma trajetória tão fácil e nem incorporada por todos os sírios e libaneses. Não há dúvida de que o capital financeiro acumulado em várias atividades laborais, dentre as quais a da mascateação ou comerciante-lojista, permitiu o estudo para seus filhos, em geral nas melhores escolas que os filhos dos ricos frequentavam (Francisco, 2017). No município de Passo Fundo, essa realidade demonstrou ser em boa parte evidente e revela-se ainda hoje com vários descendentes desses dois grupos, os quais são advogados, médicos, professores universitários, psicólogos, comerciantes, dentre outros. Eles expressam processos de mobilidade social pela valorização do trabalho, enfrentamento de limites e sacrifícios, inserções em espaços desconhecidos, riscos de perder mercadorias em razão de assaltos, ou de serem mortos, como veremos um caso mais adiante no meio rural no território de Passo Fundo, centro-norte do Rio Grande do Sul. Eles buscavam reinventar sua identidade no espaço de destino, sempre referenciada ao espaço de origem, às tradições. Como vimos, sentiam-se ofendidos ou envergonhados por ser chamados de "turcos" (Meihy, 2016; Knowlton,

1961). Muitos autóctones se queixavam de "seu jeito" (Truzzi, 1999) de não se misturarem, de serem "vocacionados" para os negócios, dos casamentos endogâmicos que os primeiros imigrantes realizavam, muitos desses entre primos. Truzzi (1999, p, 103) narra um provérbio significativo nesse sentido: "Quando a filha casa fora, meia fortuna já foi embora." Esse processo demarcava ainda mais a fronteira entre eles e os autóctones. Os processos de rompimento dessa fronteira se deram pelo trabalho contumaz e seu consequente sucesso econômico. Truzzi (1999) enfatiza a mobilidade social desses imigrantes e seus descendentes; fala ainda que muitos deles se firmaram como comerciantes e industriais muito mais do que intelectuais e políticos. Em nossa análise empírica específica, evidenciamos muito essa realidade, inclusive na ramificação de duas famílias de irmãos (famílias de dois patriarcas de sobrenome Nácul, de Lagoa Vermelha, nordeste do Rio Grande do Sul), hoje totalizam mais de trinta médicos.

Os comerciantes e mascates formavam uma ampla rede de fornecedores de mercadorias, de clientes, enfim, em amplos territórios, em geral tendo São Paulo como centro indutor da oferta de produtos e entre seus patrícios. Entrevistados em Passo Fundo e outros municípios do norte do Rio Grande do Sul deram ênfase às viagens que faziam para São Paulo para adquirir mercadorias, bem como recebiam viajantes que vendiam aos lojistas, mas a dinâmica de mobilidade maior era ir até São Paulo e comprar diretamente das fábricas, em geral de árabes. Em Lagoa Vermelha, como veremos mais adiante, havia comerciantes que também mascateavam, mas em alguns momentos eram fornecedores a patrícios ou a outros que possuíam pequenas lojas em municípios recém-constituídos do norte/nordeste do estado. Essas redes ampliavam a vinculação entre os patrícios e os conterrâneos, teciam relações e projeções sociais, bem como afirmavam a sua presença na sociedade regional e nacional (Lesser, 2001).

A sua identificação como mascate ficou na recordação de vários interlocutores e na representação social de sua identidade, bem como as

múltiplas heranças deixadas em várias áreas. Praticamente todos os nossos interlocutores tiveram alguém da família, em geral o pioneiro imigrante, que atuou como mascate. Essa realidade se tornou redentora, pois revelou superação, sacrifícios ("fazer negócios sem saber falar uma palavra em português", "andar a pé, ou no lombo de mulas, pegando carona com carroças e levando mercadorias para o meio rural", como nossos interlocutores mencionaram sobre seus avós ou pais) e legitimou a prosperidade e a redenção econômica. É evidente que nem todos conseguiram dar esse salto progressista, mas essa representação marcou os dois grupos.

2.3. Homens, solteiros, pequenos camponeses...

É difícil atribuir características genéricas a esses dois grupos ainda que haja uma tendência de situá-los, como diz Truzzi (2019), em uma dimensão homogênea, harmônica e consensual entre eles. As identidades não são estanques, buscam constantemente reconfigurar-se para produzir pertencimentos e contrastes, ou delimitar fronteiras. Há elementos que se preservam, não se perdem no contato com os outros grupos, em particular com os autóctones, e que se tornam, com o passar do tempo, elementos definidores, estruturantes na constituição de seu modo de ser, sua pertença e identificação (Geertz, 1978), consolidam-se na sua identidade. Para os sírios e libaneses, a família, a religião, a culinária e a língua árabe formaram, historicamente, as "macroestruturas" que resistem ao contato com outros espaços (Kemel, 2000). Tanto antes de emigrar quanto no país de destino sempre houve processos de diferenciação. Fatos políticos no país (guerras, domínios, passado histórico longínquo, heranças culturais e históricas, definição territorial, religião, dentre outras questões) também migraram junto ou fizeram parte das relações sociais, concepções de mundo de grupos, demarcações de fronteiras étnicas e posições políticas (Kemel, 2000). Portanto, não foi um grupo homogêneo e nem harmônico como algumas interpretações tendem a fazer crer. Dinamis-

mos e diferenciações entre os dois grupos foram se constituindo nas primeiras décadas do século XX em razão da primeira e da segunda guerras mundiais, bem como dos processos concorrenciais entre si e com os nacionais, com a vinda de famílias e com as possibilidades de abrir frentes comerciais para o interior dos estados (Truzi, 1999). As associações e/ou agremiações de ambos os grupos alteraram suas denominações em algumas cidades, tornando-se não mais associações de sírios-libaneses, mas apenas uma das duas.

Quando se fala nos dois grupos, não há dúvidas de que a prática da mascateação vem à tona ainda que se saiba não ser exclusividade desse grupo. No final do século XIX, havia em várias partes do país sujeitos sociais que desenvolviam práticas comerciais informais em espaços variados e com formas mercantis pouco convencionais. Italianos, portugueses, dentre outros grupos árabes já presentes no território, desenvolviam atividades econômicas indo ao encontro do cliente oferecendo quinquilharias, todo o tipo de produto de fácil manuseio e de uso comum das pessoas, dentre os quais vestimentas prontas ou não, alimentos, ferramentas e cosméticos.

Como já vimos no primeiro capítulo, boa parte dos imigrantes sírios e libaneses eram homens, em geral jovens, solteiros e provenientes de pequenas aldeias rurais e pastoris, camponeses de base familiar. Muitos se casaram como imigrantes, ou no Brasil, ou quando retornaram para visitar sua família de origem. De 1908 até 1941, os dados registram a entrada de 17.606 sírios, 11.535 homens e 6.071 mulheres; os libaneses foram 3.434, 2.154 homens e 1.280 mulheres.[5] Dos libaneses emigrados nesse período, 67% eram solteiros; entre os sírios, 60,4%;[6] entre os dois grupos, em torno de 65% eram católicos romanos. No censo de 1940, os sírios e libaneses do sexo masculino eram 27.689, as mulheres, 18.097 (Cortes, 1958, p. 72).

[5] Dados do *Boletim do Serviço de Imigração e Colonização, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio*. São Paulo, n. 2, p. 34, 1941.

[6] Idem, p. 40.

Tabela 02. Distribuição da população síria e libanesa: principais estados receptores entre 1920-1940

Estado	1920	1940
São Paulo	19.285	23.948
Minas Gerais	8.684	5.902
Distrito Federal/RJ	7.321	9.051
Rio Grande do Sul	2.565	1.903
Paraná	1.625	1.576
Pará	1.460	848
Mato Grosso	1.232	1.066
Bahia	1.206	947

Fonte: Pimentel (1986, p. 56).

No ano de 1930, registram-se restrições às políticas imigratórias. A crise econômica, a esfera política e seus conflitos nos primeiros anos do governo Vargas fizeram com que houvesse um sistema de quotas de entrada de imigrantes no país (Pimentel, 1986). Como já falamos, com a Segunda Guerra Mundial, os números demonstraram ser reduzidos em todas as partes do país (Nunes, 1986).

Como o grande objetivo era amealhar recursos para a família no país de origem e retornar à terra natal se possível, ou mesmo prover a migração do núcleo familiar para o país de destino, boa parte dos imigrantes, com os poucos recursos de que dispunham, dedicaram-se à atividade de mascate. Alguns podiam até ter certa familiaridade com a questão do comércio, pois o território sírio era uma rota obrigatória de comércio entre o Ocidente e o Oriente, além de encontrarem uma sociedade em vias de se urbanizar (Truzzi, 2005), ainda que muitos dos que emigraram fossem camponeses e extrativistas, algum tipo de negócio e de uma economia de excedente havia.

A denominação "mascate" era uma das designações populares da profissão de caixeiro-viajante, o comerciante ambulante, que ia ao encontro de seus compradores, deslocando-se por longos caminhos, carregando toda sorte de mercadorias para a venda, como vestimentas, calçados, cha-

péus, armarinhos, ferramentas, bijuterias, tecidos, rendas, bordados (Truzzi, 1999; Bastani, 1945). Porém, entre italianos, portugueses e outros não árabes, a prática de ir ao encontro do cliente era vista como caixeiro-viajante, não mascate; esta denominação tornou-se exclusiva do árabe, dentre esses, sírios e libaneses, jordanianos, palestinos etc. Esse fato acabou sendo um demarcador identitário, quando visto por não árabes, que poderia ganhar conotação negativa (Nunes, 1986). A denominação "turco" no Rio Grande do Sul também ganhou uma representação depreciativa, ligada ao mundo cultural árabe, que se dedicava às atividades pouco nobres, ou seja, ao vendedor ambulante, alguém que vive disso, que, além da sua expertise, como vimos, é esperto no sentido que possui capacidade para enganar o cliente ou o freguês (Francisco, 2005a).

No final do século XIX e primeiras décadas do século XX, grande parte da população brasileira residia no meio rural. Esse espaço tornava-se de grande expressão para os vendedores ambulantes. Mercados locais, interligações regionais, ocupações territoriais, dinamismos de trocas comerciais, estratégias de construções de mercados informais foram sendo dinamizadas em múltiplos espaços do país por esses grupos nacionais e étnicos (Nunes, 1986). Eles foram ganhando essa representação no mundo dos negócios informais, diretos e acordados entre comerciantes e consumidores; deslocavam-se com cavalos, mulas, carroças e, posteriormente, com automóveis; acompanhavam o dinamismo dos transportes e as inovações, a quantidade de mercadorias ofertadas e demandadas (Francisco, 2017). Dispersaram-se por muitos espaços buscando otimizar, logisticamente, suas vendas; iam ao encontro do cliente potencial, criavam relações amistosas, com isso, redefiniam a pecha negativa do "turco", possuíam pleno domínio dos canais que ligavam os fornecedores e os consumidores/clientes, por isso, podiam perder de um lado e buscar otimizar do outro. A intenção era sempre fidelizar e ampliar o contingente de clientes.

A maior expressão desse grupo étnico em correlação à tipologia comercial referida foi em São Paulo, tanto na capital quanto em algumas re-

giões interioranas, bem como a cidade do Rio de Janeiro (Truzzi, 2019). Em movimento posterior e gradual, os deslocamentos desses imigrantes atingem centros interioranos e mais distantes do centro do país, adentrando também ao comércio ambulante em zonas rurais, que se tornavam espaços de grande expressão para esses vendedores. Mercados locais, interligações regionais, ocupações territoriais, dinamismos de trocas comerciais, estratégias de construções de mercados informais foram sendo dinamizados em múltiplos espaços do país por esses grupos nacionais e étnicos (Nunes, 1986; Bastan, 1945). "Meu pai chegou e foi mascatear, ele comprava as coisas pra vender na roça, ele ia em São Paulo, fazia compra, comprava só botão, agulha, linha, meias, essas coisas mais simples. Aí ele foi juntando, foi trabalhando e montou uma lojinha, aí começou a vender bananas, bebidas, depois teve um armazém" (Rosa, 2001, p. 57, apud Truzzi, 1999, p. 65). Nesse sentido, também enfatiza Kurban (1933, p. 65), dizendo que eles (mascates) embrenharam-se pelo interior de São Paulo, vincularam-se intensamente no sistema de comércio em pequenos municípios, auxiliaram os colonos a se desembaraçaram das vendas do fazendeiro no interior dos cafezais e vilarejos de seu entorno. Segundo Deffontaines (1936), os colonos preferiam negociar com eles, as condições eram melhores, principalmente num cenário em que até então não havia concorrência intensa e a centralidade do fazendeiro em amplos aspectos, determinava, inclusive, os processos mercantis que abarcavam a remuneração do trabalho. Falando sobre as dificuldades enfrentadas nas primeiras décadas no Brasil, a possibilidade de, a partir da mascateação, conquistar mobilidade sociail e econômica, Duoun (1944) diz:

> De manhã cedo saíam os mascates percorrendo as ruas e producrando as casa, suportando o calor, o frito e a chuva, levando o pão e qualquer coisa que pudesse, adquirir, de preferência queijo e banana para a única refeição do dia [...]. O lucro diário apurado ia sendo gradualmente creditado ao vendedor, e muitos formavam assim o capital inicial, para tornarem-se por sua vez comerciantes e atacadistas [...]. Houve mascates que empreendiam

> viagens com caixas nos ombros pesando de 80 a 100 kg [...]. Na medida do crescimento do negócio e do poder de gastar, alugavam carregadores e mais tarde adquiriam burros de carga (Duoun, 1944, p. 93).

Autores colocam que mesmo em meio a um intenso esforço, dedicação e superação de múltiplas dificuldades nos primeiros anos, a prática da mascateação revelava-se lucrativa; era um bom começo no novo espaço migratório, exigia pouco conhecimento da língua portuguesa. O próprio trabalho permitia aprendizagem da língua. O propósito de acumular capital justificava todo o trabalho árduo. Porém, era um trabalho contínuo e que dependia muito do próprio sujeito, diferente no espaço de trabalho dependente, onde poderia haver o fantasma do desemprego e, com isso, hiatos de remuneração.

Os mascates eram menos dependentes de elementos estruturantes do mercado de trabalho. Podendo contar com patrícios já estabelecidos nos locais de destino e com algum tipo de negócio, os novos imigrantes poderiam ampliar a cadeia de relações e de espacialidades daqueles vendendo produtos, muitos deles tornavam-se fornecedores para os mascates, orientavam para os negócios, fato que, num curto tempo, permitia a eles se tornarem também comerciantes autônomos.

Em razão desses vínculos entre os primeiros e os sequentes imigrantes, autores colocam que esses grupos dificilmente estariam desamparados, sem trabalho. Ao contrário, colocam que havia uma rede de conterrâneos que permitia prover o emprego, o treinamento, a socialização, o aprendizado da língua de uma forma pragmática em correspondência com os negócios. O desejo de prosperar, o tipo de mobilidade social pretendida, onde encontrar trabalho, que trabalho os esperaria no novo espaço, dentre outras questões, fazia parte das informações dos imigrantes que chegavam depois.

Eles se tornaram exímios vendedores ambulantes, assumiram essa atividade por muito tempo, criando redes e circuitos mercantis específicos e/ou interligados, ou, em concorrência com outros grupos sociais.

Porém, é interessante enfatizar que nem todos eles se tornaram comerciantes. A quantidade deles, as formas adotadas, as redes, as especificidades de tratamento, as novas aprendizagens mercantis, os meios adotados de mobilidade de mercadorias e de pessoas, dentre uma série de outras questões, deram-lhes essa identificação pública de mascates, fato que os marcou nas primeiras décadas de sua imigração (Truzzi, 1992). A indústria e o comércio têxtil de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, a chamada "era dourada" da fabricação de tecidos, possuía a marca dos sírios e libaneses (Truzzi, 1992). Redes formais e informais foram se constituindo entre parentes, familiares, vínculos religiosos, locais de procedência e entre ofertadores e consumidores. Isso tudo favoreceu para viabilizar o processo migratório e dar sustentação aos imigrantes recém-chegados.

> "Na Síria, relatórios de missões presbiterianas notaram que ao longo da última década do século XIX, a febre imigratória chegou a tornar-se uma mania [...]. Um analfabeto vai para a América e no curso de seis meses manda um cheque de $300 ou $400 dólares, mais do que o salário de um professor ou de um pastor em mais de dois anos [...]. Quase tudo é usado para pagar velhas dívidas, hipotecas, e para levar outros imigrantes além- mar. Dos relatos dos imigrantes só se ouvem louvores irrestritos à América (Knowlton, 1961, apud Truzzi, 1999, p. 289)."

A vida econômica e mercantil de mascates foi favorecida pela malha ferroviária do Rio de Janeiro, São Paulo e no Rio Grande do Sul, em menor proporção, principalmente para chegar às cidades do interior dos estados. Porém, foi no lombo de mulas que muitos deles ganharam notoriedade e identificação no interior das fazendas de café e de cana-de-açúcar. O meio rural não ficou despercebido e nem desatendido pelos sírios e libaneses; eram os famosos mascates que vendiam os produtos (vestimentas, calçados, chapéus, armarinhos, ferramentas, bijuterias, tecidos, rendas, bordados etc.). Segundo Truzzi (1999), esse

processo aproximava mais os colonos e trabalhadores em geral das usinas e fazendas, pois diminuía a dependência desses em relação aos fazendeiros. "Eram bem recebidos pelos colonos; além dos preços, as formas de pagamento eram mais favoráveis" (Truzzi, 1999, p. 320).

Nesse sentido, a constituição de complexos industriais e mercantis têxteis nas primeiras décadas do século XX deve muito a esses imigrantes empreendedores. Segundo Lesser (1999), os imigrantes do Oriente Médio no Brasil, no final da década de 1960, representavam cerca de 3% da população, dentre eles com maior número os sírios e libaneses.

2.4. Famílias, inserções mercantis e crenças

A família sempre esteve no centro da vida dos sírios e libaneses desde a decisão e o ato da partida. A mulher representava melhor a família, seu papel central nela, cuidado de criança, idosos, comida, costura, educação, artesanato (tricô, rendas etc.), nos preceitos morais, no auxílio de quando em vez no comércio, administrava o lar em momentos longos de ausência do marido em função da mascateação. Na realidade, pouco se fala das mulheres. Pelas entrevistas que fizemos, ficou claro que elas auxiliavam no comércio e tomavam conta da casa, dos filhos e dos idosos da família. Muitas tornaram-se costureiras, produziam peças de tecidos e de bordados para serem vendidas, algumas sob encomendas. Ao constituir família, as mulheres incorporavam um papel importante tanto no campo financeiro quanto na configuração familiar, na educação dos filhos, na preparação e decisão de novos casamentos. Ainda que se saiba que as culturas e identidades se alteram consideravelmente nos espaços de destino para os imigrantes (o espaço é outro, as condições são limitadas, há a cultura do autóctone, há necessidade de alguma assimilação e de grandes referenciais de integração etc.), as mulheres, no interior da família, eram as salvaguardas de hábitos, da gastronomia, da ritualidade religiosa, das práticas de caridade, com intensa participação em agremiações étnicas etc.

Em meio às redes que viabilizavam a migração, os negócios e a sociabilidade, havia a família, as relações familiares no interior dos dois grupos. Os negócios que se desenvolviam eram para a família, ou melhor, dependiam muito do trabalho familiar. A cooperação familiar era fundamental; dessa dependia a prosperidade dos negócios. Ganhando dinheiro, era possível ir buscar ou solicitar a emigração de membros da família, de parentes para reunir-se e dinamizar o negócio, em geral uma loja, um espaço fixo. O acúmulo de capital adquirido viabilizaria isso. Por isso, a família, presente ou não, era o alvo central dos recém-imigrantes.

Segundo entrevistados, ainda que fosse um grupo heterogêneo, as famílias eram muito unidas. O sistema patriarcal passado entre gerações era central. As famílias eram extensas, de conjugalidade e de parentesco, ou seja, constituídas por netos, genros, filhos e noras, tios/tias, primos/primas, em geral vivendo na mesma casa e/ou propriedade. A intenção era de que pudessem permanecer próximos e permitir o funcionamento da estrutura patriarcal (Francisco, 2013 e 2017a). Além disso, o casamento entre parentes (primos) era muito comum. Esse processo fortalecia elementos da tradição, as redes de relações sociais, maior harmonia do grupo; tornava a propriedade indivisível e ampliava o núcleo familiar no trabalho.

A realidade migratória dos pioneiros talvez tenha fortalecido esse processo da organização familiar e de sua centralidade, assim, com o passar dos anos, possa ter sido afrouxada em razão justamente de uma maior integração social e de casamentos mistos. Estes últimos foram de grande expressão entre nossos interlocutores. O argumento é que havia poucas moças conterrâneas. Os dados que apresentamos anteriormente atestam isso. Porém, também foi uma estratégia de integração social e econômica na sociedade de destino. A dimensão maior dos casamentos mistos deu-se entre o imigrante estrangeiro e mulheres brasileiras. Uma de nossas entrevistadas, descendente de italianos e que casou com um libanês, enfatizou que "no início não foi fácil, havia resistência; mas tudo mundo sabia que não tinha moças para eles casar em Lages, ir no país

deles buscar uma moça ou casar lá, precisava ter dinheiro [...]. Eu sempre acompanhei ele nos trabalhos da loja, talvez por isso os patrícios reprimiam a atitude dele" (entrevista direta). Nos capítulos sobre a realidade regional, veremos que esse processo foi bem dinâmico.

Segundo Truzzi (1999), na década de 1930, os sírios e libaneses estiveram em segundo lugar entre as nacionalidades que mais casaram entre si (50,5%) no Brasil, perdendo apenas para os japoneses, 63,3%; em terceiro lugar figuraram os espanhóis, 35%. Porém, na década de 1950, mais de 65% dos casamentos entre sírios e libaneses aconteceram com brasileiros(as). Nessa questão dos casamentos, há uma gama de processos diferenciadores; havia os que emigraram casados, os que retornaram para buscar a esposa, outros que o fizeram quando retornaram à terra natal, outros ainda, sem a possibilidade de retornar, casavam com brasileiras, em geral também descendentes de imigrantes de outras etnias. Segundo Truzzi (1997), cerca da metade dos sírios e dos libaneses unia-se maritalmente dentro do próprio grupo. Knowlton (1961) diz que a endogamia era vista como um grande valor, era uma forma de preservar costumes e valores.

Truzzi (1999) analisa que a primeira geração de jovens no Brasil não queria casar com brasileiros(as) ou com outras nacionalidades (italianos em geral) por serem considerados imorais, mulherengos, farristas, com costumes diferentes. Segundo o autor, autóctones também não se sentiam atraídos(as) para casar com os "turcos". Porém, com o tempo, esse processo se alterou bastante; o casamento passou a constituir-se um capital relacional, que permitia uma maior integração social. Através dos matrimônios, principalmente da segunda e terceira gerações, a partir da década de 1950, houve muita mistura interétnica. A segunda geração reduziu os casamentos étnicos. Esse é um processo bastante evidente entre todos os imigrantes, independentemente de nacionalidade, em razão da falta de pessoas no interior do grupo para casar, bem como esse ritual tornou-se, para os dois grupos em particular, uma estratégia para viabilizar processos de integração e, com isso, reduzir o estigma do negociante ambulante.

A família sempre teve conotação de ampliada. Esse processo migrou junto, ou seja, eles tentaram reproduzir isso nos espaços de destino. Nesse sentido, redimensionou-se também a honra familiar e os casamentos endogâmicos. A instituição decidia sobre a emigração, por isso, como coloca Truzzi (1999), não foi uma simples aventura ou uma ação de aventureiros, de sujeitos desgarrados do tecido social e econômico no espaço de origem. Eles migraram, sim, sem muitos recursos, fato que dificultava, quando não impedia, serem proprietários. Por isso a necessidade do dinheiro, pois seu vínculo familiar assim o exigia. As atividades comerciais lhes permitiam com mais rapidez esse desejo e necessidade. Segundo Kurban; Tanfik (1933) e Bastani (1945), eles sabiam que a atividade de mascate poderia ou era desejada como transitória até acumular capital para o negócio fixo. Esse era o sonho e a máxima que justificava o trabalho árduo, gastar pouco, inserir-se em atividades de intermediação entre casas de comércio e o cliente ou entre o fornecedor e o mascate para ir ganhando experiência com as lides mercantis, conhecendo locais, freguesses e tornando-se conhecido.

Autores enfatizam que a historiografia sobre esses imigrantes tende a dar centralidade ao homem/marido em razão de sua identidade mercantil, por ser também uma sociedade patriarcal (Kemel, 2000). Mesmo nos processos migratórios, as mulheres eram incluídas como apoio aos maridos, antes eles emigravam, depois deles elas se mobilizavam (Francisco, 2017). O homem é o provedor, o que enfrenta os desafios, o protagonista, o que se torna herói, representações essas que revelam assimetrias de papéis de gênero. Nas decisões em torno do casamento de filhos(as) havia um processo de determinação mais equânime entre os cônjuges (Constantino, 2008). Segundo Francisco (2017), elas, em múltiplos âmbitos, não podiam ser negligenciadas. Para o autor, muitas tinham jornadas duplas ou triplas, que incluía, além dos cuidados com a casa e os filhos, a administração da loja do marido, quando ele saía para mascatear.

Diz Kemel (2000, p. 27) que "na família de tradição árabe a mãe tem menos poder do que o pai, mas é bastante respeitada e os preceitos

morais dela são muito considerados". A autora enfatiza que a família "é o bem mais precioso" (Kemel, 2000, p. 39). O pai possui ampla centralidade, em particular a externa, ligada ao econômico, na constituição dos laços de parentesco. A mulher era a "mantenedora da ordem doméstica" (Kemel, 2000, p. 47), porém, trabalhando também em espaços externos (loja, mascate, em outros espaços mercantis). Segundo Kemel, a primeira geração de imigrantes, a mulher não ultrapassava os limites do domínio econômico da família (Kemel, 2000, p. 47). Porém, como a comida era central na configuração étnica, essa incorporava um grande papel no núcleo familiar e social. "A comida é o elo de ligação entre indivíduos de origem árabe" (Kemel, 2000, p. 87). As filhas tinham a obrigação de cuidar dos pais idosos, inclusive, se necessário fosse, uma delas, ao casar, habitava com seu marido na casa deles para cumprir essa função, ou deixavam uma "carreira promissora com a finalidade de cuidar dos pais" (Kemel, 2000, p. 49).

Ainda que o comércio e a atividade ambulante fossem majoritariamente de cunho masculino, estudos demonstram que em vários países de imigração desses dois grupos, a presença feminina era considerável, ou mascateando junto com o marido, ou sozinha, ou cuidando da loja, repondo mercadorias, vinculando-se a redes que supriam o estabelecimento comercial com os produtos. Os artesanatos em roupas, crochê, rendas, bordados, além das costuras de roupas prontas para serem vendidas, ou, mesmo, em fábricas de tecidos e chapéus de sírios e libaneses, elas tinham uma marca histórica, inclusive no Brasil. Truzzi (1999) analisa essas práticas de intensa presença feminina em São Paulo e interior como fundamentais para a renda familiar. Com isso, deduz-se que elas não exerciam apenas atividades no campo do cuidado da casa, filhos, idosos, educação e religião. Em entrevistas que fizemos em Passo Fundo e outras cidades, alguns conteúdos de entrevistados(as) deram ênfase ao fato de que as mulheres auxiliavam, quando não assumiam a titularidade no estabelecimento comercial. Não encontramos nenhum(a) interlocutor(a) que tenha indicado total inserção delas no campo da mascateação,

algum tipo de auxílio nesse sentido, sim. O mundo religioso era muito intenso no cotidiano desses dois grupos de imigrantes. Essa era uma dimensão por demais importante, um horizonte que galvanizava relações grupais, amenizava o sentimento da distância e da ausência. Diz Kemel (2000, p. 52) que essa dimensão revelava ser "delicada e controversa [...]; entranhada no éthos desse povo". Em razão de facções, cultura e história religiosa, muitos conflitos se fizeram presentes no cotidiano das primeiras gerações de imigrantes.

Muitos imigrantes não conseguiram manter-se fiéis ao seu grupo religioso em razão da ausência de rituais, de mediadores religiosos e de espaços adequados (Knowlton, 1961; Truzzi, 1999). A grande maioria deles integrou-se no campo religioso católico romano. A esfera religiosa exercia uma grande importância na vida dos imigrantes, pois permitia desenvolver rituais, cerimônias em árabe, matar a saudade da pátria, ligá-los à sua terra natal e fazê-los lembrarem de sua cultura e modo de vida, de sua gente, encontrar amigos para conversar, jogar etc. (Knowlton, 1961, p. 176), sempre tendo presente que nesse campo religioso, das crenças e rituais havia diferenciações, divergências internas, quando não algum conflito e luta por espaços e legitimidades. Cristãos maronitas não se aproximavam dos demais libaneses e dos sírios (Francisco, 2013a, p. 78). Sociedades de sírios e libaneses, como já mencionamos, dividiam-se em razão de problemas existentes nos países de origem. Segundo Francisco (2017), essas diferenças se manifestavam nos periódicos da imprensa árabe em Porto Alegre, mas que se estendia para o interior do estado.

Havia diferenciações e alguns conflitos entre os dois grupos, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando os dois territórios foram redefinidos. Segundo a literatura que revisamos (Truzzi, 1999; Francisco, 2005a; Safady, 1972; Kemel, 2000, dentre outros), sírios reclamavam muito da arrogância dos libaneses no tocante ao seu passado glorioso e/ou histórico de longa data, a qual advém dos fenícios. Para os sírios, no passado recente, houve sempre a Grande Síria, que incluía o Monte Líbano e suas fronteiras. Os libaneses, segundo a literatura revi-

sada, tendiam demonstrar serem mais cultos, poliglotas, mais próximos ao ocidente, mais empreendedores vinculados ao campo industrial e financeiro (Franscisco, 2917). Com o passar das décadas, os sírios eram identificados com maior representação como mascates pelos libaneses (Truzzi, 2019). Os libaneses eram vistos com maior preponderância muçulmana, portanto mais conservadores, sem origem aristocrata e mais peregrinos, camponeses-pastores. Dessas diferenças, dentre outras, houve certa demarcação de fronteiras nas agremiações, nas proximidades dos comércios, nas redes e vínculos com a sociedade de destino.

No campo da produção jornalística árabe, diz Lesser (2001) que, em 1914, existiam mais de dez jornais em língua árabe no Brasil. Safady (1972) listou cinquenta jornais e revistas árabes publicadas entre 1896 e 1950 no Rio de Janeiro. Concepções nacionalistas, o contexto político dos referidos países ia se alterando no decorrer do tempo e também demarcando território, consequentemente diferenciações e divergências entre os dois grupos (Francisco, 2017). Os jornais também possuíam tendências ideológicas e/ou religiosas demarcadoras de fronteiras entre os grupos em questão. Os jornais desenvolviam uma ideia de pertencimento e identificação de coletividades geográficas, religiosas, linguísticas e políticas, bem como permitia a manutenção de laços com a pátria-mãe, com os acontecimentos do país *natio*, propiciando para que muitos deles optassem por tal ideologia política diferenciada da de outros (Knowlton, 1961; Truzzi, 1999).

Dentre eles havia diferenciação entre os que mascateavam e os que se fixavam em centros maiores com lojas bem sortidas; os primeiros, em geral, sofriam mais, tiveram de sublimar a própria língua e elementos de sua cultura para se adequarem ao novo espaço, à nova vida na nova terra para conseguir assimilar e/ou se integrar e escapar do estigma de "turco" (Pinto, 2010, p. 86). A integração dos sírios e libaneses se consolidou na década de 1950 em diante, ou seja, dependendo de cada grupo, após quase meio século de presença no interior do país e no estado do Rio Grande do Sul.

Enfim, nossa panorâmica análise sobre sírios e libaneses no Brasil, baseada na revisão de literatura, buscou situar alguns elementos que nortearam a vida deles como imigrantes. O horizonte que os envolve é complexo, diverso, com especificidades regionais, do espaço urbano e do rural e, mesmo, no interior desses. Não obstante, não há dúvida de que os dois grupos foram identificados na história da imigração brasileira, em seus primeiros anos, como mascates, exímios negociadores, sujeitos sociais que enfrentaram múltiplos limites, investiram na educação dos filhos e promoveram neles e, em grande parte, em si próprios, uma grande mobilidade social, adentrando para espaços políticos, econômicos e associativos.

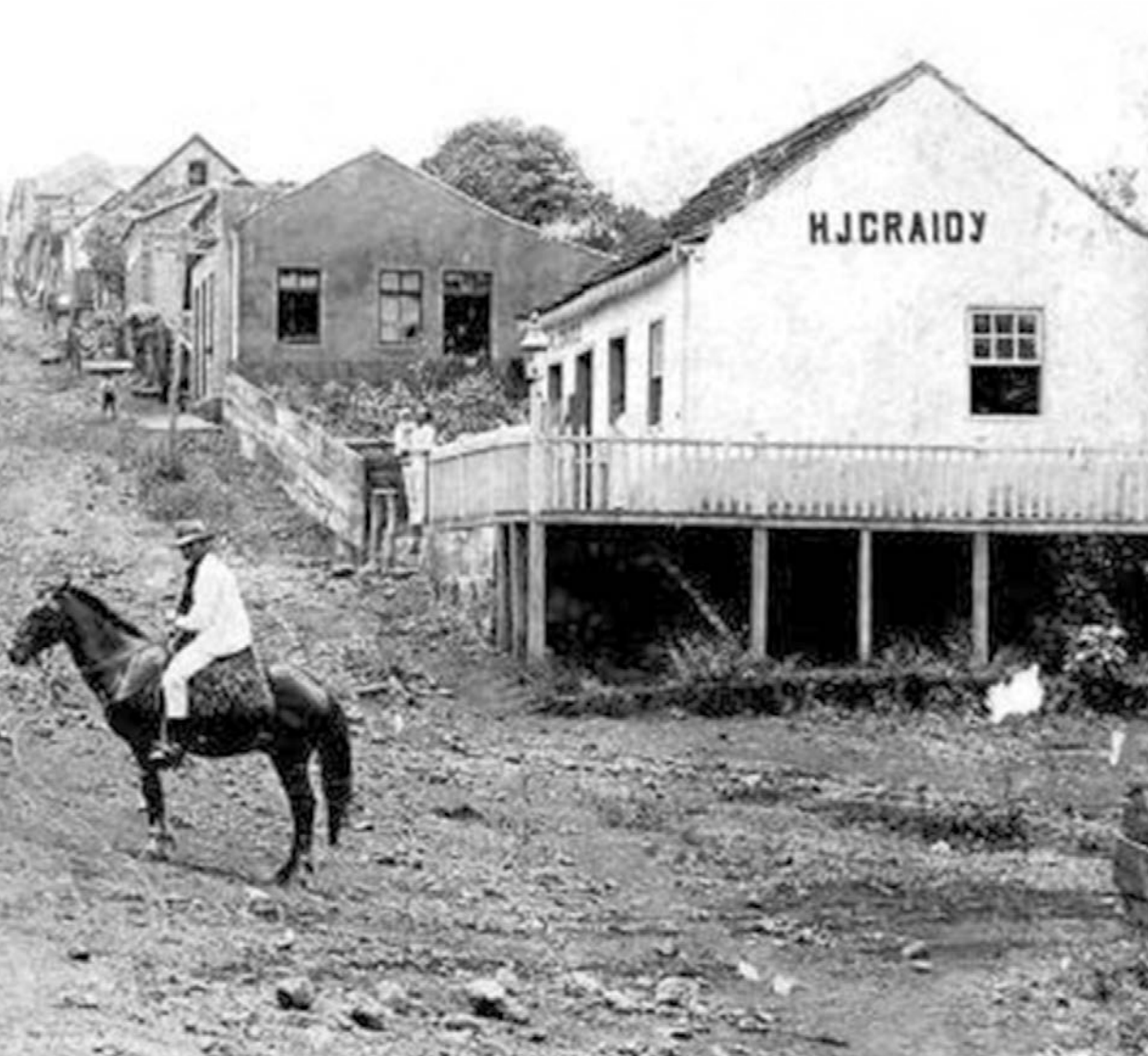
Intencionamos analisar alguns desses processos já vistos de uma forma geral e outros específicos a partir de uma análise empírica, ainda que preliminar, na parte norte do estado do Rio Grande do Sul, espaço que não foi de grande expressão migratória desses grupos, se comparada com outros municípios e regiões do estado. Porém deixaram marcas, simbologias, memórias, trajetórias e genealogias familiares. Esses dois grupos, no espaço que definimos, foram subsumidos por outras coletividades de imigrantes que se estabeleceram em maior número. Nesse sentido, o que queremos é reconstituir alguns processos que tiveram nos sírios e libaneses uma marca específica e que pouco se sabe em razão, justamente, da sobreposição étnica de outros grupos sociais.

Loja da família Craidy, na Rua do Comércio de Ijuí, no início do século XX. Coleção da Família Beck. Museu Antropológico Diretor Pestana de Ijuí.



Sírios e libaneses no Rio Grande do Sul:

Fragmentos históricos





Desenho alusivo a trajetória de mascate de Kalil Sehbe, imigrante sírio que atuou na região serrana no Rio Grande do Sul.
Fonte: *Folha Popular*. "Amor, trabalho e dedicação fizeram o sucesso da Kalil Sehbe". Caxias do Sul, 21 nov. 1981, p. 15. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Deste capítulo buscamos analisar alguns aspectos da presença de sírios e libaneses nos municípios de Passo Fundo (com maior expressão), Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Erechim e Soledade. Reconstituímos alguns fragmentos históricos e de memória de interlocutores, bem como documentos pessoais, notícias de jornais etc. A intenção é reconstituir alguns dos vividos por esses grupos nesse espaço regional. O capítulo busca descrever alguns processos que evidenciam a presença dos dois grupos em cenários do interior, seus limites, vínculos, redes, estabelecimentos comerciais, uniões matrimoniais, integração social etc.

O interior do estado conservou certa especificidade para esses dois grupos, pois, um tanto distante dos centros maiores, informações, notícias, contatos, integrações com um coletivo maior dificultava a demarcação de fronteiras identitárias[7]. Desse modo, imigrantes vinculavam-se com mais intensidade à sociedade local, ao pequeno município, assimilavam-se e, com o passar do tempo, alguns casavam com autóctones, inseriam-se na política local, agrupavam-se aos representantes de associações de classe do mundo empresarial. Segundo dados de Francisco (2017), em torno de 20% da população síria e libanesas, nas primeiras décadas do século XX, no Rio Grande do Sul, localizavam-se no interior.

3.1. Sobre a presença de sírios e libaneses no estado

Segundo a literatura revisada, como Truzzi (1999 e 2019), Kemel (2000) e Francisco (2013 e 2017), é possível identificar registros de árabes

[7] Devemos esse tópico genérico sobre o Rio Grande do Sul às várias pesquisas de Júlio Bittencourt Francisco (2013, 2017, 2017a); somos-lhe gratos, pois nos possibilitou a compreensão dessa realidade no estado.

no Rio Grande do Sul ainda por volta de 1860, a maioria era sírio-libanês e alguns palestinos e jordanianos. Entre 1870 e 1890, houve certo aumento na fronteira rio-grandense de cidades como Livramento, Rivera, Quaraí, Uruguaiana, Bagé, Artigas e Chuí (Selaimen, 1987; Kemel, 2000), mas também para além da capital do estado, em municípios como Pelotas, Rio Grande, Passo Fundo, Soledade, Palmeira das Missões e outras de menor porte e presença.

> Com acesso aos quatro cantos do Estado, não é estranho, portanto, que os sírios e os libaneses se encontrem disseminados por todo o Rio Grande do Sul. Embora algumas localidades se tenham tornado grandes redutos desses imigrantes, entre elas, Pelotas, Alegrete, Santa Maria, Cachoeira do Sul, Bagé, Passo Fundo, Rio Grande, Caxias, Erechim, São Gabriel e São Borja, além de Porto Alegre. Acrescente-se ainda, que além da cidade de Rio Grande no interior do Estado, especialmente no trecho que vai de Capão da Canoa até São José do Norte, existem entre os moradores, um grande grupo de sírios e libaneses inteiramente integrados à vida rural gaúcha (Kemel, 2000, p. 34).

De acordo com dados da década de 1940, apesar da grande mobilidade apresentada, do total de imigrantes, uma parcela aproximada de 20% se espalhou pelo interior, cerca de 380 pessoas (Francisco, 2013a). Segundo o autor, as porcentagens assim se configuram: Porto Alegre, 58%; Pelotas, 11%; Rio Grande, 7%; Santa Maria, 4,5%, e espalhados por outras cidades do interior, 19,5%. Em geral, a distribuição no norte do estado foi facilitada devido à ferrovia, rota dos tropeiros e estradas vicinais, e a existência de pequenas cidades e povoados interligados por essas vias.

No caso de preferirem os espaços da fronteira, se deve ao fato, como demonstra Francisco (2017), da proximidade mercantil e da possibilidade de viabilizar trocas comerciais com os platinos uruguaios e argentinos, ambos os países receptores de imigrantes provenientes do Oriente Próximo e do Oriente Médio. Francisco (2017) analisa a presença de sírios e

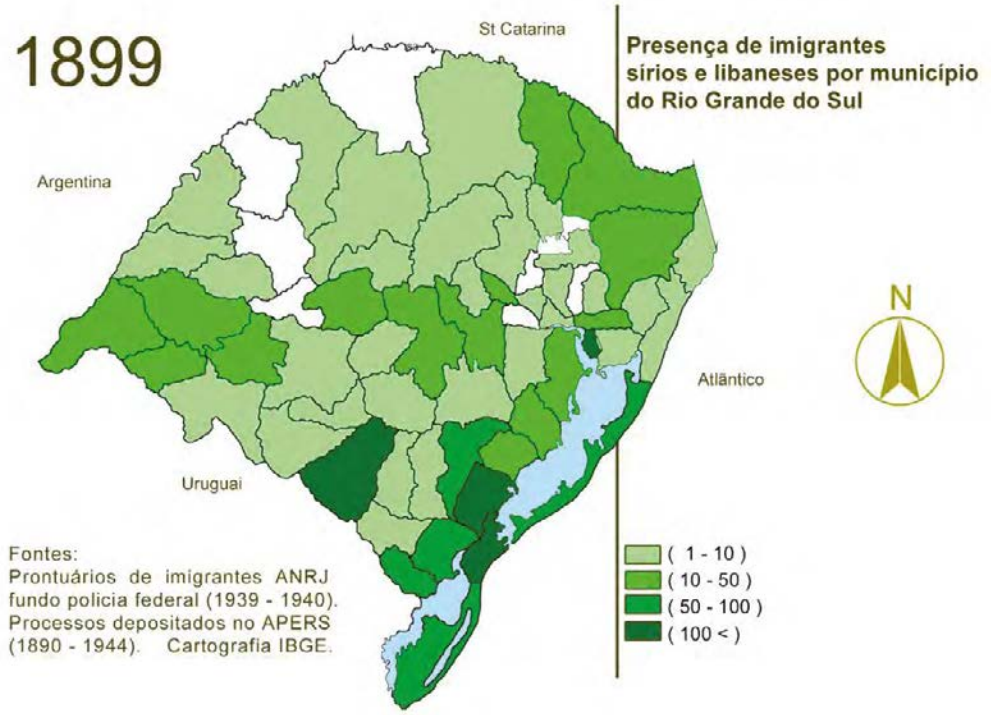
libaneses na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai. Diz ele que árabes em geral percorriam grandes distâncias entre as instâncias do sul do estado. Muitos deles, durante a Revolução Federalista,[8] na última década do século XIX, tornaram-se informantes e mensageiros de ambos os lados envolvidos; segundo Francisco (2019), isso poderia servir de moeda de troca na proteção das estradas pelos peões das estâncias ou autorização para mascatear nesses espaços. Portanto, foi na última década do século XIX que árabes entraram no Rio Grande do Sul com número mais expressivo. A região do Prata, sua ligação com o porto de Rio Grande, desse com Buenos Aires e Montevidéu, as ferrovias e ligações fluviais no sul do estado com Bagé, Livramento e Quaraí, segundo Becker (1958), revelou uma intensa presença e posição econômica dos árabes (os Mansul, Hallabe, Schehim, Salaimen, dentre outros).

Rotas tradicionais de transporte facilitaram a distribuição de imigrantes sírios e libaneses no interior do estado, mas é em Porto Alegre que um contingente se estabelece, segundo tão ampla exposição de Francisco (2017). Eles seguiram a evolução dos transportes no norte e nordeste do estado, cuja inserção mais intensa ocorreu tardiamente. Muitos mascateavam na faixa da fronteira "usando bombacha e espora, cavalgando por cima de um pelego" (Cheuiche, 2003, apud Francisco, 2017, p. 98). Em Pelotas e outras cidades fundaram associações, investiram no ramo pastoril, na produção de arroz, dentre outras atividades ligadas ao comércio, expressando forte envolvimento econômico no sul do estado. O centro-norte do estado, como veremos mais adiante, esteve com maior núme-

[8] Movimento político que eclodiu em 1893 e durou até meados de 1895, entre federalistas e republicanos, os primeiros liderados por Gaspar Silveira Martins, chefe do Partido Federalista Rio-Grandense, e os republicanos, por Júlio de Castilhos, chefe do Partido Republicano do Rio Grande do Sul, o qual possuía o domínio político do estado desde 1891. Foi uma guerra civil, na forma de luta armada, em que os revoltosos (Federalistas) se opuseram à centralidade política e de poder nas mãos do governador num cenário de recente experiência republicana no país. Os federalistas, também denominados de "maragatos", reivindicavam maior autonomia e descentralização de poder, alteração constitucional, principalmente no que tange à centralidade do poder político nas mãos do governante. O conflito envolveu também o Uruguai em boa parte em razão de que muitos dos revoltosos encontravam guarida em municípios da fronteira com o estado. Ver FLORES, Moacyr. *1893-95 - A Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: Edipucrs, 1993.

ro poucos anos mais tarde, ou seja, a partir de 1920, em razão da terra ser mais barata, de a colonização estar se evidenciando com imigrantes europeus e a consequente expectativa de rápido crescimento econômico regional, da incipiente existência de comerciantes de outras etnias, do regime de trabalho familiar e a consequente densidade populacional, da existência de centros maiores, como Passo Fundo, Santa Maria, Caxias do Sul, Palmeira da Missões, Cruz Alta, entre outros.

Mapa 04. Distribuição de imigrantes sírios e libaneses no Rio Grande do Sul por município (1899) Fonte: Francisco (2017, p. 93).



A atividade de mascate permitia e/ou era constitutiva dessa mobilidade. As regiões interioranas se mantiveram com baixo índice, mas a partir da década de 1940 consegue-se observar um aumento significativo de sírios e libaneses nos municípios de Passo Fundo e Santa Maria (Francisco, 2017; Vanin; Follador, 2019; Tedesco; Vanin, 2016). No final do século XIX e primeiras décadas do século XX, vários municípios do

centro-norte e do Norte do Rio Grande do Sul eram ainda pequenos vilarejos, a população se distribuía em amplos os territórios e em grande parte no meio rural.

O processo de colonização, como veremos em alguns casos mais adiante, estava ainda se constituindo com repovoações, aldeamentos indígenas e migrações internas. Desse modo, abria-se um mercado para transações comerciais de gêneros necessários à vida no meio rural, nos espaços novos de colônias e para abastecer, de uma forma informal, os centros mais populosos dessa macrorregião do centro-norte do estado. Imigrantes árabes, dentre eles sírios e libaneses, palestinos e jordanianos, encontraram um espaço de possível otimização mercantil.

O tronco ferroviário que cortava o centro-norte do estado permitia a ligação com Santa Maria, Cruz Alta, capital do estado, Argentina, Uruguaiana, bem como o norte desse e outras fronteiras estaduais até São Paulo e, de lá, para o Rio de Janeiro. Em outras palavras, havia possibilidades de constituir uma ampla rede de comerciantes produtores, fornecedores, compradores, vendedores, mascates, até chegar ao consumidor das colônias do centro-norte/nordeste do estado.



Mapa 05. Distribuição da malha ferroviária no Rio Grande do Sul em 1939. Fonte: Tedesco, 2015, p. 20.

Esse processo logístico de transporte foi fundamental para o desenvolvimento regional e, desse modo, fez com que houvesse uma grande atração de imigrantes para desenvolver atividades outras que não fosse a produção agrícola, entre os quais os comerciantes, madeireiros, extrativistas, agroindustriais, hoteleiros e moageiros. Além dos sírios e libaneses, também migraram italianos, portugueses, poloneses, judeus, ucranianos, palestinos, estes com maior expressão. Para os sírios e libaneses, em particular, a manutenção das atividades de comércio ambulante também se tornava uma oportunidade atrativa, de possibilidade de desenvolvimento rápido do seu patrimônio, de abertura de armazéns, tudo a partir do ofício de mascate (Francisco, 2017). Eles se mobilizavam para vários outros espaços além de Passo Fundo como é o caso de Erechim, Carazinho, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões e Cruz Alta, desenvolvendo redes internas (regionais) de mobilidade, territorialidades mercantis, espaços fixos de venda, intercâmbio, concorrências, controle de mercado etc.

Sobre a história de um libanês que fixou comércio em Ijuí, noroeste do estado, Bindé (2008, p. 33) coloca que ele "veio para o Brasil no ano de 1895, com a idade de 18 anos. Primeiro, ele se fixou no município de Cruz Alta, região do Alto Jacuí. Em 1912, mudou-se para Ijuí, onde fundou a Casa Confiança. Passou a dividir suas atividades entre o atendimento na sua loja e as funções de mascate, com uma pequena carrocinha na qual andava à caça de clientes em toda a parte, batendo de porta em porta". Ainda que não se possa generalizar, mas essa é a marca desses grupos, principalmente os das primeiras décadas de imigrantes.

No Rio Grande do Sul, entre as profissões declaradas entre 1939 e 1949, havia clara preponderância de comerciantes fixos (mais de 50%), porém, havia ainda ambulantes, mas também operários, agricultores, barbeiro, alfaiate, fotógrafa, dentre outras em sírios e libaneses (Francisco, 2017b).

Como já vimos no âmbito geral, no Rio Grande do Sul em particular, o mascate também não adentrou com intensidade na fileira dos operários industriais e trabalhadores agrícolas do estado. Eles andavam

pelo interior das fazendas pastoris no Rio Grande do Sul, bem como nos espaços da pequena propriedade familiar rural e percebiam a precariedade de vida dos trabalhadores das estâncias e da agricultura familiar. Isso eles não queriam para eles. A necessidade do dinheiro era satisfeita pelas vendas no comércio (Francisco, 2013 e 2017b).

Como já vimos, a prática mercantil da mascateação não requeria tanto capital inicial, pois compravam a crédito e o escoamento era rápido e lucrativo (Knowlton, 1961). É difícil generalizar sobre qualquer elemento que identifica os dois grupos em questão. Os próprios imigrantes, em períodos diferentes, adentraram por espaços laborais e vínculos sociais diferenciados. Francisco (2017b) coloca que os que chegaram no Rio Grande do Sul entre 1931 e 1939 não necessariamente se envolveram com o comércio e muito menos com a mascateação; analisa que nem todos eram cristãos. O autor identifica nesse grupo de imigrantes desse período muitos deles foram identificados como operários e trabalhadores urbanos. O espaço agrário também passou a ser inserido nas atividades laborais desses grupos.

Políticas de emigração para o Brasil estavam dando prioridade aos candidatos que demonstrassem certa vocação para a agricultura. Francisco (2017b) também identificou esses grupos nesse período com maior grau de instrução e com domínios de profissões. Porém, o autor faz questão de relativizar essa "vocação para a agricultura", pois muitos deles apenas declaravam verbalmente ou manipulavam documentos; na verdade, eram vendedores ambulantes, comerciantes etc. Desse modo, muitos imigrantes, não podendo se localizar na área urbana da capital, buscaram situar-se em locais próximos da capital, como Canoas, Gravataí, São Leopoldo e Novo Hamburgo.

Talvez pelas mesmas razões, muitos migraram para as cidades ou meio rural do centro-norte do Rio Grande do Sul. Com a mala e/ou bruaca cheia de quinquilharias, circulavam também nos espaços onde os moradores não tinham acesso a notícias e nem sabiam ler e escrever. É interessante enfatizar que houve muita migração regional desses grupos

sociais. Em termos de circulação regional pelo centro-norte do estado, constituíram-se redes e vínculos entre eles, e eles e outros grupos étnicos, para a viabilização de uma ampla cadeia de intermediação mercantil desde a busca de matéria-prima na capital ou em São Paulo e a ponta do processo na visita à casa do consumidor ou no espaço fixo da loja urbana.

No centro-norte do Rio Grande do Sul, além das mercadorias, eles traziam notícias da capital, criando vínculos de interconhecimentos. O valor da honestidade, da confiança e lealdade lhes era muito caro, do qual dependia o bom negócio, a fidelização do cliente, a possibilidade de vender e comprar fiado (para frente e para trás da lógica da troca, ou seja, junto ao fornecedor e consumidor), quem sabe até arrumar casamentos para si ou para algum(a) filho(a). Cooperação, concorrência, controle e combinações de preços, disputas por espaços urbanos e os de venda em residências, intermediações, conflitos, desqualificações, dentre outros, sempre fizeram parte dessa dinâmica que envolve a dimensão mercantil da troca entre os grupos em questão, mas, principalmente, entre os próprios sírios e libaneses.

Pelas entrevistas que obtivemos com alguns descendentes dos dois grupos, vimos que havia muita migração interna. Muitos se estabeleciam em Passo Fundo, e após algum tempo migravam para outra cidade e estabeleciam comércio lá; ou, então, possuíam como espaço central alguma cidade maior, onde havia se estabelecido com loja fixa, mas migravam de tempos em tempos para cidades e espaços rurais de municípios regionais, norte do estado. Nesse sentido, há pelas entrevistas e por cruzamentos de genealogias de família na referida região, uma constante referência à Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Soledade, Cruz Alta e Erechim como espaços de grande circulação regional e de redes e vínculos que foram se desenvolvendo para viabilizar negócios amplos e variados entre sírios e libaneses com outros grupos, em particular, italianos, portugueses e alemães.

Truzzi (1999), bem como Francisco (2017), dentre outros que revisamos, enfatiza que nem tudo entre os grupos era harmonia e cooperação

no interior do estado nos mesmos moldes do que existiu em vários espaços do país, em particular, em São Paulo, onde o grupo era bem maior. A esfera mercantil no capitalismo desenvolve muito mais a divisão e a disputa do que a unidade e a cooperação. É parte integrante da lógica, e isso não aconteceu somente entre os dois grupos em questão. Em entrevistas que fizemos com comerciantes e filhos de mascates, houve essa ênfase da disputa por espaços, principalmente os de venda ambulante.

Muitos mascates em Passo Fundo, nas primeiras décadas do século XX, concorriam com italianos (em geral, do sul da Itália, em particular, calabreses e sicilianos) e portugueses; transacionavam mercadorias por mercadorias, ou seja, suas confecções e armarinhos[9] por produtos agrícolas; concediam créditos; distanciavam-se dos bancos e apostavam nas negociações com seus atacadistas. Dessas negociações surgiam as múltiplas vantagens que os mascates ofereciam para seus clientes. Mulas e cavalos carregavam malas dos mascates, mas, em geral, deslocavam-se com caronas (aproveitando para obter informações sobre moradores etc.) e a pé; com o tempo, mais de uma dezena conseguiu abrir lojas em Passo Fundo.

Como nos diz Knowlton (1961, p. 154):

> "Sírios e libaneses, estimulados pela pobreza e ambição, trabalhavam duramente, viveram frugalmente, e empregaram seus ganhos na expansão dos seus negócios [...]. Eram astuciosos e não hesitavam diante de qualquer método para expelir competidores e alargar seus mercados."

Os conflitos políticos, fronteiras, religião e etnia, presentes no país de origem, fizeram que muitos esquecessem os problemas de lá. Muitos aportuguesaram o nome e se integraram na sociedade brasileira. A prosperidade nos negócios ajudou muito nesse sentido, bem como fez superar o estigma de serem chamados de "turcos", bem como superaram diferenças religiosas, pertencimentos étnicos e convicções políticas (Morales, 2001).

[9] Armarinhos referem-se a agulhas, alfinetes, linhas, lã, pentes, botões, bordados... Um dos entrevistados disse que eram "miudezas para as casas e as costureiras".



Mula carregando bruacas utilizadas na região Sul por tropeiros e mascates
Fonte: Blog ONG Carreiro de Tropas. Disponível em: https://carreirodetropa.files.wordpress.com/2015/01/dscf3926.jpg. Acesso em: 19 fev. 2020.

A prática da mascateação, de uma forma geral, exigia a ida às casas e buscava-se vender diretamente para a dona de casa, ou para quem estivesse em casa no momento. Assim produzia-se uma relação de dívida, pois, a prática da venda em prestação demandava outra visita, com isso a possibilidade de pagar a dívida anterior e contrair outra (Truzzi, 1999). Essa estratégia mercantil lhe garantia a possibilidade de vender ainda mais, aumentando, com isso, a rede de clientela e o volume transacionado, muitas vezes como expressão da confiança e do interconhecimento adquirido, além das múltiplas possibilidades de trocas de produtos variados, em alguns casos sem circulação de dinheiro, apenas trocando produtos de um com os produtos de outros; nesse caso, vendedor e cliente confundiam-se (Morales, 2001).

3.2. Enfrentando dificuldades: redes e processos integrativos e/ou assimilacionistas

Imigrantes adotam estratégias para fazer frente aos limites que a sociedade de destino impõe ou que eles encontram. Nesse sentido, vínculos familiares tornaram-se importantes; o parentesco, o local de origem comum, a busca de familiares no espaço de origem, a aproximação com conacionais no espaço de trabalho e de moradia, as estratégias matrimoniais entre os seus e com autóctones, a reposição de mão de obra, a implantação de negócios fixos, dentre outros aspectos, fizeram com que fossem produzidas situações de superação das adversidades.

Como vimos em âmbito nacional, os mascates descobriam nichos de mercado, para isso a mobilidade geográfica era fundamental; eles precisavam encontrar espaços para otimizar suas vendas. Deslocavam-se, muitas vezes, por longas distâncias, inclusive para fronteiras do Brasil com o Uruguai, pelo interior do estado, constituíam pequenos entrepostos de distribuição de mercadorias nos distritos e pequenos municípios do interior do estado, em espaços onde havia imigrantes e/ou descendentes de europeus. Nesses locais poderia haver concorrência com comerciantes coloniais já estabelecidos com suas vendas, sendo essas sortidas de produtos que os habitantes necessitavam, principalmente de consumo doméstico, mas também para as lides agrícolas, com os animais etc. Vários entrevistados disseram que seus pais e/ou avós comentavam que havia concorrência e disputas por espaços, práticas essas não sem algum tipo de conflito. A desvantagens dos sírios e libaneses se dava pelo fato de que eles atuavam sem grande capital inicial, com quinquilharias, sem domínio da língua, sem interconhecimento e, além do mais, estigmatizados pela representação do "turco". Enquanto os comerciantes e/ou vendeiros já estabelecidos possuíam uma ampla vantagem nesse sentido. Não obstante, sabemos que muitos dos primeiros conseguiram superar essas limitações e se destacaram como comerciantes, desenvolveram outras profissões, fizeram seus filhos estudar, montaram lojas, associaram-se com outros grupos sociais, alguns, inclusive, concorrentes em determinado tempo e lugar.

Em Passo Fundo e outros municípios das regiões Norte e Nordeste do estado, como veremos mais adiante, houve uma intensa mobilidade, integração e assimilação social, enraizamento de sírios e libaneses, em grande parte, pela sobreposição econômica, cultural, política, profissões liberais e formação escolar. A língua, nos primeiros tempos, tornou-se um grande complicador, porém, entrevistados dão ênfase ao fato de que, com o pragmatismo da relação mercantil, muitos aprendiam rápido o básico da língua portuguesa para desenvolver os negócios. Os mais avançados em termos de domínio da língua ou de tempo de permanência no país

auxiliavam os demais, os recém-chegados. Além de o fato de muitos deles serem cristãos, com isso, identificarem-se com aspectos da cultura ocidental – alguns deles sabiam falar francês e inglês antes de emigrar – isso auxiliou em alguns âmbitos nas comunicações da viagem e dos primeiros tempos nos cenários de destinos. Tivemos vários interlocutores que manifestaram isso de seus antepassados imigrantes. Um dos entrevistados disse que chegou em Passo Fundo porque seu tio o mandou chamar para auxiliar no negócio. Ele disse que emigrou com 25 anos e que já chegou com o trabalho assegurado na loja do seu tio. Muitos imigrantes eram auxiliados pelos parentes que lhes emprestavam dinheiro e cuidavam das famílias que ficaram. Isso permitia que o emigrado mantivesse contatos, obrigações, dádivas, enviasse dinheiro e informações e, quando possível, pudesse convidar mais alguém para emigrar.

Redes formais e informais, parentais e regionais foram se desenvolvendo e a imigração se consolidando. Bindé (2008) retrata várias famílias de árabes que se situaram em Ijuí e outros municípios no noroeste do Rio Grande do Sul em vários momentos, tanto do final do século XIX até meados do século XX. Ramos familiares como os Capssa, Audi, Elias, Crayd, Queruz, El Ammar, Hatem, dentre outros sírios e libaneses, localizaram-se no referido município, mascatearam, fixaram lojas, formaram médicos, como é o caso da família El Ammar, que, segundo Bindé (2008, p. 59), chama de "Dinastia de médicos" (mais de uma dezena se formaram nas três gerações da família libanesa de Salim Ibrahim El Ammar). Essas famílias, em geral, situaram-se em Ijuí em razão da existência de outros parentes e/ou conhecidos; quase todos casaram com árabes, alguns deles já vieram casados, como é o caso de Salim El Ammar, casado com Malvina Karuth; Miguel Capssa casou com uma teuto-russa e protestante, Francisca Ritcher em 1897. Na análise de Bindé (2008) não há nenhum árabe em Ijuí e região que, nos primeiros tempos, tenha investido na área agrícola e, sim, todos no ramo comercial.[10] Capssa e Craydy foram a grande expressão no ramo comercial. A Casa Confiança

[10] Ver BINDÉ, A. C. *As etnias em Ijuí:* os árabes. Ijuí: [s.n.], 2008. v. 9.

de Habib João Craidy, segundo Bindé (2008), diferenciava-se das demais pela quantidade e variedade de mercadorias, além de que seu proprietário andava de carroça, batendo de casa em casa em busca de clientes e fazendo propaganda de sua loja e atuando como mascate.



Carroça de mulas utilizada para a atividade da mascateação pela família Craidy em Ijuí
Fonte: Bindé (2008, p. 19).

Truzzi (1999) analisou com profundidade a mobilidade geográfica e social de sírios e libaneses para o caso de São Paulo, bem como Francisco (2017) para o caso do Rio Grande do Sul, em particular em Porto Alegre, e o sul do estado (Pelotas, Rio Grande, Bagé, dentre outras). O investimento e a mediação do estudo formal para seus filhos estiveram no horizonte das preocupações e dos interesses da primeira geração que migrou para o Brasil. Além de que, como diz Truzzi (2019), não se pode menosprezar os intelectuais que também chegaram desde as primeiras levas de imigrantes. Alguns eram médicos, escritores e jornalistas e foram responsáveis por escrever poemas e divulgar suas posições políticas em livros e colunas de jornais voltados para a comunidade

árabe no Brasil. No campo literário no Rio Grande do Sul, há representantes de sírios e libaneses que descreveram temas como comércio, cultura, casamentos, identidade, desprezo à Turquia e aos turcos,[11] viagens, participação de sírios e/ou libaneses na Revolução Federalista, fronteiras entre Uruguai e alguns municípios do sul do estado, estratégias de vendas entre árabes e judeus, laços matrimoniais entre ambos, diferenças, similitudes, amizades e compadrios. Segundo Francisco (2017), a literatura ficcional no estado sobre sírios e libaneses enfatiza aspectos da realidade migratória de alguns de seus imigrantes, a representação que árabes produziram nos habitantes sulinos, as práticas dos negócios, a mascateação em particular.

A educação dos filhos, de preferência em escolas de alto padrão, em geral particulares, foi a marca desses dois grupos no Rio Grande do Sul e em outras partes do Brasil. Esse processo revelava a intenção de mobilidade social, além de ser um elemento integrador. Truzzi (1997) diz que a proporção de filhos de sírios ingressando no ensino superior foi bem maior quando comparada com a de outras etnias. Segundo ele, isso propiciou, para muitos deles, uma rápida ascensão econômica. Constatamos isso em nosso estudo específico no centro-norte do Rio Grande do Sul pelas várias famílias de sírios e libaneses pioneiras que tiveram filhos médicos, profissionais liberais de várias atividades que envolviam qualificações obtidas no ensino superior.

As questões familiares e de gênero estiveram sempre presentes nos cenários migratórios desses dois grupos, porém, nesses aspectos, também é difícil analisar sob a ótica da generalidade. A família, como já vimos, era considerada o esteio para o imigrante, tanto o que migrou com ela quanto o que a deixou no espaço de origem. Segundo entrevistados em Passo Fundo e Lagoa Vermelha, foi importante para o êxito da empreitada migratória. Quando chegaram ao Brasil, essas pessoas continuaram contando com o apoio de seus parentes mais próximos ou do grupo de

[11] Ver Nejar, 1979; Cheuiche, 2003; Kalil, 2007, dentre outros. Uma discussão aprofundada sobre essa correlação encontra-se em Francisco (2017).

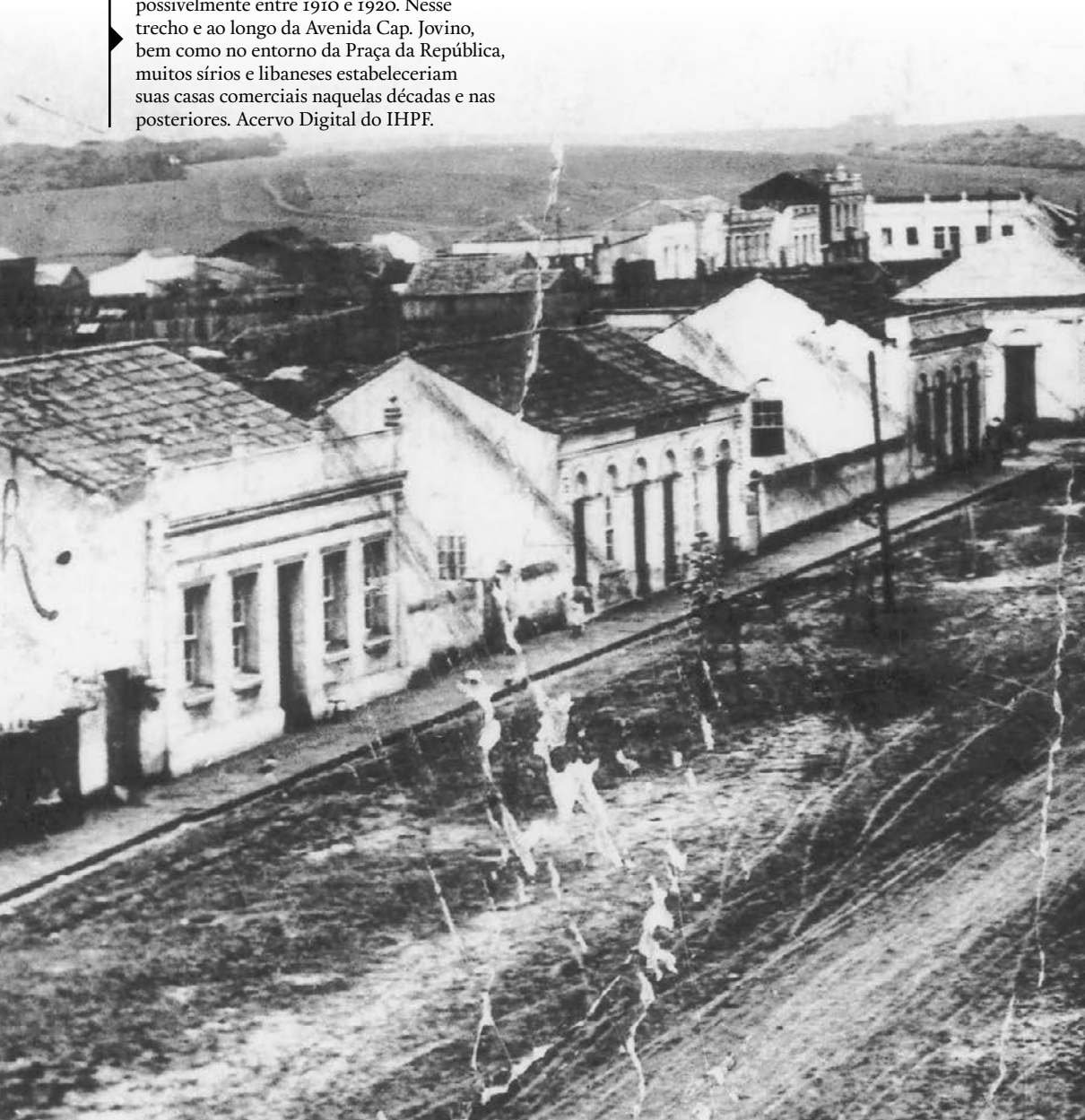
conterrâneos formado por primos, amigos e vizinhos (Francisco, 2013). Segundo Campos (1987), a mulher/esposa, mesmo em meio a diferenciações, desempenhava função essencial na preservação e transmissão da cultura do grupo, principalmente no campo educacional, nos afazeres domésticos, na socialização de valores, na cultura e língua árabe. Porém, os autores enfatizam que a elas pouco participavam da vida social e produtiva mercantil; a elas eram reservados espaços da ideologia da domesticidade reproduzida como imigrante; em geral, não possuíam graus elevados de estudos, fato que também dificultava a sua mobilidade social ou carreira de projeção e prestígio social.

Esposa, mãe, educadora informal, socializadora e preservadora de rituais religiosos, da manutenção da integração familiar e dos valores dessa instituição foram os maiores atributos reservados em grande parte às mulheres, fato que as tornavam fundamentais no seio familiar em particular, no resguardo e reprodução da cultura dos pais nos espaços de destino. A cozinha árabe no Brasil, sua popularização deve-se em muito a esse papel atribuído à mulher, traduzindo seus valores para o contexto em que se encontrava como imigrante.

Enfim, sírios e libaneses buscaram se inserir em vários espaços no estado; otimizaram redes constituídas entre si, aspectos logísticos de transportes, sinergias mercantis, processos organizativos; enfrentaram limites geográficos, de aceitação social, porém, esforçaram-se para integrar-se e realizar a contento seus interesses. A capital do estado, como bem analisa Francisco em várias de suas obras, foi prioritária; nela era possível dimensionar múltiplos aspectos econômicos, de convívio social, de saberes, ofícios e associativos.

Os próximos capítulos adentram para casos específicos de aspectos da realidade interiorana do estado, com seus limites, otimizações, distanciamentos, estranhamentos, conflitos e integrações. Para nosso caso em análise, Passo Fundo é o epicentro; é o ponto de interligação regional e de maior concentração de imigrantes. Buscaremos reconstituir fragmentos das histórias de vida, algumas relações econômicas, sociais e asso-

ciativas dos dois grupos. A intenção, como já falamos, é evidenciar esses dois grupos, perceber especificidades e estratégias para o convívio social num espaço onde a presença de outros imigrantes, alguns deles fruto de acordos políticos, já se fazia sentir, bem como os municípios constituídos possuíam, diferentemente da capital do estado, maiores características pastoril e rural.

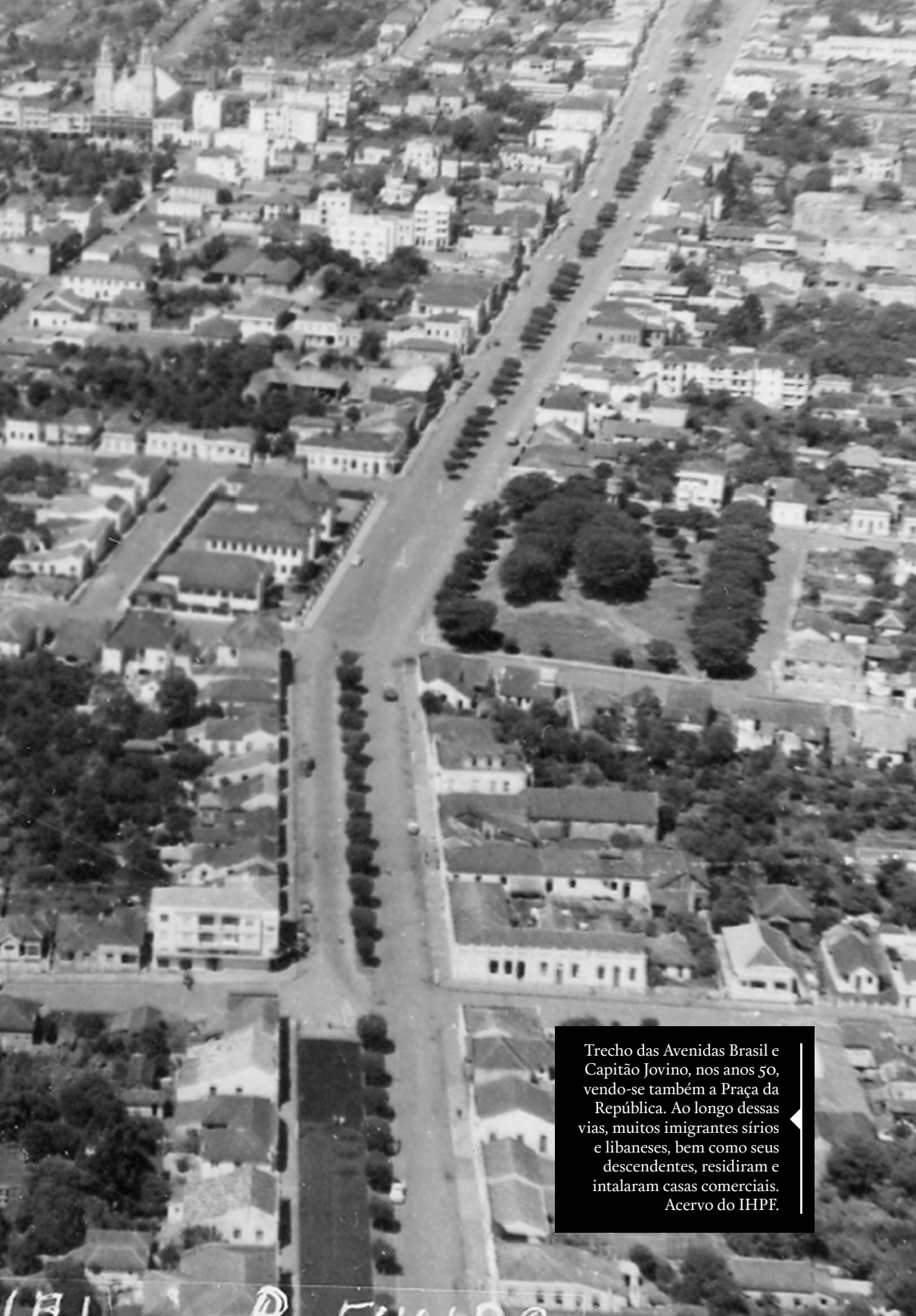


Trecho da Avenida Brasil entre as ruas Fagundes do Reis e Capitão Eleutério, possivelmente entre 1910 e 1920. Nesse trecho e ao longo da Avenida Cap. Jovino, bem como no entorno da Praça da República, muitos sírios e libaneses estabeleceriam suas casas comerciais naquelas décadas e nas posteriores. Acervo Digital do IHPF.

Sírios e libaneses em Passo Fundo:

redes de imigração, comércio e identidades





Trecho das Avenidas Brasil e Capitão Jovino, nos anos 50, vendo-se também a Praça da República. Ao longo dessas vias, muitos imigrantes sírios e libaneses, bem como seus descendentes, residiram e intalaram casas comerciais. Acervo do IHPF.

A instalação de sírios e libaneses foi indissociável das atividades comerciais desenvolvidas em Passo Fundo, bem como em outros locais da região Centro-Norte do estado. Como já vimos, essa é uma das particularidades diferenciadoras e caracterizadoras da inserção destes imigrantes por entre a sociedade já estabelecida no Brasil como um todo: há, na maioria dos casos, sempre uma ligação "comercial", "econômica", que propicia ou fomenta os deslocamentos e/ou os estabelecimentos em determinadas regiões ou centros urbanos. As fontes que acessamos, de natureza documental ou oral, nas narrativas de descendentes dos imigrantes, denotam a importância do local e das relações que podiam ser estabelecidas como definidoras da escolha deste ou daquele lugar para residência e, por conseguinte, para o estabelecimento de uma casa de negócios.

O desenvolvimento das atividades comerciais nos municípios sul-rio-grandenses em fins do século XIX, foi alijado em decorrência da Revolução Federalista (1893-1895), evento que, no município de Passo Fundo e na região Centro-Norte, levou muitas famílias a emigrarem em direção a outros estados, causando significativa redução do volume do crescimento demográfico e comercial do período (Xavier e Oliveira, 1990). Entretanto, a construção de novos traçados, ligações inter-regionais, e a instalação da ferrovia São Paulo – Rio Grande, cruzando a região norte e reforçando a atividade comercial de determinados centros urbanos como Passo Fundo, Carazinho, Erechim, Palmeira das Missões, Lagoa Vermelha, Soledade e outros adjacentes foram elementos que estabeleceram novos paradigmas de desenvolvimento econômico regional, tornando-se atrativo para o estabelecimento de empreendimentos de indústrias moageiras e madeireiras, bem como casas de comércio, hotéis e estabelecimentos urbanos de outras ordens (Tedesco, 2015).

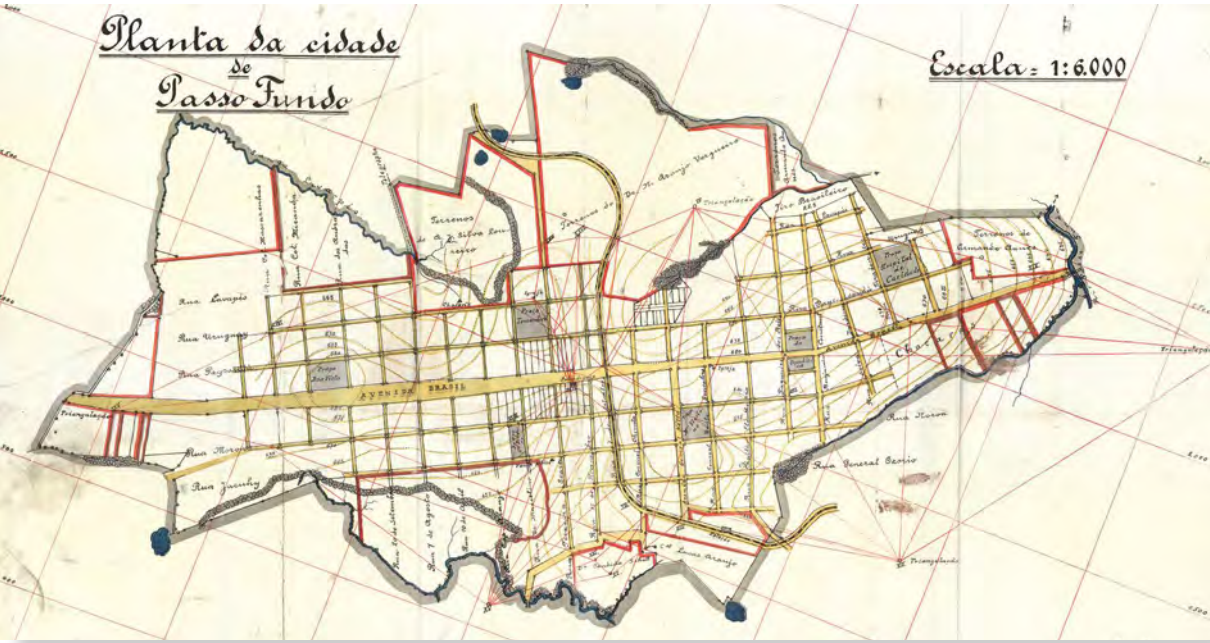
Na região Centro-Norte do Rio Grande do Sul, no início do século XX, próximo aos projetos de colonização desenvolvidos pelo estado e por iniciativa privada, abriram-se também novos mercados, tanto nas zonas urbanas quanto nos contextos rurais das colônias, locais oportunos para o desenvolvimento das atividades comerciais desenvolvidas pelos imigrantes árabes. Após a chegada da ferrovia, a indústria, a agricultura e o comércio são atividades impulsionadas no município de Passo Fundo, havendo a retomada do desenvolvimento econômico, urbano e demográfico da cidade. A partir desse momento, no centro urbano, há mudanças no eixo de crescimento da cidade, sendo deslocado da direção do Bairro Boqueirão, desde os primeiros estabelecimentos no povoado, e centralizado nas proximidades da Praça Marechal Floriano, nas ruas Independência, Moron, Bento Gonçalves e Avenida General Netto, essa última que ligava a principal via da cidade, a Rua do Commercio[12], à estação ferroviária (Diniz; Almeida, 2019; Miranda; Machado, 2010).

Fluxo de pessoas e de mercadorias impulsionou os segmentos da hotelaria, do comércio e da produção e exportação de gêneros, processos nos quais os trilhos da Viação Férrea eram responsáveis pelo escoamento da produção (Tedesco, 2015). O anúncio da passagem da ferrovia por si só já se constituía enquanto um fator de atração para o município. Ainda antes da inauguração oficial da estação ferroviária na sede do município, em fevereiro de 1898, os caminhos de ferro deslocavam indivíduos de outras partes do estado para Passo Fundo.

É nesse contexto que levas de imigrantes de diferentes origens passam a se estabelecer, com maior ênfase no centro urbano de Passo Fundo. Italianos, alemães, austríacos, portugueses, espanhóis, poloneses, judeus (bessárabes, poloneses, lituanos, russos), sírios e libaneses foram alguns dos grupos de maior expressão que passaram a compor a geografia humana passo-fundense no início do século XX (Xavier e Oliveira, 1990). Muitos desses imigrantes eram porções de levas maiores que se estabele-

[12] A partir de 1913, a rua do Commercio passa a ser denominada Avenida Brasil, em homenagem à República, e assim se mantém até a atualidade (Miranda; Mendes, 2017).

ceram em zonas coloniais do município, como italianos, poloneses e judeus, contudo, tal como sírios e libaneses em sua maioria, também adentraram ao cenário urbano e passaram a residir e a desenvolver atividades comerciais diversas.



Mapa 06. Planta da cidade de Passo Fundo, confeccionada por Renato de Sá Britto para o Relatório da Intendência Municipal de Passo Fundo, em 1918. Acervo Instituto Histórico de Passo Fundo.

Todavia, muito embora possamos considerar a presença da ferrovia como um divisor de águas em se tratando da urbanização passo-fundense, não podemos perder de vista que a cidade, instalada junto à Estrada das Tropas, no centro urbano, depois nomeada como *Rua do Commercio*, era também atrativa ao estabelecimento de indivíduos de diferentes proveniências, pelo menos desde 1830. Esses caminhos, para além da ferrovia, continuavam interligando os municípios da região Centro-Norte, servindo de ligação aos que não dispunham de ramais ferroviários, como Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões e Soledade, caminhos certamente utilizados por muitos imigrantes árabes em seus diversos deslocamentos regionais.

Para esses imigrantes do início do século XX, porém, a ferrovia dinamizava esse processo de estabelecimento, encurtava distâncias e tornava possível longos deslocamentos dentro do estado em direção à região norte. Posteriormente, após a ligação Passo Fundo-Marcelino Ramos e a transposição dos trilhos pelo rio Uruguai, em 1910, completou-se também o trecho São Paulo-Rio Grande, em estrada de ferro, conectando o Rio Grande do Sul aos demais estados dessa região, e também aos da região Sudeste.

A ligação ferroviária com o estado de São Paulo, podemos supor, tenha legado bastante dinamicidade ao deslocamento de sírios e libaneses nesse período, sobretudo em função de estabelecer o vínculo do estado sulino com a principal e mais expressiva colônia sírio-libanesa no Brasil (Truzzi, 1993). A facilidade da movimentação promovida pela linha férrea tornou possível o encurtamento de viagens em direção à capital paulista, o que acreditamos ter influenciado no trânsito de imigrantes, na aproximação de seus co-nacionais e também no auxílio da compra e transporte de mercadorias para venda no norte do estado.

É difícil determinar uma causa específica para o estabelecimento dos imigrantes sírios e libaneses em relação à Passo Fundo. Todavia, podemos considerar a hipótese de que esse desenvolvimento econômico e demográfico experimentado pelo núcleo urbano passo-fundense no início do século tenha servido de incentivo e ampliado o horizonte de expectativas desses imigrantes em torno do Centro-Norte do estado.

4.1. Diferentes rumos, mesmo destino: trajetórias migratórias compartilhadas

Como destacamos em outro momento, localizar sírios e libaneses em seus lugares de destino é uma tarefa que exige a consulta de diferentes fontes, justamente em razão de inexistir um acompanhamento público desses imigrantes, em razão da ausência de fomento a esse movimento migratório por parte do governo brasileiro. Dessa maneira, nos servimos

de várias fontes, cruzando-as e analisando-as de modo a compor um quadro maior do que podemos conceber enquanto um esforço de acompanhamento do estabelecimento desses imigrantes na cidade e em outros pontos do município e da constituição de redes desses indivíduos com a sociedade autóctone.

Ainda antes da inauguração da ferrovia, em 1896, o árabe Miguel Elias já requeria[13] à Intendência Municipal terrenos para seu estabelecimento na Rua do Commercio, esquina com a Travessa Oriental[14]. Miguel Elias é um dos tantos imigrantes desse período que se instalou nas proximidades do "novo centro" da cidade, que também requereram terrenos à municipalidade, porém, ao que se sabe, é um os primeiros imigrantes árabes na cidade de Passo Fundo, embora não tenhamos conseguido maiores informações acerca desse indivíduo.

De acordo com os registros civis de nascimento e matrimônio das duas primeiras décadas do século XX, encontramos alguns dos primeiros imigrantes que já se encontravam estabelecidos de maneira fixa na cidade, residindo e atuando no comércio local/regional, já casados, alguns, com mulheres passo-fundenses.

Quadro 01. Registros de nascimento de filhas e filhos de sírios e libaneses em Passo Fundo (1900-1921)

Nascido	Data do registro	Filiação paterna	Origem declarada	Filiação materna	Origem declarada
Jamila	1911.27.05	José Pedro Nedyr	Árabe	Emma Thomasi	Rio Grande do Sul
José	1912.23.05	Miguel José Zil	Ásia	Vicentina Moreira Zil	Rio Grande do Sul
Agy	1914.05.11	Antonio Simão Agy	Síria	Analdina Teixeira	Rio Grande do Sul

[13] REQUISIÇÕES de terrenos pela Intendência Municipal. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

[14] A partir do Ato nº 19 de 12/06/1901, a Travessa Oriental passou a denominar-se Av. General Netto (Miranda; Mendes, 2017).

Nascido	Data do registro	Filiação paterna	Origem declarada	Filiação materna	Origem declarada
João	1914.09.10	Antonio Pedro	Síria	Maria Cecy	Síria
Hipollyto	1914.23.01	Miguel José Zil	Ásia	Vicentina Moreira Zil	Rio Grande do Sul
Salim	1915.10.06	Miguel José Zil	Síria	Vicentina Moreira Zil	Rio Grande do Sul
Seidy	1915.15.11	José Pedro Nedyr	Síria	Emma Thomasi	Rio Grande do Sul
Faymi	1916.03.08	Miguel José Zil	Ásia	Vicentina Moreira Zil	Rio Grande do Sul
Jabia	1916.06.02	Isa Dipp	Turquia	Salima Elias	Turquia
Francisco	1916.18.12	Antonio Saadi	Síria	Cofu Saadi	Síria
Ane	1916.20.08	Antonio Simão Agy	Síria	Analdina Teixeira	Rio Grande do Sul
Zacharias Olavo	1917.02.02	José Zacharias dos Santos	Turquia	Conceição Leite dos Santos	Rio Grande do Sul
Anael	1918.03.04	Moyses Dipp	Síria	Izolina Dipp	Rio Grande do Sul
Adb	1918.10.08	Antonio Simão Agy	Síria	Analdina Teixeira	Rio Grande do Sul
Maia	1918.20.06	Aisse Dipp	Turquia	Salima Simão	Turquia
Maria Nadyr	1919.05.02	José Zacharias dos Santos	Síria	Conceição Leite dos Santos	Rio Grande do Sul
Ary	1920.15.09	Antonio Simão Agy	Síria	Analdina Teixeira	Rio Grande do Sul
Jamilia	1921.06.07	Isa Dipp	Síria	Salima Elias	Síria
Albert	1921.28.02	João Kalil	Síria	Morena Canfield	Rio Grande do Sul

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos livros do Cartório de Registro de Passo Fundo, disponíveis para consulta no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

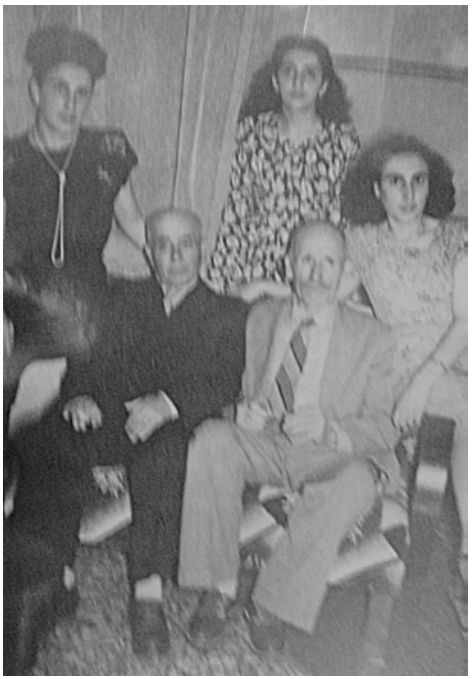
No Quadro 01, podemos observar, de pronto, alguns traços característicos e distintos dos imigrantes em um contexto mais amplo da imigração, em se tratando da situação matrimonial dos indivíduos. A distinção durante a imigração de homens solteiros e casados em termos estatísticos é imprecisa, embora tenha se notabilizado a imigração dos solteiros. Esse fato está em correspondência com a evidência empírica obtida por entrevistas e histórias de imigrantes, bem como com a literatura que aborda o tema em nível geral no Brasil. Esses, nos locais de destino, em geral, contraíam matrimônio com mulheres da sociedade estabelecida e originavam núcleos familiares que, via de regra, consolidavam sua presença no território escolhido e tornavam difícil o retorno ao território de origem. Casar, sobretudo com integrantes de fora da "colônia síria" denotava a inclusão desses imigrantes junto aos autóctones, ainda mais se fosse considerado uma inserção, muitas vezes, do imigrante, ao núcleo familiar da esposa e, talvez, aos negócios da família.

Já os imigrantes casados, muitas vezes imigravam com esposa e filhos e, no local de destino, davam continuidade ao núcleo familiar. A imigração de casais, contudo, nem sempre se processava de antemão, com a imigração de ambos para o local de destino em uma mesma viagem. Muito comum foi, pelo menos até 1920, que os homens imigrassem solteiros e, após um período acumulando capitais no exterior, retornassem ao lugar de origem e casassem com mulheres dos vilarejos de saída. Da mesma forma, homens casados que imigraram ainda nesse primeiro fluxo migratório retornaram para buscar suas esposas, após um período de assentamento e acúmulo de capital suficiente para o translado da companheira.

Isa Dipp foi um dos imigrantes casados que empreendeu viagem para o Brasil, emigrando por volta de 1904 e concentrando-se em São Paulo, talvez acompanhado de seus irmãos[15]. Ainda antes da eclosão do conflito mundial, Isa retornara ao Monte Líbano para buscar sua esposa, Salima Elias, com quem havia se casado pouco antes de emigrar, percur-

[15] SALTON, Lúcia Dipp. Neta de Isa e Salima Dipp. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco*. 2016.

so talvez realizado por Aisse Dipp, irmão de Moyses e Isa, que no mesmo período encontrava-se já em Passo Fundo e casado com Salima Simon, natural do mesmo lugar de origem.





Figs. 02 e 03. À esquerda, em primeiro plano, sentados, da esquerda para a direita, os irmãos Moyses e Isa Dipp; ao fundo, das três mulheres, a primeira e a última são filhas de Isa, a do centro é filha de Moyses. À direita, Salima Elias Dipp, imigrante libanesa, casada com Isa Dipp.
Acervo pessoal de Lúcia Dipp Salton.

Todavia, nem sempre o retorno dos casados era garantido. Como nos informou o interlocutor Antonio Simão, seu avô era casado e possuía filhos ao tempo que decidira emigrar do Monte Líbano para o Brasil, possivelmente no início do século XX[16]. O imigrante havia se dirigido inicialmente para a Argentina, porém, ao chegar a Buenos Aires decidiu remigrar para o Brasil, entrando pelo Porto de Santos, São Paulo. Simão tinha, no Brasil, duas primas que já haviam imigrado com ele e foram residir em Porto Alegre, o que talvez tenha motivado seu deslocamento

[16] SIMÃO, Juarez. Neto de Antonio Simão e Analdina Teixeira. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin*. 2020.

para o Rio Grande do Sul, o qual o fez acompanhado de seu primo João Chafon; eles haviam emigrado juntos do Monte Líbano. Simão jamais retornou para sua família no Líbano e, em Passo Fundo, acabou contraindo matrimônio com Analdina Teixeira, natural do distrito de Coxilha, com quem formou uma nova família, tendo os filhos Agy, Ané, Ary, Adb, Abi, Nery. Segundo Juarez Simão,

> Ele veio adulto já [...]. Não sei se ele já tinha três ou quatro filhos lá [Líbano]. Depois ele teve uma herança que foi dividida com os outros. As terras que ele deixou lá com os irmãos foram divididas com os filhos dele de lá e daqui.

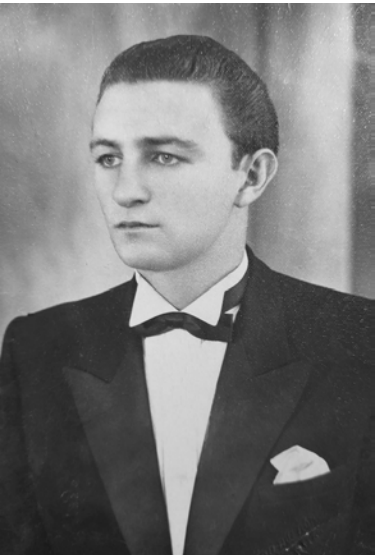


Da esquerda para a direita, Ary Simão, Maria Sindoca Canfild, Maria Lângaro, Agy Simão, Neri Simão e Adb Simão. Sem data. Acervo pessoal de Juarez Simão.

Moysés Dipp, irmão de Isa Dipp, foi o primeiro da família a chegar a Passo Fundo, sendo o responsável por amparar os irmãos com informações acerca do lugar e proporcionar o deslocamento de ambos para o município. Moysés Dipp havia imigrado solteiro e optou por casar-se apenas em 1917, após estabelecimento seu e de seus irmãos no comércio de Passo Fundo. A habilitação de casamento de Moysés Dipp e Izolina de Albuquerque Borges







De cima para baixo, Agy, Ary e Nery, filhos do imigrante libanês Antonio Simão e da passo-fundense Analdina Teixeira. Acervo pessoal de Juarez Simão.

revela algumas das relações do imigrante com seus co-nacionais: as três testemunhas necessárias para provar se o contraente era de fato habilitado para o matrimônio eram os imigrantes Antonio Simão, Zacharias Caram e Isaac João Kraide, todos negociantes e residentes no município de Passo Fundo.

Na habilitação de Moyses Dipp, todos os depoimentos afirmaram a idade de 30 anos, informação complementada por Zacharias Caram, que o conhecia desde seu nascimento "pois que ambos nasceram na Syria, [?] tiveram relações de intimidade e saber que o justificante nasceu na Syria, na cidade de Btarx [?] em 12 de janeiro de 1887"[17]. Como Moyses Dipp, o imigrante Salim Dipp, residente do distrito de Carazinho, acionou os patrícios José Pedro Nedyr e Simão Nedyr para comprovação de sua habilitação matrimonial para casar-se com Izaltina Subtil do Valle, em ocasião que a testemunha José Pedro Nedyr afirmou que conhecia Salim Dipp "desde criança"[18]. O conhecimento dos imigrantes sírios e libaneses em períodos anteriores à imigração é patente em praticamente todas as narrativas. As conexões familiares ou de vizinhança no lugar de origem desempenharam papel central em vários âmbitos da imigração, evidenciando a existência e a conforma-

[17] APERS. Cartório Municipal de Carazinho. *Habilitação de casamento de Moyses Dipp e Izolina de Albuquerque Borges*. 1917.

[18] APERS. Cartório Municipal de Carazinho. *Habilitação de casamento de Salim Dipp e Izaltina Subtil de Oliveira*. 1917.

ção, ao longo do fluxo imigratório, de redes de contato com finalidades múltiplas, seja no translado ao país de destino, na disponibilização de trabalho, seja nas relações desenvolvidas na sociedade de destino. Esses eram alguns dos que compunham a rede de relacionamentos de Moysés naquele período, rede essa que se estendia dentro do município também pelo distrito de Carazinho, onde, pelo que foi possível apurar, também concentrou vários imigrantes sírio-libaneses no início do século, possivelmente em função do aquecimento da economia e do comércio propiciado pela passagem da estrada de ferro na sede daquele distrito (ver Quadro 02 e 03, a seguir).

O casamento de Moyses Dipp e Izolina de Albuquerque Borges obedeceu a um padrão seguido por diversos imigrantes em várias partes do Brasil, isto é, o de casar com membros da "colônia síria" já estabelecida, o mesmo ocorrido com Nagippe Kraide, filho do imigrante Isaac João Kraide, que contraiu matrimônio com Iracema de Albuquerque Borges; ambas as contraentes eram irmãs, filhas de José Antonio Borges e Ambrosina de Albuquerque, sendo ele imigrante sírio, comerciante, estabelecido do distrito de Carazinho, pelo menos desde 1890. Casamentos dentro do núcleo de relações dos imigrantes e de sua primeira geração de descendentes não foram raros e, de acordo com Vilela (2011), tampouco foram exclusivos do primeiro fluxo migratório.

Quadro 02. Registros de nascimento de filhas e filhos de sírios e libaneses – Distrito de Carazinho (1910-1930)

Nome	Data do registro	Filiação paterna	Origem declarada	Nome da mãe	Origem declarada
Romail	09/11/1922	Moyses Dipp	Síria	Izolina Borges	Rio Grande do Sul
Laurindo	16/05/1923	Carlos Geker	Turquia	Florentina Geker	Rio Grande do Sul
Galil Jacques	28/04/1924	Emilio Jorge	Turquia	Catharina Jorge	Rio Grande do Sul

Dabil	30/08/1924	Jued Marfuso	Turquia	Duna Marfuso	Turquia
Wilmar	08/11/1924	Elias Abrahão Hanna	Síria	Annice Dipp Hanna	Síria
Harry Manoel	24/04/1925	Manoel Mansur	Palestina	Etelvina de Oliveira	Rio Grande do Sul
Alba	12/01/1926	Moyses Dipp	Síria	Izolina Borges	Rio Grande do Sul
Anuar	24/08/1926	Emilio Jorge	Palestina	Catharina Jorge	Rio Grande do Sul
Sady Elias	23/04/1929	Elias Abrahão Hanna	Síria	Annice Dipp Hanna	Síria

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos livros do Cartório de Registro de Carazinho, disponíveis para consulta no Arquivo Público do Estado do Rio Grande Sul.

Quadro 03. Registros de imigrantes sírios e libaneses e primeira geração de descendentes – Distrito de Carazinho (1920-1950)

Data do registro	Contraente	Origem declarada	**Contraente**	**Origem declarada**
09/03/1929	Nagippe Kraide	Rio Grande do Sul	Iracema de Albuquerque Borges	Rio Grande do Sul
25/07/1931	Jadhun Nedeff	Síria	Olga Abrahão Anga	Rio Grande do Sul
16/05/1942	Jorge Elias	Rio Grande do Sul	Idalina Nedeff	Rio Grande do Sul
26/03/1949	Idalino Nedeff	Rio Grande do Sul	Lia Therezinha Araújo	Carazinho

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos livros do Cartório de Registro de Carazinho, disponíveis para consulta no Arquivo Público do Estado do Rio Grande Sul.

Para além da união civil, o matrimônio dentro do campo religioso também era elemento revelador de uma inserção no país de destino. A

exemplo disso, o casamento também podia avançar do âmbito étnico e encontrar o religioso. José Pedro Nedyr, natural do Monte Líbano, negociante, em 1909 contraiu matrimônio com Emma Thomasi no civil e no religioso[19], o que aponta para a inserção religiosa desses imigrantes nos locais de destino, bem como o batismo na Igreja Católica dos filhos do libanês José Zacharias dos Santos e de sua esposa, Conceição Leite dos Santos, talvez se adaptando à religião católica ou conservando ritos, tratando-se de imigrantes sírio-libaneses cristãos de outras vertentes que não a católica[20].

As famílias Dadia e Carubim, em Passo Fundo, acerca da trajetória imigratória e enlaces matrimoniais interétnicos e inter-religiosos também tiveram destaque. Segundo nosso interlocutor, Carlos Alberto Mayer, em sua família, foi seu tio-avô, Jorge Carubim, que deu início ao processo imigratório do núcleo familiar para o Brasil[21]. Emigrado ainda no início do século XX, acionou, possivelmente, seus co-nacionais que o informaram acerca das possibilidades de comércio e de instalação de negócios, em específico, o de curtição de couro, atividade artesanal que já desenvolvia no lugar de origem. Na região, em Soledade, montou um curtume. Pelas informações que trocava com a família desde sua saída do Monte Líbano, Jorge Carubim, após receber a notícia da morte de seu pai, retornou ao Líbano e auxiliou no translado do núcleo familiar restante para o Brasil, sua mãe, Malaque e sua irmã, Haifa.

> // O tio Jorge foi buscar minha avó e minha bisavó em Beirute, onde elas venderam ou doaram as terras para a Igreja, pelo fato de serem cristãs. E vieram para o Brasil, em um vapor italiano, levaram seis meses para vir para cá. Minha vó mesmo contava a epopeia do que foi, imagina, seis meses fazendo

[19] REGISTROS da Igreja Católica. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida do Passo Fundo. Casamento de José Pedro Nedyr (1883-1938) e Emma Thomasi (1889-1967), 18 dez. 1909. Livro de Matrimônios de 1908-1912, p. 70.

[20] REGISTROS da Igreja Católica. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida do Passo Fundo. Batismo de Maria Anadyr, 04 de maio de 1919. Livro de Batismos de 1919, p. 122.

[21] MAYER, Carlos Alberto. Neto de Jorge Felippe Dadia. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin*. 2016.

> escalas em países... e uma das cidades foi Paris [...]. Isso foi no início do século XX.[22]

A venda de propriedades na Grande Síria, devemos ressaltar, foi também um dos meios de se propiciar a emigração, no caso de vários imigrantes, mas principalmente na emigração de vários integrantes de uma mesma família. A disponibilidade de terras, posterior à emigração de muitos sírios e libaneses foi aumentada, em função da redução da população frente a demanda por terra. Nesse contexto, como afirma Guzmán (2007), a Igreja Maronita tornou-se detentora de uma grande porção das terras agricultáveis no Monte Líbano.

Após um período em Soledade, a família Carubim estabeleceu-se em Passo Fundo, possivelmente almejando explorar o comércio de couro. Na cidade, Haifa Carubim viria a conhecer Jorge Felippe Dadia, imigrante sírio, natural de Damasco, com quem se casaria anos mais tarde, em 1926. Sobre a trajetória de Jorge Dadia, que entrou no Brasil em fevereiro de 1914, aos 17 anos de idade, e o casamento com Haifa Carubim, Carlos Mayer informa que:

> A minha bisavó por parte do avô [Jorge Felippe Dadia], deu dinheiro para ele fugir de lá [Síria], por causa da guerra, de uma guerra interna [...]. Ela não queria que ele fosse servir, [...] como ela já tinha perdido dois filhos dessa maneira, não queria que o mais novo morresse da mesma forma, então ela deu dinheiro para ele vir para o Brasil, o país dos sonhos, onde tinha tudo! Ele vem, mas não se estabelece no Brasil [...] esteve um tempo na Inglaterra, onde estudou por um tempo, depois foi para a França, onde ficou mais um tempo. [...]. Ele conheceu minha avó, a Haifa, só que a minha bisavó não queria o casamento, não queria nada, nenhum tipo de ligação justamente porque ele era muçulmano, ele nasceu em Damasco, na Síria, e a minha avó era libanesa. Ela cristã, ele muçulmano. Porém, a paixão falou mais alto. Fugiram para Santa Cruz do Sul para poderem casar. Aí eles casaram e voltaram para cá [Passo Fundo].

[22] MAYER, Carlos Alberto. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin*. 2016.



Fotografia de escala. Da esquerda para a direita, Haifa Carubim, Malaque Carubim e Jorge Carubim. A fotografia foi tirada em Paris, durante a viagem do núcleo familiar em direção ao Brasil.

Acervo pessoal de Carlos Alberto Mayer.

Não obstante à questão religiosa, o casamento foi realizado em Santa Cruz, onde Jorge Dadia já havia trabalhado e possuía conhecidos, como as testemunhas do casamento, Emilio Salomão e Ahmad Abdulkarim[23]. Algum tempo depois, retornaram à Passo Fundo e tiveram nove filhos: Fátima, Zaida, Malaque, Labibe, Ricardo, Rafí, Síria, José e Marlene[24]. A partir do relato de um de seus descendentes, podemos enfatizar que Jorge Felippe Dadia foi atuante no recebimento e estabelecimento de redes de ligações com outros imigrantes que chegavam na região, muitos tendo se estabelecido nessa, em função de sua intermediação, auxiliando nas demandas mais prementes do imigrante recém-chegado, ofertando pouso, trabalho e empréstimos em dinheiro, operacionalizando, também, deslocamentos de imigrantes e estabelecimento em atividades comerciais.

O libanês Joseph Estacia, natural de Zgharta, norte do Líbano, após imigrar para o Brasil em 1951, veio a contrair matrimônio com Linda Dipp Estacia, nascida em Passo Fundo e filha dos libaneses Antonio Elias Dipp e Maria Antonio Dipp. De acordo com nosso interlocutor Joseph Estacia, seu tio-avô Pedro José Estacio foi quem emigrou por primeiro do núcleo familiar, tendo saído da cidade de Ehden, no norte do Monte Líbano, por volta de 1898. Pedro José Estacio, Antonio José Estacio e Miguel Estacio se estabeleceram em Passo Fundo com comércio fixo ainda em 1910, possivelmente após o período de mascateação e mobilizaram familiares e conhecidos em torno do estabelecimento em Passo Fundo e região. Segundo Joseph Estacia,

> // O meu avô também se chamava Joseph Estacia; chegou em 1914 e ficou até 1918. Veio para visitar o irmão. Com o fim da guerra, ele retornou ao Líbano. O tio avô mandou chamar alguns sobrinhos e nessa eu embarquei. Eu vim para Passo Fundo, outros foram para Palmeira das Missões. Isso foi em 1951, com 25 anos. Eu vim para traba-

[23] CERTIDÃO de casamento de Jorge Felippe Dadia e Haifa Carubim. 1926. Acervo pessoal de Carlos Alberto Mayer.

[24] CARTEIRA de Trabalho de Jorge Felippe Dadia. 1955. Acervo pessoal de Carlos Alberto Mayer.

> lhar no comércio do tio Pedro. Em 1956, conheci a Linda, minha atual esposa e fixei residência onde estou até hoje, na esquina das ruas General Netto com General Osório[25].

A oportunidade de trabalho e o acionamento das redes de relações para a viabilização da imigração foram impulsionadores contínuos da imigração de sírios e libaneses. Tal como Joseph Estacia, o sírio Nasri Toufic Dib El Khoury, natural da cidade de Bakto, imigrou ao Brasil por intermédio de familiares, entrando no país em fevereiro de 1954, fixando-se por breve período em São Paulo, em São Caetano do Sul, possivelmente auxiliado por conhecidos ou co-nacionais. Todavia, o destino da viagem era Passo Fundo, onde se instalou em 1958, pois o casal de primos imigrados no início do século XX, Jabra Abdala Sleimann e Zarife José Tannus, naturais também de Bakto, haviam-lhe garantido emprego enquanto mascate, na venda de confecções e armarinhos em viagens pela região[26].



O casal Joseph Boulos Estacia (*in memorian*) e Linda Dipp Estacia, em momento de entrevista.
Acervo dos autores, 2016.

Sobre o estabelecimento de Jabra Sleimann em Passo Fundo, informa seu filho, José Inácio Mugão Sleimann que

[25] ESTACIA, Joseph Boulos. Imigrante libanês. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin*. 2016.

[26] KHOURY, Davi Nasser. Filho de Nasri Toufic Khoury e Ivone Franzen. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco*. 2016.

> Inicialmente meu pai veio para a Argentina trabalhar na colheita de trigo, ele tinha um irmão que morava na cidade de Lobos, localizada na província de Buenos Aires, localizada a 115 quilômetros da cidade de Buenos Aires. Após um ano decidiu vir para o Rio Grande do Sul, veio de trem. No Rio Grande do Sul mudaram o nome dele. Originariamente era Suliman ou Suleiman, colocaram Sleiman. O nome significa "homem de paz" e corresponde ao nome inglês Solomon. Meu pai chegou ao Brasil na década de 10. Ele foi para Passo Fundo, Rio Grande do Sul. Dez anos depois ele mandou buscar minha mãe e meus irmãos. Meu pai vendia frutas, depois virou mascate, abriu loja, isso em Passo Fundo. Comprou um sítio onde plantou 1.500 pés de azeitonas. Era um sítio que além das azeitonas produzia 90% da nossa alimentação[27].



Fotos do casal Jabra Abdala Sleimann e Zarife José Tannus Sleimann.
Fonte: Cemitério Vera Cruz, 2020. Acervo dos autores.

O estabelecimento de Joseph Estacia e Nasri Toufic Khoury em Passo Fundo na década de 50, faz parte do que se concebe como *chain imigration*, isto é, uma imigração "encadeada", na qual os imigrantes já residentes no país de destino, "os pioneiros", imigrados ainda no primeiro fluxo, fomentam, através dos contatos que possuem com o país natal e com familiares e conhecidos. Cabe ressaltar também que, ambos os imigrantes supracitados possuíam profissões distintas às que realizaram no Brasil. Enquanto Joseph Estacia era mecânico, Nasri Toufic Khoury era agricultor, contudo, a possibilidade de trabalhar com o comércio, na ex-

[27] SLEIMANN, José Inácio Mugão. *Entrevista concedida a João Nassif*. Disponível em: https://blognassif.blogspot.com/2017/11/jose-inacio-mugao-sleimann.html. Acesso em 05 mar. 2020.

pectativa de auferir uma lucratividade superior, mostrou-se como uma possibilidade a ser explorada, por esses imigrantes e tantos outros. Como veremos posteriormente, ambos se instalaram definitivamente em Passo Fundo, cada qual administrando sua casa comercial no centro da cidade.



REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO 152638
Esta ficha, expedida em duas vias será entregue à Policia Maritima e à Imigração no pôrto de destino
Nome por extenso JOSEPH BOULOS ESTACIA
Admitido em territorio nacional em caracter PERMANENTE
Nos termos do art. 9º letra --- do dec. n. 7967, de 1945
Lugar e data de nascimento Zghorta Libano em 1922
Nacionalidade Libanêsa Estado civil Solteiro
Filiação (nome do Pai e da Mae) Boulos e Eshigé Estacia
Profissão Mecânico
Residência no país de origem Zghorta Libano
NOME IDADE SEXO
FILHOS MENORES DE 18 ANOS
Passaporte n. 11963 expedido pelas autoridades de Chefe da Policia Libanêsa na data 6-12-50
visado sob n. 12
ASSINATURA DO PORTADOR: Joseph Estacia
Serviço Consular do Brasil em Beirute-Libano

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL MODELO S. C. 139
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO
Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Policia Marítima e à Imigração no pôrto de destino
Nome por extenso NASRI TOUFIC DIB EL KHOURY
Admitido em território nacional em caráter PERMANENTE
Nos termos do art. 9º letra -- do dec. n. 7967, de 1945
Lugar e data de nascimento Bakto, em 1923
Nacionalidade Síria Estado civil Solteiro
Filiação Toufic e Latife El Khoury
Profissão Agricultor
Residência no país de origem Bakto-Síria
NOME IDADE SEXO
FILHOS MENORES DE 18 ANOS
Passaporte n. 141 expedido pelas autoridades de Mohafez de Lataquia-Síria na data 14/3/54
visado sob n. 242
ASSINATURA DO PORTADOR:
Legação do Brasil em Damasco — Síria
11 de maio de 1954
O Ministro

Fichas consulares de entrada no Brasil do libanês Joseph Boulos Estacia e do sírio Nasri Toufic Dib El Khoury.

Acervo digital da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.

Os deslocamentos e mobilidades entre os imigrantes se mostraram contínuos, em vários períodos do trajetória imigratória, admitindo intenso dinamismo em termos de viagens e mudança dentro do país de destino ou mesmo para outros países, ou, ainda, em retorno para o local de origem, tudo condicionado, na maioria das vezes, às possibilidades oferecidas pelo comércio em determinado local ou às expectativas depositadas sobre o outro, alimentados por redes de informação que se mantinham desde os primórdios da imigração e que se estendiam ao longo da convivência com os patrícios e os autóctones. O núcleo familiar dos imigrantes Miguel e Afif Buaes experimentou muitos desses elementos de mobilidade. O processo imigratório familiar teve início ainda com Miguel Buaes imigrando de Beirute em direção ao Brasil, em fins do século XIX.

> Assim como outros imigrantes, meu avô veio aventurar a vida aqui porque a situação estava intolerável sob o Império Turco-Otomano no final do século XIX. Meu avô e três irmãos vieram para o Brasil à procura de melhores condições de vida. Meu avô Miguel foi o primeiro a vir, pois era o mais velho, tinha uns 25 a 26 anos quando veio. Outros irmãos vieram depois e aqui ficaram com suas famílias. Cesário que viveu em Getúlio Vargas, José que viveu em Giruá, Felipe, em Porto Alegre e um quarto irmão, Haiquel, chegou a vir para o Brasil, mas não se adaptou e retornou ao Líbano.[28]

No território brasileiro, possivelmente acessando redes de comércio através do ofício de mascate, Miguel Buaes acabou mascateando em Passo Fundo; após um período, no qual pode acumular certo capital, retornou ao Líbano, se casou com Afif Buaes, e teve seu primeiro filho, Jorge. O casal imigrou novamente em direção ao Brasil, estabelecendo-se em Passo Fundo, acionando as relações comerciais já exploradas por Miguel Buaes na primeira viagem. Posteriormente, o casal resolveu imigrar novamente, dessa vez para a Argentina, para a região de Mendoza, onde nasceram os filhos Estanislau e Aurélia[29]. A escolha do núcleo familiar em imigrar para o país vizinho ao Brasil, foi recorrente em outros núcleos familiares de sírios e libaneses e também de imigrantes de outras nacionalidades, como italianos e judeus.



Foto do casal Cesário Buaes e Joana Perotto Buaes. Cesário era um dos irmãos de Miguel Buaes que se manteve na região de Passo Fundo e Erechim. Fonte: Cemitério Vera Cruz, 2020. Acervo dos autores.

[28] BUAES SOBRINHO, Jorge. Filho de Estanislau Buaes e Linda Abouek e neto de Miguel e Afife Buaes. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin*. 2016.
[29] Idem.

Ao se tratar de sírios e libaneses, a Argentina foi um dos maiores receptores desses imigrantes, ficando apenas atrás dos Estados Unidos e à frente do Brasil. Desse modo, é possível conjecturar que as informações e os laços estabelecidos tanto com familiares ou co-nacionais direcionassem ou auxiliassem a definir, caso fosse interessante, novos rumos e novos locais a serem explorados, sobretudo quando se trata das possibilidades de ascensão econômica. Não poderíamos também deixar de imaginar a existência de conexões entre os imigrantes residentes na Argentina e no Brasil, considerando as relações de parentesco ou de comércio, as quais poderiam ser acessadas, como pela família Buaes e Sleimann.



Os Buaes. Ao centro, sentados, o casal Miguel e Afife Buaes; em segundo plano, da esquerda para a direita, os filhos e filhas Alice, Itala, Estanislau, Emilio, Jorge e Aurélia.
Acervo pessoal de Jorge Buaes Sobrinho.

Segundo Jorge Buaes Sobrinho, nosso interlocutor, depois do período que a família esteve na Argentina, retornaram ao Líbano, onde nasceram seus tios Emilio, Itala e Alice. Miguel fez nova viagem ao Brasil e,



Jorge Buaes Sobrinho, neto de Miguel e Afif Buaes, durante entrevista. Acervo dos autores, 2016.

após algum tempo, em 1915, Afife, emigrou com os seis filhos. A família foi se estabelecer em Getúlio Vargas (ainda parte do distrito de Erechim) onde residiram por alguns anos e onde desenvolveram atividades comerciais. No final da década de 1920, a família mudou-se em definitivo para Passo Fundo.

Outro imigrante sírio que acabou por se estabelecer em Passo Fundo ainda em 1910, foi Abdul Kalil, que aportuguesou seu nome para João Kalil[30]. Segundo informações de Ramadan Kalil, Abdul Kalil, seu avô, imigrara ao Brasil logo após completar sua maioridade, entrando no país com um passaporte turco e desembarcando no Porto de Santos, em São Paulo. Posteriormente, dirigiu-se até Porto Alegre de navio, onde encontrou outros co-nacionais que estavam migrando para Passo Fundo. Inserindo-se nessa rede, Abdul Kalil aproveitou e migrou junto; "não havia ninguém de conhecido aqui, nenhum parente. Sabia falar alguma coisa em francês, mas aprendeu logo o português, pois em Passo Fundo, já no início de sua chegada, começou a mascatear, negociava cavalos e bebidas"[31].

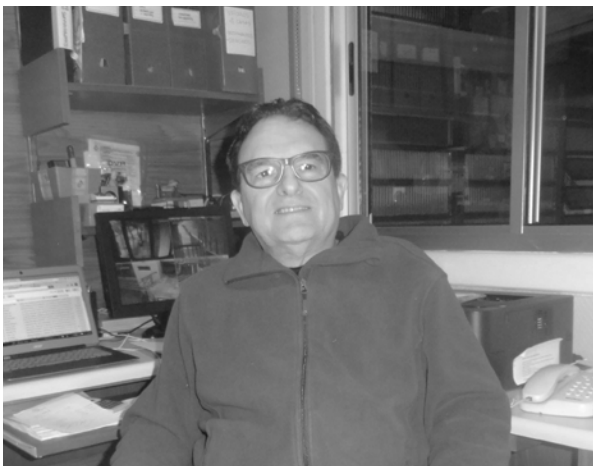
Em 1917, Abdul Kalil já residia na cidade de Passo Fundo, na rua Moron, defronte à Praça Marechal Floriano, vizinhando com o barbeiro Boaventura da Luz Motta, que lhe havia alugado metade da casa de sua propriedade e com quem teve uma contenda naquele mesmo ano.[32] De acordo com os autos de crime do processo gerado em função das agressões sofridas por Kalil pelo barbeiro, descobre-se que Kalil, à época, tinha 32 anos de idade, era proprietário de um salão de bilhar naquele mesmo

[30] KALIL, Ramadan. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco.* 2016.
[31] Idem.
[32] APERS. Passo Fundo. Juízo Distrital do Cível e Crime. *Autos do crime de Boaventura da Luz Motta.* 1917.

endereço e que residia no Brasil há onze anos e, em Passo Fundo, há cerca de dois meses, isto é, desde abril de 1917[33].

> [...]. Ele veio aventurando mesmo, não se sabe porque saiu do país. O que se sabe é que lá na Síria, a família dele fazia negócios com cavalos e bebidas; aqui havia muitas fazendas, muita gente que criava cavalos e era, no período, o grande meio de transporte; então ele otimizou um saber já existente. [...]. A sua esposa [Morena Canfield] era costureira. [...]. Com o tempo, ele montou um comércio de bebidas e de compra e venda de cavalos, num local fixo, o qual ficava entre as ruas 20 de Setembro e dos Andradas, no bairro Boqueirão.[34]

Ainda de acordo com nosso interlocutor, em 1920, Abdul Kalil teria incentivado um casal de irmãos para também emigrarem para o Brasil, porém, nenhum deles chegou a se estabelecer em Passo Fundo: Nentala Kalil, seu irmão, estabeleceu-se em Tapes e montou uma loja de tecidos; Dahlila Kalil, sua irmã, casou com um francês e estabeleceu-se em Porto Alegre. João Kalil, em Passo Fundo, casou-se com Morena Canfield, em 1919[35], gerando quatro filhos, vindo a falecer em 1935[36].



Ramadan Kalil, neto de Abdul Kalil e Morena Canfield. Acervo dos autores, 2016.

Os estabelecimentos na cidade de Passo Fundo deram-se também a partir de movimentações dentro da região de nosso estudo, como ve-

[33] Idem.

[34] KALIL, Ramadan. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco*. 2016.

[35] APERS. Passo Fundo. Juízo Distrital do Cível e Crime. *Autos do crime de Boaventura da Luz Motta*. 1917.

[36] KALIL, Ramadan. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco*. 2016.



Da esquerda para a direita, o casal Maria Antonio Dipp e Antonio Elias Dipp e sua filha, Linda Dipp. Sem data. Acervo pessoal de Linda Dipp Estacia.

remos mais adiante em outras partes deste trabalho. Esse foi o caso dos imigrantes Antonio Elias Dipp, Pedro Antonio Barquete e Emilio Benjamin Seady. Todos os três, no Rio Grande do Sul, haviam se instalado primeiramente no município de Soledade, onde atuaram como mascates e também instalaram casas comerciais.

Antonio Elias Dipp era natural do Líbano, da cidade de Zouq Mkayel, de onde emigrou ainda jovem, logo após atingir a maioridade[37]. No Brasil, acabou por estabelecer-se em Soledade, onde havia alguns primos já emigrados. Posteriormente, migrou para Passo Fundo, em 1919, comprando o edifício onde funcionava o Hotel Central, na esquina da rua General Osório com a Avenida General Netto, abrindo comércio e passando a residir naquele local[38]. Mais tarde casou-se com a imigrante libanesa Maria Antonio Dipp, a qual chegara ao Brasil em 1926 (Francisco, 2017, p. 259). Podemos supor que o deslocamento de Antonio Dipp tenha se dado em função dos parentes que conservava na cidade, bem como em Passo Fundo, que talvez tenha sido cotada pelo imigrante como uma expectativa de prosperidade comercial.

Já Pedro Barquete, conforme é narrado por nossa interlocutora Sandra Mara Bevengnú, nasceu em 1870, em um vilarejo próximo a Damasco, na Síria, de onde emigrou, por volta de 1886, quando contava com 16 anos de idade, juntamente com alguns familiares, em direção ao Brasil.

[37] ESTACIA, Linda Dipp. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin*. 2016.

[38] A VOZ DA SERRA. *Vida forense*. Passo Fundo, n. 173, 21 jun. 1919, p. 1. Acervo digital do AHR.



Fotos do casal Pedro Antonio Barquete e Etelvina Ferreira.
Fonte: Cemitério Vera Cruz, 2020.
Acervo dos autores

Os motivos do abandono da terra natal, de acordo com a memória familiar, giram em torno da fome e da existência de conflitos na região onde a família residia. Pedro Barquete e familiares entraram no Brasil via Porto de Santos, São Paulo.

Em São Paulo, por um curto período de tempo, Pedro estabeleceu-se, encontrando alguns co-nacionais, com os quais teria aprendido a "arte de mascatear, de vender de porta em porta, enfim, a profissão de mascate".[39] Posteriormente, Pedro Barquete imigrou para a Argentina, juntamente com uma irmã, onde ficara, também por pouco tempo, retornando em seguida ao Brasil e instalando-se no Rio Grande do Sul, no interior de Soledade, na segunda década do século XX.

Após, a família Barquete se estabeleceu em definitivo no meio urbano passo-fundense. Adquirindo propriedades em ambos os lados da Avenida Brasil, nas esquinas com a Rua Tiradentes, na área central da cidade e na zona de comércio dos sírio-libaneses e seus descendentes, Pedro Barquete estabeleceu várias relações com seus compatriotas, tendo como amigos mais próximos os irmãos Isa e Moyses Dipp e Jorge Dadia, como destaca nossa interlocutora. No referido local, a família estabeleceu um comércio de secos e molhados, "um 'bodegão', que tinha de tudo e vendia tudo"[40], onde manteve atividade até o início de 1950. Pedro Barquete faleceu em 27 de junho de 1963, aos 93 anos.

[39] BEVENGNÚ, Sandra Mara. Neta de Pedro Barquete e Etelvina Ferreira. *Entrevista concedida a Alex Antônio Vanin*. 2016.
[40] Idem.



Sandra Mara Benvegnú, neta de Pedro Barquete e Etelvina Ferreira. Acervo dos autores, 2016.

O imigrante sírio-libanês Emilio Benjamin Seady, de acordo com nosso interlocutor, Aniello D'Arienzo, teria chegado no Brasil em fins do século XX e instalando-se no interior de Soledade, casou-se com Constantina Fernandes, onde abriu casa de comércio para venda de artigos diversos e também era criador de animais[41]. A transferência da família para Passo Fundo deu-se na década de 1920, com a inserção da primeira geração de filhos no comércio local. Houve, nesse período também, a aproximação, através de matrimônios, dos Savignone Marques, tradicional família passo-fundense.

Segundo correspondência recebida de nossas interlocutoras Sabine e Simone Chedid[42], o patriarca da família, Same Chedid, nasceu em 13 de janeiro de 1897 em Kfour El Arab, no Monte Líbano. Adolescente ainda, aos 13 anos de idade, Same rumou para a América do Sul, inicialmente à Buenos Aires, em seguida a Porto Alegre e logo após ao município de Vacaria, onde foi em busca de seu tio, Simão Chedid, que já residia no referido município. Same Chedid não retornou ao Líbano, nem seu tio: ambos permaneceram em Vacaria, dedicando-se ao comércio. Em 1924, Same deixou o município de Vacaria, rumo a São Paulo, onde desenvolveu atividades para diversas firmas comerciais e industriais, atuando, em particular, como mascate. Durante o tempo que residiu em São Paulo escreveu para os jornais *Folha da Manhã* e *Correio Paulistano*, colaborando assiduamente para os dois órgãos de imprensa; mais tarde passou a escrever para a *Gazeta do Paraná*, de Curitiba.

[41] D´ARIENZO, Aniello. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin*. 2016.

[42] O conteúdo sobre a família de Same Chedid nos foi generosamente enviado, via e-mail, pelas senhoras Sabine e Simone Chedid, netas de Same Chedid.



Os Seady-Marques. Identificados, na primeira fila da esquerda para a direita: o imigrante Emílio Seady, Venito Seady, Ressuy Seady, Margarida Mendes Marques, Estela M. Marques, Maria Célia Marques Delvaux e Cipriana Mendes Marques. Na segunda fila: Josino M. Marques, João Seady, Nuncia Seady, Jeronymo M. Marques e Argemiro Marques. Na terceira fila: Daniel Mendes Marques, Felipe e Ernesto Delvaux. Acervo digital do IHPF.

Deixando São Paulo, rumou a Caxias do Sul, cidade na qual, em 10 de março de 1928, casou-se com a imigrante libanesa Nair Dib, filha dos também imigrantes Jacob Dib e Zeni Mussi Dib. A família de Nair Dib também era natural da cidade de Kfour El Arab. No mesmo ano, Same Chedid rumou novamente para Vacaria, onde fixou residência com sua esposa, lá permanecendo até fins de 1930, daí transferindo-se para Porto Alegre e, depois, para Cachoeira do Sul. Em Vacaria, nasceram os dois primeiros filhos do casal: Suria Chedid (1929-2009) e Líbano Jorge Chedid (1930-1995). Em 1933, Same Chedid migrou para Passo Fundo, onde se fixou em definitivo, residindo durante mais de 37 anos, cidade em que nasceu o terceiro filho do casal, Brasil Chedid (1935-1990). No município, Same Chedid foi colaborador do jornal *O Nacional* e integrou o Ins-



O Libano e a Síria

Por SAME CHEDID

Os representantes diplomaticos do Oriente Próximo, credenciados no Conselho de Segurança das Nações Unidas, apresentaram em conjunto um pedido ao referido Conselho solicitando uma recomendação pela retirada imediata de seus Paises, de todas as forças militares anglo-francezas. O representante inglês obedecendo a mesma orientação politica adotada nos assuntos convenientes do seu Pais, adiantou-se respondendo que o caso deverá ser discutido entre as quatro nações; pois, todos os interessados fazem parte integrante do Conselho das Nações Unidas e sob o julgamento deste orgão poderiam discutir as medidas que o caso exige, tornando-se desnecessário um entendimento direto sobre um direito da jurisdição do Conselho, por meio de vias inoportunas.

Baseando-me na resposta do diplomata ingles, tenho a deduzir que o seu Pais, interessa na protelação da reivindicação de um direito liquido e certo, atualmente pedido, porém ,mais tarde será exigido pelos levantinos. O diplomata britanico, por certo não esqueceu-se ainda do doloroso conflito que sacrificou e enlutou a maior parte dos povos, diante este feito destruidor que a história registrou com paginas negras através todos os tempos, cabe-lhe, uma vez consciente da sua missão, não dificultar a reivindicação de um direito legitimo do povo levantino que combateu ao lado dos seus aliados desde o inicio da guerra até a expulsão dos eixistas da Argelia, contribuindo com a sua parte de sacrificios e sangue pela inviolabilidade do Direito e liberdade de todos os povos.

Portanto, não póde neste momento decisivo sofrer coação na sua liberdade interna e ultrage da sua soberania, por dois aliados que ele auxiliou com forças consideraveis e pondo ás suas disposições os pontos estrategicos do seu Pais, na hora critica que atravessava a força britânica na Libia.

Creio que os diplomatas ingleses recordar-se-ão da duvidosa situação em que se achavam quando lhes fôra estendida a mão de um aliado consciente do sacrificio pelo qual teria de passar, e por um principio de lealdade—se por ventura existir—devem reconhecer legitimo o direito pedido pela diplomacia sirio-libaneza no Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde deve só prevalecer a razão pelo direito e ser amparada pela verdadeira Justiça.

Artigo escrito por Same Chedid para o jornal *O Nacional*, tratando da situação do Líbano e da Síria no pós-independência. CHEDID, Same. *O Líbano e a Síria*. O Nacional. Passo Fundo, 8 fev. 1946, p. 1. Acervo do AHR.

tituto Histórico de Passo Fundo (IHPF) e, como veremos posteriormente, desenvolveu atividades comerciais ligadas ao ramo dos transportes.

Same Chedid foi colaborador ativo em jornais ao longo de sua vida. Em Passo Fundo, não foi diferente: Same colaborou no jornal *O Nacional*, em geral escrevendo sobre temas que envolviam questões relacionadas à geopolítica no Oriente Médio. Poucos meses antes de falecer, encerrou a redação da obra: "ONU, Árabes e Judeus". Em 1959, passou a integrar o Instituto Histórico de Passo Fundo. Same faleceu em 26 de janeiro de 1971, aos 74 anos.

No período em que Same Chedid foi colaborador do *O Nacional*, o periódico possuía como diretor Jorge Edeth Cafruni, nascido em Porto Alegre, em 1913, filho dos imigrantes libaneses Adala Kafruni e Marta Haddad Kafruni. Quando jovem, Jorge Cafruni acompanhou seu pai e seus tios, pelos interiores do estado, mascateando. Aos 13 anos foi admitido como aprendiz de farmácia no Bairro Auxiliadora, em Porto Alegre, trabalho que desenvolveu até os 21 anos. No início de 1940, já estabelecido em Passo Fundo, Cafruni mascateou novamente e, depois desse período, começou a dedicar-se ao jornalismo. Jorge Cafruni trabalhou na redação do jornal *O Nacional*, foi redator de debates da Câmara Municipal e da Rádio Passo Fundo, diretor da Rádio Municipal e chefe de Gabinete

do prefeito Mário Menegaz (1964-1968). Cafruni participou ativamente de diversas entidades, sendo o idealizador do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), criado em 1954. Autor de diversas obras literárias e históricas, entre elas *Auroras e Crepúsculos* (1948), *Irapuã* (1951) e *Passo Fundo das Missões* (1966)[43], veio a falecer em Porto Alegre no início da década de 1970 (Miranda; Mattos; Carvalho, 2019; Cafruni, 2019). No roll de sócios-fundadores do Instituto Histórico de Passo Fundo estavam também Daniel Dipp, filho de Isa e Salima Dipp, e os irmãos Cesar José dos Santos e Reissoly José dos Santos, naturais de Soledade, filhos do imigrante libanês José Antonio dos Santos.



Aspecto do interior da redação do jornal *O Nacional*. Da esquerda para a direita, Múcio de Castro, Gonçalves, Jorge Edeth Cafruni, André Pitthan e Arlindo Luiz Osório.
Acervo pessoal de Eduardo Pitthan.

Outras famílias a se estabelecerem no período de 1910, foram a dos Santos e dos Dikesch, ligadas por uma trajetória migratória comum. De acordo com o relato de Luiz Eduardo Dikesch,

[43] A obra foi reeditada em 2019, em uma parceria do Instituto Histórico de Passo Fundo com a Prefeitura Municipal, em homenagem aos 65 anos de criação do referido Instituto.

> Minha avó Joana e seu irmão José vieram crianças do Líbano; moravam em uma cidade litorânea chamada Jounieh, acredito que no início do ano 1915, trazidas por um tio, em função de um conflito armado. Vieram de navio a vapor, inicialmente para Buenos Aires, Argentina, onde este morava. Por relatos dela quando adulta, este tio que era armador, foi assassinado por um empregado. Então, um irmão deste tio trouxe a família para morar no Brasil, inicialmente em Soledade e posteriormente para Passo Fundo. O nome deste tio que morava em Passo Fundo era Zacharias Antônio dos Santos. Provavelmente este sobrenome Santos foi traduzido. [...]. Minha avó Joana teve apenas um filho. Seu irmão Jose casou e tiveram três filhos, sendo duas meninas e um menino. [...]. A segunda geração deu continuidade trabalhando no comercio e serviços. Na área da saúde minha avó tinha um primo irmão que era médico. O nome deste primo, Dr. Cesar Santos[44].

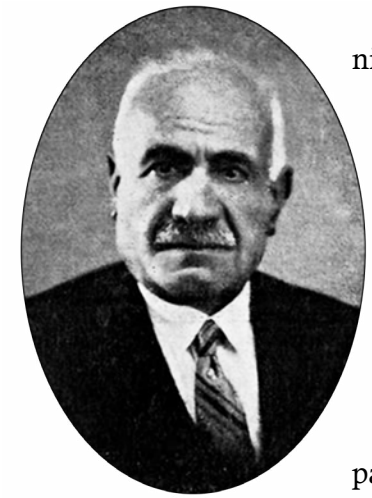


Foto do imigrante libanês Zacharias Antonio dos Santos. VIDA CARIOCA. Rio de Janeiro, n. 90, jan. 1932, p. 41. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Zacharias Antonio dos Santos era natural de Jounieh, atual Líbano, imigrou ao Brasil em fins do século XIX. Zacharias Antonio dos Santos atuou por cerca de duas décadas no comércio no município de Soledade, onde estava instalado seu irmão, José Antonio dos Santos. Zacharias Antonio emigrou casado, com Maria Zacharias dos Santos e com filhos, dentre eles, José Zacharias dos Santos e Elias Zacharias dos Santos. O sobrenome dos Santos, foi adotado no lugar de destino, para facilitar, talvez, a pronúncia e a interação com a sociedade estabelecida (Lesser, 2001), como fora o caso de tantos outros imigrantes nesse período. O sobrenome original da família era Aide. Transferido para Passo Fundo ainda em 1910, Zacharias Antonio e seus dois filhos desenvolveram diversas

[44] DIKESCH, Luiz Eduardo. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco*. 2020.

atividades comerciais, adentraram à política municipal e participaram ativamente também da fundação da Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza de Passo Fundo, como veremos posteriormente. Zacharias Antonio foi responsável pela atração da família Dikesch e também de outros parentes para Passo Fundo, como seus sobrinhos Mansur Sfair, e César José dos Santos, esse último, natural de Soledade e filho de seu irmão José Antonio dos Santos.

Os caminhos que levaram a imigração de muitos sírios e libaneses, se cruzaram em diferentes pontos. Pelas narrativas as quais tivemos acesso, diferentes foram as trajetórias de cada imigrante ou núcleo familiar emigrado do Oriente Próximo. Contudo, não há dúvida que convergências levaram a escolha por Passo Fundo enquanto local de residência e comércio e, esse último ponto, em geral, deu subsídios para a efetivação do primeiro. Embora tenhamos tratado até então do estabelecimento e relações conjugais envolvendo sírios e libaneses em sua trajetória imigratória até Passo Fundo, cabe nos debruçarmos sobre esse componente importante que perpassou as experiências de vida desses imigrantes e de sua primeira geração de descendentes: o comércio, que nos permitirá avançar um pouco mais em suas redes de sociabilidade e negócios.

4.2. Negócios em rede: sírios e libaneses no comércio de Passo Fundo

A participação de sírios e libaneses em Passo Fundo, no comércio local/regional, é notável, embora, não devamos esquecer que a cidade, no final do século XIX e mesmo nas primeiras décadas do século XX, era um município agrícola e extrativista, com pouca produção de excedentes; o latifúndio e a estrutura pecuarista ainda preponderavam. Diante disso, as novas colônias e colonizações estavam se processando, a indústria da madeira estava em evidência e o processo de produção agrícola se diversificando (Tedesco; Vanin, 2017).

Como assinala Glade (1985), para além dos grandes centros comerciais, como São Paulo, tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina, há também uma dispersão em direção aos interiores desses países. O estabelecimento dos imigrantes se processa através da possibilidade de inserção nas atividades de um comércio ainda crescente, em vias de desenvolvimento, não consolidado pelos autóctones e imigrantes de outras nacionalidades já instalados. Nas palavras de Truzzi (1993), essa inserção deu-se em um "lugar certo, na época certa", quando o autor se refere ao papel saliente da inserção de sírios e libaneses no Brasil em termos econômicos e comerciais, o que ocorreu diferentemente nos Estados Unidos[45].

É no aproveitamento dessa "brecha", que sírios e libaneses vão adentrar nas redes de comércio e, verificada tal disponibilidade, manter-se-ão atraindo outros patrícios e formando redes em âmbitos locais, espalhando-se por todo o continente. Inserem-se também, como impulsionadores das economias locais, ao passo que dinamizam determinados segmentos do comércio e/ou desenvolvem novos, elementos que pudemos identificar em Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Soledade e Palmeira das Missões, no início do século XX.

O comércio desenvolvido por sírios e libaneses em Passo Fundo, assim como em tantas outras cidades brasileiras, teve início de forma ambulante, como sugerem algumas fontes e narrativas de entrevistados. A figura do mascate se consolida nesse período. A denominação "mascate", como vimos em capítulo anterior, é uma das designações populares da profissão de caixeiro-viajante, o comerciante ambulante, aquele que ia ao encontro de seus compradores, deslocando-se por longos caminhos, carregando toda a sorte de mercadorias para a venda, como vestimentas, calçados, chapéus, armarinhos, ferramentas, bijuterias, tecidos, rendas, bordados, entre outros (Tedesco; Vanin, 2017).

[45] Ver mais em: TRUZZI, Osvaldo Mário Serra. O lugar certo na época certa: sírios e libaneses no Brasil e nos Estados Unidos - um enfoque comparativo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, 2001, p. 110-140.

Em geral, a grande maioria dos imigrantes realizou a atividade de mascate, pelo menos em um primeiro momento da imigração. Os recém-chegados deveriam angariar crédito e confiança nas praças de comércio. Nesse ponto, a existência de patrícios já estabelecidos no comércio apresentava-se enquanto uma possibilidade de inserção a ser explorada. Com os auxílios dos co-nacionais, através de pequenos empréstimos e facilidades nas primeiras transações, era possível dar sustentação à atividade comercial e, aos poucos, inserir-se em redes de comércio e sociabilidade, com os conterrâneos ou indivíduos já estabelecidos no lugar de destino. Os ambulantes contavam com o apoio de comerciantes já estabelecidos e ligados à colônia sírio-libanesa.

Em Passo Fundo, no dia 17 de março de 1906, Felippe Meleme Ab'abud atendia a intimação recebida por ele, dias antes, por ordem do então juiz Francisco Antonino Xavier e Oliveira, para que comparecesse em audiência no juízo do 1º Distrito[46]. A intimação possivelmente dividiu espaço com os tantos objetos que Ab'abud conservava em sua bruaca[47], no distante caminho que tivera de percorrer até a sede do município, visto que, ao tempo do recebimento da intimação, mascateava em Carazinho, local que, até então, era o 4º Distrito de Passo Fundo. Ab'abud era sírio, mascate de profissão e, naquele ano, já residia no município. O mascate foi levado à justiça por ser devedor de uma quantia concedida em empréstimo por seus fornecedores de tecidos e "miudezas", a empresa porto-alegrense Nassur & Abachi. O sócio da empresa, Antonio Nassur, também sírio, estava na cidade para fazer valer os termos do contrato firmado dois meses antes, no qual, amparado pelo testemunho de Eduardo Barreiro Gomes, hoteleiro espanhol, e Neme Dumit Seadi, comerciante sírio de Porto Alegre[48], Ab'abud havia se comprometido em retornar a quantia aos credores.

[46] APERS. Juízo Distrital de Passo Fundo. *Resignação de Felippe Meleme Ab'abud*, 1906, fl. 08.

[47] Saco ou da mala rústica de couro cru, usada para transportar objetos diversos, alimentos e mercadorias sobre animais, em geral muares, presa na traseira das selas do viajante. As bruacas fizeram parte do cotidiano dos mascates e de outros comerciantes no Brasil.

[48] A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 297, 24 dez. 1909, p. 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Ao fim, Ab'abud conseguiu uma ampliação de prazo para quitar seus débitos. Contudo, se a dívida foi paga, não se sabe. Todavia, independentemente da quitação ou não, a situação e os envolvidos foram passíveis de algumas inferências e conjecturas que permitiram compreender o cenário maior das relações experimentadas pelos sujeitos. Aliando uma identidade comum, a relação do distribuidor Nassur e do mascate Ab'abud era diversa em termos de condições financeiras, embora a identificação étnica talvez estabelecesse a eles uma relação de confiança e aproximação. Nassur possuía um comércio instituído na capital, uma importadora e revendedora de tecidos e armarinhos.[49] Já Ab'abud era um intermediário, o mascate vendedor que fazia a mediação e a interiorização da venda dos produtos de seu distribuidor, esse que, em princípio, também se deslocava da praça de Porto Alegre para o interior do estado, a fim de resolver problemas e selar acordos comerciais diversos com mascates a seu serviço, estabelecendo linhas de crédito e concedendo-lhes empréstimos. O caso de Ab'Abud é também uma das primeiras evidências de atividades comerciais de sírios e libaneses em Passo Fundo.

Na década seguinte, em 1915, o comerciante Antonio Nassur retornaria a Passo Fundo, mais uma vez com o objetivo de entrar na justiça com o propósito de cobrar dívidas, dessa vez suas motivações eram acerca das dívidas contraídas pelo comerciante sírio Moysés Dipp. A dívida de Dipp era cumulativa de cinco anos de empréstimos e créditos concedidos pela empresa de Nassur na forma de dinheiro e mercadorias enviadas para revender na mesma espécie em sua casa comercial, onde havia começado seus negócios em 1910, primeiramente como mascate e, posteriormente, em estabelecimento fixo. Moysés Dipp era proprietário de um comércio de "fasendas e miudesas para vender a retalho ou a varejo"[50], a "Loja da Syria".

[49] A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 69, 22 mar. 1906, p. 3. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

[50] APERS. Juízo Distrital do Cível e Crime. *Ação ordinária movida por Antonio Nassur e Cia. contra Moysés Dipp*. 1916, fl. 07.

Diferentemente de Ab'abud, Dipp havia sido procurador e representante comercial de Nassur em Passo Fundo, parceria que se rompera um ano antes do início do processo de cobrança de dívida. Nassur apresentou ao juiz a caderneta de débitos e créditos de Dipp relativa ao quinquênio 1910-1915, a qual interessava muito mais em função das relações comerciais estabelecidas do que propriamente pela dívida acumulada[51]. Nas transações operadas por Dipp, as movimentações de somas de dinheiro apresentaram elementos para a compreensão da dinâmica econômica que compunha as relações do comerciante.


LOJA da SYRIA

—DE—

Moysés Dipp

Casa especialista de fazendas finas para vestidos, pellucias, flanellas e mais artigos para inverno.

Variadissimo sortimento de roupas brancas para senhoras.

Lindo sortido de enfeites de topa a especie.

Grande e variado sortimento de extractos, sabonetes e mais miudezas de armarinho.

TORRAÇÃO!! TORRAÇÃO!!

Uma visita a conhecida e barateira «Loja da Syria» para verificar-se da torração que esta fazendo!

Vende tudo barato, porém a dinheiro

Rua General Bento Gonçalves n. 9.

Anúncio comercial da Loja da Syria, de propriedade de Moyses Dipp. Fonte: A VOZ DA SERRA. Passo Fundo, nº 13, 25 mar. 1916, p. 04. Acervo digital do AHR.

Na lista de pagamentos, outros sírios, como José Pedro, Simão Pedro Motze, Antonio Chediac, Bechara Amin, Ayub Curi Maluf, Tanús Daura, aparecem na ordem do dia dos negócios, não sendo possível identificar se são comerciantes como Dipp ou mascates contratados por ele para esse trabalho. Muito embora a fixação comercial fosse almejada e significasse simbolicamente uma ascensão econômica, o mascateamento não necessariamente era deixado de lado ou superado enquanto prática comercial. Ambos coexistiam, justamente pelo fato de existir uma clientela previamente formada pelo comerciante, fidelizada pelos contatos do mascate, que era interessante de ser mantida em conjugação à clientela urbana que acessava a loja no centro da cidade. Dessa forma, esses comerciantes, ex-mascates, empregavam outros, em geral patrícios que conheciam ou já realizavam o ofício, ou mesmo membros da família.

[51] Idem, fls. 07-11.



O imigrante libanês Isa Dipp, no canto direito, acompanhado de alguns amigos sírio-libaneses não identificados. A foto, provavelmente foi tirada na Praça da República.
Acervo pessoal de Lucia Dipp Salton.

Moysés Dipp, segundo relato da entrevistada[52], fora o motivo da emigração de pelo menos dois de seus irmãos, Aisse e Isa Dipp, logo após a montagem de seu negócio e fixação comercial em Passo Fundo. Daí o registro na caderneta de Moysés Dipp referenciar, em 1913, a destinação de dinheiro, de mercadorias e de roupas para um de seus irmãos, possivelmente inserindo-o na atividade de mascate no município. A aproximação familiar no âmbito comercial, seja a partir do emprego dos familiares ou mesmo através da constituição de sociedades comerciais também foi algo muito característico em relação ao estabelecimento desses imigrantes em núcleos urbanos. Isso correspondia aos laços de solidariedade e de ajuda mútua que eram conservados e ativados em vários estágios da imigração e que se mantinham constantes e eram materialmente consolidados no âmbito laboral.

Na maioria das vezes, os mascates trabalhavam para outros patrícios já estabelecidos, o que facilitava a obtenção de mercadorias para a comercialização sem antes precisar pagar por elas. A necessidade do dinheiro era satisfeita pelas vendas no comércio (Francisco, 2013). Para mais, destaca-se que a vida de mascate não requeria tanto capital inicial, pois compravam a crédito e o escoamento era, em geral, rápido e lucrativo (Knowlton, 1961). Além disso, alguns entrevistados afirmam ter havido uma grande cooperação entre os imigrantes, algo que demonstra ter sido fundamental para dinamizar o comércio, aproximando o vendedor de sua freguesia.

[52] SALTON, Lúcia Dipp. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco*. 2016.

Trabalhando com os irmãos, Isa Dipp seguiu mascateando até 1924 quando, após reunir capital suficiente não apenas para o sustento da família, como também para investir em seus negócios, estabeleceu uma pequena loja de secos e molhados, a "Casa Dipp", uma espécie de mercadinho atendido pela família, na Avenida Brasil, perto da Praça da República, atual Praça Tocchetto.



Lúcia Dipp Santon, nossa interlocutora, neta de Isa Dipp e Salima Elias.
Acervo dos autores, 2016.

Após um período de mascateação, o caminho seguido por muitos foi o do estabelecimento de casas comerciais, na maioria dos casos, comércio do ramo dos armarinhos, fazendas, secos e molhados. A "brecha" encontrada pelos sírios e libaneses, de início, não nos parece ter sido tão grande.



Trecho da Avenida Brasil entre as ruas Fagundes do Reis e Cap. Eleutério, possivelmente entre 1910 e 1920; na indicação, a localização da Casa Dipp, ainda existente nos dias de hoje. Nesse trecho e ao longo da Avenida Cap. Jovino, bem como no entorno da Praça da República, muitos sírios e libaneses estabeleceriam suas casas comerciais naquelas décadas e nas posteriores.
Acervo Digital do IHPF.

Em 1913, de acordo com listas de comerciantes residentes em Passo Fundo, alguns sírio-libaneses já se encontravam estabelecidos, no ramo de fazendas, ferragens, secos e molhados (ver Quadro 04), ainda predominantemente ocupado por elementos brasileiros, alemães e italianos.

Quadro 04. Comerciantes de fazendas, ferragens, secos e molhados em Passo Fundo - 1913

Angelo De Felippo	João Lewis
Athanagildo Rodrigues da Silva	José Marques
Antonio José Estacio	Luiz Langaro
Antonio José da Silva Loureiro	Maximo Bolner
Bento Isaías	Satyrio Nunes Vieira
Angelo Pretto	Langaro & Bastos
Affonso Caetano de Souza	Olegario Garcez
Belmiro Guterrez	F. Silva & Irmão
Bastos & Moraes	João Vieira de Carvalho
Domingos Leão & Cia.	Jorge Severo Scpiel
Eugenio di Primio	Jovino Freitas
Dona Elvira Pinto	Moyses Dipp
Feliciano Trindade	José Pedro Nedyr
Guilherme Morsch	Napoleão Duarte
Jesuíno Bordallo	Saturnino dos Santos Vaz
João Corá	Zimmermann & Cia.

Fonte: LAEMNERT, Almanak. Rio de Janeiro, vol. 2, 1913. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/313394/52298. Acesso em: 10 mar. 2020.

Sírios, libaneses e judeus, em uma abordagem ampla, aproveitaram na nova terra as oportunidades disponíveis pela economia capitalista ainda em desenvolvimento. Como afirma Truzzi (2001), os judeus – em referência aos originários do oeste europeu – embora se encaminhem mais tardiamente ao Brasil que os imigrantes árabes, também desenvolveram papel destacado na indústria e no comércio, por vezes operando nos mesmos setores ocupados pelos sírios e libaneses, incialmente os de confecções, armarinhos e fazendas. Em Passo Fundo, os imigrantes judeus

começaram a se estabelecer após 1912, depois da instalação da Colônia Quatro irmãos, em Erechim, ainda pertencente ao município de Passo Fundo. A atração do centro urbano também recaiu sobre esses imigrantes, que passaram, naquela década e nas seguintes, a fixarem-se na cidade, em simultâneo aos imigrantes sírios e libaneses (Tedesco; Vanin; Gritti, 2017).

Embora já houvesse um considerável número de outros comerciantes investindo nesse mesmo ramo, no qual se inseriram os sírios e libaneses, podemos supor que a inserção pela via da mascateação tenha se processado nesse período inicial e, posteriormente, se consolidado nos estabelecimentos fixos. Ressaltamos que o mascate, em suas incursões de casa em casa, vendia à vista, em dinheiro ou em prestações. O parcelamento das dívidas de seus consumidores constituiu-se enquanto uma estratégia mercantil, pois garantia a possibilidade de retornar novamente e vender ainda mais, aumentando, com isso, a rede de clientela e o volume transacionado, para além apenas da cobrança dos débitos anteriores. As vendas entre o atacado e o comerciante, em geral, processavam-se com pagamentos em prestações, fato esse que criava uma rede de confiança, como também a movimentação de dinheiro entre comerciantes e consumidores (Francisco, 2013; Morales, 2001).

Em outra entrevista, nosso interlocutor, Jorge Farah, enfatiza a vida de mascate de seu avô, que rumou ao Brasil a convite de um primo que mascateava na região de Soledade e Lagoa Vermelha. Todos do grupo de parentes que imigraram montaram lojas em cidades da região e em Passo Fundo, ainda que essa, como ele diz, foi muito breve, pois "aqui já tinha muita concorrência". Jorge Farah ainda afirma que seu pai queria ir para a região de Bento Gonçalves porque lá se produzia muita uva e que isso fazia o libanês feliz, porque lá no Líbano sempre lidaram com uva e outras frutas; "o problema é que daí tinha de deixar de ser comerciante para ser agricultor"[53].

[53] FARAH, Jorge. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco***.** 2016.

> Meu avô veio em 1908, com um primo, porque precisava de ajuda. Seu irmão tava bem nos negócios de mascate; atendia os lados de Soledade e Lagoa Vermelha. Depois um deles ficou lojista em Lagoa Vermelha, acho que ainda agora tem loja lá. Dizia meu pai que já se encontraram com outros sírios no Porto de Santos e resolveram todos vir para Passo Fundo. [...]. Montaram negócio no centro, mas durou pouco tempo, já tinha muita concorrência em Passo Fundo. [...]. Meu avô começou negócio aqui como mascate, ia lá pra Erechim e Nonoai, de mula e bruaca; ficava semanas fora. Depois, ele foi em Chapecó abrir negócio lá. [...]. Em 1956, meu pai herdou do avô uma lojinha em Erechim. [...]. Em Chapecó também tinha muito libanês [...].[54]

O entrevistado enfatiza que a língua só foi problema no início, pois "um ajudava o outro, não tinha essa de um querer ser melhor do que o outro; quem sofreu mais foram os primeiros, os que vieram depois auxiliavam os que já estavam, então iam aprendendo fácil. [...]. Para vender tinha de conversar, convencer"[55]. Os itens vendidos pelos mascates eram sortidos e, após a instalação de casa comercial, os produtos continuavam a ser vendidos, mas em maior escala e com a possibilidade de armazenamento e estoque, caso a atividade comercial continuasse a ser a de comerciante.

A otimização de saberes já incorporados à atividade profissional também diferenciaram alguns imigrantes em suas inserções no comércio desenvolvido nos lugares de destino. O imigrante sírio Jorge Felippe Dadia é exemplo dessa adaptação: familiarizado com o manejo e beneficiamento do couro em sua terra natal, instalou-se em São Paulo e abriu uma confecção de sapatos.

[54] FARAH, Jorge. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco*. 2016.
[55] Ibidem.



Carteira de Trabalho de Jorge Felippe Dadia. 1955.
Acervo pessoal de Carlos Alberto Mayer.

> Com o dinheiro que veio, criou uma microempresa lá [...], onde ele tinha 20, 25 empregados, para confecção de sapatos, que era o que ele sabia fazer, trabalhar com couro. Só que, como ele já era um cidadão do mundo, ele já conhecia a boemia, ele gostava muito de cartas. E o que ele fez? Ele jogou tudo fora. Perdeu a microempresa, os empregados, ele perdeu tudo o que tinha. O que sobrou? Uma mala, que tenho aqui até hoje, e ele veio mascatear aqui para o Rio Grande do Sul, que era o que ele poderia fazer, que era o que ele sabia fazer. Então quando ele se estabeleceu em Passo Fundo, foi ver quais as possibilidades que tinham aqui, onde havia poucas pessoas que confeccionavam sapatos, se tornou um dos primeiros sapateiros de Passo Fundo, especializado em confecção de sapatos; existia o conserto, mas a confecção não, então foi aí que ele se estabeleceu.[56]

Após a falência dos negócios em função da perda do patrimônio em jogos de apostas, o ofício de mascate fora o que restou para Jorge Dadia,

[56] MAYER, Carlos Alberto. Neto de Jorge Felippe Dadia. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin*. 2016.



Nosso interlocutor, Carlos Alberto Mayer, com a mala de mascate de seu avô, Jorge Felippe Dadia. Acervo dos autores, 2016.

que passou a exercê-lo no Rio Grande do Sul, estabelecendo-se em Santa Cruz do Sul e, por volta de 1921, em Passo Fundo. Já instalado no centro da cidade, na Rua Cel. Chicuta, Dadia retomou seu ofício de sapateiro, fabricando e consertando calçados, sustentando por muito tempo o cargo de "sapateiro oficial" do Instituto Educacional (IE)[57]. Pelo relato de seu descendente, podemos averiguar novamente a inserção desses imigrantes em "lacunas" comerciais, isto é, setores menos explorados economicamente naquele período, sem muita concorrência, que garantiram a continuidade da prestação de serviço e sustentação familiar.

Além disso, muitos dos entrevistados alegaram também a existência de uma ampla rede de comércio e deslocamento, resultante de um processo de migração regional desses grupos sociais, sendo essa uma das razões de o município ter absorvido muitos migrantes que se deslocaram de outras regiões. Pelas entrevistas, há constantemente referência a Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Erechim e, principalmente, Soledade como espaços de grande circulação regional de sírios e libaneses.

Abdul Kalil, imigrante sírio que acabou por se estabelecer no comércio em Passo Fundo, por volta de 1910, desenvolveu atividade comercial inicialmente como mascate e como comerciante estabelecido. Negociando artigos diversos, mas principalmente cavalos e bebidas, Kalil manteve-se inserido em atividades comerciais até 1935, ano de seu falecimento. Dos filhos do casal, João Kalil e Morena Canfield, Eblen Kalil manteve-se alinhado à lógica comercial, não enquanto mascate, mas enquanto

[57] MAYER, Carlos Alberto. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin.* 2016.

proprietário de alfaiataria, no centro da cidade, próximo ao Templo Metodista, constituindo relações comerciais com patrícios de seu pai e outros imigrantes sírios e libaneses estabelecidos ou que viriam a se estabelecer em Passo Fundo.[58]

No município de Passo Fundo, no então distrito de Não-me-Toque, um correspondente do jornal *O Nacional*, em 1926, denunciava o comércio de mascates como um flagelo vivido pelo município como um todo[59], em razão do não-pagamento de impostos sobre as mercadorias vendidas, em sua maioria, pelos sírios e libaneses que circulavam pela região. No ano seguinte, em 1927, talvez pelas crescentes reclamações advindas de comerciantes estabelecidos, isto é, os principais concorrentes do comércio ambulante, a administração municipal passou a incorporar um imposto[60] sobre aquela atividade econômica, de acordo com os produtos que fossem comercializados. Tanto as reclamações quanto a incorporação de impostos à atividade dos mascates revelam que havia uma articulada rede de comércio ambulante atuante em Passo Fundo, externando também o dinamismo que envolvia a profissão.



Anúncio da Alfaiataria Luz & Kalil, pertencente a Eblen Kalil. Fonte: INDICADOR de Passo Fundo. 1950. Acervo do AHR.



Eblen Kalil, um dos filhos de Abdul Kalil. Acervo pessoal de Ramadan Kalil.

[58] KALIL, Ramadan. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco*. 2016.

[59] O NACIONAL. Passo Fundo, n. 107, 26 jun. 1926, p. 1-2. Arquivo Histórico Regional.

[60] Mascate com residencia fixa no municipio, que venda de conta propria ou alheia: a) de fazendas e armarinho – 150$000; b) de fazendas – 120$000; c) de armarinho ou miudezas – 60$000; d) de cristaes, oculos, etc. – 80$000; e) de obras de barro, gesso, louça, ferro e folha – 40$000. Fonte: O NACIONAL. Passo Fundo, nº 166, 22 jan. 1927, p. 04. Acervo do AHR.

O Capão do Mascate: história e lenda

Das narrativas de muitos dos entrevistados, a atividade de mascatear é relembrada enquanto um período de árduo trabalho, de sacrifícios em prol do acúmulo de capitais para a sustentação familiar e para prover a educação aos filhos, e também como uma profissão permeada de riscos. O deslocamento do ambulante, sobretudo por entre as áreas rurais e interioranas, constituía-se, muitas vezes, como uma empreitada de risco, pela possibilidade de roubos e, também, pela hostilidade em locais onde as autoridades e outras garantias não eram tão asseguradas quanto em contextos urbanos.



O assassinato de Iaub Mafuz

Foi prezo o seu indigitado autor

Noticiamos amplamente o crime commettido, dias atraz, na estrada dos Tres Passos proximo ao povoado Camargo, no qual perdeu a vida, miseravelmente assassinado, Iaub Mafuz, conhecido commerciante ambulante desta cidade.

As autoridades policiaes, desta vez, trataram de agir e o resultado foi a prizão de Carmo Aguirre, filho do sr. Honorio Aguirre, sobre quem pezaram as mais graves suspeitas. Prezo Carmo, foi o mesmo conduzido a esta cidade, onde o dr. Juiz Districtal, com a audiencia de testemunhas, por vehementes indicios, decretou a sua prizão preventiva.

Ao que consta, dizem as testemunhas que Carmo foi visto, pouco antes do facto criminoso, escondido no local com um revolver na mão.

Não conhecemos os detalhes do processo mas os indicios devem ser fortes, visto que justificaram a prizão preventiva.

Culpado ou não Carmo Aguirre, o que se saberá com a formação da culpa, o facto é que a policia e o juizo, com as medidas tomadas, demonstraram interesse na descoberta do crime, dando assim uma satisfação á sociedade.

E é mister, de facto, que em todos os acontecimentos delictuosos essa actividade policial se manifestasse quando não com successo, que nem sempre é possivel, ao menos com a boa vontade de quem quer effectivamente fazer justiça e cumprir o seu dever.

O resultado do crime dos Tres Passos é auspicioso como indicação de uma nova norma de acção.

Recorte do jornal O Nacional, de 3 de janeiro de 1931, tratando acerca da prisão do assassino do mascate libanês Ayub Mafuz. Fonte: O NACIONAL. *O assassinato de Iaub Mafuz*. Passo Fundo, 3 jan. 1931, p. 4. Acervo do AHR.

Em dezembro de 1930, o mascate libanês Ayub Mafuz foi assassinado em Passo Fundo, na estrada que ligava Três Passos a Camargo, próximos ao Tope, no então 5º Distrito do município, em Marau. O motivo do assassinato teria sido justamente o de furtar as mercadorias e o dinheiro carregado pelo mascate, calculado em cerca de quatro contos de réis.[61] Ayub Mafuz foi sepultado no Cemitério Vera Cruz de Passo Fundo e, na missa de sétimo dia, compareceram "Issa Dipp, Moyses Dipp e família, Antonio Elias Dipp, tios e amigos do malogrado"[62], do que podemos supor que o mascate tenha sido atraído para o município, possivelmente, em função do parentesco com a

[61] A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 3, 3 jan. 1931, p. 4. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

[62] O NACIONAL. Passo Fundo, 2 jan. 1931, p. 4. Acervo do AHR.

família de Antonio Elias Dipp, para quem trabalhava, vendendo nos interiores dessa região.[63]

De acordo com antigas moradoras da região do Tope e do Veado Pardo, nossas interlocutoras[64], o local do assassinato do mascate, repercutiu de maneira a criar lendas de assombrações por aqueles que passavam por ali: dizia-se que o mascate "arrastava as correntes" quando alguém se aventurava a passar por aquele capão à noite, em referência à maneira como fora morto Ayub Mafuz. Aquele local passou a ser conhecido – e ainda o é, pelos moradores mais antigos – como o "capão do mascate". De acordo com Romi Aguirre, moradora do Tope, uma cruz foi depositada à margem da estrada, onde ocorrera o crime e, por décadas, pessoas rezaram pela alma do mascate naquele local.

O crime que culminou na morte de Ayub Mafuz ainda foi explorado pela narrativa jornalística de Argeu Rigo Santarém, em seu livro de crônicas, *República dos Coqueiros*, no qual o comissário da região resolvera o caso do assassinato do mascate devido à suas habilidades "sherlockianas", outra historieta que circulava, segundo Santarém (1984), naquele distrito de Marau.

O Capão do Mascate, localizado no interior do município de Marau, próximo à comunidade do Tope. A cruz que foi colocada ali para a realização de rezas, hoje não mais existe.
Acervo dos autores.



[63] Idem.

[64] VANIN, Maria Salvi; AGUIRRE, Romi. *Entrevistas concedidas a Alex Antônio Vanin.* 2020.



Nosso interlocutor, Juarez Simão, neto do imigrante libanês Antonio Simão. Acervo dos autores, 2016.

Segundo nosso interlocutor Juarez Simão, seu avô, Antonio Simão, começou sua atividade laboral como mascate em Passo Fundo, vendendo gravatas, cintos, malas, e outros objetos. Em pouco tempo, estabeleceu comércio fixo de secos e molhados, um armazém, no centro da atual cidade, na rua Moron, esquina com a rua Capitão Eleutério. Após o período enquanto comerciante de artigos diversos, Antonio Simão adentrou ao ramo da fabricação de telhas e tijolos, constituindo olaria em sociedade com Honorio Fontoura Carvalho, que funcionava em escritório junto à Agência Ford[65] e fabricava suas telhas nos subúrbios do Boqueirão. Posteriormente, em 1945, montou uma indústria cerâmica na atual Vila Santa Marta, mantendo-se no fabrico de telhas e tijolos. Antonio Simão também investiu na compra de terras na periferia da cidade. Nesse espaço fixou residência por mais de uma década. Nosso interlocutor enfatizou também que seu avô doou as telhas para cobrir todo o Hospital da Cidade[66]; foi também sócio-fundador do Banco Popular de Passo Fundo[67], em 1927. Os filhos de Antonio Simão diversificaram as atividades e não seguiram no comércio de armarinhos e secos e molhados. Agy e Nery Simão instalaram torrefações de café; Ary Simão trabalhou em diversos pontos do sul do Brasil em uma empresa madeireira; Adb Simão instalou leitaria e também atuou vendendo terras no município[68].

[65] A Agência Ford em questão era a pertencente ao representante comercial Arquiminio Miranda & Cia e era estabelecida no cruzamento entre as avenidas 7 de Setembro e Brasil, junto aos trilhos. Posteriormente, a Agência Ford, sob outra administração, estabeleceu-se no cruzamento da rua Gal. Osório e Av. Gal. Netto.

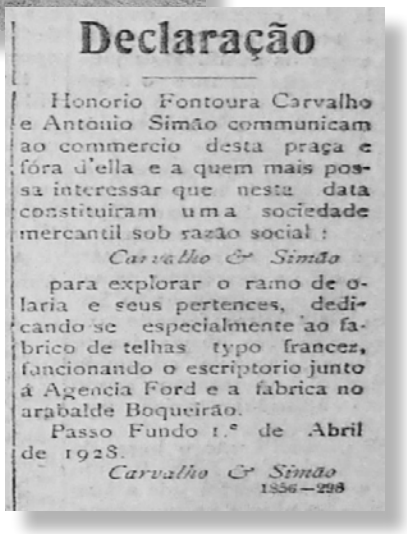
[66] Atual Hospital de Clínicas.

[67] O NACIONAL. *Banco Popular de Passo Fundo*. Passo Fundo, 7 set. 1927, p. 1. Acervo do AHR.

[68] SIMÃO, Juarez. Neto de Antonio Simão e Analdina Teixeira. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin*. 2020.



Foto do estabelecimento da Agência Ford, onde funcionaram os escritórios da olaria Carvalho & Simão. Photo Ávila. O NACIONAL. Passo Fundo, 19 jun. 1930, p. 18. Acervo do AHR.



Declaração

Honorio Fontoura Carvalho e Antonio Simão communicam ao commercio desta praça e fóra d'ella e a quem mais possa interessar que nesta data constituiram uma sociedade mercantil sob razão social:

Carvalho & Simão

para explorar o ramo de olaria e seus pertences, dedicando se especialmente ao fabrico de telhas typo francez, funcionando o escriptorio junto á Agencia Ford e a fabrica no arrabalde Boqueirão.

Passo Fundo 1.º de Abril de 1928.

Carvalho & Simão

1856—298

Declaração de criação da sociedade Carvalho & Simão, em abril de 1928. O NACIONAL. Declaração. Passo Fundo, 5 fev. 1928, p. 2. Acervo do AHR.



« VICTORIA »

O café por excelencia!

Um produto saboroso, pela sua pureza e qualidade!

Fabrica do Café Victoria

DE

NERY SIMÃO

PEDIDOS à rua Moron, no. 2557 — PASSO FUNDO

Anúncio da torrefação de café "Victoria", pertencente a Nery Simão, situada na rua Moron, no centro de Passo Fundo. O NACIONAL. Passo Fundo, 15 mar. 1954, p. 2. Acervo do AHR.



TORREFAÇÃO E MOAGEM DO CAFÉ

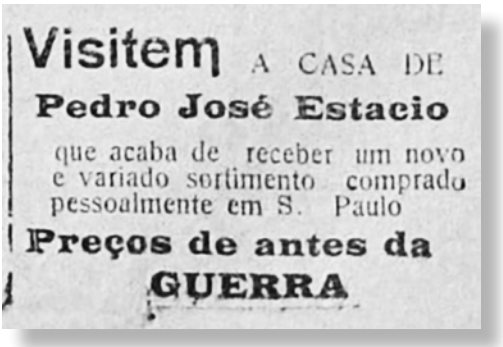
" PASSO FUNDO "

DE

AGGY SIMÃO

RUA CARLOS GOMES, 363 — PASSO FUNDO - RS.

Anúncio da torrefação do café "Passo Fundo", pertencente a Agy Simão, situada na rua Carlos Gomes. HISTÓRICO Informativo e Comercial de Passo Fundo. 1965, p. 58. Acervo do AHR.



Anúncio da casa comercial de Pedro José Estacio. Fonte: A VOZ DA SERRA. Passo Fundo, 7 jun. 1919, p. 3. Acervo digital do AHR.

A conexão entre familiares é patente das redes formais e informais de comunicação, assim como em relação aos seus co-nacionais, constantemente acessadas para viabilizar o processo migratório e dar sustentação aos imigrantes recém-chegados, para os quais o emprego de pessoas da família, amigos e conhecidos era fruto de combinações e acordos de longa distância, fosse com outras regiões do estado, como São Paulo, ou mesmo com a Síria e o Líbano. Em Passo Fundo, é exemplo disso as famílias de Pedro, Miguel, Gabriel e Antonio José Estacio, comerciantes libaneses que compravam mercadorias "pessoalmente em São Paulo"[69], ao mesmo tempo que mantinham comércio regular no município e agenciavam o deslocamento e acolhida de familiares e conhecidos na cidade. A ligação com o centro da colônia sírio-libanesa era acionada constantemente, em viagens para a compra de artigos para a venda, provavelmente de seus patrícios.



Anúncio comercial da Casa das Meias, pertencente à sociedade Estacio Irmãos & Cia. Fonte: O NACIONAL. Passo Fundo, 19 jun. 1930, p. 23. Acervo do AHR.

Os irmãos Estacio atuaram, em princípio, como mascates e depois com suas respectivas casas comerciais. Pedro José Estacio teve loja na rua Moron, no cruzamento com a rua Capitão Eleutério, onde, de acordo com o anúncio comercial de 1919, vendia com "preços de antes da guerra". Os irmãos Estacio também atuaram em sociedade durante

[69] A VOZ DA SERRA. Passo Fundo, n. 171, 07 jun. 1919, p. 03. Acervo digital do AHR.

um período, assim como vários outros patrícios, na casa comercial denominada "Casa das Meias". Pedro José Estacio, esteve atrelado também à Associação Comercial de Passo Fundo, na comissão organizadora de sócios, denotando inserções institucionais nos quadros da organização comercial passo-fundense[70].



Aspecto do interior da Casa São José. Atrás do balcão, Joseph Estacia e familiares atendendo clientes. Acervo da família Estacia.

Como já mencionamos, a oportunidade de trabalho disponibilizada pela família Estacio foi o motivador da imigração de nosso interlocutor Joseph Boulos Estacia, que emigrou aos 25 anos, em 1951, e que já chegou com o trabalho assegurado na loja de seu tio-avô, Pedro Estacio. Em 1957, Joseph Estacia, logo após casar com Linda Dipp, filha de Antonio Elias Dipp, já estabelecido na Avenida Gal. Netto, seguiu no ramo lojista e fundou sua loja, a "Casa São José".

[70] A FEDERAÇÃO. *Associação Commercial de Passo Fundo*. Porto Alegre, 30 maio 1931, p. 5. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.



A esquina da economia. Aspecto externo da Casa São José, pertencente à família Dipp-Estacia, localizada na esquina da rua Gal. Osório e Av. Gal. Netto. Acervo da família Estacia.

As sociedades entre parentes ou mesmo co-nacionais em firmas comerciais consistia no desejo de somar capitais, a fim de comprar mais produtos e atender melhor a freguesia (Franklin, 2015). Esse foi o caminho adotado por muitos imigrantes em Passo Fundo, para além dos irmãos Estacio. Outros imigrantes a fecharem sociedade, foram as famílias Kmaid e Santos. Exemplo da diversificação de trabalhos de sírios e libaneses no comércio, a sociedade Santos, Kmaid & Cia vendia um produto específico, o "Cristal Árabe", destinado ao setor agropecuário da região, utilizado para livrar os animais do irrompimento de pestes e doenças. O anúncio comercial do produto, revelava também a perspicácia do uso da propaganda por boa parte desses imigrantes: o Cristal Árabe era uma "receita de um célebre veterinário da Arábia". Anunciar no jornal, como tantos comerciantes faziam nesse período – sírios e libaneses não ficaram de fora – também essa se constituía em uma estratégia comercial, de divulgação e ampliação de clientes e da demanda por produtos. Muitos sírios e libaneses fizeram uso de anúncios em jornais, o que permitiu o mapeamento de muitos desses estabelecimentos comercias ao longo do tempo, outros, foram-nos compartilhados através da memória familiar.

> Ha algum tempo a firma Santos, Kmaid & Cia vem annunciando, pelas columnas d'O Nacional, o já afamado producto de sua fabricação "Cristal Arabe". Agora a mesma firma acaba de receber de João Pessoa, capital da Parahyba, uma carta dos srs. C. Potter & Irmão, offerecendo os seus serviços para a venda do Cristal Arabe naquelle estado nordestino. Os senhores Santos, Kmaid & Cia, tendo em vista a maior expansão do producto de sua fabricação no norte, acceitaram a proposta da firma de João Pessoa.[71]

A sociedade, no âmbito dos negócios locais, para além de vender o produto em seu escritório, localizado junto à Praça da República, também o distribuía a outros comerciantes da cidade, como nas casas comerciais A Libaneza, Casa Barão, Giavariana, Cantídio Moraes, Farmácia Central e nos distritos de Marau, Coxilha e Sertão, maximizando as possibilidades de venda do produto e criando uma rede de distribuição regional[72]. Nagib Kalil Kmaid era ainda proprietário da Casa Oriente, localizada onde residia, na Avenida Brasil, próximo à Praça da República, na Avenida Brasil nº 54[73].



A salvação da pecuaria!
— Está no —
CRISTAL ARABE!

Receita de celebre veterinario da Arabia. Cura com rapidez toda e qualquer molestia dos animaes: Cavallar, vacum, suino, lanar, e aves domesticas em geral.

O **Cristal Arabe** de effeito rapido e seguro em poucos dias derruba BERNES e CARRAPATOS independente de banhos de carrapaticida, o seu modo de usar é muito pratico.
NA CURA de SARNA, RABUGEM e GARROTILHOS não ha nem haverá remedio que se egualla com o maravilhoso **Cristal Arabe**, da o seu effeito verdadeiramente milagroso.
EM CASO DE QUALQUER PESTE, quer como preventivo, tanto para desenvolvimento e engorde de todos os animaes, os srs. Fazendeiros e Criadores devem fazer uso do **Cristal Arabe**, PORQUE NELLE SE ENCONTRA A SALVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PECUARIA. São innumeras as provas postas em pratica neste municipio, dando optimos resultados.

Este producto é vendido a preço relativamente barato com garantia absoluta dos seus fabricantes, aqui radicados.

A venda neste municipio na Casa A Libaneza
« Barão
Casa Antonio Giavarina
« Cantidio Morais
e na Farmacia Central

Maráu: José Primo Bernardi
Coxilia: Mario Goelzer
Sertão: Guilherme Gomes

5599—1375 5as, sab.

Fabricantes:
Santos, Kmaid & Cia.
Fabrica:
Rua Moron n. 1173
Escriptorio:
Praça da Republica, 2
PASSO FUNDO
Rio Grande do Sul — Brasil

Anúncio do produto "Cristal Árabe", da sociedade Santos, Kmaid & Cia. O NACIONAL. Passo Fundo, 17 dez. 1932, p. 4. Acervo do AHR.

[71] O NACIONAL. *O valor do annuncio*. Passo Fundo, 27 fev. 1933, p. 3. Acervo do AHR.
[72] O NACIONAL. Passo Fundo, 17 dez. 1932, p. 4. Acervo do AHR.
[73] O NACIONAL. Passo Fundo, 14 fev. 1942, p. 4. Acervo do AHR.

Nagib Kmaid casou-se com Zaquia Kmaid em 1939, também imigrante libanesa, com quem teve os filhos Odete, Fuad e Marta. A família Kmaid era aparentada das famílias Sfair – Zaquia era irmã de Mansur e Elias Schims Sfair, também comerciantes em Passo Fundo – e também Buaes, sendo Zaquia Kmaid cunhada do imigrante Jorge Buaes[74].

As atividades econômicas desenvolvidas por sírios e libaneses ocuparam espaços para além da venda de produtos em casas comerciais ou nas ruas e estradas de Passo Fundo. Alguns desses imigrantes, investidos talvez de maior capital acumulado decorrente de uma trajetória migratória mais longa, instalaram-se na cidade e operaram negócios diversos relacionados às atividades de mascate ou comércio "de praça". Esse foi o caso de imigrantes integrantes da família Santos, que se tornaram proeminentes comerciantes em Passo Fundo e Soledade.

Os irmãos José Antonio dos Santos[75] e Zacharias Antonio dos Santos eram naturais da cidade de Jounieh, no atual Líbano, de onde imigraram em direção ao Brasil no início de 1890; em meados da mesma década, já se encontravam estabelecidos em Soledade. Em relação ao núcleo familiar de Zacharias Antonio, sabemos que esse emigrou casado com Maria Zacharias dos Santos, e com pelo menos dois filhos, José Zacharias dos Santos e Elias Zacharias dos Santos.

A atuação da família Santos no comércio, em Soledade, foi intensa, pois os irmãos adentraram em diferentes ramos desse segmento. Desde início, em 1910, houve a expansão dos negócios da família Santos para Passo Fundo, com a transferência do núcleo familiar de Zacharias Antonio para a cidade. Em nossa pesquisa, relatamos que os integrantes dessa família foram constantemente referenciados nos jornais *A Voz da Serra* e *O Nacional*, em razão do retorno ou da saída desses à viagens comerciais pela região. Nos relatos de alguns dos entrevistados para esse estudo, embora não soubessem precisar com exatidão, os sujeitos supracitados foram referidos e lembrados como os imigrantes mais abastados,

[74] O NACIONAL. Passo Fundo, 26 fev. 1945, p. 1. Acervo do AHR.

[75] Sobre Antonio José dos Santos, em específico, ver a seção deste livro sobre sírios e libaneses em Soledade.

com condições financeiras diferenciadas em comparação à grande parte de seus patrícios e contemporâneos nos primeiros tempos da instalação da maioria dos sírios e libaneses em Passo Fundo.


BARRACA de COUROS
de J. ZACHARIAS & Cia.
Passo Fundo, Soledade e Cruz Alta
Exportadores
Compra-se: couros, cabellos, cera, lã, e demais fructos de barraca. E' a casa que paga os melhores preços e compra toda e qualquer quantidade. A' DINHEIRO A' VISTA
Faz contractos de qualquer partida a preços garantidos,e offerece vantagens maiores do que qualquer outra casa.
SECÇÃO DE REPRESENTAÇÕES:
Representantes de GOMES RIBEIRO & BASTOS
Casa de seccos e molhados.
OSWALDO B. SMIDT & CIA.
Canninha, vinho nacional e alcool.
EDUARDO MARQUARDT FILHO
Assucar, café, farinhas e cereaes.
PORTO ALEGRE
SECÇÃO DE CEREAES ETC.
Compra-se em grande escala
milho, feijão, banha, herva-matte, fumo em corda e todos os demais artigos coloniaes.
— Exportação de Madeiras etc. —
TELEPHONE N. 33
Informações no escriptorio — RUA GENERAL NETTO N. 20
Endereço teleg. para todas as casas: ZACHARIAS
CODIGOS: PARTICULARES, RIBEIRO, A B, C 5ª, TWN-IO-ONE
— PASSO FUNDO —

Anúncio comercial da Barraca de Couros da sociedade José Zacharias & Cia. Fonte: A VOZ DA SERRA. Passo Fundo, 1º abr. 1916, p. 6. Acervo digital do AHR.

Os negócios gerenciados pelos Santos foram bem diversificados e adentraram em vários ramos do comércio estabelecido. Zacharias Antonio dos Santos conquistou espaço no comércio passo-fundense, através de uma sociedade montada com os filhos, a José Zacharias & Cia[76], que se instalou em Passo Fundo em 1916. A sociedade atuou no comércio "de praça" na região central de Passo Fundo, era a "Barraca de Couros de J. Zacharias & Cia", firma de exportação de produtos que atendia as regiões de Passo Fundo, Soledade e Cruz Alta, comprando desde artigos de pequena quantidade "couros, cabellos, cera, lã, e demais fructos de barraca", até artigos em grande escala, como milho, feijão, banha, erva-mate, fumo em corda e "demais artigos coloniaes"[77]. E ainda, havia também a venda de máquinas industriais e materiais para construção. Vemos que, mormente a inserção em outros âmbitos da economia, o comércio se manteve como uma constante geradora de lucros ao núcleo familiar, contudo, já possuíam redes


Locomoveis--Aplariadoras e
Outras machinas industriaes, tem é receber
GAZOLINA, KEROZENE, CIMENTO, ANIAGEM E BOLÇAS,
tem em deposito, grande quantidade.
PREÇOS BARATISSIMOS VENDAS A' VISTA
J. Zacharias & Cia.

Anúncio de venda de máquinas industriais e outros artigos, da José Zacharias & Cia. A VOZ DA SERRA. Passo Fundo, 10 jul. 1920, p. 3. Acervo digital do AHR

[76] A VOZ DA SERRA. Passo Fundo, n. 11, 11 mar. 1916, p. 03. Acervo digital do AHR.
[77] A VOZ DA SERRA. Passo Fundo, n. 15, 08 abr. 1916, p. 6. Acervo digital do AHR.



COLONIA Dr. AFFONSO

PETRI, MEIER, ANNES e Cia
L M T D.
Empresa Colonisadora, Industrial e Commercial

Portiamo al conoscimento del pubblico, che la importantissima firma commerciale, industriale, importatrice e esportatrice I. ZACHARIAS & Cia, con casa in Buenos Ayres, Montevideo, Passo Fundo, Cruz Alta, Ponta Grossa, Curityba, Antonina, Nonohay e con corrispondenti nelle principali piazze del mondo: Berlino, Hamburgo, Genova, Trieste, Londra, Liverpool, Barcellona, Porto, Lisbona, Havre, Nova Iork, S. Francesco di California ecc. ecc. si é associata alla nostra Impresa Colonizzatrice, Industriale e Commerciale, partecipando col capitale di Rs. 470:000$000 realizzato, assumendo il Capo della detta firma, Signor Josè Zacharias dos Santos, la gerenza della nostra sezione commerciale, industriale e di navigazione.

L'Impresa resta costituita cosi:

1 —I. Zacharias & Cia. direttore del Commercio ecc. 470:000$000
2 —Armando de Arraujo Annes Banqueiro em P.Fundo e direttore contabile in generale 470:000$000
3 —Dr. H. Meier, direttore tecnico e interino della colonizzazione ..... 470:000$000
4 —Dr. Roberto Stuber, idem ..... 235:000$000
5 —Dr. Josè Ferancz, rappresentante giuridico dell'Impresa..... 470:000$000
6 —José Petri, Direttore delle vendite e propaganda ecc. ..... 470:000$000
7 —Alberto Meier, rappresentante generale delle vendite ecc. ..... 235:000$000
8 —Dr. Ernesto Alberto Meier, medico, socio commendatario ..... 235:000$000
9 —Gonçalves Petry, socio commendatario 235:000$000
Rs. 3.290:000$000

Maggiori informazioni della Sezione Colonizzazione: JOSE' PETRI, PASSO FUNDO, R. GR. do SUL.

Informazioni sul commercio, industria e navigazione:
Petri Meier, Annes & Cia. Calle Lavalle 1263
BUENOS AYRES.

Per maggiore facilità dei nostri coloni preveniamo, che, fra poche settimane, stabiliremo la nostra linea di navigazione fra i nostri porti SOL DE MAIO e SANTA ELENA E BUENOS AYRES, come pure l'esplorazione di legnami e *Hervaes* e la fondazione di grandi magazzini nella COLONIA Dr. AFFONSO.

Il direttore Commerciale
Josè Zacharias dos Santos

Il prezzo di ogni colonia di 25 ettari è di 1:000$000, fino al 31 Dicembre di quest'anno, essendo la metá del pagamento a contanti e il resto dell'importo diviso in 2 rate di 12 e 24 mesi coll'interesse annuale del 6 per cento.

Il compratore che pagherá a contanti, avrá uno sconto di 15 per cento; quello, che effettuerá i suoi pagamenti totali in 6 mesi, non pagherà interessi. Durante i 3 ultimi mesi giá abbiamo venduto piú di 2.000 colonie.

Il PORTO SANTA ELENA, con 5.000 colonie e con 20 chilometri di fronte sul rio Paranà francamente navigabile fino a Buenos Ayres, é destinato per la colonia italiana. E il Porto SOL DE MAIO per la colonia tedesca coll'area e fronte eguali a quello di Santa Elena.

Comprarono terre nel Porto S. Elena le seguenti firme colonizzatrici:

1. Alegretti & Cia, Bento Gonçalves Rs. 348.240$000
2. Leopoldo Klagenberg, Novo Milano Rs. 18:000$000
3. Manoel Gomes Filho, Novo Milano Rs. 6:000$000
4. Andrea Fossatti, Novo Milano Rs. 6:000$000
5. Weber, Bagatini, Berticelli & Cia. (Encantado e Guaporé) Rs. 330:000$000
6. Pietro Tamanino, Forqueta (Caxias) Rs. 30:000$000
7 Lino Schio & Irmão, Caxias Rs. 66:000$000
8. Giuseppe Noro, Fanton, Zamboni & Cia. Nova Vicenza, Caxias Rs. 136:200$000
9. Carlo Sangalli, Guaporé (Encantado) Rs. 30:000$000
10. Giovanni Tafarel, Mussum do Guaporè Rs.12:000$000
11. Primo Tedesco, Nova Vicenza (Caxias) Rs.12:000$000
12. Dionisio Chielli e Pasquale Pazza, 4 Distretto di Soledade Rs. 30:000$000

Tutte queste firme potranno dare informazioni sulla buona qualitá di tutte le nostre terre, commercio, franca navigazione, buon clima ecc. ecc. ció che i nomi individuali dei colonizzatori sunnominati indica, a chi avesse dei dubbi, perché si tratta di firme pratiche e commerciali conoscitrici delle buone terre.

Il Porto Sol de Maio si svillupa egualmente come quello di S. Elena e giá anche colá abbiamo effettuate numerose vendite, tanto a firme colonizzatrici, come a coloni, il che pure opportunamente pubblicheremo.

Per altre informaziani dirigersi a **José Petri Direttore delle vendite**
o, a
Alberto Meier, Rappresentante Generale
PASSO FUNDO, RIO G. do SUL.

de contatos e mediadores que possibilitavam um diferencial: a exportação de produtos para outros municípios da região.

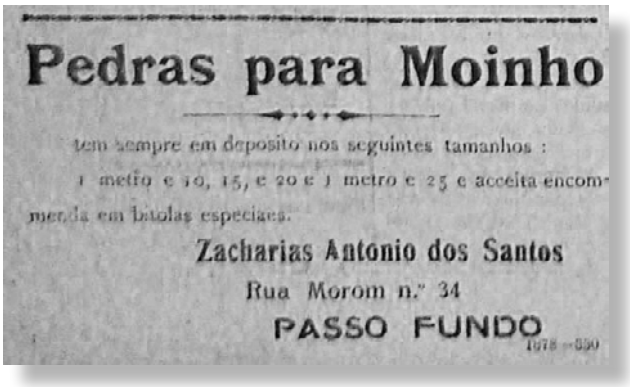
Nesse ínterim, José Zacharias dos Santos também selou parceria com comerciantes de Passo Fundo que não eram seus familiares ou patrícios, como junto do comerciante Max Ávila, do ramo de secos e molhados, torrefação de café, dentre outros (Hexsel; Garate, 2002, p. 242). Com Armando Araujo Annes e Gabriel Pereira da Costa Bastos, José Zacharias fez parceria – encerrada em 1913[78] – junto a uma empresa de fabricação de tábuas e caixas, modalidade comercial que se assentava nesse período, na região, em função da grande disponibilidade da madeira que existia no norte do estado (Tedesco; Sander, 2005).

Nesse período, o comércio de terras se constituía também em um negócio de alta rentabilidade na região norte do Rio Grande do Sul, tendo havido muitos investimentos em colonização privada durante as primeiras décadas do século XX. Dos escritórios de empresas de colonização sediados em Passo Fundo, o da empresa Petri, Meyer, Annes & Cia. Ltda. contava com o consór-

Anúncio de venda de terras da Colônia Dr. Affonso, da sociedade Petri, Meyer, Annes & Cia Ltda. STAFETTA RIO-GRANDENSE. Garibaldi/RS, 15 jul. 1920, p. 3. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

[78] A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 87, 17 out. 1913, p. 6. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

cio de vários investidores[79], entre eles, a firma José Zacharias dos Santos & Cia., representada comercialmente em filiais em Passo Fundo e Santa Maria, no Rio Grande do Sul, bem como em Ponta Grossa, Rio Negro e Antonina, municípios do estado do Paraná, e ainda nas capitais estrangeiras de Buenos Aires e Montevideo. A empresa colonizadora operava a venda de lotes de terra na Colônia Dr. Affonso, localizada em solo argentino, a qual fora ocupada por imigrantes italianos e alemães[80]. As relações comerciais de Zacharias Antonio e seus filhos revelam a inserção do imigrante em empreendimentos variados e em associações com outros comerciantes de Passo Fundo e região, em redes de negócios que supõem um significativo investimento de capital acumulado.


Pedras para Moinho

tem sempre em deposito nos seguintes tamanhos :

1 metro e 10, 15, e 20 e 1 metro e 25 e acceita encommenda em bitolas especiaes.

Zacharias Antonio dos Santos

Rua Moron n.º 34

PASSO FUNDO

Anúncio do escritório de vendas de pedras para moinho pertencente a Zacharias Antonio dos Santos. O NACIONAL. Passo Fundo, 11 ago. 1928, p. 4. Acervo do AHR.

Em 1920, Zacharias Antonio, já desvinculado da parceria com os filhos, montou um escritório no centro da cidade para tratar de negociações referentes à venda de "pedras de moinho", isto é, pedras utilizadas nas rodas de moagem de grãos para beneficiamento de produtos coloniais, as quais, possivelmente, extraía em Soledade. O desenvolvimento desse tipo comercial específico e de pouca concorrência rendeu ao imigrante libanês a empreitada do calçamento das principais ruas da cidade, inclusive a de seu escritório, situado na rua Moron, na vizinhança de outros patrícios já estabelecidos. Em contrato firmado com a administração da Intendência Municipal nas gestões de Nicolau Araujo Vergueiro

[79] STAFETTA RIO-GRANDENSE. Garibaldi/RS, n. 29, 28 out. 1920, p. 3. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

[80] VIDA CARIOCA. Rio de Janeiro, n. 90, jan. 1932, p. 41. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

(1920-1924) e Armando Araujo Annes (1924-1928)[81], a firma de Zacharias Antonio dos Santos promoveu o calçamento de várias ruas do centro da cidade naquele período.

O comércio experimentado por Zacharias Antonio e família durante as duas décadas instalados em Soledade e o acúmulo de capital advindo da atividade comercial, supomos, possibilitou um enriquecimento e distinção no comércio, a ponto de outros ramos de atividades comerciais serem investidas e o capital aplicado em outros bens como a compra de terras, tanto em Soledade quanto em Passo Fundo e também em locais mais distantes. Tal se verificou, em diversas negociações de terrenos anunciadas no jornal *O Nacional*, como, por exemplo, a dos terrenos de sua propriedade que foram comparados pela Intendência e destinados à construção do Matadouro Municipal de Passo Fundo, inaugurado em 1926.

A atuação comercial de Zacharias Antonio, contudo, não se limitou à extração e ao comércio de pedras. Posteriormente, por volta de 1927, em sociedade com Nabuco Zirbes, montou uma ervateira com capacidade média diária de produção de 50 arrobas de erva-mate, que era mantida por empregados do industrialista[82]. De acordo com nosso interlocutor Luiz Eduardo Dikesch, descendente de família próxima,

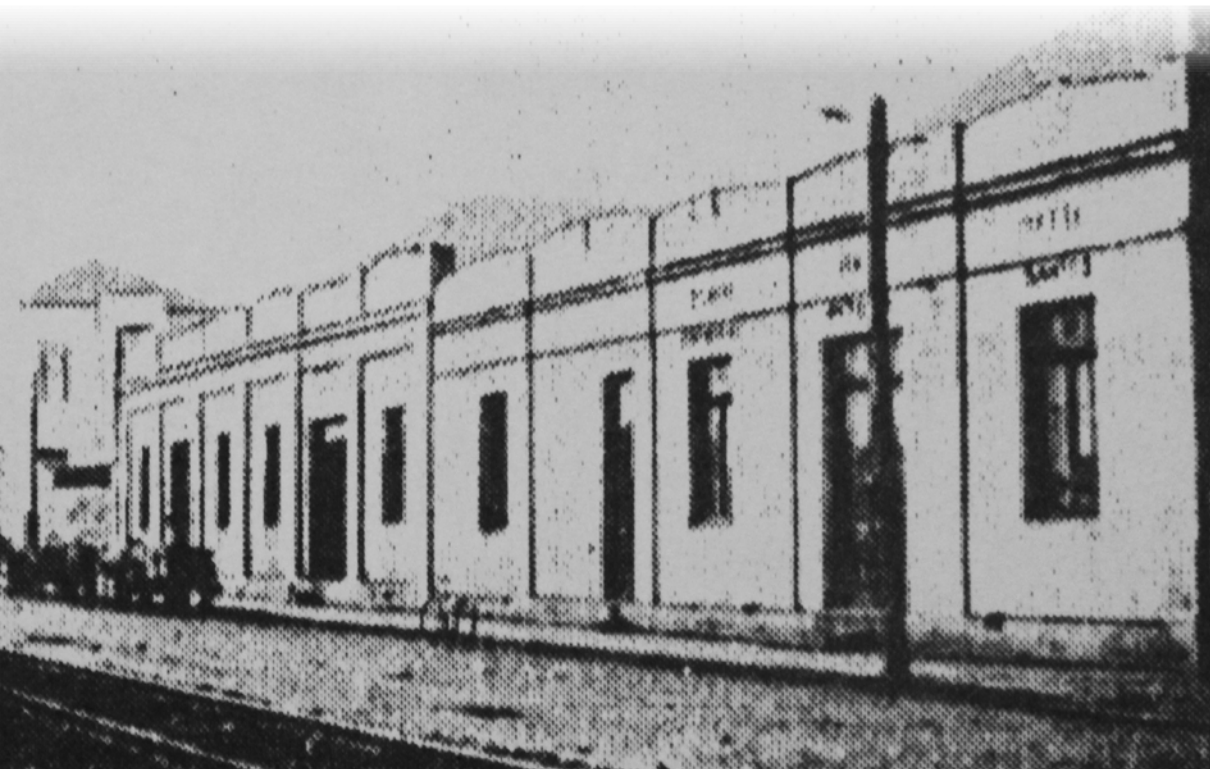


Anúncio do "Moinho de Erva Mate", de propriedade de Zacharias Antonio dos Santos. Fonte: GUIA ILUSTRADO. Comercial, Industrial e Comercial do Município de Passo Fundo. Editora Guias Ilustrados Municipais, 1939. Acervo do AHR.

[81] VIDA CARIOCA. Rio de Janeiro, n. 90, jan. 1932, p. 41. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

[82] ALBUM Comemorativo do Cincoentenário da Proclamação da República – 1889-1939. Porto Alegre, p. 301. Biblioteca da PUC-RS.

> O sr. Zacharias foi um cidadão influente em Passo Fundo, era comerciante e industrial. Possuía uma indústria ervateira com o nome de Ervateira Serrana (localizada na Av. 7 de Setembro) e uma fábrica de bebidas com o nome de Gato Preto que mais tarde foi vendida para os Irmãos Bernadon. Também foi ele que fez o primeiro calçamento na avenida Brasil na época em que o prefeito era Armando Annes, sendo um dos fundadores do clube Comercial[83].



Ervateira pertencente à Zacharias Antonio dos Santos e Nabuco Zirbes, na Avenida Sete de Setembro, junto aos trilhos. Fonte: Album Comemorativo do Cincoentenário da Proclamação da República – 1889-1939. Porto Alegre, p. 301. Biblioteca da PUC-RS.

No moinho de erva-mate, eram produzidos e comercializados variados tipos de erva-mate, como a erva-mate *Glória* e o chá-mate *Serrano*. A firma da sociedade possuía filiação com o Centro dos Industriais e Exportadores Rio-Grandenses do Mate Ltda., o que indica uma abrangên-

[83] DIKESCH, Luiz Eduardo. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco.* 2020.



Grande Baratilho

CASA COMMERCIAL

DE

Saturnino dos Santos Vaz

Avisa ao publico que tendo comprado, em exellentes condições, as existencias da casa do Snr. ANTONIO ABDO SAADI, está habilitada para assegurar á distincta freguezia, preços altamente vantajosos.

Para que o publico tenha uma superficial idéa do bellissimo stock que possue actualmente, esta baratéira casa limita-se apenas a enumerar abaixo alguns dos artigos ultimamente recebidos, como sejam.

CALÇADOS- Para homens, senhoras, creanças, rapazes, etc., tem artigo variado e das ultimas creações.

FAZENDAS- PARA SENHORAS: Etamene branco e preto mercilhas, pongets, morins, chitas, zephires, etc.

PARA HOMENS: Casemiras boas, proprias para verão, cassinetas de diversos padrões e qualidades, brins o que ha de chic e moderno.

Ao gosto do mais exigente smart

CHAPÉOS- GRANDE E VARIADO SORTIMENTO: Podese affirmar que o mais exigente freguez não deixará de encontrar neste estabelecimento o artigo que desejar.

ARTIGO DE ARMARINHO- GRAVATAS: typos: York, Regente Coquilin; o NON PLUS ULTRA no genero. MEIAS, o que ha de mais variado em sortimento. CAMISAS brancas, de cores e de todos os numeros, diversos tipos. E muitos outros artigos taes como: collarinhos, lenços, extractos, pós de arroz, linhas, bordados, rendas fitas, etc.

SECÇÃO DE MOLHADOS- Tem sempre em deposito sal, grosso, farinha de trigo, farinha de mandioca, assucar usina e somenos, sabão vellas de sebo e de esparmacete, conservas e muitos outros artigos.

Compra e vende protuctos coloniaes, como sejam: milho, feijão, batatas, couros, cera, cabello, lã, banha, etc.

VENDAS POR ATACADO E A VAREJO

SYSTEMA AMERICANO

Vender barato para vender muito.

O freguez que comprar mais de 50$000 terá o abatimento de 3%.

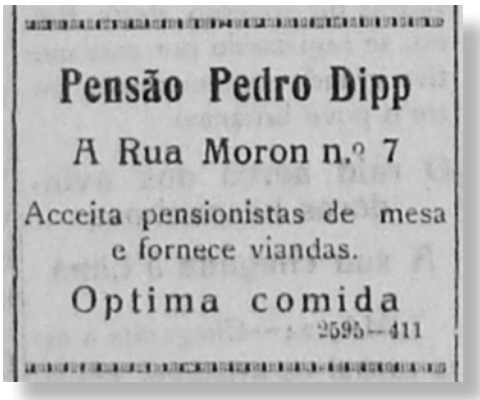
RUA CORONEL CHICUTA

PASSO FUNDO

Anúncio da Casa comercial de Saturnino dos Santos Vaz, adquirida de Antonio Abdo Saadi. A VOZ DA SERRA. Passo Fundo, 28 jan. 1917, p. 4.
Acervo digital do AHR.

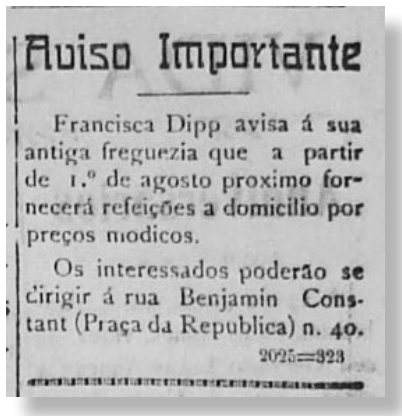
cia dos produtos comercializados para além da sociedade regional, dinamismo certamente aproveitado pela localização da empresa, junto aos trilhos da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), na Avenida Sete de Setembro, facilitando o escoamento da produção para outras regiões do país.

Do círculo de relações da família Santos no comércio, ainda podemos destacar o núcleo familiar dos imigrantes sírio-libaneses Antonio Abdo Saadi e Cofu Saadi. A presença da família em Passo Fundo data de 1910, estabelecidos no centro da cidade, na rua Cel. Chicuta com a casa comercial que vendia fazendas, armarinhos, secos e molhados, onde, anunciava o jornal *A Voz da Serra*, que o proprietário adotava o "sistema americano" e intuía "vender barato para vender muito", oferecendo aos fregueses que comprassem determinada quantia em produtos, um abatimento de 3% no valor cobrado. O anúncio no jornal, assim como a adoção de estratégias não-convencionais de venda de produtos também fazia parte da dinâmica impressa pelos imigrantes sírios e libaneses em seus locais de destino. O Grande Baratilho de Antonio Saadi foi, posteriormente, comprado por Saturnino dos Santos Vaz, sogro de José Antonio dos Santos, comerciante libanês estabelecido em Soledade.



Anúncio da Pensão Pedro Dipp. Fonte: O NACIONAL. Passo Fundo, 25 abr. 1929, p. 4. Acervo do AHR.

Outros integrantes da família Dipp também atuaram no centro de Passo Fundo em outras atividades que não a de compra e venda de tecidos, armarinhos e secos e molhados. O imigrante libanês Pedro Dipp atuou no ramo da hotelaria, na rua Moron, a partir de 1921[84]. Em realidade, foi ao longo da rua Moron e adjacências, o primeiro espaço que consolidou na cidade uma forte presença de sírios e libaneses, a referida rua era uma das principais vias do centro urbano. Posteriormente, houve uma concentração maior desses imigrantes no comércio nos arredores da Praça da República e na Avenida Capitão Jovino; não por acaso, em 1930, seria inaugurada a Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza de Passo Fundo, naquela região da cidade. Mais tardiamente, após os anos 1950, houve, então a instalação comercial de sírios e libaneses, de levas migratórias mais recentes, que passaram a estabelecerem-se na Avenida Brasil, no trecho entre as avenidas General Netto e 7 de Setembro, quadras que eram lembradas pela memória local como as "quadras dos turcos", em alusão àqueles imigrantes.



Anúncio da venda de refeições a domicílio, por Francisca Dipp, esposa do imigrante Pedro Dipp. O NACIONAL. Passo Fundo, 28 jul. 1928, p. 4. Acervo do AHR.

Vale ressaltar que, embora os nomes das lojas encaminhem sempre para um protagonismo comercial masculino, vinculado ao imigrante, não podemos perder de vista que a venda era desenvolvida com base nas relações familiares. Desse modo, as mulheres, esposas dos

[84] CONCESSÃO de terrenos pela Intendência Municipal. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

imigrantes – ou mesmo, as imigrantes que se estabeleceram já casadas – desenvolveram papel ativo na atividade comercial, sobretudo, no período em que se unia os trabalhos na venda ao mascateamento, esse último, geralmente, era serviço realizado pelos homens em outros pontos da cidade e do município. Da mesma forma, as mulheres também podiam atuar em atividades próximas, como no ramo do corte e costura (Francisco, 2017), ou mesmo em trabalhos que auxiliassem na complementação da renda familiar, como Francisca Dipp, esposa do imigrante Pedro Dipp, que ofertava "refeições a domicílio por preços módicos", possivelmente sustentando as refeições da pensão familiar e, em paralelo, aumentando a renda dos seus.



Trecho da Avenida Capitão Jovino, no sentido em direção ao centro da cidade, em 1933. Nessas quadras, várias casas comerciais de sírios e libaneses foram instaladas nas décadas de 1920 e 1930. Photo Moderna. O NACIONAL. Passo Fundo, 7 ago. 1957. Acervo do AHR.

Nesse ponto, Sandra Bevengnú destaca que seu avô, o sírio Pedro Barquete, mesmo após instalar moinho no interior de Soledade, continuou a mascatear pela região e "quem atendia esse moinho era minha

avó e minhas tias"[85], enquanto o imigrante, em paralelo, mantinha-se como ambulante, revendendo mercadorias adquiridas em São Paulo e conferindo à família ambas as atividades. A atuação nesses dois ramos do comércio permitiu a família de Pedro condições para adquirir propriedades na cidade de Passo Fundo, onde o núcleo familiar, então, se instala. Pedro Barquete, conquistou propriedades na Av. Capitão Jovino, em ambos os lados da Avenida, nas esquinas com a rua Tiradentes, também na área central da cidade e na zona de comércio de sírios e libaneses e seus descendentes, estabelecendo várias relações com seus patrícios, assim como com seus amigos mais próximos, Isa e Moisés Dipp e Jorge Dadia, como destaca nossa interlocutora[86]. Dos amigos de Pedro Barquete, o sírio Simão Imera, o qual atuou no ramo de venda de armarinhos e secos e molhados[87], também é relembrado pela família:

> "O Sr. Simão Imera era sírio e amigo do vô Pedro. Todos os sírios que imigraram e chegaram até aqui sempre se reuniam e falavam só em árabe. Este Sr. Simão, tinha uma loja de armarinhos, onde é hoje a Lojas Becker [esquina da rua Coronel Camisão com a Av. Brasil], perto da ponte [do rio Passo Fundo] e o vô, na época, morava meia quadra desta casa, mas no lado esquerdo de quem desce a avenida. No centro [...] tinha um sírio chamado Abrahão e sua família, o casal era sírio, tinham muitos filhos e a tia Didi [Adige Barquete] e a mãe compravam ali o trigo, preparado por eles, para o kibe."[88]

Nesse local da cidade, a família Barquete estabeleceu um comércio de secos e molhados, "um 'bodegão', que tinha de tudo e vendia tudo", onde manteria atividade até o início de 1950. Os filhos de Pedro, assim como o pai, lançaram-se em atividades diversas em Passo Fundo e região,

[85] BEVENGNÚ, Sandra Mara. Neta de Pedro Barquete e Etelvina Ferreira. *Entrevista concedida a Alex Antônio Vanin*. 2016.
[86] Idem.
[87] GUIA Geral de Passo Fundo. Passo Fundo: Tipografia Nehls, 1940.
[88] BARQUETE, Solange. *Entrevista concedida a Sandra Mara Bevengnú*. 2016.



Foto de Jamil Barquete, filho do imigrante sírio Pedro Barquete e Etelvina Ferreira. Acervo pessoal de Sandra Mara Bevengnú.

como foi o caso de Jamil Barquete, o qual durante muitos anos empreendeu variadas atividades comerciais no centro da cidade, tendo trabalhado inicialmente como radiotelegrafista da Viação Férrea e da Companhia Varig de Aviação, adentrando, posteriormente, no ramo de secos e molhados, comércio de carnes, armazenagem de cereais, dentre outros.

A família do imigrante Miguel Buaes e seus filhos também viriam a instalar suas casas comerciais na década de 20, na esquina da rua Fagundes dos Reis e Avenida Capitão Jovino, junto à Praça da República, vizinhando, assim, com outros co-nacionais instalados naquela mesma via. De acordo com Jorge Buaes Sobrinho, seus pais, Estanislau e Linda Abouek Buaes, atuaram no comércio e abriram uma loja "que vendia de tudo", chamada "Casa Tufi", junto à casa comercial de seu tio Jorge Buaes, intitulada "A Libaneza", todos alocados proximamente, centrados na mesma esquina. O agrupamento comercial familiar, tanto na extensão dos negócios, quanto nas casas comerciais em locais próximos, foi característico pela instalação comercial de sírios e libaneses no centro; processava-se a expansão do negócio familiar, podendo-se variar também os ramos de atuação, como ocorrido com integrantes da família Buaes, os quais também adentram ao


A TRADICIONAL

A LIBANEZA

de Jorge Buaes

HA MAIS DE 15 ANOS OFERECE AO PUBLICO PASSOFUNDENSE:

Fazendas — Armarinhos

Secos e Molhados

Avenida Brasil, 1-7 (Esquina Fagundes dos Reis)

Praça da Republica — PASSO FUNDO

Anúncio da "A Libaneza", casa comercial de Jorge Buaes. O NACIONAL. Passo Fundo, n. 171, 19 jun. 1953, p. 08. Acervo do AHR.

negócio da distribuição de bebidas, mas, mantendo a atividade comercial original ligada à venda de fazendas, armarinhos, seco e molhados.



Anúncio da casa comercial "A Libaneza", de propriedade de Mansur Sfair & Cia. O NACIONAL. Passo Fundo, 19 jun. 1934, p. 16. Acervo do AHR.

Em período simultâneo à casa comercial "A Libaneza" de Jorge Buaes, outra casa "A Libaneza" também existiu, mas de propriedade de Mansur Sfair & Cia, dos irmãos Elias e Mansur Schims Sfair, imigrantes libaneses que se instalaram em Passo Fundo no mesmo ramo de venda de armarinhos. Os árabes se consolidaram nos centros comerciais onde, acionando as redes de auxílio mútuo dentro da colônia sírio-libanesa, davam margem à segurança nos investimentos entre patrícios, permitindo a inserção e incorporação em um mesmo ramo do comércio, como foi o caso dos irmãos Elias e Mansur Sfair, esse último que, também, atuou no ramo de fabricação de produtos químicos[89]. Mansur Sfair instalou-se na cidade de Passo Fundo na década de 30, por intermédio de seu tio, Zacharias Antonio dos Santos, acessando uma rede de relações de parentesco que já era ampla, junto às famílias Santos, Kmaid, Buaes e Estacio.

Outro núcleo familiar de imigrantes libaneses que se instalou em Passo Fundo em 1930, foi o de Same Chedid. Na cidade, Same Chedid investiu em segmentos variados, sendo um dos pioneiros no transporte rodoviário de cargas entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, tendo, em 1939, fundado a firma Expresso Rio-Grandense, na qual desenvolveu intenso trabalho durante muitos anos, em geral, no intercâmbio de mercadorias entre os dois estados. No decurso de vários anos, Chedid dedicou-se ao comércio de Passo Fundo, tendo fundado a "Casa Rio" e atuado na exploração de uma pedreira situada nos arredores da cidade, sendo, portan-

[89] GUIA Geral de Passo Fundo. Passo Fundo: Tipografia Nehls, 1940. Biblioteca da PUC-RS.



Anúncio da firma Expresso Rio-Grandense, de propriedade de Same Chedid. Fonte: GUIA Geral de Passo Fundo. Passo Fundo: Tipografia Nehls, 1940. Biblioteca da PUC-RS.

to, um empreendedor inserido em múltiplos segmentos.

Outro descendente de sírios-libaneses a se instalar na cidade foi Thadeu Annoni Nedeff, filhos Elias Nedeff e Rosa Annoni. O núcleo familiar Nedeff havia se estabelecido no município ainda em 1910, no distrito de Carazinho. Thadeu Nedeff concluiu o curso de Contabilidade em Carazinho/RS no ano de 1942. Transferiu-se para Passo Fundo onde fundou e manteve a sede de sua empresa, a Gaúcha Madeireira S/A e de suas holdings Gamasa e Taneff, além do Hotel Turis, Cine Teatro Pampa e Hotel Avenida, as quais marcaram época na cidade. Também em Passo Fundo estabeleceu a empresa Gaúcha Automotor, revenda de caminhões FNM.

O Turis Hotel, de propriedade de Thadeu Annoni Nedeff, na década de 60. Acervo pessoal de Igor Schneider Calza.



No município, Thadeu Annoni Nedeff contribuiu para a fundação da Universidade de Passo Fundo, para o aeroporto Lauro Kortz e o Patronato de Menores, que manteve por décadas. Foi um líder político e empresarial. Por sua relevância para a cidade, recebeu o título de Cidadão Honorário de Passo Fundo. Faleceu na mesma cidade, no dia 21 de outubro de 1987, aos 67 anos de idade (Miranda; Carvalho; Vanin, 2018, p. 255).



Foto de Thadeu Annoni Nedeff.
Fonte: Cemitério Vera Cruz, 2020.
Acervo dos autores.

Embora, como vimos, as primeiras três décadas do século XX tenham sido cruciais para o estabelecimento de um comércio notadamente sírio-libanês em Passo Fundo, entre 1940 e 1960 houve também uma continuidade desse processo de estabelecimento de novos imigrantes e também de manutenção dos comércios já estabelecidos, muitos, passados para a primeira geração de descendentes, ou, ainda, novos negócios, criados por essa mesma geração.

Quadro 05. Estabelecimentos comerciais de sírios e libaneses em Passo Fundo (1940-1955)

Estabelecimento	Proprietário	Endereço
Transportes	Fulaneto & Seady	Av. Brasil, 74
Transportes	Same Chedid	Rua Paissandu, 322
Armarinho	Nagib Kreid	Av. Brasil, 54
Bar	Estanislau Buaes	Av. Brasil, 41
Sapataria	Jorge Felippe Dadya	Av. Brasil, 29
Ervateira	Zacharias dos Santos	Av. Sete de Setembro, 503
Fazendas e Miudezas	Simão Imera	Rua Bento Gonçalves, 546
Laboratório Químico	Mansur Sfair	Não informado
Quiosques	Isa Dipp	Av. Brasil, 83
Quiosques	Moyses Dipp	Av. Capitão Jovino, 180
Secos e Molhados	Aniz Fadel	Rua Moron, 1158
Secos e Molhados	Antonio Elias	Av. Capitão Jovino, 2
Secos e Molhados	Caran Zacharias Miguel	Rua Moron, 1131
Secos e Molhados	Elias Pedro Nedyr	Rua Paissandu, 715
Secos e Molhados	Nagib Kreid	Rua Lava-Pés, 2347

Estabelecimento	Proprietário	Endereço
Secos e Molhados	Pedro Barquete	Av. Capitão Jovino, s/n
Alfaiataria	Luz e Kalil	Av. Brasil, 312
Bar	Moyses Dipp	Av. Capitão Jovino, 2
Casa Comercial	Miguel Estacio & Cia	Rua Bento Gonçalves, 443
Sapataria	Jorge Felippe Dadya	Rua Cel. Chicuta, (?)
Fazendas e Armarinhos	Jorge Buaes	Av. Brasil, 1-7
Fazendas e Armarinhos	Mansur Sfair	Av. Brasil, 63
Torrefação de café	Agy Simão	Rua Carlos Gomes, 383
Fazendas e Miudezas	Simão Imera	Av. Brasil, 745
Fazendas e Miudezas	Tuffi Mender	Av. Brasil, 143
Mercadinhos e quitandas	Alice Buaes Canfield	Rua Moron, 2779

Elaboração dos autores. Fonte: GUIA Geral de Passo Fundo. Passo Fundo: Tipografia Nehls, 1940. Biblioteca da PUC-RS. LISTA Telefônica de 1954. Acervo Digital do IHPF.

De acordo com Davi Nasser Khoury, seu pai, Nasri Toufic Khoury, no início dos anos 1960, abriu uma loja na Av. Brasil, a Casa Damasco. "[...] Ela estava localizada na quadra que havia muitos árabes, um comércio popular" que se concentrava no trecho da Av. Brasil entre as ruas Fagundes dos Reis e a XV de Novembro, havendo muitos árabes, em geral sírios, libaneses e palestinos, mas, também, jordanianos. Nesse período, no final de nosso proposto recorte temporal, a localização de boa parte desses comércios se concentrava majoritariamente ao longo da Av. Brasil.



Passo Fundo na década de 1970. Do lado direito da rua, vê-se um trecho central da Avenida Brasil, entre as avenidas General Netto e Sete de Setembro, as conhecidas "quadras dos turcos", onde se instalaram muitos sírios, libaneses, palestinos e jordanianos com pequenos comércios.
Acervo Fotos Antigas de Passo Fundo.



À esquerda, o sírio Nasri Toufic Khoury com seu filho Davi ao colo, ladeado pelos patrícios Boulos e Khoury, no interior da Casa Damasco em Passo Fundo, em 1967. À direita, Nasri Toufic Khoury no interior de sua loja. Sem data.
Acervo pessoal de Davi e Jamil Khoury.

Conforme nosso interlocutor, a prática de mascate estava em decadência, por isso era mais natural a instalação direta de pequenas lojas no centro, voltadas ainda às confecções e armarinhos.

> [...]. A família, com cinco filhos, atendia e residia no mesmo prédio adquirido. Era costume assim, residir na parte de baixo ou de cima da loja; a grande maioria dos lojistas assim o fazia. [...]. Em meados da década de 1980, grande parte dos árabes, em particular, sírios e albaneses migrou para regiões de fronteira, em particular, Foz do Iguaçu e Uruguaiana, ou foram para países vizinhos; eles venderam em Passo Fundo e foram embora. Na região de fronteira, o comércio era mais atraente. Hoje tem poucos em Passo Fundo que descendem desses pioneiros e que atuam ainda no comércio de seus pais e avós[90].

[90] KHOURY, Davi Nasser. Filho de Nasri Toufic Khoury e Ivone Franzen. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco.* 2016.

Percebe-se, de diversas formas, como o comércio sírio e libanês em Passo Fundo instituiu-se de maneira dinâmica e multifacetada. As relações econômicas tecidas por esses imigrantes árabes compuseram muito da sinergia comercial que integrou os centros comerciais de Passo Fundo e região. O ofício desenvolvido pelos mascates foi expressão característica e constante na vida de muitos deles, uma condição laboral que permeou suas atividades comerciais iniciais e posteriores, sendo desenvolvidas em algum momento de suas trajetórias de deslocamento e fixação mercantil. A própria atividade de mascate era compreendida como necessária, um estágio passageiro de sacrifícios e empenhos que conduziriam ao melhoramento das condições de vida do comerciante e de seus familiares.

Em Passo Fundo, a atividade dos mascates foi intensa, marcando o comércio local-regional durante a primeira metade do século XX. O comércio estabelecido nas casas de famílias de imigrantes, configuraram um "espaço", dentro das atividades econômicas desenvolvidas na cidade e no município, muito reconhecido e atrelado ao componente étnico presente, revelador de múltiplos aspectos da inserção social e econômica desses imigrantes em Passo Fundo.

4.3. "Fazer os filhos estudarem!": educação e formação

No relato de vários entrevistados, a educação apareceu como elemento central nas experiências da primeira geração de filhos de imigrantes sírios e libaneses. O investimento em educação como uma instância fundamental de integração e de ascensão socioeconômica dos imigrantes e de seus respectivos núcleos familiares. Como assinala Truzzi (1993, p. 110), é patente a inserção da primeira geração de descendentes de imigrantes numericamente em minoria como sírios, libaneses e judeus – se comparado ao número de imigrantes italianos ou ibéricos – no âmbito escolar, denotando um investimento significativo desses imigrantes na

instrução de seus filhos. Judeus, sírios e libaneses, por comporem uma fração de imigrantes que se inserem majoritariamente em contextos urbanos, estiveram mais próximos do acesso à educação formal do que os imigrantes que se encontravam, nesse mesmo período, em zonas rurais, de colonização.

As condições econômicas de ingresso também foram elemento importante na inserção de filhos desses imigrantes nos quadros de alunos das instituições de ensino privado, destinadas, em sua grande maioria, aos extratos mais abastados da sociedade local/regional. É nesse ponto que a as atividades comerciais desenvolvidas pelos imigrantes assumem papel central: a ascensão econômica rápida, resultante da mascateação e fixação comercial dos árabes nas cidades do Centro-Norte deu margem à possibilidade de almejar, em um futuro próximo, o ingresso dos filhos na educação formal, buscando, posteriormente, a formação deles em profissões liberais, afastando-os da atividade comercial desenvolvida pelos genitores. Isso pode nos permitir a visualização de redes de relacionamento ou de viabilização de acesso a carreiras futuras consideradas, à época, de prestígio social, formadoras de "doutores", em geral, em faculdades de Direito e de Medicina (Truzzi, 1993).

Contudo, há de se ressaltar que, longe dos grandes centros econômicos e mesmo de ensino, as possibilidades certamente encontraram suas limitações. Em termos totais, se correlacionarmos o número de filhos de imigrantes sírios e libaneses que encontramos em Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões e Soledade, do que nos foi possível apurar, das famílias de imigrantes do início do século, a inserção no quadro educacional não foi tão evidente quanto a de outros grupos, como dos judeus.

Entre 1920 e 1950, Passo Fundo foi central em termos de educação e instituições de ensino que eram acessadas pela elite regional. As instituições como o Instituto Gymnasial (depois Instituto Educacional), o Colégio Nossa Senhora da Conceição e o Colégio Notre Dame, todos confessionais, que passaram a atuar em Passo Fundo na década de 20,

consolidaram-se nas décadas seguintes enquanto referência no ensino privado para toda a região norte do Rio Grande do Sul (Biluczyk; Vanelli, 2019).

Essas instituições tinham o foco no ensino masculino. O Instituto Educacional e o Colégio Conceição, que possuíam internatos para meninos, concentraram vários filhos de imigrantes sírios e libaneses de Passo Fundo e região. Dos filhos de imigrantes estabelecidos em Passo Fundo, os filhos do libanês Antonio Simão e de Analdina Teixeira, segundo nosso interlocutor, "o tio Agy estudou um pouco, mas estudou no Conceição; o meu pai [Ary Simão] estudou no IE, tinha bolsa, jogava basquete e fazia corrida, era a "bolsa do atleta" [...] e também o tio Nery. O tio Adb estudou no Conceição". Portanto, Agy e Adb Simão, estudaram no Colégio Marista Conceição e, seus irmãos, Ary e Nery Simão, no IE.

Na família dos imigrantes Isa Dipp e Salima Elias, nossa interlocutora, Lúcia Dipp Salton enfatiza o grande investimento que o núcleo familiar realizou em prol de possibilitar uma boa educação aos filhos[91]. O armazém de propriedade da família, a Casa Dipp, manteve-se até meados de 1930, transformando-se em mercado de frutas, menor, pois o lucro da atividade comercial era priorizado para o pagamento das mensalidades dos colégios dos quatro filhos, e não reinvestido no estabelecimento comercial. As filhas, Súria, Jamília e Jecy formaram-se no Curso Normal, especializaram-se e atuaram nessa área do magistério. O filho Daniel Dipp, formou-se no Colégio Conceição e, posteriormente, formou-se na Faculdade de Direito em Porto Alegre, "muitas vezes pegando carona para chegar ao destino em razão da carência financeira". Após a formatura, Daniel Dipp montou escritório de advocacia em Passo Fundo.



Foto de Daniel Dipp, filho dos imigrantes Isa Dipp e Salima Elias. Acervo Digital do IHPF.

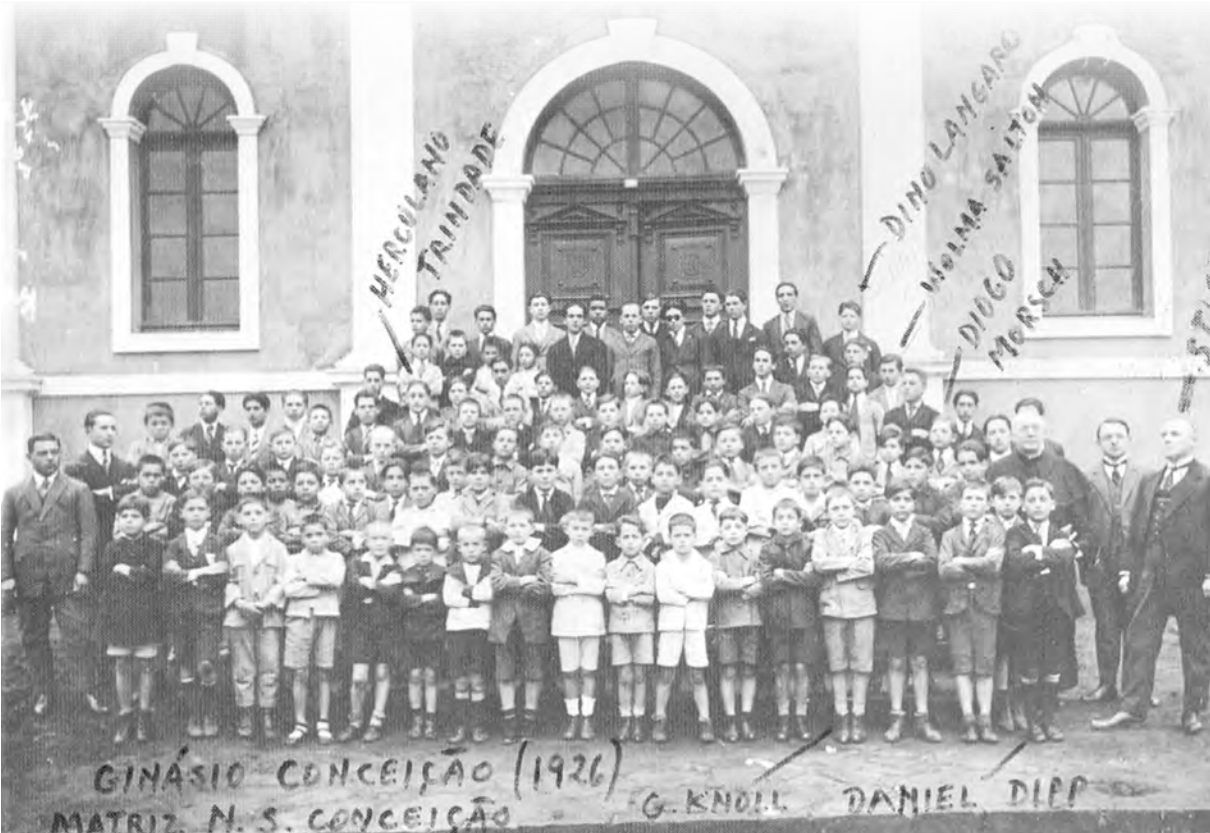
[91] SALTON, Lúcia Dipp. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco*. 2016.

Da família Buaes, tanto os descendentes dos imigrantes libaneses Cesário Buaes, quanto os de Miguel e Afif Buaes obtiveram acesso à educação superior. Salim Buaes graduou-se em Direito e, posteriormente, em Administração pela Faculdade de Pelotas, em 1936. Em 1950, fundou o Escritório Técnico Comercial, em Passo Fundo, voltado para a economia e advocacia. Foi também professor Titular da cadeira de Direito Comercial na faculdade de Direito da UPF, lá também fundou a Faculdade de Economia e Administração. (Miranda; Mendes, 2011).



Foto de Salim Buaes.
Fonte: Cemitério Vera Cruz, Passo Fundo. 2020.
Acervo dos autores.

Foto de turma do Colégio Conceição em 1926, na marcação, vê-se Daniel Dipp.
Acervo Digital do IHPF.



De acordo com Jorge Buaes Sobrinho, filho dos imigrantes Estanislau Buaes e Linda Abouek Buaes, os imigrantes

> [...] sempre tiveram a preocupação de dar o melhor ensino para os filhos. Por mais que o comércio deles fosse pequeno, eles tiveram um esforço muito grande e os filhos sempre estudaram em escolar particulares, por exemplo, eu e meu irmão estudamos no Colégio Conceição; as minhas irmãs estudaram no Colégio Notre Dame. Eram escolas privadas, o que demandava um certo sacrifício familiar. Todos fizeram seus cursos superiores, tiveram suas profissões. Minhas duas irmãs professoras, meu irmão engenheiro mecânico e eletrotécnico [...] e eu fiz o curso de Direito. Permaneci em Passo Fundo, vinculado à Faculdade de Direito e exerci algumas funções lá dentro, por um período fui secretário, depois vice-diretor e, finalmente, diretor da Faculdade de Direito.



Foto Jorge Buaes Sobrinho, enquanto diretor da Faculdade de Direito. Acervo da Faculdade de Direito da UPF.

A opção do internato viabilizou em muito as escolhas das famílias por esses colégios, inclusive por famílias de outras cidades próximas. De Soledade, César José dos Santos e Reissoly José dos Santos, filhos de Antonio José dos Santos, imigrante libanês radicado em Soledade, e Maria dos Santos Vaz, estudou no IE, em 1920. Posteriormente, César Santos cursou, simultaneamente, as faculdades de Farmácia e Medicina, pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre, graduando-se em 1932 e 1933, respectivamente. Foi professor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, onde também lecionou no Colégio Cruzeiro do Sul, até estabelecer-se em Passo Fundo, cidade na qual fundou a Clínica



Foto de César José dos Santos. Acervo da Faculdade de Direito da UPF.



Foto de Reissoly José dos Santos. Acervo da Faculdade de Direito da UPF.

Dr. César Santos, em 1945, atuando nas áreas da radiologia, radioterapia e clínica médica (Carvalho; Rösing; Pitthan, 2020, p. 136). Reissoly Santos iniciou seus estudos no IE e os concluiu no Colégio Nossa Senhora do Rosário, em Porto Alegre, onde graduou-se em Direito, em 1935, pela Faculdade de Direito de Porto Alegre (Santos, 1963). Em Passo Fundo, ambos os irmãos, entre 1950 e 1960, estiveram engajados na criação da Faculdade de Direito e na Sociedade Pró-Universidade (SPU), que buscava a instalação de um centro universitário no município (Benvegnú, 2006).

De Lagoa Vermelha, os irmãos Abelardo José Nácul, Cyrio José Nácul e Araby Nácul, tiveram acesso ao ensino superior, o primeiro no curso de Direito e os dois últimos, no de Medicina. Abelardo e Cyrio Nácul iniciaram seus estudos em Passo Fundo. Filhos do imigrante libanês José Jacob Nácul, ambos estudaram no IE, durante a década de 30. Aberlado Nácul, cursou a Faculdade de Direito de Porto Alegre, graduando-se em 1939.

Alunos em sala de estudos do IE. Da esquerda para a direita, o terceiro é César José dos Santos. Acervo do IE.





Foto de formatura de Abelardo José Nácul, no IE. Acervo do IE.

Cyrio Nácul, cursou o Científico no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, ingressando no Exército em 1942 e graduando-se Primeiro-Tenente[92]. Na mesma década deu início aos estudos na Faculdade de Medicina de Porto Alegre e graduou-se em 1948, ano em que passou a atuar profissionalmente em Lagoa Vermelha, até 1964, quando transferiu-se para Passo Fundo a convite do médico Sabino Arias, seu cunhado[93]. Em Passo Fundo, instalou consultório junto à Praça Capitão Jovino, atuando na área médica e, também no ensino, vinculado à Universidade de Passo Fundo (UPF).

Nesses fragmentos históricos e biográficos, percebemos algo muito em evidência na imigração sírio e libanesa para o Brasil e, em particular, para Passo Fundo e região: a dimensão do sacrifício e dos limites dos primeiros anos, o grande investimento e aposta na educação dos filhos como forma de ascensão e mobilidade social, o legado do trabalho, do desejo de progredir; souberam ser parcimoniosos e contidos o suficiente para encarar crises econômicas e, assim mesmo, empreender e "fazer os filhos estudar", como nos disseram alguns entrevistados. Parte dessa inserção no âmbito educacional também refletiria, para alguns, em uma inserção na vida pública e política de seus respectivos municípios e nas esferas políticas estaduais e federais.



Foto de formatura de Cyrio José Nácul, no IE. Acervo do IE.

[92] DAMIAN, Marco Antônio. Dados de Cyrio José Moojen Nacul. *Projeto Passo Fundo*. Disponível em: http://projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=1187&tipo=texto. Acesso em: 16 mar. 2020.

[93] O médico Sabino Arias era casado com Noemy Nácul, filha do imigrante José Jacob Nácul e Maria Luiza Moojen.

4.4. Sociabilidades e agremiações: demarcação de fronteiras e inserção social

Entendemos que, grupos de imigrantes, com características étnicas, tendem a recriar seus espaços para a socialização, lazer e expressão cultural, demarcar território e se fazer sentir publicamente. Sírios e libaneses buscaram a socialização comunitária através de clubes. Nesse horizonte, os agrupamentos se encontraram, trocaram informações, ritualizaram seus costumes e crenças, viveram a nostalgia no âmbito coletivo e expressaram na gastronomia, nas danças, nas canções, nos rituais festivos, etc. Assimilações e integrações são estratégias lançadas em razão de interesses, ocasiões, otimizações, negociações, etc. A redefinição de sujeitos-imigrantes em função dos lugares de destino não necessariamente retira desses seus fundamentos e/ou características dos locais de origem; tornam-se sujeitos multipertencentes, transterritorializados, ou seja, que transitam entre universos próprios (costumes, tradições, linguagem, valores, rituais, festejos, gostos, visões de mundo, etc.) com os da sociedade maior no espaço de destino.

Identidades e territorialidades estão sempre em elaboração, em trânsito, em diversos lugares ao mesmo tempo em que suportam sentidos; hibridizações acontecem em termos geográficos e esses atuam nos horizontes culturais em razão dos múltiplos pertencimentos. Sírios e libaneses, sem dúvida, reelaboraram referenciais sobre si em razão dos referenciais existentes em associação aos "outros", em geral, autóctones e/ou outros imigrantes.

Kemel (2000) diz que, primeiramente, sírios e libaneses formavam pequenos agrupamentos entre famílias ampliadas; posteriormente, com a ampliação dos conhecimentos e interações entre si, formaram agremiações "destinadas a reproduzir, através de festividades e encontros informais, as tradições da terra de origem" (Kemel, 2000, p. 69).

Segundo Martins (2009), em centros maiores como as capitais (São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo) houve maior fidelidade às crenças do local de origem, pela existência de espaços institucionalizados e me-

diadores religiosos. No interior dos estados, em cidades menores, não era incomum algum tipo de conflito com párocos, reações de árabes da Igreja Ortodoxa no sentido de se contraporem às exigências impostas por alguns padres para batizarem filhos de ortodoxos ou incorporarem outros rituais (Truzzi, 1999). Nos municípios onde a colônia era mais densa, os sírios e libaneses organizaram-se, tanto em termos religiosos, quanto em associações étnicas. Ambos, com o tempo, projetaram lideranças (em geral economicamente bem-sucedidas) dispostas a realizar a intermediação com a sociedade mais abrangente, e que serviam de "demonstração do valor da raça" (Truzzi 2019).

Autores dão ênfase ao fato de sírios e libaneses serem de cor branca, numa sociedade de preconceito de gênero e de cor, lhes dava um pouco mais de aceitação ou melhor inserção social inclusive no mercado de trabalho. Sabemos que, em espaços migratórios, há concessões, adaptações, assimilações, miscigenações, modificações de hábitos, alterações de códigos de referência social, etc., porém, há, em meio a tudo isso, estratégias de luta por preservações, como forma identitária e ligação de tempos e espaços. Enfim, esses espaços de socialização da etnia favoreceram para a socialização no interior da sociedade maior, reduziram em muito a pecha de serem árabes, e não europeus.

Sírios e libaneses revelaram identidades que, em razão do novo território e tudo o que esse carrega e representa em suas novas vidas, se tornaram múltiplas e negociadas (Lesser, 2001; Hall, 2003). Para isso, os rituais, as redes, as trocas de informação e de cultura revelam sujeitos que em situação de desterritorialização buscam se reterritorializar fazendo uso de referenciais que valorizam seus interesses (Truzzi, 2008b). As associações e/ou agremiações de sírios e libaneses revelam esse espaço institucional de aglutinação desses processos, mas, boa parte dessas dinâmicas acontecem no cotidiano, na informalidade, nas relações e percepções, nos atos que revelam pragmatismo, no caso em questão, fazer-se confiante para produzir trocas mercantis, romper estigmas e representações negativizadas em torno das noções de "árabe", "turco", "mascate",

"muçulmano", etc., integração e interação social que poderiam permitir mobilidade social, casamentos, negócios, parcerias econômicas, espaços de venda, etc. Portanto, há horizontes identitários que se (re)constituem em razão das relações com autóctones, mas há dimensões que se fundamentam no interior do próprio grupo em suas diferenças, suas relações e acontecimentos com a terra de origem, com os formatos associativos que se constituem nos espaços de destino.

Segundo Dezan (2012), as agremiações de sírios e libaneses intencionavam promover a unidade do grupo, eliminar desentendimentos, prestar apoio a quem necessitava, promover a harmonia, desenvolver a dimensão étnica e processos integrativos na sociedade de destino. Na narrativa de Truzzi (1999), havia quatro objetivos bem definidos nas associações de sírios e libaneses: congraçar, eliminar conflitos internos, zelar pela imagem externa e praticar atividades de benemerência. Segundo o autor, com o passar das décadas, muitas das associações também serviram de palco de projeção e disputa entre lideranças étnicas que buscavam reconhecimento e prestígio entre os seus.

Vários autores falam das associações, da importância delas, de como sírios e libaneses buscaram, logo no início na sociedade de destino, unirem-se para enfrentar a nova realidade que se apresentava, acolher parentes, abrigar os recém-chegados (Kemel, 2000). Diz Pinto (2010, p. 11, apud Francisco, 2017) que

> "Árabes criaram complexas e extensas redes de ajuda mútua e apoio social. Essas redes tinham o objetivo de cobrir o atendimento das necessidades específicas, fossem elas de natureza religiosa, educativa-cultural, de lazer, profissional ou filantrópica. As organizações vão se mostrar mais eficazes na primeira geração de imigrantes e, com o tempo, se adaptar às novas demandas ou ficar irremediavelmente obsoletas face às transformações na sociedade."

As instituições, sejam elas formais ou informais, serviam também para integrar autóctones e/ou outros imigrantes; era uma forma de elevar

sua posição social no interior da sociedade maior. Autores colocam que muitos dos sírios e libaneses que ascenderam socialmente possuíam uma vida social intensa, tanto nas associações sociais brasileiras quanto nas sociedades recreativas e de caridade (Francisco, 2017).

Ritualizar os costumes e valores entre os seus, principalmente a própria língua, ou saborear sua gastronomia, expressavam também uma dimensão de poder e de liberdade. A conquista de espaço na sociedade maior dependia desse vínculo entre si como grupo, mas, acima de tudo, da inserção no interior dela por outros, pois o interconhecimento, a interculturalidade, a confiança, as comparações, a demarcação de fronteiras, as convergências entre o "nós" e os "outros" passaram a ser fundamentais para demarcar fronteiras e produzir ações integrativas. Havia diferenciações entre comunidades/clubes entre sírios e libaneses. Francisco (2017) cita Morales (2001, p. 160) para dizer que uma entidade social que anteriormente era destinada a sírios libaneses "em 1939, [...] passou a chamar-se Clube Libanês Brasileiro. De modo contraditório, eliminou de sua designação a referência à Síria, mas baniu de sua bandeira a figura verde do cedro, alusão iconográfica ao Líbano". A inclusão do "brasileiro" na denominação do clube revela também um processo de integração com a sociedade nacional, no caso, regional, além de que, segundo o autor, houve a identificação de símbolos que demarcavam a identidade histórica libanesa com os mercadores fenícios, as cores, a planta do cedro, enfim, simbologias que buscavam demarcar o território não só frente aos autóctones, mas entre os vizinhos do local de origem.

Diz Kemel (2000) que foi muito comum no Brasil os maronitas fundarem suas próprias associações, bem como os sírios, ainda que, segundo o autor, esses buscaram unir as duas identidades, mas as divergências, os desentendimentos entre diretorias, acabavam sempre por provocar rupturas e a constituição de novas entidades. Após a Segunda Guerra Mundial com a constituição do Estado de Israel, a expulsão de árabes, a redefinição de territórios em toda a região, também contribuiu para as divergências (Francisco, 2017). Desse modo, acontecimentos no espaço de origem

produziam alterações e/ou respingos no interior dos grupos e interferia diretamente nas definições dos membros e das associações.

Os contextos e intencionalidades dos grupos desenvolvem e/ou induzem maneiras diferentes de construir os traços que definem o coletivo. Elementos econômicos, políticos, sociais e das relações interétnicas conformam o sentido histórico e as funções sociais às categorias étnicas, adaptando-as às novas circunstâncias e processos históricos. A política varguista de nacionalização, sem sombra de dúvida, recrudesceu o caráter político dos agrupamentos associativos, em particular, os que atuavam em grandes centros urbanos e com canais de divulgação (revistas e jornais); porém, não significa que tenham sido todos extintos e nem por completo; estratégias, redimensionamentos de práticas e de abordagens identificadoras, alterações do contexto histórico brasileiro (dentre elas, industrialização, urbanização, desenvolvimentismo, integrações regionais, etc.) vão também permitir alterações no quadro associativo dos grupos étnicos no Brasil.

Em Passo Fundo e em outras cidades do centro-norte do estado havia outras associações étnicas, as quais, além de diversas atividades, promoviam assistência aos filhos de seus parceiros co-nacionais, bem como auxiliavam nas necessidades e premências dos novos imigrantes. Porém, geralmente, eram espaços que demarcavam o grupo, produziam rituais de pertencimentos, sejam eles, gastronômicos, linguísticos, de solidariedade grupal, de jogos, saraus, etc.; sem dúvida, também, tornavam-se espaços de visibilidade pública de alguns membros mais destacados dos agrupamentos, em particular, no campo econômico-político, bem como de possibilidade de encontros afetivos, resultando em possíveis acordos matrimoniais.

Em período anterior à criação da associação étnica que congregou sírios e libaneses em Passo Fundo – a Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza de Passo Fundo – vale salientar que o reconhecimento do grupo social enquanto uma "colônia" instalada na cidade já era algo do cotidiano desses imigrantes. Como ressaltamos em outros momentos, as múltiplas ligações e relações operadas por esses imigrantes em torno de vários

âmbitos, como o processo migratório, o estabelecimento na cidade, os auxílios aos recém-chegados, a inserção em um horizonte laboral, foram todos elementos que levaram a coesões entre esses indivíduos, à criação de laços de amizade, compadrio, negócios e, depois de determinado período, à institucionalização de uma entidade que demarcava etnicamente sua presença em Passo Fundo.

A primeira menção que encontramos referente à colônia sírio-libanesa, assim autodefinida por seus integrantes, atribuindo a si um sentido de coletividade, data de 1917, através de uma correspondência enviada pelo imigrante libanês Pedro José Estacio ao Presidente do Estado Antonio Augusto Borges de Medeiros:

> A Colonia Syria residente nesta cidade, dirigiu ao Presidente do Estado o telegrama seguinte:
>
> ...PRESIDENTE ESTADO
> P. Alegre
>
> Colonia Syria aqui residente estando pleno accordo dizeres officio dirigido V. Exc. Seus patricios ahi por interpretar fielmente nosso sentir e traduzir sentimento amor povo brasileiro hospitaleiro, hypothecam solidariedade e apoio ao mesmo.
> Respeitosas saudações
> Pela Colonia Syria:
> *Pedro José Estacio*[94]

Outro ponto de coesão entre os integrantes da colônia sírio-libanesa em Passo Fundo pode ter sido também a religião, congregando parte dos imigrantes em torno de ritos que, no local de destino, foram adaptados ou integrados aos da Igreja Católica. Esse sincretismo de ritos foi comum e talvez até definidor dos rumos da emigração em alguns casos, como visto anteriormente. Imigrantes cristãos maronitas, em geral, do Monte Líbano, compuseram uma boa parte das levas migratórios em direção ao

[94] A VOZ DA SERRA. *Calma e patriotismo*. Passo Fundo, 25 abr. 1917, p. 1. Acervo digital do AHR.

Brasil. Em Passo Fundo, o que sustenta nossa hipótese de integração e adaptação de ritos, foi, em algumas ocasiões, a passagem de padres da Igreja Maronita, a fim de atenderem religiosamente os fiéis imigrados. Em 1930, o Padre Pedro Andery, missionário maronita, visitou Passo Fundo:

> Acha-se nesta cidade o rvdo. padre Pedro Andery do ritho maronita, do Monte Líbano, que excursiona pelo Estado, em visita ao elemento catholico da colonia syrio-libanesa. Em companhia dos srs. Pedro José Estacio e Jacob Dib, o padre Pedro Andery deu-nos, hoje, o prazer de sua visita, demorando-se em palestra em nossa redacção, no curso da qual recordou anterior estadia que teve nesta cidade, em 1921, salientando o progresso local que observou daquella época para cá e que, diz, confirma as previsões que consignara em obra que escreveu sobre a America do Sul e na qual ha um capitulo dedicado a Passo Fundo.
> O padre Pedro Andery officiou hoje, na egreja matriz, em missa celebrada em suffragio da alam do finado Antonio José Estacio, que falleceu nesta cidade, onde residio por longo tempo[95].

Em outra ocasião, em 1949, a visita foi do Padre José Vicente Hani, mas já em um outro contexto de deslocamentos pelo interior do estado e do território brasileiro. O Padre Hani já compunha a Missão Libanesa Maronita no Brasil, atuando em conjunto com a Igreja Católica, sob a jurisdição do Bispado de Santa Maria, que o havia enviado a Passo Fundo, mas o deslocamento do missionário ao Rio Grande do Sul havia sido articulado pela mediação do Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer. Segundo informado ao *O Nacional*, os objetivos da viagem do padre a Passo Fundo e pelo interior do estado era o de "realisar missões pregando aos libanezes maronitas e sirios católicos", preparando missas dedicadas aos sírios e libaneses e também à população local, na Igreja

[95] O NACIONAL. *Padre Pedro Andery*. Passo Fundo, 27 jun. 1930, p. 4. Acervo do AHR.



Convite para Missa

Irmãos Estacio convidam ás pessoas amigas para a missa que por alma de seu tio

Antonio José Estacio

mandam rezar na Matriz desta cidade, amanhã, ás 8,30 horas, obedecendo ao rito maronita da igreja catholica.

A's pessoas que os acompanharem nesse acto de religião antecipam agradecimentos.

Passo Fundo, 26 de Junho de 1930.

3.517—654.

Convite para missa em homenagem ao imigrante libanês Antonio José Estacio, essa obedecendo ao rito maronita e realizada na Igreja Matriz.
Fonte: O NACIONAL. Passo Fundo, 26 jun. 1930, p. 4. Acervo do AHR.

Matriz[96]. O elemento religioso era uma forma de manter a coesão identitária, de certa forma, dentro da colônia.

Francisco (2017) analisa que havia sociedades diversas entre sírios e libaneses no estado. Primeiramente, organizavam-se num coletivo só, com o passar das décadas, em grande parte, dividiram-se principalmente na capital e em alguma cidade maior onde o contingente deles também se acrescia. Nas palavras de Siqueira (2002, p. 33), se não havia associações ou algum tipo de agremiação formal e instituída, os grupos reuniam-se em bares, cafés, lugares para conversar, jogar xadrez, seus jogos típicos. As associações formais surgiram como complemento desses pequenos espaços de convívio cotidiano com a intenção de "exercitar mais livremente seus hábitos, valores e costumes junto a seus semelhantes (Francisco, 2017a).

As associações de sírios e libaneses não fugiram a essa lógica que ligava o dado institucional, com o étnico e o público, mas, também, aliava o religioso, esse, enquanto galvanizador do coletivo, das ritualidades que identificavam e reforçavam o pertencimento étnico. A religião foi sempre um dos grandes pilares da identidade de imigrante, tanto para sírios, quanto para libaneses. A filiação religiosa favoreceu a integração dos árabes no Brasil (Truzzi, 2019). Porém, diz o autor que houve, entre eles, uma grande perda histórica de fiéis das igrejas da comunidade árabe para o catolicismo em razão da falta de instituições religiosas, porém, também essa migração

[96] O NACIONAL. *Ilustre missionario Maronita em visita a Passo Fundo, afim de realisar pregações*. Passo Fundo, 29 jan. 1949, p. 6. Acervo do AHR.

e/ou nova adesão era, deliberadamente, uma estratégia de integração e aceitação social. Nesse sentido, muitos deles deixavam a Igreja Maronita e se inseriram na Católica. O estudo dos filhos em escolas confessionais também favoreceu para essa migração religiosa ocorrer, evitaria discriminação e/ou exclusão e permitiria desenvolver a intenção do estudo para seus filhos.

4.4.1. *A Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza de Passo Fundo e o Clube Nova Aurora*

A criação de clubes por parte dos imigrantes, há de se ressaltar, não pode ser compreendida também de forma desvinculada do contexto imigratório em que se processou. No primeiro fluxo da imigração de sírios e libaneses em direção ao continente americano, anterior à Primeira Guerra Mundial, houve a intenção de um estabelecimento temporário, intuindo um rápido acúmulo de capital e o retorno ao lugar de origem, essas foram questões muito características. Contudo, durante a década de 20, a imigração, em sua forma e volume de emigrados dos territórios agora dominados pela França, sofreu transformações. A partir dessa década, a imigração passou a assumir um caráter mais permanente, quando clubes e sociedades foram fundados e congregaram sírios, libaneses, ou sírios e libaneses juntos. Eram tentativas de sociabilização entre os patrícios e também entre esses e a primeira geração de descendentes nascida no local da imigração, intuindo-se o contato desses últimos com os costumes e a cultura árabes (Truzzi, 2001, p. 115).

Nesse horizonte das redes, agregações, vínculos e pertencimento de grupo, em 6 de junho de 1929, foi fundada a Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza de Passo Fundo[97], objetivando, justamente, agregar o grupo de imigrantes e descendentes residentes na cidade. Vale ressaltar que, em

[97] CARTA enviada pelo Presidente da Sociedade Syrio-Libaneza de Passo Fundo, Zacharias Antonio dos Santos, a Syria Seady. Passo Fundo, 15 ago. 1932. Acervo pessoal de Aniello D'Arienzo.

Passo Fundo, outras associações étnicas já existiam, demarcando outros grupos no centro urbano, como a *Società Italiana di Mutuo Soccorso*, associação de imigrantes italianos criada em 1901, o *Deutscher Verein*, associação de imigrantes e descendentes de alemães criada em 1913, e o *Clube Visconde do Rio Branco*, associação de afro-descendentes criada em 1916 (Tedesco; Corteze; Balbinot, 2017; Neumann; Meyrer, 2017; Batistella; Ribeiro, 2017). Não muito diferente de outras associações étnicas, a Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza de Passo Fundo integrava imigrantes e descendentes, permitia momentos de lazer, de troca de informações e expressões culturais, bem como demarcava um território étnico na cidade de Passo Fundo.

De acordo com Francisco (2017), a afirmação de grupo em torno do sírio-libanês, em muito significou uma tentativa de afastamento do vocábulo designativo de *turco*, que pairava sobre esses imigrantes. O termo "turco" em geral, foi utilizado para descrever o grupo social de maneira pejorativa, como um sinônimo de ser capaz de realizar qualquer negócio. Sírios e libaneses, em função da proximidade de origem foram constantemente vinculados à imagem de dos turco-otomanos, justamente pelo primeiro fluxo de imigrantes ter se concentrado no período em que a Grande Síria ainda existia e compunha o Império Otomano, porém, a designação de *turco* era tomada por ser muito ofensiva, pois confundiam-se dominados e dominadores (Truzzi, 2001). A reunião de sírios e libaneses era também um demarcador, não apenas em torno de sua presença física no espaço urbano da cidade, mas também étnico.

> "[...] a comunidade Sírio-Libanesa de Passo Fundo sempre viveu muito unida, sempre integrada na sociedade; tinha uns que nos ofendiam e nos chamavam de turcos, mas nós já estávamos habituados e sabíamos que eram gente que não conheciam a História. [...]. Casava-se muito entre imigrantes e outras nacionalidades. A gente prosperou assim em Passo Fundo[98]."

[98] ESTACIA, Linda Dipp. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin*. 2016.

> Em toda a região, o pessoal chamava de turcos; meu pai ficava muito ofendido. [...]. Ele ganhou muito dinheiro [...], manteve a religião católica e casou com uma brasileira, daí essa coisa de turco foi deixada de lado.[99]

Embora criada em meados de 1929, a Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza inaugurou sua sede social apenas no ano seguinte, em 13 de julho de 1930[100], estando situada nas proximidades de muitos sírios e libaneses, próximo à Praça da República, embora não possamos afirmar que tenha se localizado sempre no mesmo lugar ao longo de sua existência. O local em questão, atribuía ainda mais uma feição árabe ao centro da cidade. Nas narrativas de nossos interlocutores, poucos sabiam acerca da existência da associação, ou também afirmaram desconhecer o paradeiro da documentação, estatutos e outros registros referentes. Na narrativa de Linda Dipp Estacia, "eu era criança, não lembro bem, mas sei que o terreno foi cedido pelo Sr. José Zacharias"[101].



Foto de Syria Seady. Fonte: Fontoura, Túlio. Album do Municipio de Passo Fundo. 1931. Acervo do AHR.

Segundo Aniello D´Arienzo, sua mãe, Syria Seady, membro da Sociedade Syrio-Libaneza, foi a encarregada de desenhar a bandeira da instituição[102]. Ainda de acordo com nosso interlocutor, "quem fundou a Sociedade foram os tios do Joseph Estacia, eu lembro só do nome do Miguel Estacio; mas meu avô, Emilio Seady participava da Sociedade e também foi fundador". Segundo o entrevistado,

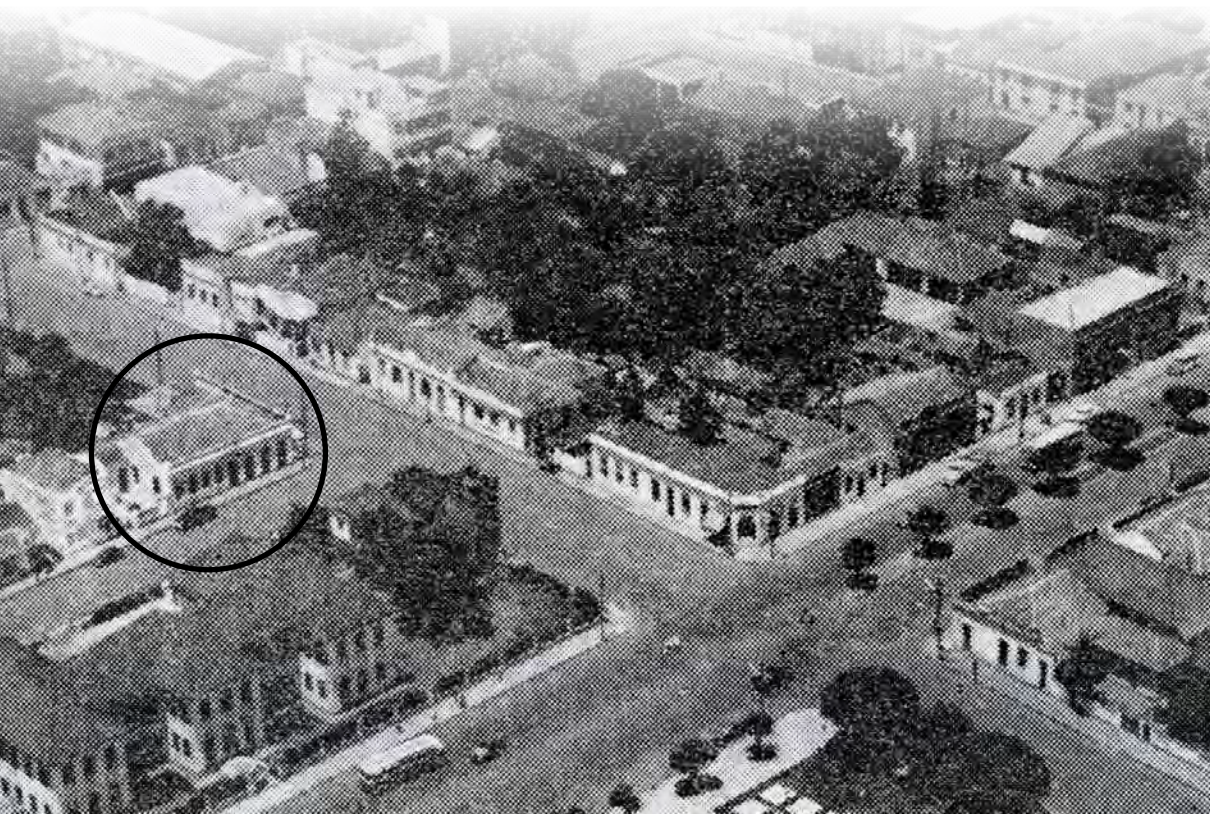
[99] FARAH, Jorge. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco*. 2016.

[100] O NACIONAL. **S***ociedade Beneficente Syrio-Libaneza*. Passo Fundo, 12 jul. 1930, p. 1. Acervo do AHR.

[101] ESTACIA, Linda Dipp. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin*. 2016.

[102] D´ARIENZO, Aniello, Filho de Leopoldo D´Arienzo e Syria Seady, neto de Emilio Seady e Constantina Fernandes Seady. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin*. 2016.

> [...]. Na Sociedade dos Sírios e libaneses, eles dançavam, faziam saraus, tinha muita atividade social. [...]. Ela deve ter começado por volta de 1930 e durou nem uma década porque o Vargas acabou com tudo, obrigou a fechar. Acho que foi por 1938. [...]. O meu avô era participante ativo. [...]. A Sociedade ficava lá na Rua Júlio de Castilhos, atrás do Colégio Protásio Alves, esquina com a Rua Fagundes dos Reis; era a casa do Zacharias, outro árabe de muita expressão em Passo Fundo.



Cruzamento entre a Avenida Brasil e a rua Fagundes dos Reis, vendo-se também a rua Júlio de Castilhos e a Praça Ernesto Tocchetto, antiga Praça da República, em 1965. Nessas quadras, muitas famílias de sírios e libaneses residiram e mantiveram, por décadas, estabelecimentos comerciais. Na marcação, o local onde funcionou a Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza de Passo Fundo. HISTÓRICO Informativo e Comercial de Passo Fundo. 1965. Acervo do AHR.

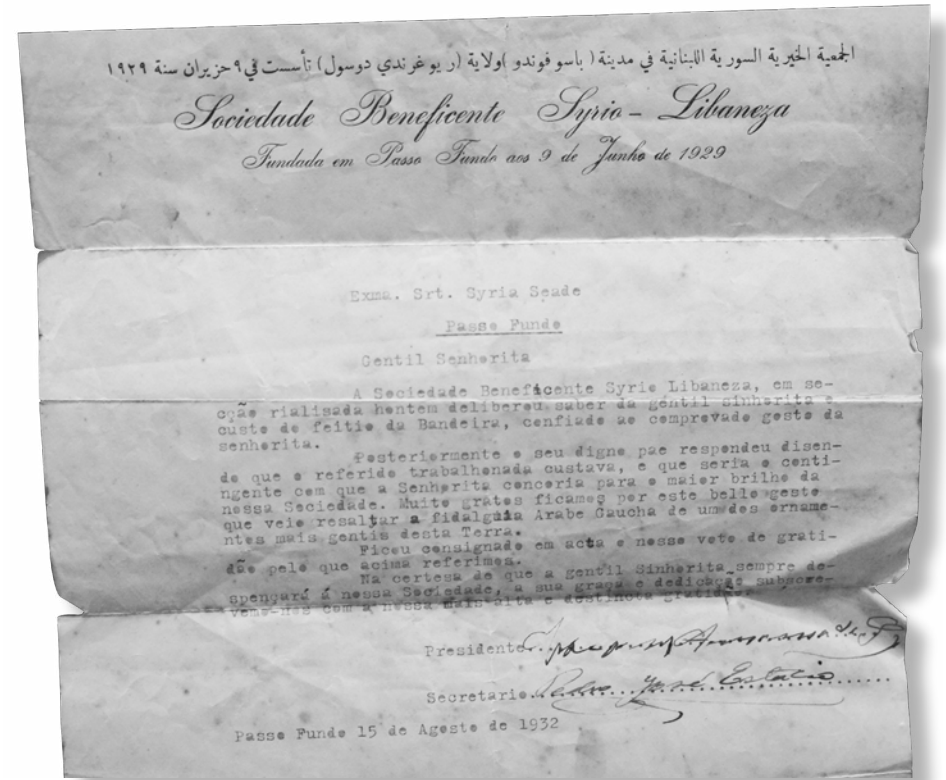
A organização da associação, ao que parece, deu-se em torno de uma mobilização entre os patrícios. Cabe destacar que, a família de Zacharias Antonio dos Santos e José Zacharias dos Santos tiveram papel



Foto de José Zacharias dos Santos. Sem data. Acervo digital do IHPF.

importante, cedendo o espaço para possibilitar os encontros e mesmo na administração da entidade. Zacharias Antonio dos Santos, ainda foi presidente nas primeiras gestões do clube. Em 1930, a Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza publicou os estatutos que regulavam seu funcionamento, os quais foram impressos em São Paulo, possivelmente pela ligação entre ambas as colônias de imigrantes. O número de associados inicial, contudo, não nos foi possível apurar. Nos quadros das primeiras três diretorias, vemos integrando o corpo da entidade uma gama maior de comerciantes, muitos dos quais tratamos anteriormente nessa pesquisa, o que reafirma os laços existentes entre muitos desses indivíduos, não apenas em termos comerciais, no âmbito dos negócios, mas também no da sociabilidade.

Carta enviada pelo Presidente da Sociedade Syrio-Libaneza de Passo Fundo, Zacharias Antonio dos Santos, a Syria Seady. Passo Fundo, 15 ago. 1932. Acervo pessoal de Aniello D'Arienzo.



الجمعية الخيرية السورية اللبنانية في مدينة (باسو فوندو) ولاية (ريو غرندي دوسول) تأسست في ٩ حزيران سنة ١٩٢٩

Sociedade Beneficente Syrio - Libaneza

Fundada em Passo Fundo aos 9 de Junho de 1929

Exma. Srt. Syria Seade

Passo Funde

Gentil Senherita

A Sociedade Beneficente Syrie Libaneza, em sessão rialisada hontem deliberou saber da gentil sinherita o custe de feitio da Bandeira, confiado ao comprevado gesto da senherita.

Posteriormente o seu digno pac respondeu disende que o referido trabalhenado custava, e que seria o centingente com que a Senherita conceria para o maior brilho da nessa Sociedade. Muito gratos ficamos por este belle gesto que veio resaltar a fidalguia Arabe Caucha de um des ornamentes mais gentis desta Terra.

Ficou consignado em acta o nesse voto de gratidão pelo que acima referimos.

Na certeza de que a gentil Sinherita sempre dispenguará á nessa Sociedade, a sua grata e dedicada subscre-

Presidente

Secretario

Passo Funde 15 de Agosto de 1932

Quadro 05. Membros da diretoria da Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza de Passo Fundo (1930-1933)

Cargos	1931	1932	1933
Presidente	Zacharias Antonio dos Santos	Zacharias Antonio dos Santos	Zacharias Antonio dos Santos/Pedro José Estacio[103]
Vice-presidente	Isaac João Kraide	Pedro José Estacio	Elias Schims Sfair
1º Secretário	Mahmud Jinde	João José Estacio	Nagib Kmaid
2º Secretário	Emilio Seady	Simão Imera	Gabriel José Estacio
1º Tesoureiro	Pedro José Estacio	Jorge Dadia	Mansur Schims Sfair
2º Tesoureiro	José T. dos Santos	Toufik Buaes	Miguel Ali
Conselho fiscal	Jorge Dadia, José Estacio e Elias Schims Sfair	João Kalil, Miguel Ali e José Pedro Nedyr	João Kalil, Emilio Seadi e Abraão Mustafá

Elaboração dos autores a partir de correspondências da Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza de Passo Fundo encontradas no jornal *O Nacional*, nas edições de 31 de maio de 1930, 11 de junho de 1931 e 20 de junho de 1933. Acervo do AHR.

Em 1930, o município de Passo Fundo, de acordo com o historiador Francisco Antonino Xavier e Oliveira, contava com cerca de 37 imigrantes árabes, entre sírios e libaneses e um palestino; desses, 27 estavam estabelecidos na cidade e o restante nos distritos de Campo do Meio (2), Marau (4) e Butiá (1).[104] A colônia sírio-libanesa, contudo, era mais extensa, pois agregava também a primeira geração de descendentes, isto é, não apenas os imigrantes relacionados por Xavier e Oliveira.

A existência da associação étnica, contudo, não abarcava toda a colônia em questão. Enquanto definição mais ampla, falar em colônia sírio-libanesa era considerar todos os imigrantes estabelecidos na cidade ou no município, considerando o local de origem para esses e a filiação para seus descendentes. Já a associação, por se tratar de um clube, pos-

[103] Zacharias Antonio dos Santos é presidente de honra e Pedro José Estacio presidente efetivo.
[104] XAVIER E OLIVEIRA. *O município de Passo Fundo através do tempo*. O Nacional. Passo Fundo, 4 out. 1937, p. 4. Acervo do AHR.

suía regras de ingresso e de manutenção, conforme a composição estatutária. Não bastava ter origem síria ou libanesa, pois existiam membros de outras nacionalidades que compunham o clube, possivelmente frutos dos matrimônios fora da colônia; para compor a agremiação, exigências deviam ser contempladas, como ocorria também em outros clubes no mesmo período.

Em 1934, a Sociedade Syrio-Libaneza, por meio dos membros Elias Schims Sfair e Miguel Ali, protestava que "certos indivíduos, Sirios e Libaneses não fazem parte do nosso quadro social e cinicamente se dizem sócios"[105], o que confirma nossa hipótese de inserção àquela entidade ser regulada por seus organizadores e membros[106]. Nem toda a colônia sírio-libanesa tinha acesso à Sociedade Syrio-Libaneza.

Do que fomos capazes de apurar, a Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza se manteve atuante durante mais de uma década, encerrando seus encontros no início de 1940[107]. A política varguista de nacionalização, encetada após a institucionalização do Estado Novo, recrudesceu o caráter político dos agrupamentos associativos, em particular, os que atuavam em grandes centros urbanos e com canais de divulgação, sendo atacados por se oporem ao que consideravam ser nacional, brasileiro, componente do projeto de Estado Nação almejado no período.

Em Passo Fundo, quanto aos clubes étnicos existentes nesse período, podemos afirmar que esses foram "nacionalizados", no sentido de que deveriam ficar abertos a todos, sem distinção étnica ou de nacionalidade, ao passo que foram trocados, inclusive, os nomes sociais dos clubes e os estatutos vigentes. Em 1938, a *Società Italiana de Mutuo Soccorso* passou a

---

105 O NACIONAL. *A bem da verdade*. Passo Fundo, 12 jan. 1934, p. 4. Acervo do AHR.

106 Para confirmar os associados sírios e libaneses, a agremiação publicou lista de seus sócios, desconsiderando aqueles que pertenciam a outras nacionalidades. Os sírio-libaneses sócios, em 1934 eram: Zacharias Antonio dos Santos, Dr. Lazaro Zacharias, Isaac João Kraide, Mahmud Jendi; Pedro Miguel, Gabriel Estacio, Miguel Ali, Jorge Dadia, Gabriela Abdala, Merched Ali, Abdo Ali, Elias Ali, Elias Zacharias dos Santos, Same Chedid, Elias Sfair, Calil de Souza Dib, João Kalil, Mansur Sfair, Emilio Seady, Antonio Seady, Nagib Kmaid, Antonio Hallak, Abraão Mustafá, Miguel Abib, Felicio Abud, Antonio João Farah, Natal Harb. Fonte: O NACIONAL. *A bem da verdade*. Passo Fundo, 12 jan. 1934, p. 4. Acervo do AHR.

107 GUIA Geral de Passo Fundo. Passo Fundo: Tipografia Nehls, 1940. Biblioteca da PUC-RS.

ser o Clube Caixeiral, o *Deutscher Verein* passou a ser o Clube Juvenil, e a Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza tornou-se o Clube Nova Aurora. Desses três, na atualidade, apenas o Clube Caixeiral e o Clube Juvenil mantêm-se atuantes.

Estratégias, redimensionamentos de práticas e de abordagens identificadoras, alterações do contexto histórico brasileiro (dentre elas, industrialização, urbanização, desenvolvimentismo, integrações regionais) vão também permitir alterações no quadro associativo dos grupos étnicos no Brasil. Os contextos e intencionalidades dos grupos desenvolvem e/ou induzem maneiras diferentes de construir os traços que definem os grupos. Elementos econômicos, políticos, sociais e das relações interétnicas conformam o sentido histórico e as funções sociais às categorias étnicas, adaptando-as às novas circunstâncias e processos históricos.

As mudanças promovidas pela repressão aos clubes étnicos e aos imigrantes em torno do uso do idioma materno, de usos e costumes da terra natal, podem ter sido algumas das motivações que levaram ao encerramento das atividades da agremiação sírio-libanesa. Nas memórias de interlocutores, "[...], o pessoal foi desistindo, acho que por pressão de alguma coisa, só sei que não durou muito"[108]; "[...] ela deve ter começado por volta de 1930 e durou nem uma década porque o Vargas acabou com tudo, obrigou a fechar. Acho que foi por 1938"[109]. Em realidade, após a instauração do Estado Novo, houve a troca do presidente da entidade, sendo acolhido no cargo o comerciante Mario Ferrari, isto é, a sociedade foi redimensionada e houve a secundarizarão do elemento étnico no quadro social da diretoria, algo muito significativo em termos de representação.

> A diretoria dessa simpatica sociedade, a unica alteração que teve foi a mudança do seu presidente, em vista do sr. Jorge Buaes haver se afastado dessa função.
> Realisada a eleição para preenchimento desse cargo, foi

[108] ESTACIA, Linda Dipp. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin*. 2016.
[109] D´ARIENZO, Aniello. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin*. 2016.

> eleito o sr. Mario Ferrari, conceituado cidadão aqui residente, cuja escolha para presidente foi muito feliz, causando satisfação entre os associados da nova Aurora.
> De Mario Ferrari, por tratar-se de uma figura simpatica e dinamica, muito a Sociedade Nova Aurora espera, de sua presidencia.
> Os demais membros da diretoria, eleitos para reger os destinos da sociedade do período 1938-39, continuam em seus postos[110]. //

Nessa mesma ocasião da posse da nova diretoria – que, imaginamos, tenha sido sua penúltima – houve vários discursos de indivíduos de fora da colônia sírio libanesa, como do tenente Martinho de Figueiredo Machado e do advogado Mauro Pinheiro Machado, que discursou acerca do momento político da época e se referiu à colônia sírio-libanesa no sentido de que "ao lado dos brasileiros natos procura elevar esta grande Patria", sinalizando a aproximação inevitável – talvez, em um esforço de integração – daqueles imigrantes ao que, naquele momento, se concebia enquanto "ser brasileiro", pertencente à nação e ao país.

A política varguista de nacionalização acabou influenciando diretamente sobre o encerramento das atividades da associação étnica de sírios e libaneses em Passo Fundo, ao menos de maneira institucionalizada e pública. Em carta endereçada pela diretoria eleita em 1938, declarava-se oficialmente extinta a Sociedade Syrio-Libaneza em prol da constituição da Sociedade Nova Aurora, "com fins puramente sociaes e sem espirito ou cogitações de nacionalidades", sendo incorpados vários membros "de fora da colônia" e revelando o caráter marcado da política de nacionalização varguista:

> // Temos a honra de Comunicar a essa illustrada Redação, que em assembleia geral efetuada no dia 29 do mez de maio ultimo, entre os associados da "Sociedade Sirio-Li-

[110] O NACIONAL. *Tomou posse ontem o novo presidente da Sociedade Nova Aurora*. Passo Fundo, 28 nov. 1938, p. 4. Acervo do AHR.

baneza", foi, por unanimidade, extinta esta sociedade e creada e fundada, na mesma ocasião e data, a SOCIEDADE NOVA AURORA, com fins puramente sociaes e sem espirito ou cogitações de nacionalidades. E isto por ter sido a extinta sociedade fundada por pessoas de nacionalidade Siria e que, devez que não cultuavam o espirito racial – tanto que já haviam alterado os respectivos estatutos, – não desejam impor-se á vontade do ilustre brasileiro – presidente Getulio Vargas – que quer nacionalisar o Brasil, grande e dadivosa Patria.

Comunicamos, outrossim, que já foi nomeada uma comissão para elaborar os estatutos da nova Sociedade, e que foi eleita a diretoria que regerá os destinos no ano de 1938-1939, cujos membros são os seguintes: presidente, Jorge Sarkis; vice-presidente, Moyses Dipp; 1º secretario, Belisario Saldanha; 2º idem, Franklin Machado; 1º Tesoureiro, Jorge Buaes; 2º idem, Jorge Dadia; Conselho: Luiz Mello, Arisoly Hubert e Jorge Monassa.

Aproveitamo-nos da oportunidadepara apresentar a essa ilustrada redação, os nossos protestos de elevada consideraão social e pessoal.

Jorge Sarkis
Presidente
F. Machado
2º Secretario."[111]

A última diretoria do clube foi empossada em 1940[112] e, após esse ano, nenhuma referência nos foi possível encontrar sobre atividades sociais e membros do Clube Nova Aurora, tampouco manifestações ou comemorações nos jornais sobre a independência do Líbano (1943) e da Síria (1946), por parte da colônia sírio-libanesa como um todo. Nas narrativas de descendentes, foi ressaltado que os encontros entre patrícios jamais cessaram, ao contrário, mantiveram-se constantes. Novas formas

[111] O NACIONAL. *Sociedade Nova Aurora. Passo Fundo*, 9 jun. 1938, p. 4. Acervo do AHR.

[112] A última diretoria foi assim composta: Presidente, Eudoxio Costa; Vice-Presidente: Estanislau Buaes; 1º Secretario, Mansur Sfair; 2º dito, Sumael Dipp; 1º Tesoureiro, Deoclecio Ferraz; 2º dito, José A. Sobiesiak. Conselho Fiscal – Jorge Dadia, Moyses Dipp e Elias Nedir. Fonte: O NACIONAL. *Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza*. Passo Fundo, 04 jul. 1940, p. 4. Acervo do AHR.

de expressão cultural dos grupos em questão foram manifestadas, porém, não mais de maneira associativa à expressão pública de pertencimento. Segundo Jorge Buaes Sobrinho,

> Eu não me lembro de ter se formado um clube, um grupo. A comunidade existia, se reunia com frequência em torno de relembrar suas origens, em torno da mesa, da comida árabe sempre trazia o pessoal para os encontros, trocas de informações, sempre houve isso. Mas, não de uma forma institucionalizada, organizada dessa forma, sempre espontânea, alguém lembrava, convidava, e o pessoal se reunia.[113]

Vimos alguns fragmentos históricos da ampla, variada e complexa imigração de sírios e libaneses para o Brasil e, em particular, para Passo Fundo. Porém, como havíamos mencionado no início, pouco se sabe sobre esses grupos sociais, mas conserva-se a representação dos "turcos", dos "mascates", das "quadras dos turcos no centro". Vimos que a emigração para o Brasil se fundamenta em múltiplos processos, tanto do cenário sírio e libanês, quanto da política imigratória brasileira. Muitos dos que emigraram o fizeram em razões econômicas. Havia pouca informação sobre o Brasil naquele período, na região do Oriente Médio. No entanto, em alguns relatos, há os que enfatizam que aqui havia possibilidade de fazer dinheiro e prosperar pelo tamanho do país e por haver políticas migratórias que favoreciam.

A boa vontade, a esperança e a inserção no âmbito comercial possibilitaram-lhes a base para o início da vida nos espaços de destino. Porém, não esquecendo que nem todos os emigrantes, em seus países de origem, exerciam a profissão de vendedores/comerciantes. Muitos o fizeram no espaço de destino pelas circunstâncias e por seguir alguns de seus co-nacionais, pois lá eram agricultores, trabalhadores urbanos, possuíam variadas profissões. A necessidade de dinheiro, o tempo livre, a forte presença

[113] BUAES SOBRINHO, Jorge. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin*. 2016.

de imigrantes nesse cenário, transformou muitos imigrantes em pequenos negociantes.

Não podemos esquecer também que, Passo Fundo, no final do século XIX e mesmo nas primeiras décadas do século XX, era um município agrícola e extrativista, mas com um centro comercial em desenvolvimento desde a passagem da estrada de ferro pela região. Desse modo, a dinâmica mercantil do mascate auxiliou em alterações nesse desenvolvimento, bem como otimizou os fatores mercantis precários e centrados na figura do comerciante tradicional estabelecido no meio rural. Os comerciantes tradicionais do meio rural, situados nas sedes das comunidades na região de Passo Fundo, perderam espaços para os mascates em relação à estratégias e condições de vendas de produtos aos agricultores. Alguns mascates tornaram-se também comerciantes de comunidades rurais, tendo, em grande parte, migrado para a cidade de Passo Fundo.

Muitos dos imigrantes se deslocaram na condição de apátridas; seus referenciais identitários baseavam-se na religião e na aldeia de origem. Porém, tiveram que fazer concessões identitárias. Sua ocidentalização aconteceu na ligação com o mundo das trocas informais, nos contatos diretos com os clientes e seus espaços familiares e sociais. Eles tiveram de redefinir seus horizontes religiosos, gastronômicos e linguísticos; adotaram estratégias matrimoniais mistas; souberam ser parcimoniosos e contidos o suficiente para encarar crises econômicas, enviar dinheiro para quem ficou no espaço de origem e, assim mesmo, empreender e "fazer os filhos estudar", como nos disseram alguns entrevistados. Ainda que muitos possam ter falido, o certo é que em Passo Fundo, estruturou-se uma ampla rede comercial e atacadista que levou a marca dos sírios e libaneses. Em outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, essa realidade permanece reconhecida e visível na atualidade com os grandes espaços de comércio popular nos grandes centros urbanos, bem como nas várias áreas das atividades econômicas, científicas e hospitalares.

Há em Passo Fundo, ainda hoje, alguns estabelecimentos comerciais de sírios e libaneses; a segunda e/ou terceira gerações dos pioneiros

adentraram para várias atividades profissionais. No município, temos médicos/as, professores/as, advogados/as, radialistas, jornalistas, políticos, dentre várias profissões que levam o sobrenome dos pioneiros que iniciaram mascateando pelo município e região. Desse modo, o contato com imigrantes de outras etnias com a sociedade ocidentalizada, propiciou para os sírios e libaneses a demarcação de território, pertencimento e fronteira étnica, *arabizando* um pouco Passo Fundo, mas, ao mesmo tempo, houve a necessidade de incorporação do *modus vivendi* do espaço de destino, otimizando-o em razão de seus interesses, da intencionalidade do processo migratório e do pragmatismo da vida econômica.

Enfim, em Passo Fundo, sírios e libaneses marcaram presença. Inseridos, em grande parte, nas primeiras décadas do século XX em razão do município ser central no Norte do estado em termos populacionais e econômico, possuir uma ampla rede ferroviária que permitia a ligação entre São Paulo e Porto Alegre, além de outras cidades expressivas do centro-norte do estado, que, com isso, permitia a compra e a venda de mercadorias, acesso aos mais amplos espaços regionais. Foram grupos que conseguiram interagir, integrar-se, demarcar fronteiras no espaço regional. Sua identificação maior deu-se no campo comercial, porém, souberam diversificar atividades, formar seus filhos, constituir famílias com origens mistas, alguns deles adentraram para o campo político, muitos de seus filhos tornaram-se profissionais liberais, no campo da saúde, ensino, advocacia, dentre outras. Seus amplos referenciais continuam sendo expressos por seus descendentes através de crenças, costumes, gastronomias, nos ramos comerciais e laborais diversos, língua, ligação com a pátria-mãe, nos nomes e sobrenomes, na lembrança de seus descendentes; sua capacidade de socialização e integração social, suas crenças e valores demonstram a importância e o reconhecimento das diferenças, capacidades de convivência e harmonia social.

Vista do cruzamento das ruas Júlio de Castilhos e Dr. Ribas (atual Maurício Cardoso), no início do século XX. Na esquina à direita, o Grande Baratilho, casa comercial pertencente à José Antonio dos Santos, imigrante libanês. Fonte: Lima; Borges, 2018, p. 37.



Sírios e libaneses em Soledade

os imigrantes e o comércio no município





Na foto, a família constituída pelo imigrante sírio-libanês Simão Elias Jorge em Soledade, onde casou-se com Maria Gomes Elias. Acervo pessoal de Dorothy Borges.

O presente capítulo objetiva analisar a presença de sírios e libaneses em Soledade[114], município que, no período, era de grande expressão pastoril, constituído por grandes fazendas de gado, intensa concentração de terras em mãos de poucos proprietários e um contingente de, em geral, caboclos que trabalhavam para estancieiros. A partir do final do século XIX toda a parte centro-norte do estado estava passando por um processo transformador na relação com a terra e com a produção agrícola através de colonizações, migrações de descendentes de imigrantes de colônias oficiais ou mesmo imigrantes que se estabeleciam diretamente nesse espaço.

5.1. Sírios e libaneses na Serra do Botucaraí: negócios e sociabilidades rurais e urbanas

O município de Soledade emancipou-se em 1875, desmembrando-se de Passo Fundo. Localiza-se, portanto, ao norte do Rio Grande do Sul, na Serra do Botucaraí, região do planalto rio-grandense. Situa-se numa região de campos nativos, de matas de araucária, de ervais e de grandes extensões de terras apropriadas por poucas mãos até segunda metade do século XIX (Franco, 1975). Para as campanhas de exploração de ervais, Bruxel (apud Franco, 1975, p. 76) diz que expedições missioneiras "equipavam os ervateiros com os necessários bois, carros e cargueiros, com bolsas de couro para acondicionamento da erva, além de carne e

[114] A escrita desse capítulo, bem como a pesquisa realizada em campo, isto é, no município de Soledade, contou com o auxílio e disponibilidade da historiadora local Rosí Capelari, que não poupou esforços em nos emprestar materiais e nos guiar por entre as diversas fontes que consultamos. Deixamos aqui um agradecimento especial.

tabaco para o consumo". Zarth (2002) coloca que, em meados do século XIX, essa região foi intensamente habitada por luso-brasileiros e, com eles, constituiu-se uma ampla estrutura pastoril, a qual estava ligada ao comércio do gado.

Por durante mais de um século (final do século XIX e início do XX) o binômio extrativismo da erva-mate e pecuária marcaram a economia, o comércio, a mobilidade geográfica de sujeitos que passaram a ter nessa região referência de vida, de trabalho e de renda. A ocupação oficial das terras teve início nas primeiras décadas do século XIX, com a distribuição de sesmarias (Motta, 1998; Osório, 1990). Não se sabe quantas sesmarias foram distribuídas em Soledade, pois elas ocorreram no final de seu ciclo (1822). No entanto, Franco (1975) indicou sete sesmeiros, outros analistas indicaram nove (Ortiz, 2011). De qualquer forma, essa era uma moeda de troca do governo imperial aos seus "benfeitores" (Motta, 1998); possuía, portanto, um caráter excludente; favorecia, em geral, chefes militares, oficias de forças armadas. Diz Ortiz (2011, p. 100) que, "[...] cinco dentre nove foram concedidas a militares [...], onde ecoam referências a capitães, tenentes, coronéis, (ex) soldados e veteranos de conquistas". Essa estrutura de grande propriedade impediu a aquisição de terras a um grande contingente de trabalhadores, escravos, pequenos camponeses, ervateiros, arrendatários, dentre outros.

Essas grandes extensões de terras serviam para a criação de gado, referência de poder local aos seus possuidores, reserva de valor (pós Lei de Terras, em 1850), bloqueio de fronteira agrícola para camponeses e extrativistas. A abertura da "picada de Botucaraí" (Franco 1975), em 1810, por militares e peões, favoreceu a ligação de Soledade e toda a serra do Botucarí com a região missioneira, rompendo com o seu isolamento.

A partir da segunda metade do século XIX, na antessala da emancipação do distrito, a estrutura fundiária começa a se alterar pelo avanço de colonizadoras, de madeireiras junto às áreas florestais, migração de italianos e alemães oriundos de colônias de imigrantes em busca de terras baratas, de extrativismo de pedras preciosas (Verdi, 1987), de extração

mais ampla da erva-mate, etc. Nessa dinâmica de apropriação e reconfiguração capitalista (mercantil) da terra,

> A população mais pobre viu-se transformada em intrusa e sem-terra [...], as antigas sesmarias e demais latifúndios formados ao longo do século 19 foram sendo sucessivamente parcelados. Transmitidos por herança, venda e/ou troca, fosse entre membros da família originária ou membros externos à parentela, essas parcelas também foram objetos de disputa territorial (Ortiz, 2014, p. 99).

O comércio de terras tornou-se altamente lucrativo para os antigos latifundiários e para as colonizadoras. Um amplo contingente de trabalhadores viu-se intruso nas terras que viviam e trabalhavam em razão de que não tinham condições de compra, portanto, tinham de sair dela. Ortiz (2011, p. 102) coloca que, "mais da metade dos agraciados com títulos das terras legitimadas pela Lei de 1850 eram proprietários absenteístas". Esse processo produziu contingentes de deserdados da terra, que, não tendo outras opções, constituíram vilarejos ao redor de um espaço de trabalho, como é o caso de madeireiras e ervateiras.

O território de Soledade no final do século XIX, já possuía uma ampla ligação regional, em particular, com Passo Fundo e o norte do estado, com Carazinho e todo o noroeste, com Cruz Alta e toda a região missioneira, Encantado e ao região colonial italiana e alemã, bem como ao pé da Serra do Botucaraí, com Santa Maria e o Vale do Rio Pardo. Esse processo favoreceu a migração de sírios e libaneses, bem como outros imigrantes árabes que se situaram, em geral, no espaço urbano do recém-constituído município. A economia do período girava em torno da pecuária, da produção agrícola viabilizada em termos de excedentes pelos colonos recém situados, pela extração da erva-mate e das madeiras; desse modo, havia comerciantes de matizes variadas, uma população proveniente de vários espaços regionais, que buscava otimizar negócios e atividades laborais múltiplas em consonância ou não com essa multivariada dinâmica econômica.

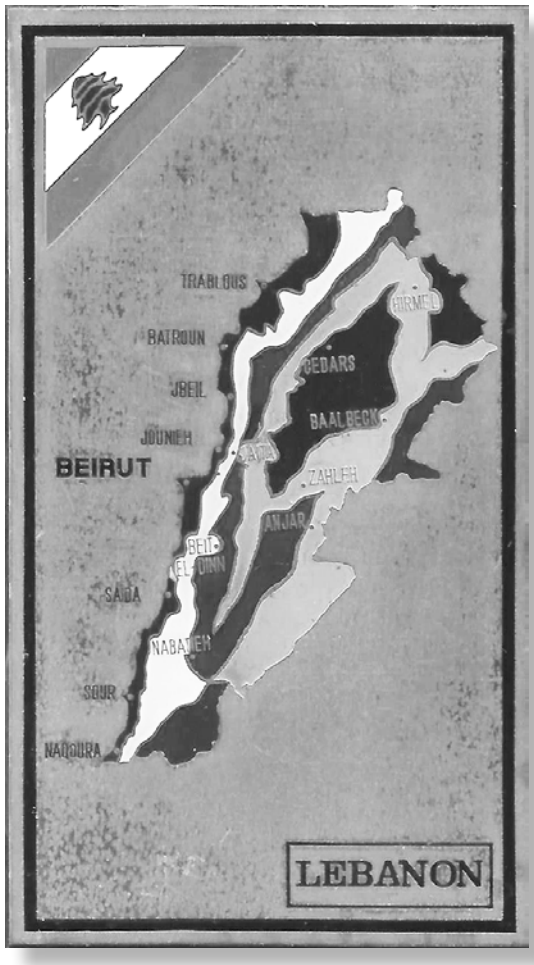
É nesse sentido que, na virada do século XIX para o século XX, o município de Soledade passou por transformações que contribuíram para o seu desenvolvimento urbano nas décadas seguintes, mas, à época, ainda muito incipiente. Segundo Franco (1975, p. 109), as conexões, infraestrutura urbana e ligações estabelecidas em termos econômicos e de comunicação do município tem início, nesse período, em torno da iluminação pública, instalação do telefone e do telégrafo e o surgimento da imprensa local, eventos esses que marcaram o progresso citadino. As ligações de Soledade com Passo Fundo, após a chegada da estrada de ferro àquele município, foram estreitadas, justamente por ser aquele o ponto mais próximo de acesso à estrada de ferro e de recebimento de informações de maneira mais rápida da capital. Houve também uma intensa movimentação comercial a qual aproximou nesses mesmos termos ambos os municípios, revelada também entre os negócios operados por sírios e libaneses instalados comercialmente nos dois municípios, como pudemos atestar através dos relatos de vários descendentes de imigrantes.

Os primeiros registros de sírios e libaneses em Soledade datam ainda de fins do século XIX. De acordo com os registros civis de nascimento e matrimônio das três primeiras décadas do século XX, encontramos alguns dos primeiros imigrantes que já se encontravam estabelecidos de maneira fixa na cidade, residindo e atuando no comércio local/regional, já casados, a grande maioria, com mulheres soledadenses[115].

Nos registros, vemos algumas das famílias sírio-libanesas de maior expressão instaladas em Soledade nas primeiras três décadas do século XX, nucleadas em torno dos Dipp, Santos (Aide), Jorge, Elias, Carubim e Pedro. Afora esses registros, ainda podemos inserir a família Duara e Salum, também presentes nesse contexto da primeira metade do século. Famílias como os Murat e os Tatim, embora em algumas narrativas sejam citadas ora como francesas, ora como libanesas, não nos foi possível obter confirmação se de fato possuem uma ascendência árabe.

[115] Ver Anexos ao fim deste capítulo.

Das famílias supracitadas, a dos Santos tem um destaque inicial. Das fontes as quais tivemos acesso, o estabelecimento da família de José Antonio dos Santos é um dos primeiros registros de imigrantes árabes no município. José Antonio dos Santos era natural do Monte Líbano, da cidade de Jounieh. Imigrou em direção ao Brasil, onde chegou em 20 de março de 1891, entrando pelo Rio de Janeiro[116]. Desde a chegada até o estabelecimento em Soledade com casa comercial em 15 de novembro de 1895, podemos supor que José Antonio dos Santos tenha desenvolvido atividades comerciais com seus patrícios e que o lucro advindo do comércio lhe possibilitou outros deslocamentos e exploração de mercados abertos mais distantes dos grandes centros do país, talvez auxiliado ou acompanhado por outros imigrantes sírio-libaneses, ou mesmo por seu irmão, Zacharias Antonio dos Santos, que possivelmente tenha emigrado junto com seu irmão, mas já casado e com filhos.



Placa de metal retratando o Líbano, marcando as principais cidades do país, inclusive a de Jounieh, terra natal das famílias Dikesch e dos Santos. Acervo pessoal de Luiz Eduardo Dikesch.

O caminho da imigração ao continente americano foi ainda seguido pelo irmão de nome Salimen, que imigrou para a Argentina na segunda década do século XX, tendo trabalhado como armador, onde foi assassi-

[116] SANTOS FILHO, César José dos. Neto de José Antonio dos Santos e Maria dos Santos Vaz. Filho de César José dos Santos. *Informações prestadas a Fernando Borgman Severo de Miranda*. 2020.



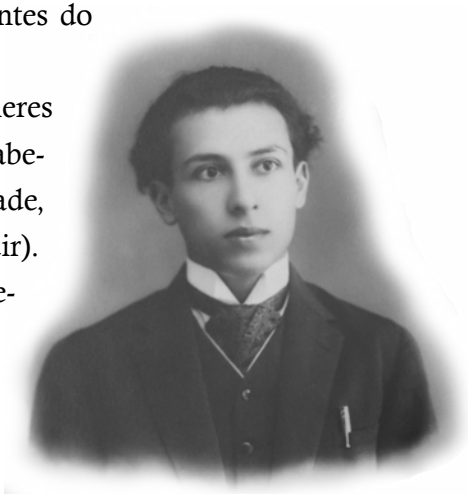


Fotos do casal Youssef Antoun Mass Aide (José Antonio dos Santos) e de Maria dos Santos Vaz. Fonte: Cemitério Municipal de Soledade, 2020.

nado por um empregado[117]. A imigração desse irmão de José Antonio e Zacharias Antonio, entretanto, não se deu de maneira individual, pois, de acordo com Luiz Eduardo Dikesch, sua avó Joana Dikesch e seu tio-avô, José Dikesch imigraram juntamente com Salimen e que, após seu falecimento, Zacharias Antonio dos Santos "trouxe a família para morar no Brasil, inicialmente em Soledade e posteriormente para Passo Fundo"[118], ressaltando o papel central da família e da comunidade de origem nas redes de relacionamento que se teceram ao longo da imigração.

Em Soledade, José Antonio dos Santos e seu sobrinho José Zacharias dos Santos viriam a contrair matrimônio com mulheres de famílias abastadas do município de Soledade, algo possibilitado, talvez, pela ascensão comercial do núcleo familiar dos Santos naquela cidade. José Antônio casou-se com Maria dos Santos Vaz, em 1903, e José Zacharias com Conceição Leite, em 1910, ambas de famílias expoentes do poder local no período.

O casamento entre imigrantes e mulheres estabelecidas nos núcleos onde esses se estabeleciam foi algo comum, inclusive em Soledade, como pudemos ver no Quadro 01 (a seguir). Casar com integrantes da sociedade estabelecida denotava, em certo grau, a inserção desses imigrantes junto aos autóctones, passando a integrar o núcleo familiar da esposa e, talvez, aos negócios da família.



César José dos Santos, aos 19 anos, em 1923. Acervo do Centro Cultural de Soledade.

[117] DIKESCH, Luiz Eduardo. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco*. 2020.
[118] Idem.

Quadro 01. Registros de casamento de sírios e libaneses e primeira geração de descendentes – Soledade – 1º Distrito (1910-1921)

Data do registro	Contraente	Origem declarada	Nome do pai	Nome da mãe	Contraente	Origem declarada
06/09/1919	Jorge Elias Filho	Não consta	João Elias Jorge	Maria Alves de Quevedo	Olmira Gomes da Silva	Não consta
30/07/1914	Simão Elias Jorge	Síria	Antonio Elias Jorge	Maria Elias Jorge	Maria da Conceição Alves da Silva	Rio Grande do Sul
30/07/1910	José Zacharias dos Santos	Síria	Zacharias Antonio dos Santos	Maria Zacharias dos Santos	Maria da Conceição Leite dos Santos	Rio Grande do Sul
30/07/1920	Simão Jorge Dipp	Síria	Jorge Dipp	Eloy dos Santos	Etelvina de Morais	Rio Grande do Sul
20/07/1912	Simão Abrahão Jorge	Síria	Jorge Elias	Lydia Rosa	Lydia Rosa de E	Rio Grande do Sul

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos livros do Cartório de Registro de Passo Fundo, disponíveis para consulta no Arquivo Público do Estado do Rio Grande Sul.

A documentação conservada por um dos descendentes de José Antonio dos Santos, revela a aproximação do imigrante, e talvez da família, de um fenômeno que também fez parte da imigração de sírios e libaneses para o Brasil: a naturalização. Um certificado de matrícula (*Certificat d'immatriculation*) emitido pela Agência Consular da França em Porto Alegre em 1897[119] mostra que o imigrante era considerado cidadão francês, ainda que fosse nascido na Grande Síria, no Monte Líbano. A naturalização na França era estratégia acessada por alguns imigrantes, em geral com uma boa reserva de dinheiro, que se valeram da proximidade da administração francesa para naturalizarem-se e requererem passaportes europeus, assim facilitando entradas e deslocamentos. Por sua vez, José

[119] SANTOS, José Antonio. *Certificat d'immigration*. Agência Consular da França em Porto Alegre. Porto Alegre, 13 mar. 1897. Acervo pessoal de César José dos Santos Filho.

Zacharias dos Santos também se naturalizou, contudo, enquanto cidadão brasileiro, embora não saibamos precisar em que circunstâncias.

Em Soledade, alocado no centro, na rua Júlio de Castilhos, junto à Praça da Matriz (atual Praça Olmiro Porto), José Antonio dos Santos edificou sua casa comercial e, por volta de 1916, a casa para residência familiar. A casa, passou a fazer parte da memória soledadense sob a alcunha de "Solar dos Santos", não resistindo a um incêndio ocorrido na década de 1980, conservando-se, ainda hoje, apenas a murada e o pórtico de entrada, onde foi depositada uma placa pela Prefeitura Municipal em fins da década de 1990, em homenagem às famílias árabes que se estabeleceram em Soledade e seus descendentes.



Placa em homenagem aos cidadãos de origem árabe de Soledade, colocada no pórtico que restou do Solar dos Santos. Acervo dos autores.

Abaixo, o Solar dos Santos, na década de 1980. Acervo pessoal de Rosí Capelari.



As famílias de José Antonio dos Santos e Zacharias Antonio dos Santos desenvolveram um significativo comércio na Soledade do início do século XX. Ambos os irmãos e os sobrinhos diversificaram as atividades e adentraram em diferentes ramos do comércio, tal como realizariam em Passo Fundo, na década seguinte.[120] José Antonio dos Santos atuou sobretudo na venda de artigos diversos, em sua casa comercial, o "Grande Baratilho", comerciando armarinhos, fazendas, miudezas, medicamentos, louças, ferragens, calçados, tinta, papel e outros itens, investindo em publicidade nos jornais de Soledade e imprimindo almanaques de propaganda da casa de comércio e dos artigos vendidos para a freguesia do local.[121]


Aproveitem ! Aproveitem

Preços baratissimos

E occasião decomprarem bons e bonitos artigos por pouco dinheiro.

UMA VISITA AO

Grande baratilho

de José A. dos Santos

e se convencerão que é a casa que está vendendo por preços mais baratos.


APROVEITEM!! APROVEITEM!!

Preços baratissimos

E' occasião de comprarem bons e bonitos artigos por pouco dinheiro.

UMA VISITA AO

GRANDE BARATILHO

DE JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS

e se convencerão que é a casa que está vendendo por preços mais baratos.

SOLEDADE

Anúncios do Grande Baratilho, de propriedade de José Antonio dos Santos.
Fonte: O BOTUCARAHY. Soledade, 13 dez. 1908, p. 4; O BOTUCARAHY. Soledade, 8 jan. 1910, p. 4. Acervo do Centro Cultural de Soledade.

[120] Ver a seção anterior, sobre sírios e libaneses em Passo Fundo.

[121] ALMANAK do Grande Baratilho, de José Antonio dos Santos. Soledade: A Impressora, 1917. Acervo pessoal de César José dos Santos Filho.



Vista do cruzamento das ruas Júlio de Castilhos e Dr. Ribas (atual Maurício Cardoso), no início do século XX. Na esquina à direita, o Grande Baratilho pertencente à José Antonio dos Santos. Fonte: Lima; Borges, 2018, p. 37.

Zacharias Antonio dos Santos e seus filhos José Zacharias dos Santos e Elias Zacharias dos Santos empreenderam também no mesmo ramo dos armarinhos e secos e molhados que o irmão e tio, fundando a "Casa da Syria", em vendas no atacado e no varejo, negociando também café, erva-mate e couro, já desenvolvendo relações comerciais via importação e exportação em direção ao Uruguai[122].

Em Soledade, formou-se em 15 de junho de 1911 a firma José Zacharias & Cia, na qual José Zacharias era o sócio-gerente da sociedade. Essa união de capital familiar atuou em serviços pioneiros para o município de Soledade e também da região. A firma foi acionista e representante comercial do Banco Pelotense, que foi instalado na cidade e também da Casa Bancária de Armando Annes, sediada em Passo Fundo, onde a José Zacharias & Cia teve inserção comercial no mesmo período (Franco, 1975). A instalação da fiação telefônica em Soledade e a ligação com Passo Fundo foi um empreendimento da mesma firma, que recebeu a concessão do governo do estado para tanto (Xavier e Oliveira, 1957, p. 88). O acúmulo de capital advindo da venda de artigos diversos foi o que, possivelmente, conferiu a esse núcleo familiar destaque nas operações

[122] O BOTUCARAHY. Soledade, 8 jan. 1910, p. 4. Acervo da Casa de Cultura de Soledade.



Anúncios da "Casa Syria", de propriedade de Zacharias Antonio dos Santos.
Fonte: O BOTUCARAHY. Soledade, 8 jan. 1910, p. 4; O BOTUCARAHY. Soledade, 13 dez. 1908, p. 4.
Acervo do Centro Cultural de Soledade.

comerciais e também permitiu a expansão comercial pela região e o estabelecimento de negócios internacionais, com a exportação e a importação.

De acordo com nossos interlocutores[123], a família Dipp era originária do Monte Líbano, natural da cidade de Zouq Mkayel. Flávio Dipp, neto de Rosalino Dipp, ressalta que houve a troca de nomes de todos os imigrantes, e que, segundo contava sua avó, Eponina Schultz Dipp, o nome original do avô era "Osála", tendo sido aportuguesado. Emigrados do Líbano, vários irmãos da família Dipp dirigiram-se ao Brasil, encontrando, talvez pelo acionamento das redes entre co-nacionais, o município de Soledade como porta de entrada à inserção comercial, após trabalharem na mascateação. O casal Rosalino Jorge Dipp e Eponina Schultz teve os filhos Síria, Arabela, Emelin, Esther, Guilhermina, Nassim, Enoar, Helena, Carmen e Maria. Rosalino, contudo, também deixou descendentes com Josefa Viana Borba, sendo eles, Maria Silene, Jorge Dipp de Borba e Amália Dipp, frutos desse relacionamento.

No núcleo urbano de Soledade, os irmãos Rosalino, Antonio, Fe-

[123] DIPP, Flávio; DIPP, Laura. *Entrevista concedida a Alex Antônio Vanin*. Porto Alegre, 2020.



O casal Flávio e Laura Dipp; ele, neto de Rosalino Jorge Dipp, imigrante libanês que se estabeleceu em Soledade no início do século XX. Ambos têm se dedicado a pesquisa genealógica das famílias Dipp que se instalaram no Rio Grande do Sul.
Acervo dos autores, fevereiro de 2020.

lippe, Pedro, Ignacio, Simão e Miguel Jorge Dipp[124] estabeleceram-se com comércio ainda na primeira década do século XX. Nossos interlocutores, contudo, não souberam informar se todos imigraram juntos e se estabeleceram em Soledade, ou se o fizeram aos poucos, a partir da manutenção de contato. Como vemos no Quadro 02 (na página seguir), os irmãos Dipp inseriram-se no comércio soledadense e expandiram, em um tempo curto, o número de seus estabelecimentos comerciais, os quais tiveram início a partir de uma sociedade firmada pelos irmãos. O lucro relativamente rápido, resultante da atividade de mascateação, foi o impulsionador de muitos imigrantes e também possibilitou a inserção de seus familiares em um mesmo ramo de negócios.



Foto de Rosalino Jorge Dipp, imigrante libanês. Fonte: Cemitério Municipal de Soledade, 2020.

Como assinala Glade (1985), a dispersão de imigrantes sírios e libaneses pelos interiores dos países latino-americanos, para além das capitais e de grandes centros, deu-se de maneira constante. A possibilidade de inserção desses imigrantes em contextos econômicos não tão desenvolvidos motivava-os ao deslocamento e ao preenchimento destas "lacunas".



Foto de Felippe Jorge Dipp. Fonte: Cemitério Municipal de Soledade, 2020.

Como podemos observar no Quadro 02, Soledade possuía de fato um incipiente comércio, dado pelo número de comerciantes ativos no ramo de maior diversificação, isto é, o de secos e molhados e de armarinhos, fazendas e

[124] DIPP, Laura. *Entrevista concedida a Alex Antônio Vanin*. Porto Alegre, 2020.

ferragens. É nesse ramo que houve a maior inserção desses imigrantes inicialmente, demarcando sua presença comercial no centro da vila. Há de se ressaltar que, contudo, mesmo tendo havido uma fixação inicial no centro do município de Soledade, muitos imigrantes posteriormente se deslocaram em direção as sedes distritais do mesmo município, como os irmãos Pedro Jorge Dipp e Simão Jorge Dipp, que se estabeleceram na Colônia Sobradinho, no então 4º distrito.

Quadro 02. Comerciantes de fazendas, ferragens, secos e molhados em Soledade (1907-1913)

1907	1909	1913
	Antonio Elias Dipp	Antonio Elias Dipp
Antonio Jorge Dipp	Antonio Jorge Dipp	Antonio Jorge Dipp
-	Domingos Elias Borges	Domingos Elias Borges
Antonio João Ferreira	-	-
F. Cunha & Cia	F. Cunha & Cia	-
Gaspar Pinho & Cia	Gaspar Pinho & Cia	Gaspar Pinho & Cia
Guilherme de Vasconcellos	Guilherme de Vasconcellos	Guilherme de Vasconcellos
-	João Gomide	-
José Antonio dos Santos	José Antonio dos Santos	José Antonio dos Santos
Olympio Gomide	Olympio Gomide	Olympio Gomide
-	-	Prudente Borges de Camargo
-	M. Fabrazil & Portella	-
Rosalino Jorge Dipp & Irmão	Rosalino Jorge Dipp	Rosalino Jorge Dipp
-	Severiano Pereira da Silva	Severiano Pereira da Silva
-	Simão Jorge Dipp	Simão Jorge Dipp
Zacharias Antonio dos Santos	Zacharias Antonio dos Santos	Zacharias Antonio dos Santos

Fonte: LAEMNERT, Almanak. Rio de Janeiro. Anos de 1907, 1909 e 1913. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.



Anúncio da casa comercial de Antonio Jorge Dipp. O BOTUCARAHY. Soledade, 13 ago. 1908, p. 4. Acervo do Centro Cultural de Soledade.

Antonio Jorge Dipp e o irmão Simão Jorge Dipp também se mantiveram com comércio na região. Jorge Simão Dipp, filho de Simão, distanciando-se do trabalho do pai, atuou no funcionalismo público municipal, ocupando por décadas o cargo de escrivão do cartório do então distrito de Ibirapuitã, onde se casara, em 1932, com Soledade de Oliveira (Lima, 2008, p. 334). O irmão Felippe Jorge Dipp também residiu na cidade de Soledade residindo e comerciando em sua casa, a rua Marechal Floriano Peixoto; de seus descendentes, Nazira Oliveira Dipp é constantemente lembrada na memória local por fazer doces finos, sendo proprietária, com seu marido Romeu Ferreira Dias, do Café Elite, que funcionou defronte à Praça da Matriz.

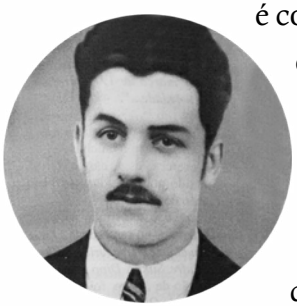


Foto de Jorge Simão Dipp, filho do imigrante Simão Jorge Dipp. Fonte: Lima, 2008, p. 336.

À rua Marechal Floriano, também se estabeleceu o comerciante Elias Feres Carubim, natural do Monte Líbano, em meados de 1910, sendo ele filho de Feres Carubim e Malaque Carubim, essa última que viria a se estabelecer com Jorge e Haifa Carubim, irmãos de Elias, naquela mesma década, em Soledade. A família Carubim atuou em Soledade, nesse mesmo período, com couro, tendo montado curtume para o tratamento das peles de animais e, posteriormente, a venda[125].



Foto de Nazira Dipp Oliveira, filha do imigrante Felippe Jorge Dipp. Fonte: Cemitério Municipal de Soledade, 2020.

[125] MAYER, Carlos Alberto. Neto de Jorge Felippe Dadia. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin*. 2016.



Foto do imigrante libanês José Miguel Dipp. Acervo do Centro Cultural de Soledade.

O libanês José Miguel Dipp também foi um imigrante a empreender na cidade de Soledade, desde 1922. De acordo com Lima e Borges (2018, p. 93), José Miguel chegou ao Brasil por volta de 1906 e, possivelmente, por intermédio de parentes da família Dipp, já estabelecida no comércio, também se transferiu para Soledade, onde casou com Maria Daniel Dipp e dessa união, nasceram os filhos, Rosa, Hermes, Miguel, José, Olavo e Helena. A família de José Miguel foi responsável pelo investimento na área do beneficiamento da produção local/regional, atuando no Moinho Soledadense, construído em 1946, produzindo derivados da moagem do trigo, onde José Miguel Dipp foi Diretor-Geral. Por intermédio dos primos Dipp, o imigrante libanês Antonio Elias Dipp também fixou-se em Soledade no comércio de secos e molhados em geral, mantendo na atividade na cidade até 1919, quando transferiu-se para Passo Fundo[126].



Moinho pertencente à família de José Dipp, ao tempo de sua construção, na década de 1940.

Dos processos da Comarca de Soledade, na primeira metade do século XX, em várias ocasiões identificamos sírios e libaneses em litígios ou acionamentos na justiça, para validar seus direitos. Esse foi o caso da imigrante sírio-libanesa, Amelia Elias Mansur, solteira, que levou à justiça Abilio Miguel Duara, acusando-o de não ter pago sua dívida com a credora, pois esse teria lhe passado uma nota promissória de seu estabelecimento comercial com valor abaixo do realmente cobrado[127]. Amelia Mansur, também conhecida

[126] ESTACIA, Linda Dipp. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin*. 2016.

[127] Ver mais no processo: AHR. Comarca de Soledade. Autos do crime. *Amélia Elias Mansur contra Amélia de Souza*. 1949.



Casa onde funcionou o mercadinho de Amélia Mansur, a "Amélia Turca", em 2020. Acervo pessoal de Rosí Capelari.

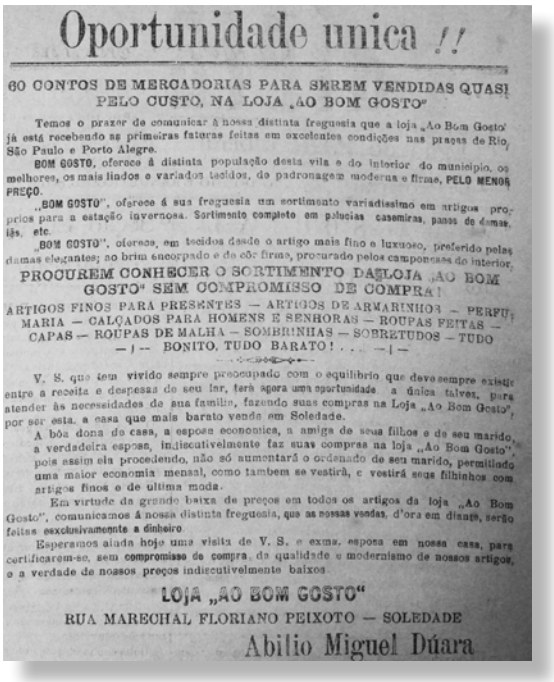
como "Amélia Turca" possuía um mercadinho localizado ao lado da atual Prefeitura Municipal, na rua Júlio de Castilhos. Ainda sobre Amélia Mansur, conflitos envolvendo sua atuação comercial no centro da cidade também retratam representações depositadas sobre os imigrantes sírios e libaneses. Em uma contenda sobre o preço de doces vendidos no mercadinho de Amélia Mansur, Amélia de Souza teria "se dirigido no interior da cozinha onde se encontrava a declarante [Amélia Mansur], disendo que isso era serviço de turco [...]"[128]. Esse termo foi muito utilizado para designar de maneira extremamente pejorativa os imigrantes, tanto sírios, quanto libaneses, qualificando-os como desonestos, ao mesmo tempo que traziam o passado de dominação turco-otomana sobre os árabes.

Abilio Miguel Duara era imigrante sírio, estabelecido na cidade de Soledade desde a década de 20, após seu casamento com Izabel Fernandes da Silva, moradora do 3º distrito do município, onde ambos se casam, em 1921. Ao tempo desse evento, Abilio Duara ainda era residente em Cachoeira do Sul e o deslocamento até Soledade talvez se desse em função da atividade de mascate. Posteriormente, no centro de Soledade, em 1922, Abilio Duara instalou a loja "Ao Bom Gosto", na rua Marechal Floriano, vendendo artigos diversos de armarinhos, fazendas, malhas, perfumaria, tudo vendido a preços baixos, porém, "exclusivamente a dinheiro". Da primeira geração de descendentes dos Duara que atuaram no comércio de Soledade, podemos destacar o comércio de Roberto e Dauriche Duara, que comercializavam alimentos, famosos pela venda do

[128] COMARCA de Soledade. Autos do crime. *Amélia Elias Mansur contra Amélia de Souza*. 1949, p. 10. Acervo do AHR.

quibe no centro de Soledade (Ortiz; Eifert, 2016).

No centro da cidade, podemos destacar o imigrante libanês Nagib Elias Salum, que chegou à Soledade em meados de 1925, como mascate e, após esse período, instalou-se no comércio (Ortiz; Eifert, 2016). A família Salum também investiu em Soledade no ramo da fabricação de móveis, ocupando também o centro da cidade. O filho de Nagib Salum, Antônio Elias Salum era proprietário da "Rainha do Móveis", que vendia móveis e revendia outros aparelhos domésticos[129].



Oportunidade unica !!

60 CONTOS DE MERCADORIAS PARA SEREM VENDIDAS QUASI PELO CUSTO, NA LOJA „AO BOM GOSTO"

Temos o prazer de comunicar á nossa distinta freguesia que a loja „Ao Bom Gosto" já está recebendo as primeiras faturas feitas em excelentes condições nas praças do Rio, São Paulo e Porto Alegre.

BOM GOSTO, oferece á distinta população desta vila e do interior do municipio, os melhores, os mais lindos e variados tecidos, de padronagem moderna e firma, PELO MENOR PREÇO.

„BOM GOSTO", oferece á sua freguesia um sortimento variadissimo em artigos proprios para a estação invernosa. Sortimento completo em pelucias casemiras, panos de damas, lãs, etc.

„BOM GOSTO", oferece, em tecidos desde o artigo mais fino e luxuoso, preferido pelas damas elegantes; ao brim encorpado e de côr firme, procurado pelos camponezes do interior.

PROCUREM CONHECER O SORTIMENTO DA LOJA „AO BOM GOSTO" SEM COMPROMISSO DE COMPRA!

ARTIGOS FINOS PARA PRESENTES — ARTIGOS DE ARMARINHOS — PERFUMARIA — CALÇADOS PARA HOMENS E SENHORAS — ROUPAS FEITAS — CAPAS — ROUPAS DE MALHA — SOMBRINHAS — SOBRETUDOS — TUDO — BONITO, TUDO BARATO! . . .

V. S. que tem vivido sempre preocupado com o equilibrio que deve sempre existir entre a receita e despesas de seu lar, terá agora uma oportunidade a unica talvez, para attender ás necessidades de sua familia, fazendo suas compras na Loja „Ao Bom Gosto", por ser esta, a casa que mais barato vende em Soledade.

A bôa dona de casa, a esposa economica, a amiga de seus filhos e de seu marido, a verdadeira esposa, indiscutivelmente faz suas compras na loja „Ao Bom Gosto", pois assim ela procedendo, não só aumentará o ordenado de seu marido, permitindo uma maior economia mensal, como tambem se vestirá, e vestirá seus filhinhos com artigos finos e de ultima moda.

Em virtude da grande baixa de preços em todos os artigos da loja „Ao Bom Gosto", communicamos á nossa distinta freguesia, que as nossas vendas, d'ora em diante, serão feitas exclusivamente a dinheiro.

Esperamos ainda hoje uma visita de V. S. e exma. esposa em nossa casa, para certificarem-se, sem compromisso de compra, da qualidade e modernismo de nossos artigos, e a verdade de nossos preços indiscutivelmente baixos.

LOJA „AO BOM GOSTO"

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO — SOLEDADE

Abilio Miguel Dúara

Anúncio da casa comercial "Ao Bom Gosto", de propriedade de Abilio Miguel Duara.
Fonte: A PATRIA. Soledade, 29 abr. 1934, p. 3.
Acervo do Centro Cultural de Soledade.



RAINHA DOS MÓVEIS

Fundada em 16 de abril de 1956

Proprietário: ANTÔNIO ELIAS SALUM

Indústria e Comércio de Móveis e Eletrodomésticos. Revende televisores, refrigeradores, aparelhos de som e musicais, etc . . .

Fabrica móveis sob encomenda, em qualquer estilo, para bares, restaurantes, hotéis e escritórios.

Rua Júlio de Castilhos, 779 — Fone 173 — Caixa Postal, 37

Anúncio da Rainha dos Móveis, pertencente à família Salum.
Revista Municípios em destaque - Soledade. 1973.
Acervo pessoal de Rosí Capelari.

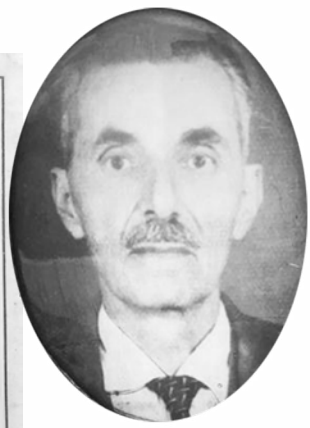
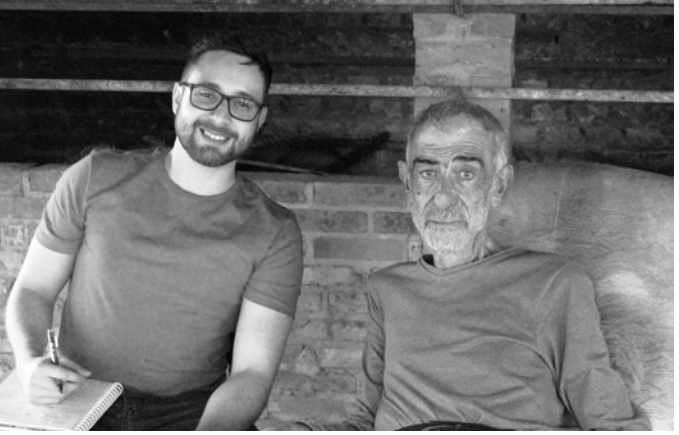


Foto do imigrante Nagib Elias Salum.
Fonte: Cemitério de Soledade, 2020.

129 INVENTÁRIO do Patrimônio Cultural urbano de Soledade. Prefeitura Municipal de Soledade, 1992, s/p.



O Sr. Tani Mansour (*in memoriam*), imigrante sírio que se estabeleceu em Soledade em 1970, durante entrevista com o pesquisador Alex Antônio Vanin. O entrevistado faleceu 12 dias após essa entrevista. Acervo dos autores, janeiro de 2020.

Segundo nosso interlocutor Tani Mansour[130], imigrante natural da cidade portuária de Tartus, na Síria, quando chegou à cidade de Soledade, em 1971, encontrou vários outros imigrantes árabes. O deslocamento de Tani Mansour em direção ao Brasil se deu por meio de duas tias da família Duara, já estabelecidas em Soledade. Das famílias árabes que nosso interlocutor pode lembrar, relatou que os Duara e os Thams, estabelecidos em Soledade anteriormente, eram também de origem síria, naturais da cidade de Tartus; e outras, como os Elias e os Salum, eram de origem libanesa. Quando chegou acompanhado de um "tio", que, na realidade, era alguém da mesma cidade que ele, Tani Mansour vendeu roupas como ambulante, não mais utilizando animais, como os mascates mais antigos, mas sim, um jipe.

Posteriormente, Tani Mansour abriu loja no centro com o "tio", a Casa Mansour, que vendia de tudo um pouco e também foi restaurante e danceteria. Na narrativa do entrevistado, a imigração, de início, era algo "pra ficar pouco tempo, tinha mais liberdade; dava pra namorar"[131]. A imigração de Tani Mansour é mais um exemplo da imigração encadeada, a qual foi baseada nas redes de contato entre imigrantes anteriores, estabelecidos há mais tempo, que acabaram por trazer outros, em diferentes períodos, em geral, ofertando oportunidades de emprego e possibilidades de ascensão econômica.

[130] MANSOUR, Tani (*in memorian*). Imigrante sírio. *Entrevista concedida a Alex Antônio Vanin e Rosí Capelari*. Janeiro de 2020. Nosso interlocutor faleceu 12 dias após a entrevista.

[131] MANSOUR, Tani (*in memoriam*). *Entrevista concedida a Alex Antônio Vanin e Rosí Capelari*. Janeiro de 2020.

Em Soledade, diferente de outros municípios em que realizamos nossa pesquisa, vimos uma inserção de vários imigrantes em contextos rurais, contrariando, em partes, a generalidade dos casos de estabelecimento dos imigrantes sírios e libaneses em núcleos urbanos em desenvolvimento. Isso se deu, pois, de acordo com a historiadora Rosí Capelarí, os caminhos que interligavam Soledade no início do século XX, cruzavam por distritos que condensavam certa atividade comercial importante também para além da sede do município[132]. Daí encontramos sírios e libaneses nos distritos de Depósito, Jacuizinho e, também, na Restinga, no caminho de ligação com Passo Fundo (Lima, 2013)

Para além da sede municipal, encontramos, no sétimo distrito, chamado Restinga, o imigrante sírio Pedro Barquete, natural de um vilarejo próximo à Damasco. Na Restinga, Pedro contraiu matrimônio com Etelvina Ferreira, em 1914, com quem teve os filhos Adige, Jamil, Adb-laziz, Calir e Zaibe. A instalação do imigrante nesse distrito, local que estabelecia ligação com o quinto distrito de Passo Fundo, o de Marau, talvez se justifique justamente por estar nessa rota de grande circulação de mercadorias e de pessoas. Nesse local, o núcleo familiar instalou moinho, que funcionou em paralelo às atividades de mascate do imigrante, e esse, por sua vez, seguiu revendendo mercadorias adquiridas em São Paulo, enquanto o moinho era atendido pelo restante da família[133].

Como lembra nossa interlocutora Sandra Mara Benvegnú, seu avô Pedro Barquete também possuía terras, onde ficava situado o moinho. Essas terras, ele havia comprado após acumular dinheiro enquanto mascate. As terras no distrito da Restinga ficavam localizadas no Resvalador, no Pontão, e tiveram parte vendidas à Intendência de Soledade, em 1920 e também posteriormente, com a mudança da família para Passo Fundo.[134]

[132] CAPELARI, Rosí. *Entrevista concedida a Alex Antônio Vanin*. 2020.

[133] BEVENGNÚ, Sandra Mara. Neta de Pedro Barquete e Etelvina Ferreira. *Entrevista concedida a Alex Antônio Vanin*. 2016.

[134] ESCRITURA de compra e venda de Pedro Barquete à Intendência Municipal de Soledade. 1919. Acervo do Centro Cultural de Soledade.

No distrito de Jacuizinho, esteve instalada a família Seady, pelo menos desde o início do século e que, na década de 20, também se transferiu para Passo Fundo, como os Barquete. O imigrante sírio-libanês Emilio Benjamin Seady, de acordo com nosso interlocutor, Aniello D'Arienzo, teria chegado ao Brasil em fins do século XX e instalando-se no interior de Soledade, casou-se com Constantina Fernandes, no quinto distrito, onde abriu casa de comércio para venda de artigos diversos e também era criador de animais. Nesse local, em 1923, Emilio Seady e seus filhos, Venito Fernandes Seady e João Fernandes Seady se envolveram em uma briga, seguida de tiroteio, entre eles e José Francisco de Quadros, cujo fim resultou na morte desse último. No processo que julgou Emilio e seus filhos, o imigrante afirmou ter 52 anos, ser "casado, natural da Syria e residente no quinto districto deste município ha trinta e dois annos". As motivações que levaram-no à violência teriam sido por componentes étnicos, entre as quais, os diálogos que precederam àqueles eventos, esses teriam levado José Francisco de Quadros a dizer "Tu ainda está aí, gringo filho da puta?", de modo que, após a morte desse, com a arma em punho, Emilio Seady teria declarado que "Daqui por diante o índio que me grilhar os olhos, finco-lhe balla![135] O caso denota conflitos existentes entre as partes envolvidas e ressalta as diferenciações atribuídas entre os sujeitos, muitas vezes, pejorativas e desqualificadoras.

Outro imigrante árabe que se instalou no interior de Soledade no início do século XX, foi Jorge Cezil Aziz. A imigração de Jorge Aziz, de acordo com sua neta, Jalila Patussi, deu-se juntamente com a de mais dois amigos, todos tendo atravessado o Atlântico nos porões do navio, como fugitivos de guerra, trabalhando como descascadores de batatas, para poderem pagar pela viagem[136]. Segundo Jalila Patussi, Jorge Aziz

[135] COMARCA de Soledade. Processo-crime movido contra Benjamin Seady, José Fernandes Seady e Venito Seady. 1923. Acervo do AHR.

[136] PATUSSI, Jalila. *Entrevista concedida ao Programa Momento Patrimônio – 8ª Temporada*. Acervo do IHPF.

> [...]. Era comerciante, começou vendendo tecidos, ele andava pela região e se estabeleceu naquela região de Soledade [atual Fontoura Xavier], outro amigo dele se estabeleceu na região de Passo Fundo e o outro foi para a região de Arvorezinha. Cada um se virou por si e constituiu sua família.

Segundo nossa interlocutora, Jorge Aziz era muçulmano, sempre carregava consigo seu *masbaha*, colar de contas para orações. A região onde Jorge Aziz se estabeleceu com comércio, mais tarde se tornaria o povoado de "Vila Assis" (local que, atualmente, pertence ao município de Fontoura Xavier), assim nominada em alusão ao nome aportuguesado do imigrante e sua família, ali instalada. Em razão do comércio, indivíduos de fora da família também começaram a se estabelecer naquele ponto junto à estrada.



Jalila Patussi em momento de entrevista, enquanto segura o *masbaha* que pertenceu a seu avô. Acervo do IHPF.

O comércio de sírios e libaneses em Soledade apresentou-se de maneira múltipla. Os imigrantes alocados no núcleo urbano de Soledade inseriram-se expressivamente no comércio, ainda no início do século XX e nos primórdios dos deslocamentos daqueles em direção à região Centro-Norte do estado. Inicialmente atuando na mascateação e, depois, no comércio estabelecido, no ramo dos armarinhos e dos secos e molhados, muitos fecharam sociedades com seus patrícios e irmãos a fim de expandir suas relações comerciais. Muitos diversificaram atividades, através do reinvestimento auferido pela comercialização inicial, como foi o caso das famílias de José Zacharias dos Santos e Zacharias Antonio dos Santos; outros, em busca de outras oportunidades no comércio deslocaram-se

para outros centros, como Passo Fundo. Houve também significativa atuação desses imigrantes no comércio interiorano, dentro dos distritos, distanciando-se da sede, muitos deles tendo atuado, provavelmente, na grande interligação entre o urbano, o comércio e o meio rural, dinamizando as relações estabelecidas no âmbito da economia e da sociabilidade. Outros imigrantes, ainda, investiram em setores como o da produção (moinhos), diversificação seguida também pelos descendentes de muitos árabes.

5.2. Anexos do capítulo

Quadro 01. Registros de nascimento de filhas e filhos de sírios e libaneses - Soledade (1890-1930)

Nome	Data do registro	Filiação Paterna	Origem declarada	Filiação Materna	Origem declarada
Cabeda	07/09/1900	Gabriel Pedro	Palestina	Syria Knoffe	?
César	30/03/1904	José Antonio dos Santos	Síria	Maria dos Santos Vaz	Rio Grande do Sul
Jorge	27/12/1904	João Elias Jorge	Não consta	Maria Rosa de Quevedo	Não consta
Maria da Conceição	27/12/1904	Simão Abrão Jorge	Não consta	Ludmila Rosa de Quevedo	Não consta
Emelim	22/02/1909	Rozalino Jorge Dipp	Síria	Eponina Prestes Dipp	Rio Grande do Sul
Lazaro	12/05/1910	José Zacharias dos Santos	Não consta	Conceição Leite dos Santos	Rio Grande do Sul
Syria	30/11/1910	Rozalino Jorge Dipp	Síria	Eponina Prestes Dipp	Rio Grande do Sul

Nome	Data do Registro	Filiação Paterna	Origem Declarada	Filiação Materna	Origem Declarada
Syria	30/11/1910	Rozalino Jorge Dipp	Síria	Eponina Prestes Dipp	Rio Grande do Sul
Conrado	14/08/1911	João Elias Jorge	Não consta	Maria Rosa E..	Não consta
Reissoly	06/11/1911	José Antonio dos Santos	Síria	Maria dos Santos Vaz	Rio Grande do Sul
Nair	20/08/1913	José Zacharias dos Santos	Não consta	Conceição Leite dos Santos	Não consta
João	04/06/1914	Felipe Jorge Dipp	Não consta	Rosa Dipp	Não consta
Jorge	22/11/1914	Felipe Jorge Dipp	Não consta	Rosa Dipp	Não consta
Dalila	07/08/1915	José Antonio dos Santos	Síria	Maria dos Santos Vaz	Rio Grande do Sul
Henoar	01/06/1916	Rozalino Jorge Dipp	Síria	Eponina Prestes Dipp	Rio Grande do Sul
Syria	03/05/1917	Simão Jorge Dipp	Síria	Leonor dos Santos	Rio Grande do Sul
Guilhermina	19/04/1918	Rozalino Jorge Dipp	Síria	Eponina Prestes Dipp	Rio Grande do Sul
Esther	26/08/1918	Rozalino Jorge Dipp	Síria	Eponina Prestes Dipp	Rio Grande do Sul
Zaida	11/09/1918	José Antonio dos Santos	Síria	Maria dos Santos Vaz	Rio Grande do Sul
Syria	28/04/1919	Simão Jorge Dipp	Síria	Leonor dos Santos	Rio Grande do Sul
Nacim	15/12/1920	Rozalino Jorge Dipp	Síria	Eponina Prestes Dipp	Rio Grande do Sul

Nome	Data do Registro	Filiação Paterna	Origem Declarada	Filiação Materna	Origem Declarada
Jamil	23/03/1921	Antonio Pedro	Síria	Geraldina de Lima	Rio Grande do Sul
Gabriel	15/10/1921	Felipe Jorge Dipp	Síria	Rosa Dipp	Síria
Feres Elias	25/08/1922	Elias Feres Carubim	Síria	Angelita Aberim Carubim	Rio Grande do Sul
Altair Elias da Cunha	?	Coradino Elias Jorge	Não consta	Maria Elias da Cunha	Não consta
Mary	10/02/1923	Felippe Jorge Dipp	Não consta	Rosa Dipp	Não consta
Maria Antonieta	13/05/1923	Rozalino Jorge Dipp	Síria	Eponina Prestes Dipp	Rio Grande do Sul
Armiro Elias Carbim	19/10/1923	Elias Feres Carubim	Síria	Angelita Aberim Carubim	Rio Grande do Sul
Olivia	24/09/1924	Felippe Jorge Dipp	Síria	Rosa Dipp	Síria
Manoel	06/12/1924	Felippe Jorge Dipp	Não consta	Rosa Dipp	Não consta
Carmem	26/08/1925	Rozalino Jorge Dipp	Síria	Eponina Prestes Dipp	Rio Grande do Sul
Isaltina	01/01/1898	João Elias Jorge	Arabe	Maria Alves de Quevedo	Não consta
Jorge	20/?/1909	Elias Jorge	Não consta	Maria Alves	Não consta
Nazira	31/09/1917	Felippe Jorge Dipp	Não consta	Rosa Dipp	Não consta

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos livros do Cartório de Registro de Soledade, disponíveis para consulta no Arquivo Público do Estado do Rio Grande Sul.



Ganhando na propaganda e na diversificação: o Grande Baratilho, de propriedade do libanês José Antonio dos Santos editava almanaques para a divulgação de seus mais variados produtos em estoque: fazendas, miudezas, artigos de fantasia, brinquedos, calçados, louças, ferragens, tintas, sal, arame, açúcar, querosene, café torrado, camisas, sedas para noivas, armas para caça e uso pessoal. Vender um pouco de tudo era manter-se vendendo sempre. ALMANAK do Grande Baratilho, de José Antonio dos Santos. Soledade: A Impressora, 1917. Acervo pessoal de César José dos Santos Filho.

José Gabriel Nicolau Merib com a esposa (no centro da foto) com filhos e netos. Acervo pessoal de Noemi Terezinha Merib, neta de José Gabriel Nicolau Merib.



Sírios e libaneses em Lagoa Vermelha

entre o comércio e a aquisição de terras



CONTRACTO SOCIAL

João Simão Taiba e Mohamed Hassem Mahiub, ambos cidadãos syrios e residentes na localidade Turvo, município de Lagoa Vermelha, resolvem, de commum accordo, constituir uma sociedade mercantil sob as seguintes cláusulas:

1ª. O capital social é de vinte contos de réis (20.000$000), entrando o socio João Simão Taiba com a quota de quatorze contos de reis (14.000$000) e o socio Mohamed Hassem Mahiub com a quota de seis contos de reis (6.000$000).

2ª. A duração da sociedade será por tempo indeterminado.

3ª. A sociedade girará sob a firma social de J. Simão & Maihub, da qual poderá usar somente o socio João Simão Taiba, em negocios exclusivos da sociedade.

4ª. A sede da sociedade está estabelecida no lugar denominado Turvo, município de Lagoa Vermelha.

5ª. O objectivo da sociedade é comerciar em fazendas, miudezas, armarinhos, seccos e molhados, louças, ferragens e o mais que lhes convier.

6ª. Lucros e prejuizos serão partilhados com egualdade pelo socios.

7ª. Os diversos trabalhos e encargos da sociedade serão communs a ambos os socios ficando, porem, a caixa sob a responsabilidade do socio João Simão Taiba.

8ª. Para manutenção particular, cada socio poderá retirar mensalmente a quantia de cem mil reis (100$000).

9ª Os balanços definitivos serão dados annualmente em dezembro, e dos lucros liquidos, antes de partilhados por ambos, caberá, ao socio João Simão Taiba, a quota de 8% sobre a importancia de oito contos de reis.

10ª. Em qualquer tempo, estando ambos os socios de commum accordo poderá ser rescindido o presente contracto.

11ª. Em caso de fallecimento de um dos socios, fica rescindido o presente contracto, cabendo aos herdeiros legitimos do socio fallecido a sua quota de capital e lucros verificados.

12ª. Qualquer caso omisso no presente contracto será respeitado de accordo com as leis em vigor.

[...]

Porto Alegre, 20 de abril de 1921.

João Simão Taiba

Mohammed Hassem Maihub

APERS. Juízo Distrital de Lagoa Vermelha. João Simão Taiba contra Mohamed Hassen Maihub (Juca Árabe), 1921.

Desse panorâmico e genérico texto sobre sírios e libaneses em Lagoa Vermelha buscamos indicar alguns elementos que constituíram a sua presença e fixação nesse local, tendo como centro das informações os patriarcas, ou seja, os primeiros imigrantes, na sua totalidade homens, a se fixarem nesse espaço. Boa parte do conteúdo nos foi fornecido por descendentes de terceira geração que conseguimos contatar e que se dispuseram a fornecer algumas informações de seus avós. Na literatura sobre esse município, as informações referentes aos sírios e libaneses se revelaram esparsas e sem grande aprofundamento, demonstrando, com isso, que os imigrantes no município, que ganharam maior relevo analítico, não foram os que nos propusemos evidenciar. A intenção do texto é evidenciar, de forma sintética e informativa, a presença desses dois grupos nesse município do norte/nordeste do Rio Grande do Sul no período de sua efetivação e fixação nesse território.[137]

6.1. Patrícios em meio ao "caminho das tropas"

A macrorregião do norte/nordeste do Rio Grande do Sul, tendo, para nosso interesse, o território que abarcava o amplo município de Lagoa Vermelha, no final do século XIX, já havia interligações com a capital, com o amplo território do município de Lages (SC), com a região de Passo Fundo, a colonial alemã e italiana, a capital do estado e Missões, bem como com o oeste de Santa Catarina. Porém, mais de meio

[137] Fomos auxiliados por interlocutores que descendem de famílias analisadas, bem como pela mediação do professor Itaci de Souza e Silva, exímio pesquisador sobre a história do município de Lagoa Vermelha, o qual manifestamos nosso reconhecimento e agradecimento pelos contatos obtidos, pelo esforço em agendar entrevistas e nos acompanhar nas casas dos entrevistados.

século antes, com o objetivo de estabelecer nova rota de penetração na província, fora designado o alferes Athanagildo Pinto Martins, que fora integrante da Real Expedição de Conquista dos Campos de Guarapuava e Palmas, em 1810. Em 1815, o alferes recebeu ordens de Diogo Pinto de Azevedo para que guiasse uma expedição com intenções de criar uma rota alternativa e que provesse algum encurtamento do caminho que conduzia às Missões. Sob o comando de Athanagildo e guiado por indígenas Kaingang, que lhes serviam também como intérpretes, a expedição saiu dos Campos de Guarapuava, no Paraná, rumando em direção ao sul, percorrendo boa parte do traçado da já existente Estrada das Tropas. Na província de Santa Catarina, a expedição adentrou nos Campos Novos e, na sequência, após atravessá-los, o leito do rio Uruguai. Para a transposição do rio, fora utilizado um passo favorável, que ficara conhecido por Passo do Pontão, alcançando o norte da província de São Pedro pelos Campos de Vacaria.

O processo de abertura de estradas, de vias de interligação regional, criou condições para, a partir da segunda metade do século XIX, a constituição de empresas colonizadoras, instalação de madeireiras, extrativismo e industrialização da erva-mate e, como consequência, a constituição de vilarejos, distritos e municípios. Isso tudo favoreceu a migração de comerciantes, mascates, caixeiros-viajantes, estabelecimentos comerciais fixos, redes de fornecedores e vendedores, bem como de (i)migrantes que entendiam ser esse espaço uma nova fronteira econômica. Muitos dos imigrantes, inclusive sírios e libaneses, como veremos mais adiante, em boa parte diferente de suas características gerais no Brasil, incorporaram porções de terra em seu patrimônio inicial e adentraram para atividades agrícolas aliadas às de cunho comercial na forma da mascateação.

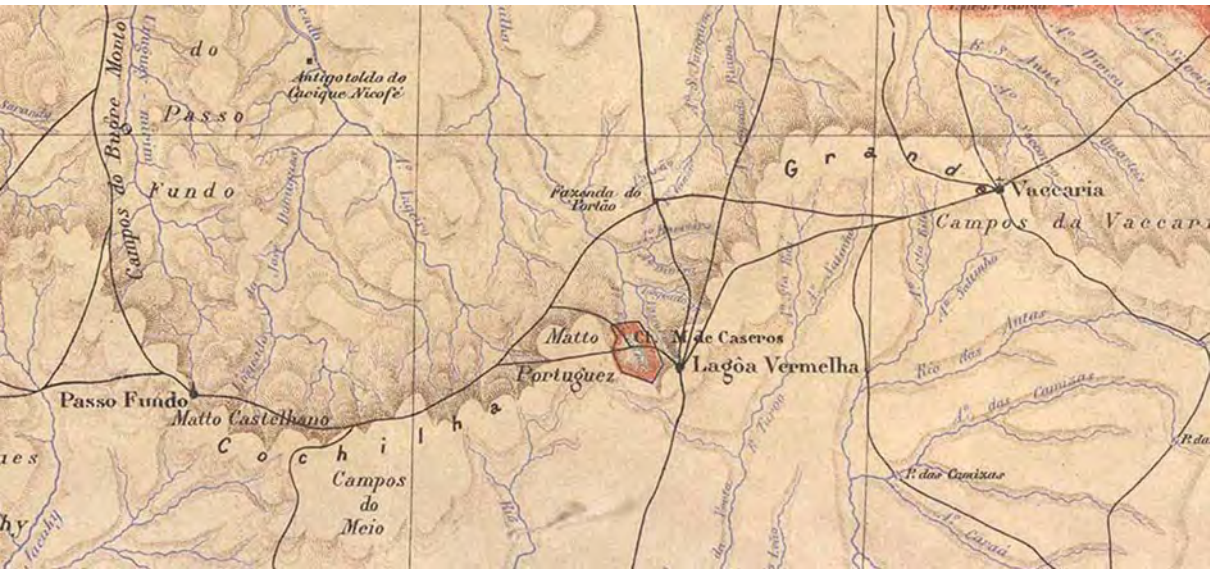
Em meados do século XIX, o território do norte/nordeste da província tornou-se fundamental para a passagem de tropeiros com gado e mulas até o final do século XIX, em razão disso ganhou características específicas na paisagem natural no formato de propriedade da terra (em geral, de grandes proporções) e no cultivo pastoril. Lagoa Vermelha possuía

um amplo território no norte-nordeste da província, era um espaço fundamental para a geopolítica governamental, para o repovoamento com imigrantes de várias nacionalidades, para a colonização e interligação regional e interprovíncias sulinas do país. Há vários livros sobre a região de Lagoa Vermelha e que se ocupam da análise histórica da reocupação, repovoamento, grupos sociais que se estabeleceram, a Colônia Militar de Caseros e sua importância na questão indígena, na colonização e interligação regional.[138]

Nesse espaço havia várias parcialidades indígenas que estavam em processo de aldeamento, fato esse que será efetivado nas primeiras décadas do século XX. Em razão dessa longa, densa e significativa presença indígena, em geral da etnia kaingang, o território também ganhou feições específicas com a presença de matas de araucária, da cultura da erva-mate, da criação do gado às soltas, da interligação regional viabilizada pela migração indígena entre suas parcialidades. Em razão também dessa presença, houve uma ampla organização e interferência pública na configuração e controle desse território com a intenção de controlar, aldear e integrar os indígenas. Com aldeamentos efetivados, alguns ainda em meados do século XIX, mas principalmente a partir da primeira década do século XX, houve uma efetiva possibilidade de aquisição de terras, colonizações públicas e privadas, reocupação e repovoamento nesse território. As ações públicas, como já mencionamos, efetivaram-se com essa intenção.

[138] Apenas para citar alguns: SILVA, S. M. *Tropeirismo de porcos*. Porto Alegre: EST Edições, 2007; RODERJAN, R. *Raízes e pioneiros do Planalto Médio*. Passo Fundo: UPF Editora, 1991; NEPOMUCENO, Davino Valdir Rodrigues. *História de Lagoa Vermelha até o início do 3º milênio*. Porto Alegre: EST Edições, 2003; MORAES, Demétrio Dias de. *Brasil grande e a história de Lagoa Vermelha*. Lagoa Vermelha: Planalto, 1977; BRANCO, P. M. *A região de Lagoa Vermelha – aspectos históricos*. Porto Alegre: EST, 2002; BRANCO, P. M. *Raízes de Lagoa Vermelha*. Porto Alegre: EST Edições, 1993; BRANCO, P. de M. *Lagoa Vermelha e municípios vizinhos: aspectos naturais, história, genealogia e memórias*. Porto Alegre: EST, 1993; BARBOSA, F. D. *Caseiros*. Caxias do Sul: Universal, 1989; BARBOSA, F. D. *Nova história de Lagoa Vermelha*. Porto Alegre: EST Edições, 1981; BARBOSA, F. D. *Raízes de Lagoa Vermelha*. Porto Alegre: EST, 1993; SOUZA E SILVA, I. *Tropeirismo e criatórios de mulas em Lagoa Vermelha, nordeste do RS (1914-1955)*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2011. Dissertação (Mestrado em História).

Entre 1858 e 1878 fora instalada uma colônia militar no território onde hoje se situa a sede do município de Caseiros, nas proximidades onde se localiza a parte urbana do município de Lagoa Vermelha. Essa colônia, considerada de perfil interiorano, objetivava abrir caminhos para interligar o norte do estado a várias outras regiões e estados, aldear indígenas, viabilizar um processo econômico-mercantil da erva-mate e das madeiras, bem como da produção agrícola com a derrubada das matas, criação de gado nos campos abertos. Esse processo que durou duas décadas viabilizou tudo isso e favoreceu para a constituição de povoados no interior da colônia, bem como intensificou a passagem de tropeiros, vendedores, ervateiros, proprietários de terras etc. (Tedesco; Vanin, 2018).



Mapa 07. Localização de Lagoa Vermelha em fins do século XIX. Detalhe da "Carta geográfica do estado federal do Rio Grande do Sul", de João Candido Jacques, 1891. No mapa, vê-se a localização da Colônia Militar de Caseros, bem como as localidades adjacentes a essa, como o Mato Português, o Castelhano, os Campos do Meio e as povoações de Passo Fundo e Lagoa Vermelha. Fonte: Biblioteca Luso-Brasileira Digital. Acesso em: 20 fev. 2020.

Os conflitos que se desvelavam a partir de encontros entre os indígenas Kaingang, os fazendeiros pecuaristas e os colonos já estabelecidos só se fizeram aumentar, considerando que a chegada de imigrantes para o

estabelecimento de colônias na província tornara-se movimento contínuo e de grande escala (Laroque, 2007). A reação indígena à invasão de seus territórios tradicionais traduziu-se em recorrentes ações de enfrentamento com os intrusos que se estabeleciam em seus domínios.

Na concepção do governo instituído, promover o repovoamento das regiões da província de São Pedro consideradas inabitadas, em especial a região Norte, permitiria a ligação com o oeste missioneiro, que vinha sendo protagonista do comércio de muares, de onde as tropas seguiam em direção à província de São Paulo, por isso se tornaria de fundamental importância (Roderjan, 1991). O caminho utilizado oficialmente para a entrada e saída da província de São Pedro, até então pelo tropeirismo, fora o que ligava o norte desta à província de Santa Catarina através do passo de Santa Vitória, às margens do rio Uruguai. Após a travessia do rio Uruguai, o caminho conduzia a Lages, depois para a província de São Paulo, com destino final Sorocaba, onde ocorria a feira de negociações e comercialização do gado (Roderjan, 1991).

Com o fim do ciclo do tropeirismo, que otimizava, em termos logísticos, o centro-norte e nordeste do estado a caminho de São Paulo com mulas e gado, com a crise da pecuária para a indústria do charque, final do século XIX e início do XX, muitos pecuaristas dedicaram-se à criação de animais muares para serem vendidos para tração nas atividades da agricultura na região colonial italiana e alemã do Rio Grande do Sul e do oeste de Santa Catarina, espaços de intensa colonização no período (Souza e Silva, 2011). Ou seja, a estrutura pecuarista do grande proprietário deu sequência, porém com um mercado regional para o gado e mulas. Isso permitiu a abertura de estradas e caminhos não dinamizados entre o norte do estado e a região de colonização italiana e alemã no noroeste do estado, bem como oeste e meio-oeste de Santa Catarina (Souza e Silva, 2011).

Com o passar do tempo, novas rotas foram se constituindo em função da centralidade do comércio de muares. Novos caminhos eram requeridos sobretudo para o encurtamento das distâncias, melhores con-

dições de travessia e possibilidades de se burlar o fisco das coletorias de impostos. Para a abertura de tais rotas por entre as províncias do sul do país, diversas expedições de exploração foram organizadas a fim de abrir, reabrir e legitimar caminhos. Estes, por sua vez, estabeleceriam uma nova estrutura de ocupação da região Norte da província, tendo em vista criarem condições para o assentamento de luso-brasileiros envolvidos na prática do tropeirismo ao prover uma dinâmica de relações econômicas, permitindo a instalação de estancieiros (grandes proprietários fundiários) na região.

A venda de terras visando efetivamente colonizar a região Norte-Nordeste do estado desenvolveu-se, de acordo com Barbosa (1981), diante da demanda crescente da busca por novas terras por imigrantes e descendentes, sobretudo italianos das chamadas "colônias velhas", isto é, da zona de colonização serrana, em específico das ex-colônias Caxias, Dona Isabel, Conde d'Eu (Branco, 1993). Mascates de origem síria e libanesa circulavam por essa região em razão justamente desses caminhos abertos e das possibilidades de negociar mulas, gado nos territórios de Lagoa Vermelha, Vacaria, Lages e a região colonial italiana e alemã da serra e dos vales dos rios Jacuí e Caí, bem como a possibilidade de migrar para alguns municípios de Santa Catarina e Paraná. Nesse sentido, Lagoa Vermelha havia se tornado um ponto estratégico para negócios e mobilidades geográficas de comerciantes.

A pecuária e o comércio em geral, aliados ao campo extrativista (madeira e erva-mate), marcaram o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX no território de Lagoa Vermelha (Souza e Silva, 2011). A ligação com áreas litorâneas dava-se através do comércio do charque, couro, crina de animais, toucinho e erva-mate. Os tropeiros regionais retornavam para Lagoa Vermelha com produtos litorâneos, geralmente alimentícios, como açúcar mascavo, arroz, farinha de mandioca, charque de peixe e algumas guloseimas (rapaduras), que eram revendidos no comércio local e diretamente para alguns moradores do município (Barbosa, 1981; Branco, 1993; Souza e Silva, 2011).

A colonização mais efetiva e deliberada pela esfera pública nas primeiras décadas do século XX viabilizou a migração de vários grupos étnicos. Sírios e libaneses migraram também, porém não para incorporar terras no seu quadro de referências econômicas, mas, sim, para otimizar o comércio num espaço ainda muito carente e limitado. A aquisição de terras demonstrou ser uma possibilidade em razão da existência de uma ampla fronteira agrícola, em geral de preços baixos e/ou subsidiados pela esfera pública via colonização pública e/ou privada, do fatiamento de grandes latifúndios luso-brasileiros que se estabeleceram anos antes e transformaram, senão toda, boa parte de sua área como reserva de valor e buscaram otimizar com a presença de imigrantes na região.

Segundo Branco (1993), no final do século XIX já eram contabilizados 12 árabes no território de Lagoa Vermelha, porém foi nas primeiras décadas do século XX que jordanianos, palestinos, sírios e libaneses adentraram nesse espaço em razão da interligação regional, em particular com Santa Catarina através de Lages, bem como com a região colonial italiana, em particular Vacaria e Caxias do Sul, e dessas com o litoral. No livro de Barbosa (1981, p. 228) há uma descrição de famílias árabes em Lagoa Vermelha, porém sem indicação do país de origem. Segundo Barbosa, havia no município, nas primeiras décadas do século XX, José Gabriel Merib, seus irmãos Benjamin e José Gabriel Merib; Gabriel Moisés Tigre; José Jacob Nácul, sendo este talvez o primeiro a migrar para o município em 1890, sendo

> // [...] casado com Luísa Moojen, tendo os filhos: Dr. Abelardo José (advogado, deputado estadual e prefeito); Dr. Cyrio José Nácul (médico e vereador); Dr. Araby Augusto Nácul (dentista e professor); Marina, casada com Jorge Moojen; Dr. Jorge Guilherme (médico); Jacira; o filho, Dr. Abelardo José, é pai da Dra. Rose May Berthier (advogada e professora), Maria Salete, casada com o Dr. Alduíno Sartori, Antônio Carlos (pecuarista) e Abelardo. Filhos do Dr. Cyrio: Berenice (médica), Arquimedes (advogado), Cyrio José (estudante de medicina) e Maria

> Luísa, casada com um juiz de direito. Filhos do Dr. Araby: Evandro (engenheiro da Petrobrás), Terlando (engenheiro civil), Jacira, casada com o falecido advogado Jacques de Andrade, pai do Dr. Caio Nácul de Andrade, Susi (professora) e Júlio Celso (gerente da Caixa Federal de Porto Alegre). (Barbosa, 1981, p. 82).

Continua o autor dando indicação das profissões dos descendentes de José Jacob e que se tornaram médicos: Dr. Cyrio Nácul, Dr. Jamil Nácul, Dr. Augusto Nácul, Dr. Almir Nácul, Dr. Paulo Soly Nácul. Segundo Barbosa (2005, p. 229), "na década de 1920 trabalhava aqui o médico prático José Gabriel Nicolau Merib, tronco da numerosa família Merib".[139] Enfatizamos o início de parte da genealogia da família Nácul, a partir do patriarca José Jacob, em razão da ampla ramificação que se constituiu em Lagoa Vermelha, por possuir ainda descendentes e ser a referência de lembranças quando falamos em sírios e libaneses do município.

Através dos registros de nascimentos de sírios e libaneses em Lagoa Vermelha nas primeiras décadas do século XX, percebemos ramificações de famílias Nácul, Tigre, Kartabil, Merib, Jorge, Tigre, Salim, Abrahão, Salim/Salles, dentre outras[140].

Barbosa (1981) escreve que havia árabes em lagoa Vermelha ainda na década de 1880, porém é na década de 1920 que se evidencia uma maior presença e fixação de morada em Lagoa Vermelha; vários deles migraram de Lages e Vacaria; no caso a família Merib. A família Nácul registra o comércio desde o final do século XIX no município, talvez tenha sido um dos primeiros a fixar loja no recém-criado município. Descendentes das famílias Tigre também se estabeleceram no município ainda no século XIX e ambos se envolveram muito com a política local como Gibrail Tigre, que foi vice-intendente e intendente municipal ainda durante a Primeira República (Barbosa, 1981).

[139] BARBOSA, F. D. *Nova história de Lagoa Vermelha*. Porto Alegre: Editora EST, 1981, p. 228 e 229.
[140] Ver anexo ao final deste capítulo.

Barbosa (1981) analisa que muitos sírios e libaneses que se inseriram no cenário das colônias italianas tiveram um processo ativo de integração e assimilação, alguns casando com descendentes de europeus, como Mohamad Hayef Makki, instalado em Vacaria, que migrou para Lagoa Vermelha e casou com uma mulher de descendência italiana. Como vimos pelo quadro anterior, grande parte dos imigrantes sírios e libaneses estabelecidos em Lagoa Vermelha promoveram casamentos mistos, em geral com descendentes luso-brasileiros e italianos, os quais já haviam fixado residência no sul do Brasil. Esse processo regional/local revela uma dinâmica relacional que, em nível de Brasil, marcou esses dois grupos de imigrantes.

A família Merib teve grande expressão em Lagoa Vermelha, em particular na pessoa do médico José Gabriel Nicolau Merib, médico sírio formado pela Universidade do Cairo em 1888, que migrou para Lagoa Vermelha na primeira década do século XX, o qual se destacou por atender pacientes no meio rural, em distritos da região Nordeste do estado, visitando-os e levando remédios aos de baixa renda, como evidenciado por interlocutores que mencionaram isso, e o anúncio do jornal expressa a afirmação de que "aos pobres consulta e tratamento GRATIS" (jornal *A Ordem*, Lagoa Vermelha, 26/05/1919). O médico viveu e atuou em Lagoa Vermelha por mais de três décadas; faleceu em 1949, com 82 anos de idade.


Dr. José Gabriel Nicolau Merib

Medico, operador e parteiro

—

Formado no anno de 1888, pela Universidade de Cairo, (Egypto) conforme diploma em seu poder e com seis annos de pratica no Hospital da mesma cidade.

—

Attende a chamados no municipio e fóra, a qualquer hora do DIA ou da NOITE

—

Aos pobres consulta e tratamento — GRATIS —

—

Lagoa Vermelha

Lageado do Ivo

Anúncio do médico José Gabriel Nicolau Merib, sírio-libanês. O consultório de Merib localizava-se no Lageado dos Ivos, então distrito de Clemente Argolo, em Lagoa Vermelha.
Fonte: A Ordem. Lagoa Vermelha, 26 maio 1919. APERS. Habilitações de Casamento de Lagoa Vermelha.


باسم الحضرة الخديوية

We, the under signed, hereby, grant this to certefy, that Dr. Joseph G. N. Morait has completed his studies in all medical and surgical sciences and operations, which he has proved in them, to be, a very able M. D. and operator, and he has duly complied with the said sciences and also in all questions and examenations put to him in a real and official audience This, in The day of Monday, 7th. February 1888. Giving at the Medical College of the Egyptian Governement, in Cairo

Mohamed Ali M.D.

Diploma de médico de José Nicolau Merib, obtido junto à Universidade do Cairo, no Egito, em fevereiro de 1888. Acervo pessoal de Artêmio Junior Merib.



José Gabriel Nicolau Merib com a esposa (no centro da foto) com filhos e netos. Acervo pessoal de Noemi Terezinha Merib, neta de José Gabriel Nicolau Merib.

Segundo Francisco (2013 e 2017), a migração de sírios e libaneses no Rio Grande do Sul, nos últimos anos do século XIX, concentrou-se em maior número nas cidades maiores, as quais vinham desenvolvendo uma estrutura comercial e industrial; aliado a esse contexto do espaço urbano de grandes cidades, havia a colonização para áreas do norte/nordeste, as quais ainda estavam se estruturando em novos núcleos de colonização (públicas e particulares), portanto, lugares novos e promissores em termos de mercado para trocas de produtos e/ou aquisição de terras. Em geral, no final do século XIX e início do século XX, essas regiões já possuíam facilidade de acesso pelas vias ferroviária ou fluvial. Na região de Lagoa Vermelha, alguns sírios e libaneses migraram em razão das interligações existentes da estrutura ferroviária e da estrada das tropas, que interligava essa região com o município de Lages. De acordo com Francisco (2017, p. 96),

> [...] os imigrantes mais antigos, radicados em Santo Antônio da Patrulha, Lagoa Vermelha e Vacaria, espalharam-se pela Serra Gaúcha e pela região agrícola de Passo

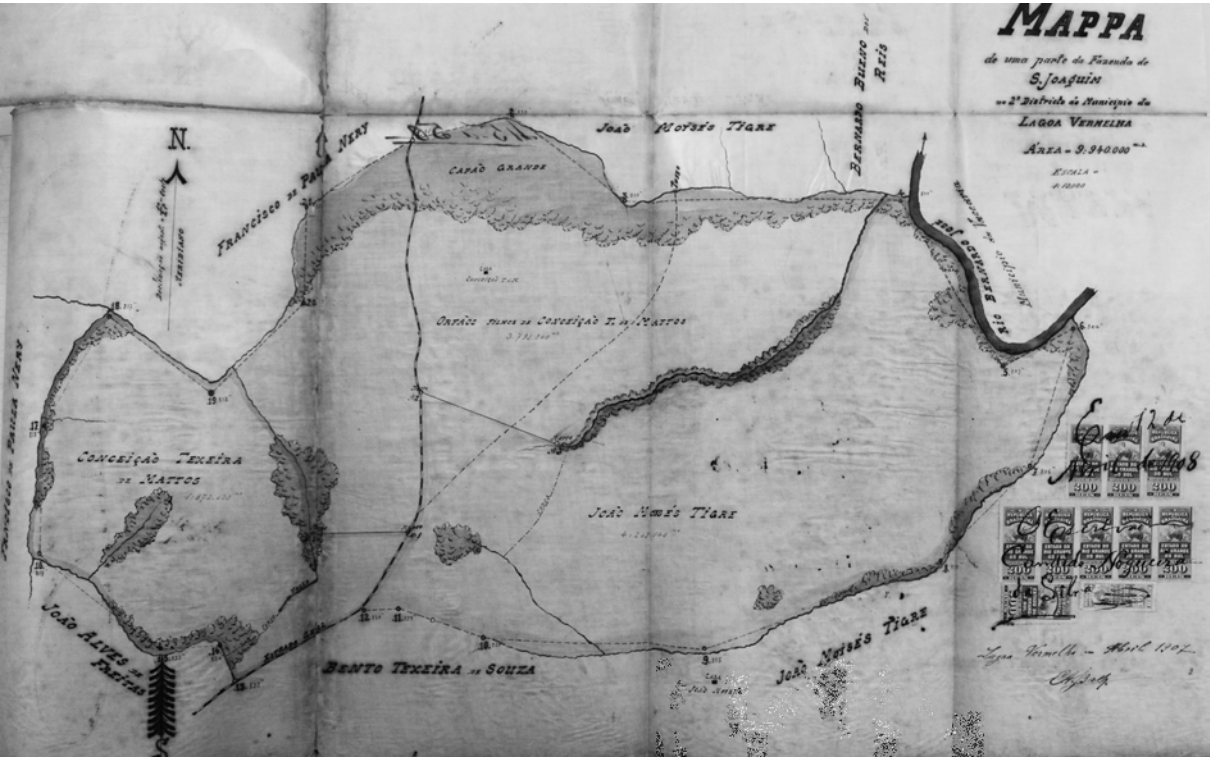
> Fundo e Getúlio Vargas, mas também pelos Aparados da Serra até o litoral norte, em Torres. Os que estavam em Cruz Alta, na geração seguinte, aparecem em Ijuí e Carazinho. //

O autor afirma ainda que no interior do estado, em particular nas regiões Norte/Nordeste, famílias ampliadas pelo parentesco e origens comuns em termos geográficos estabeleceram comércio e foram se radicando no interior das respectivas sociedades.

> // [...] no início do século XX, Passo Fundo, assim como Caxias do Sul, Garibaldi e Ijuí, muitas outras cidades de origem colonial, possuíam famílias sírio-libanesas radicadas, muitas mantendo laços de parentesco entre si desde a origem, e no Brasil, pelo menos na primeira geração. Na medida em que foram crescendo materialmente, também foram se espalhando pela região e se inserindo nas sociedades locais, sendo assimiladas ao extrato social correspondente à região à qual foram se incluindo (Francisco, 2017, p. 98). //

As atividades agrícolas fizeram parte por alguns migrantes sírios e libaneses nesses espaços em que as fronteiras agrícolas existentes possuíam terras a preços baixos, era uma forma de investimento e diversificação produtiva e mercantil. As ramificações da família Nácul, Tigre, Abrahão, dentre outras, em Lagoa Vermelha, é um desses casos que investiram na agricultura. Diz um entrevistado que seu avô "tinha mais de 100 milhões de campo, ou seja, mais de 10 mil hectares". Em outras partes do estado, principalmente na região Sul, com a mecanização da lavoura de arroz nas primeiras décadas do século XX, houve uma significativa presença de sírios e libaneses nessa atividade. Porém, como já vimos em nível geográfico mais amplo, essa não foi a atividade primeira, mas decorrente de acúmulo de capitais no setor comercial. Possivelmente foi o que ocorreu no norte-nordeste do estado. Com acúmulo de capitais e com terras dis-

poníveis para a produção agrícola, posteriormente, década de 1950, com a possibilidade de mecanização, bem como financiamentos para a aquisição de máquinas, o incentivo à cultura do trigo, depois da soja, fizeram com que houvesse maior vínculo de sírios e libaneses nessas atividades como estratégia de diversificação produtiva, tornando-se o que se convencionou chamar na região de "granjeiros", ou seja, produtores modernizados, com intensa produção de excedentes agrícolas, e criação de gado.



Mapa da Fazenda São Joaquim, pertencente a João Moyses Tigre. APERS. Processo de compra de um pedaço de terra por João Tigre dos órfãos de Conceição Teixeira de Mattos. 1906.

Além do vínculo ou interligação entre comércio (mascateação e lojas), pecuária e agricultura, uma nítida particularidade de sírios e libaneses no nordeste do estado, especificamente no território de Lagoa Vermelha, foi o vínculo integrativo com a política, principalmente em adequação com as agremiações no poder do estado. A ramificação de Gabriel Tigre é um exemplo disso, as-



Gabriel Moysés Tigre – sírio que se estabeleceu em Lagoa Vermelha. TIMM, Octacilio; GONZALEZ, Eugenio (Org.) *Album Illustrado do Partido Republicano Castilhista*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934, p. 361.

sim como os Nácul. O capitão Gabriel Moysés Tigre, por exemplo, migrante sírio, emigrou com 15 anos de idade, casou em 1913 com Alzira Pimentel. Foi mascate e dono de casa de comércio em Lagoa Vermelha. Além de mascate e comerciante, vinculou-se intensamente à política (ao partido PRR), participou de alguns movimentos políticos junto à Brigada do Nordeste do estado, do lado borgista na Revolução de 1923, assumindo, com isso, o posto de capitão.

Também Gibrail Tigre teve uma participação ativa na vida política de Lagoa Vermelha, assumindo cargos de conselheiro municipal e Intendente Municipal. Nos movimentos políticos e bélicos que envolveram a Revolução de 1930, lá esteve ele "juntamente com mil conterrâneos, marchou para o campo de operações bélicas" (Barbosa, 1974; Castellano, 2002, p. 38).



Gibrail Tigre, enquanto vice-intendente municipal na década de 1920, na gestão de Maximiliano de Almeida (1928-1930).
Fonte: *O Rio Grande em Revista*, 1929, tomo I, p. 353.

Na entrevista com Antônio Tadeu Tigre, revelou que seu avô, João Moysés Tigre, emigrou da região de Chagra, Líbano, devido a questões religiosas, pois eram católicos, num território, como vimos no primeiro capítulo, de controle otomano e muçulmano. Revelou ainda que, primeiramente, desembarcaram na Argentina, no porto de Buenos Aires, em 1874. Emigram em três, Gabriel Tigre, Gibrail Tigre e o seu avô João Moisés Tigre. O sobrenome, segundo ele,

> [...] foi traduzido o nome em árabe (Namur, que com o passar do tempo, por falta de conhecimento dos escriturários da época ficou conhecido também como Nemer),

> mas, trocando em miúdos Namur ou Nemer significa Tigre, usado até hoje por seus descendentes. [...], eles ficaram na Argentina por menos de um ano e, vieram para o Brasil. Eram vendedores ambulantes, ou mascates, como eram conhecidos na época [...]. Chegaram em Lagoa Vermelha por volta de 1876, vendendo mercadorias no interior. Vieram solteiros.[141]

O interlocutor comentou que seu avô, João Moisés Tigre, casou com Ignácia Nunes, da região de São Joaquim, então distrito de Lagoa Vermelha, hoje, município de Capão Bonito do Sul, por volta de 1888, e se tornou criador de gado, e ressalta, "somente a título de ilustração, a marca de seu gado era o número 25, que era para lembrar a primeira noite que ele dormiu na América, na praça 25 de Maio, em Buenos Aires". Foi pecuarista por quase todo o tempo em que esteve em Lagoa Vermelha, assim como alguns de seus filhos homens. "Meu avô teve os seguintes filhos, que eu lembro: Sofia, Branca, Celina, Elias (meu pai), Marieta, Jorge, Moisés [...]. Meu avô, João Moisés, faleceu por volta de 1946, acredito, minha mãe que cuidou dele durante muito tempo, contava como foram os seus últimos momentos, foi enterrado no cemitério de São Joaquim, Capão Bonito do Sul"[142].

Um outro amplo tronco de família síria é o de José Jacob Nácul, que se ramificou de uma forma ampla em Lagoa Vermelha e região. Participaram da vida política de Lagoa Vermelha como prefeitos, um deles como deputado, criando associações e assumindo diretorias de agremiações, como o "Grêmio 14 de Julho", na década de 1920. As ramificações desse patriarca adentraram para várias áreas econômicas, tornaram-se profissionais de grande expressão nas áreas jurídicas, da saúde e do magistério, investiram em setores como a agricultura, construção civil, mas, foi no ramo do comércio lojista sua grande expressão.

[141] TIGRE, Antônio Tadeu. *Entrevista concedida a Itaci de Souza e Silva*. 2019.
[142] Idem.



Ao centro, o imigrante José Jacob Nácul. Acervo pessoal de José Bertuol Koch.

José Jacob Nácul, imigrante libanês de Anfeh, emigrou com 17 para 18 anos para o Brasil. Segundo Castellano (2002, p. 22), "em 20/01/1870 nasceu José Jacob Nácul radicado em Lagoa Vermelha no ano de 1890, com 20 anos de idade. Foi comerciante e grande criador". Dois anos depois que ele estava no Brasil, trouxe seu irmão Miguel Jacob Nácul. Segundo o Dr. Araby, seu neto, em entrevista revela que "a descendência do primeiro permaneceu em Lagoa e norte do Rio Grande do Sul, a do Miguel, boa parte, migrou para Porto Alegre para desenvolver estudos". José Jacob instalou loja em Lagoa Vermelha, onde hoje é o Banco do Brasil, "doou terreno para a construção da Igreja São Paulo, teve serraria e foi proprietário de grande extensão de terra[143].

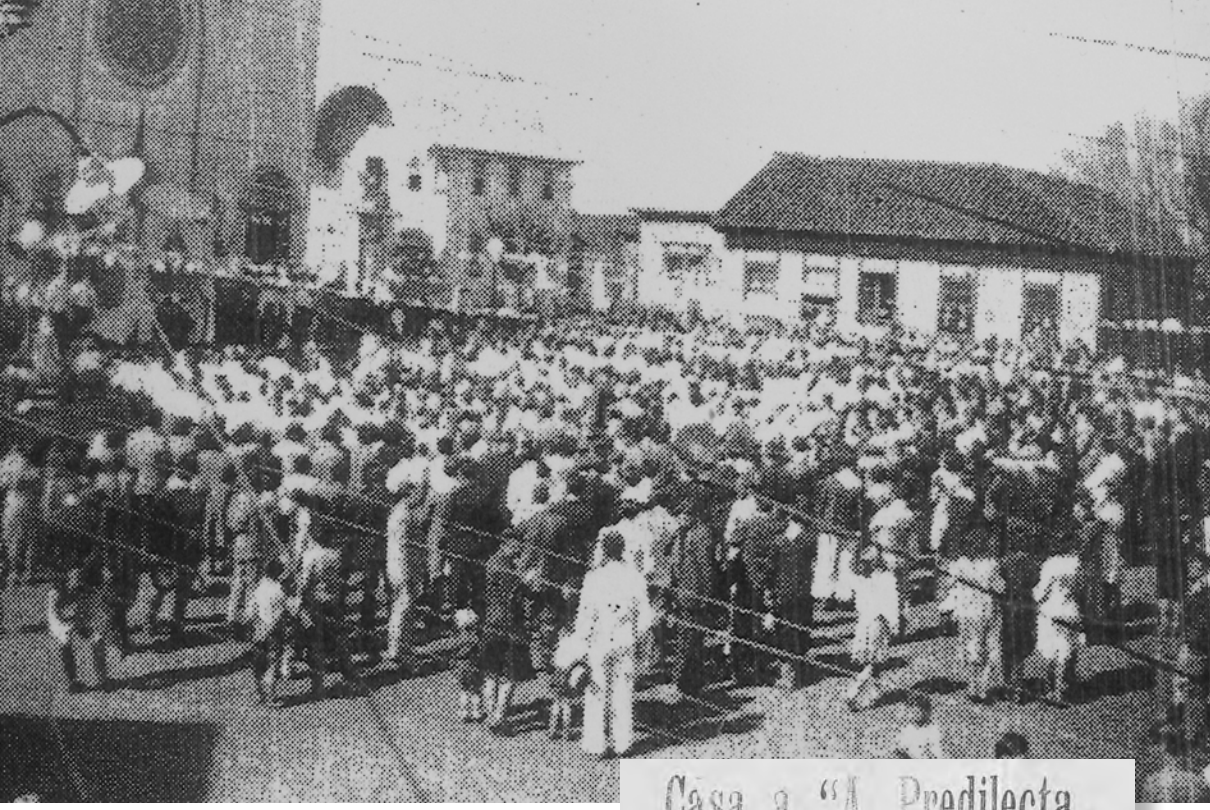
Segundo o Dr. Araby Nácul, "o avô e avó, ambos lidavam na casa de comércio; seus filhos eram incentivados para estudar. Somente da família dos dois irmãos (José Jacob e Miguel Jacob), hoje são mais de trinta médicos.[144] Seu avô teve oito filhos, sendo dois deles mortos pós-nascimento". O interlocutor enfatiza que seu avô "era um homem de negócios; aliava atividades agrícolas, fazenda e comércio"[145].

José Jacob teve certa vinculação com a política, porém o trabalho no comércio e o incentivo ao estudo dos filhos foram seus pontos fortes. Sua

143 NÁCUL, Araby. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco*. 2019.

144 Dentre os vários(as) médicos(as), tivemos a informação de que o Dr. Araby Nácul Filho é uma grande referência na área de transplante de fígado, bem como o Dr. Almir Moojen Nácul, é, em nível internacional, renomado cirurgião plástico, em particular, pioneiro na técnica da bioplastia.

145 NÁCUL, Araby. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco*. 2019.



Festejos na paróquia São Paulo em Lagoa Vermelha. A casa ao lado da igreja, coberta de telhas, à direita, era a loja da família Nácul. Acervo de José Bertuol Koch.



Anúncio da casa comercial "A Predileta", de José Jacob Nácul e Miguel Jacob Nácul, fundada em 1892. Fonte: O PHAROL. Lagoa Vermelha. APERS. Habilitações de Casamento do município de Lagoa Vermelha.

loja, José Jacob & Irmãos, durou quase três décadas. Ele teve vida ativa na política do município, juntamente com seu irmão Miguel Jacob Nácul, foi um dos primeiros comerciantes; Abelardo José Nácul, filho de José Jacob Nácul e Maria Luiza Moojen, teve também uma intensa atuação na política no município e em nível estadual; em 1946 foi nomeado pelo interventor Walter Jobim prefeito de Lagoa Vermelha, tendo sido eleito posteriormente, em 1947; em 1954 foi eleito deputado estadual pelo PSD; vários espaços públicos o homenageiam pela sua ampla atua-

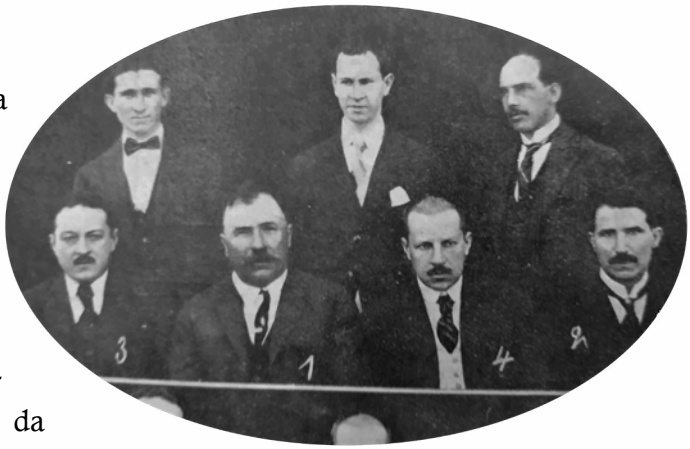


Abelardo José Nácul, político destacado em Lagoa Vermelha e no estado do Rio Grande do Sul. Acervo fotográfico do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense.

ção como representante político do município na esfera estadual e, acima de tudo, por ter conseguido verbas para a montagem de processos infraestruturais, como o hospital, escolas, aeroporto, dentre outros.

Esse processo de vinculação política potencializou as condições para a mobilidade social e econômica dos árabes em Lagoa Vermelha, além de criar as condições para segunda e terceira gerações de até então adentrassem para profissões liberais (médicos, advogados, professores.), grandes investimentos em outros setores que não fossem os do comércio, em particular na agricultura e em imóveis urbanos. A família Nácul, descendente de libaneses, é expressiva desse processo no espaço em análise. Abelardo José Nácul, como já falamos, foi prefeito na gestão de 1948-1951; Araby José Nácul foi vice-prefeito de 1969-1972. O próprio patriarca, José Jacob Nácul, foi conselheiro municipal entre 1908 e 1916; Cyrio José Nácul foi presidente da Câmara de Vereadores de Lagoa Vermelha em 1955, dentre outros e outras ocupações políticas, inclusive em outros municípios da região Norte/Nordeste do estado, alguns de maior expressão econômica e política como é o caso de Passo Fundo.

No interior do estado, esses sujeitos laboriosos geravam renda, incorporavam referências e credenciais de poder pela capacidade adquirida nos negócios, na efetivação de um espaço físico de vendas e, com isso, cumprirem os deveres com o fisco, envolverem a família no âmbito laboral, expressarem grande sacrifício para obter renda com a mascateação, incorporando valores ocidentais, abrasileirando-se em termos culturais, linguísticos, religiosos e maritais, principalmente os libaneses católicos, esses, segundo a literatura que revisamos, em nível de Brasil, tiveram maior assimilação e incorporação à dinâmica política e social dos locais que pertenciam.



Registro dos principais comerciantes do município de Lagoa Vermelha na década de 1920. Na marcação 1 e 2, vê-se os irmãos José Jacob Nácul e Miguel Jacob Nácul, respectivamente; 3 e 4, Pedro Pimentel e Liborio Pimentel, respectivamente. Fonte: COSTA, 1922, p. 500.

No caso específico da família Nácul, sua primeira geração revela um entrecruzamento de redes familiares, as quais viabilizaram negócios, vínculos comerciais com ramificações da família Moojen, permitindo, com isso, diversificar atividades, ascensão social, projeção econômica e política local e de amplitude estadual posteriormente. A ascensão social através do comércio dos primeiros tempos permitiu outras entradas na sociedade regional aos membros desses dois grupos, transpondo a identidade de mascates e comerciantes para outros horizontes, os quais redefiniram a concepção social atribuída nos primeiros tempos a esses sujeitos. Isso permitiu que descendentes reconfigurassem tradições, costumes, vestimentas, crenças ligadas à família, à religião, assimilassem vividos, adquirissem novos conhecimentos e ressemantizassem significados às suas etnias e se integrassem à sociedade nacional.

Comemoração de bodas de prata do casal Ricardo von Borowski e Delfina Loureiro, tradicional família lagoense, em 1917. Na marcação, vê-se Gibrail Tigre (1) e José Jacob Nácul (2). Fonte: BARBOSA, 1981. p. 433.



José Jacob Nácul e sua esposa Maria Luiza Moojen, casados em 1910, geraram uma ampla árvore genealógica que, não obstante tenha se espalhado por várias regiões do país e fora dele, ainda marca intensa presença em Lagoa Vermelha. José Jacob Nácul faleceu em 15 de julho de 1940, com setenta anos de idade.

Praticamente todos os árabes que se estabeleceram em Lagoa Vermelha, ao chegarem na região, exerceram a atividade de mascate. Diz uma entrevistada, esposa do libanês Mohamad Hayef Makki, que "contavam que dormiam na casa de algum patrício, ou onde dava, num cantinho coberto numa rua da cidade, mais tarde, na rodoviária e, saíam cedo, ainda escuro e iam tomar café com algum cliente, pra fora da cidade, na colônia, daí vendiam e compravam produtos de muitos tipos". Continua a interlocutora dizendo que sírios e libaneses vinham de todas as partes da região, mas de Lages ela tem mais lembrança. "Viram que o comércio aqui ia dar, Lagoa não tinha um comércio bem situado e muitos da região tinham menos ainda, daí vinham pra cá." Diz que, mesmo com loja estabelecida, o marido continuou até meados da década de 1970 mascateando, ou comprando em São Paulo e fornecendo para pequenas lojas na região: "Ele ficava até três ou quatro meses fora, eu daí tocava a loja".[146]



Helena Batistella Makki, em momento de entrevista. A interlocutora era casada com o imigrante libanês Mohamad Hayef Makki, que constituiu família em Lagoa Vermelha. Acervo dos autores.

Percebe-se o papel da esposa nas atividades comerciais do estabelecimento fixo na cidade, bem como as múltiplas atividades do marido como lojista, mascate, fornecedor de produtos. Isso foi muito comum entre os sírios e libaneses nas primeiras décadas do século XX no interior do estado do Rio Grande do Sul.

[146] MAKKI, Helena Batistella. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco.* 2019.

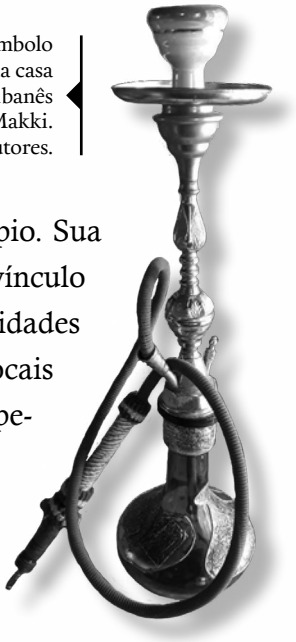


Passaporte de Mohamad Hayef Makki, mascate e comerciante em Lagoa Vermelha. Acervo pessoal de Helena Batistella Makki.

A entrevistada diz que vários membros da família de seu sogro emigraram para o Brasil, estabeleceram-se em Lages/SC, o que veio antes ensinava os outros a língua portuguesa e as técnicas de venda. Ela diz que seu marido também viabilizou aprendizagens e solidariedade aos patrícios que chegavam em Lagoa Vermelha em sua casa, e permaneciam por semanas hospedando-se à noite e saindo para mascatear na região durante o dia. Segundo a entrevistada, o fato de serem novos concorrentes "não era um problema, pois os que vieram antes também foram ajudados pelos que já estavam lá em Lages".

Mohamad Makki e seus irmãos em uma de suas várias viagens de retorno ao país de origem. Acervo pessoal de Helena Batistella Makki.





Narguile – símbolo conservado na casa do imigrante libanês Mohamad Hayef Makki. Acervo dos autores.

Insistimos no fato de que sírios e libaneses, que se inseriram pelo interior do estado, enraizaram-se com intensidade na sociedade local, vincularam-se à comunidade ou ao pequeno município. Sua atividade comercial assim o exigia. Desse intenso vínculo dependia o sucesso de sua atividade mercantil. Nas cidades maiores, como Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, locais onde havia maior intercâmbio de notícias, jornais específicos, bem como associações, maior intensidade de idas e vindas aos seus países de origem, esse processo identitário permaneceu mais coeso, demarcando melhor as fronteiras (Francisco, 2017).

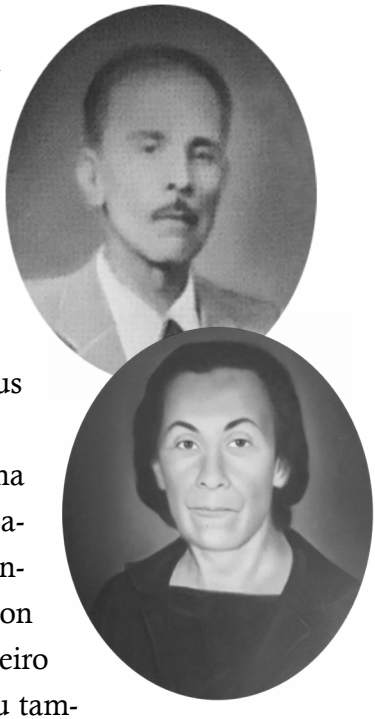
Há uma outra característica que vimos desenvolvendo pela revisão da literatura sobre esses grupos sociais que em Lagoa Vermelha ficou bem expressiva. Trata-se do investimento que a primeira geração de imigrantes imprimiu no estudo dos filhos, homens especificamente (Salem, 1969). Descendentes de José Jacob Nácul e de Miguel Jacob Nácul, por exemplo, formaram-se em odontologia, medicina e direito, ou seja, principalmente em áreas de grande mobilidade, integração, *status* e poder social. Membros da família Nácul, como vimos, uniram-se em matrimônio com uma ramificação da família Moojen, com descendentes do imigrante e médico prático inglês John George Moojen, que se estabeleceu no antigo território de Lagoa Vermelha na segunda metade do século XIX. Essa junção marital formou um amplo tronco de compadrio, parentela e de negócios em Lagoa Vermelha e outros municípios do norte do estado na primeira metade do século XX.

A família Kartabil é outra expressão desse dinamismo que envolve comércio, atividades agrícolas e educação dos filhos. No caso de Hasan Kartabil, que emigrou da Grande Síria em 1916, no Brasil, ele passou a se chamar José Kartabil; trabalhou em Santos como comerciante informal de rua. Migrou para Lagoa Vermelha em 1917.

Casamento de Felippe Kartabil com Herminea Fachine, ambos sentados, ao centro. Ao lado do noivo, seu irmão, José Kartabil. Acervo pessoal de Nelson Kartabil.

José Kartabil emigrou sozinho para o Brasil e, após quatro anos, seu irmão, Felippe Kartabil, veio também e, juntos, formaram uma sociedade comercial. Felipe casou com a brasileira Herminea Fachine. Segundo Nelson Kartabil, seu avô "permaneceu em Lagoa Vermelha por mais ou menos 15 anos e, depois, retornou para a Palestina com sua esposa Herminea Fachine e seus filhos David, Faissal e Anice".

José casou em Lagoa Vermelha com Rosalina Siqueira de nacionalidade brasileira. Atuou em Lagoa e região trabalhando como mascate, "vendendo roupas e joias". Segundo informações de Nelson Kartabil, seu avô "costumava usar mulas de cargueiro como meio de transporte de mercadorias; exerceu também atividade de tropeiro, levando mulas para Sorocaba (SP) no fim do ciclo do tropeirismo pela região noroeste do estado. Acumulando recursos financeiros, estabeleceu-se em Paim Filho com loja de produtos diversos".



José Kartabil e sua esposa Rosalina Siqueira. Acervo pessoal de Nelson Kartabil.





O imigrante Felippe Kartabil, irmão de José Kartabil. Acervo pessoal de Rosangela Kartabil de Mello.

Tres ex-cassieri viaggiatori decisero aprire in Villa Garibaldi una grande casa commerciale, che sará denominata

CASA NOVA

ATTENZIONE! ATTENZIONE!

AL PUBBLICO,

La economia é la base della prosperitá

Due centos conto (200:000$000) di Fazendas e Miudezas, che saranno venduti a prezzi modícissimi. Chi vuole comprare merci buone e a buon mercato, deve comprare soltanto nella casa

CASA NOVA

La nostra casa comprò, in diversi luoghi, un grande Stock di Fazendas, Miudezas, Vestiti fatti ecc. ecc., tutto a prezzi convenientissimi, ecco il motivo per cui possiamo offrire al rispettabile pubblico vantaggi nei prezzi delle nostre merci, con una differenza del 20, 30 e 40 per cento, méno dei prezzi attuali. Ecco una piccola lista degli articoli che abbiamo in casa e che vendiamo a prezzi ridottissimi:

Algodões (bombazinhos) Marche: *Cavallo, Amarcano, Guaranin, Vincedor, Orante, Minano, Touro, Ernesto, Trangode* e altre diverse qualitá nuove.
200 pezze di Morins nazionali e stranieri, che vendiamo a prezzi incomparabili.
Assortimento completo di Casinetas, Brins e Casimiras ecc. ecc.
Grande assortimento di Riscados, Zefiris, Percaes, Chitas, Cretones, Pongés, Gangas, Fóros e Entertellas, ecc. ecc.
Belli assortimenti di fantasie per giorni di festa con liste di seda.
Completo assortimento di Etamines lisos e floriados, Crepe Sedinha, Veilli de todas as cores.
Grande assortimento di vestiti fatti per signore, per tutti i gusti.
Sortimento copleto di Camise, Cravatte e Collarini per uomini.
Collossale assortimento di Fazzuoli grandi e piccoli, a colori e bianchi.

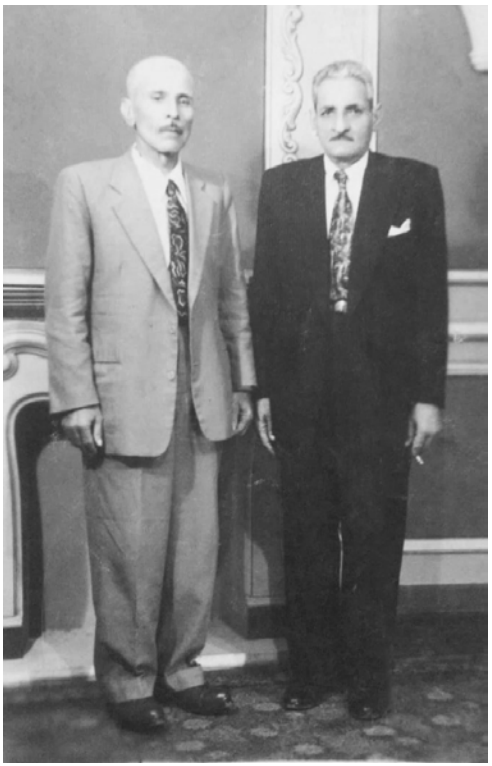
Calze per uomini e donne, fancialli e bambini, per tutti i gusti e a tutti prezzi.
Cortinas de Rendas para janellas, Rendas de filó, de seda e algodão, Rendas valencianas, de linho e de emitação. Bordados e enfeites para todos os gostos.
Vestiti fatti per creature di diverse grandezze. Tutti questi articoli, e moltissimi altri, che sarebbe impossibile enumerarli qui, li vendiamo a prezzi da non temere concorrenza.
SPERIAMO meritare la preferenza e fiducia del rispettabile pubblico, che ci vorrá onorare visitando la nostra casa, ove avrá occasione di verificare il grande stock, che abbiamo e i nostri prezzi incomparabili.
Se volete essere ben serviti, comprate nel negozio QUATRO AMIGOS, che é nella casa del signor Zamboni di fronte a quella del Signor Bellini.

In vista della grande vendita, che abbiamo fatto, due giorni dopo l'apertura del nostro negozio risolvemmo fare domanda di altri CENTO CONTOS di Fazendas a Rio de Janeiro, oltre alla grande quantitá di Fazendas che ci arrivó ieri.

I proprietari: **Felippe Kartabil e Comp.**

Anúncio da Casa Nova, de propriedade da sociedade entre Felippe Kartabil e seu irmão, José Kartabil. Jornal Stafetta Rio-Grandense, Garibaldi, n. 11, 24 jun. 1920, p. 4. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Segundo entrevista com seu neto Nelson Kartabil, José Kartabil não mudou de religião, emigrou como muçulmano e assim permaneceu. Constituiu uma ampla família. Teve nove filhos: Gibrail Kartabil (faleceu aos nove anos), Micail, Amine, Esmail, Anice, Faissal, David, Alba e Amir. Segundo o referido interlocutor, "o avô viajava muito e quem tomava conta dos filhos era sua avó. Ele nunca viajou de



José Kartabil, à esquerda, acompanhado de um amigo também árabe, proveniente de São Paulo, em sua residência em Lagoa Vermelha. Acervo pessoal de Nelson Kartabil.

retorno ao seu país de origem; ele veio a falecer em 15 de maio de 1965 com 75 anos". Além do comércio, José deixou aos seus filhos uma ampla área de terra. O entrevistado informa que seu pai "falava que a casa do avô era muito visitada por árabes que passavam por Lagoa Vermelha, em geral, provenientes de São Paulo e Porto Alegre".



O casal Augusta Júlia Ribeiro e Pedro Abrahão. Acervo pessoal de Ciro Abrão.

Nessa lógica que marcou a presença de sírios e libaneses em Lagoa Vermelha, a qual envolveu mascateação, aquisição de terras, membros da família tornando-se agricultores, casamentos com luso-brasileiras, comumente denominadas no sul do Brasil de "caboclas", está a família de Pedro Abrahão. Ciro Abrão, neto de Pedro, em entrevista concedida, relembra que José Abrahão, casado com Emília Salim, teve vários filhos, sendo que dois deles emigraram para o Brasil: Pedro e Elias. Pedro Abrão (sobrenome aportuguesado) casou com Augusta Júlia Ribeiro, em Lagoa Vermelha, em 18 de março de 1922. Tiveram nove filhos.

O interlocutor diz que seu tio avô, Elias José Abrahão, casou com Iracema Ribeiro no dia 28 de maio de 1927 em Lagoa Vermelha; dessa união, tiveram seis filhos. Elias foi residir na região do Barracão, distrito de Lagoa Vermelha e, além de mascatear, envolveu-se intensamente com a agricultura. Caminho também seguido por Abrahão e alguns de seus filhos, os quais, segundo Ciro, seu neto, "vendiam roupa, calçados e muitas outras coisas; depois do casamento, começou a trabalhar na agricultura".


CASA de NEGOCIO

DE

Pedro Abrahão & Irmão

Completo sortimento de fazendas, miudezas, ferragens louças, drogas, couros, seccos e molhados.

Deposito de sal e herva-matte

Pinhal do Machadinho, 2º. districto de

Lagoa Vermelha

Anúncio da "Casa de Negócio", de Pedro Abrahão & Irmão, sírios residentes em Lagoa Vermelha. A ORDEM. Lagoa Vermelha, 27 fev. 1919. APERS. Habilitações de Casamento do município de Lagoa Vermelha.



Fotografia de Linda Chedid Saud, sem data. Acervo Pessoal de Isac Chedid Saud.

A família Chedid é outra ramificação que marcou intensa presença em Lagoa Vermelha. Cesário Jorge Chedid, casado com Antônia Futhin, emigrou de Kfur Al Arab, Líbano, em 1914, quando começou a Primeira Guerra Mundial. Migrou com seu irmão João Jorge Chedid e uma filha de maior idade, Fadua. Outros filhos ficaram no Líbano e emigraram alguns anos depois. As redes migratórias familiares auxiliaram a migração de Cesário e seu irmão, ou seja, havia primos deles já migrados no Brasil (Nicolau e Miguel Chedid). Cesário e seu irmão migraram para Vacaria, sua esposa ficou no Líbano e, poucos anos após, veio a falecer. Segundo Maria de Lurdes Chedid, 76 anos, em entrevista, os filhos ficaram nas casas dos tios até atingirem maioridade e, com isso, poder migrar para o Brasil, o que aconteceu por volta de 1923. George, Alinda (Linda) e João são os três filhos de Cesário que conseguiram agrupar a família nesse mesmo ano.

Cesário foi comerciante estabelecido em Vacaria em razão de que seus primos Nicolau e Miguel já possuíam comércio nessa cidade do nordeste do Rio Grande do Sul. Sobre os Chedid em Vacaria, no livro *Lembrança de Vacaria* (Giron, Girotto; Abreu, 2013) revela que possuíam comércio e que o primo Nicolau, como pagamento de uma promessa, doou uma imagem de Nossa Senhora e a colocou no topo da torre da Igreja Matriz, fato que causou polêmica na cidade devido ao local escolhido para a santa. Em entrevista com Maria de Lurdes, ela fez questão de enfatizar a beleza da santa, trazida do Líbano, e que ainda se encontra lá.



Na casa do canto direito, sem pintura, pertenceu, por um tempo, à família Chedid em Lagoa Vermelha. Acervo pessoal de José Bertuol Koch.

Os primos de Cesário, estabelecidos com comércio em Vacaria, foram auxiliados pelos parentes recém-chegados. Alguns anos após, eles montaram seu negócio, compravam em São Paulo e vendiam no seu estabelecimento e para outros comerciantes da cidade e região. João, irmão de Cesário, mascateava também, além da atividade na loja em local fixo. Segundo Maria de Lurdes, ambos os irmãos migraram com bons recursos financeiros em moedas, libra esterlina, fato que permitiu trocá-las e investir em comércio e em terras na região de Vacaria.

A filha de Cesário, Linda Chedid, casou com o árabe Khalil Saud, ambos possuíam ligações com parentes em Minas Gerais, cidade de Uberaba, mas foi em Lagoa Vermelha que montaram um comércio. George Chedid, irmão de Linda, também se estabeleceu em Lagoa Vermelha, casou com Madalena Bueno de Almeida e "não foi mascate, foi, sim, barbeiro e retratista"[147].

De acordo com Isac Chedid Saud, um de seus filhos, com 76 anos, seu pai Khalil, que era árabe e filho de imigrante da Arábia Saudita, mascateava na região de Lagoa Vermelha, "saía com malas cheias de mercadoria e, com carroça, ia para o interior de Lagoa e municípios vizinhos"[148]. A casa de comércio deles incendiou e a família atuou em outros ramos, os filhos estudaram, dentre eles nosso entrevistado, que atua no ramo da advocacia em Passo Fundo.

[147] LURDES, Maria de Lurdes. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco.* 2019.
[148] SAUD, Isac Chedid. *Entrevistac oncedida a João Carlos Tedesco.* 2019.



Registro da cerimônia de casamento de Khalil Saud, de origem saudita, e de Linda Chedid, de origem libanesa. Acervo Pessoal de Isac Chedid Saud.

São poucos os descendentes de sírios e libaneses que ainda residem em Lagoa Vermelha; muitos dos filhos, e filhos de terceira geração, migraram para cidades maiores, tornaram-se profissionais liberais, médicos, professores, empresários de ramos variados. Há ainda em Lagoa Vermelha alguns que atuam na agricultura, no mercado imobiliário, no magistério, dentre outras atividades, porém, praticamente não há mais o comerciante lojista das descendências em questão; há, sim, outros árabes no município que atuam no ramo comercial lojista, porém não das etnias analisadas. Muitos dos patriarcas que se estabeleceram no município tiveram seu óbito registrado nesse. Visitamos o cemitério municipal e contatamos um amplo número de túmulos de descendentes de sírios e libaneses, em particular, da família Nácul.

Enfim, de uma forma sintética e panorâmica, com as parcas informações que tivemos, percebemos que em Lagoa Vermelha sírios e libaneses tiveram uma ampla atuação; inseriram-se todos no ramo comercial e diversificaram atividades, inclusive na pecuária, extrativismo e agricultura, mas foi no comércio, como mascates e lojistas fixos, com suas estratégias de venda e amplo acervo de produtos, que sua representação ganhou corpo. A mobilidade social e geográfica promovida pelo estudo dos filhos, pelo acúmulo de capitais variados (econômico e político), ampliou horizontes de atuação. O município conserva hoje várias referências das famílias de sírios e libaneses que no seu interior residiram, marcaram presença e constituíram histórias referendadas em múltiplos campos; algumas mais, outras menos, são lembradas nas nomenclaturas de espaços e construções públicas, em processos culturais e informais, como os gastronômicos. Famílias de sírios e libaneses, algumas dessas, entrecruzaram-se através de casamentos mistos, de novas gerações e que se tornam referenciais de memória identitária expressos nos nomes e na fisionomia de alguns de seus descendentes. Foi uma imigração marcante no município e região do amplo território que pertencia à Lagoa Vermelha expressa no ramo lojista, na agricultura, na política e nas atividades ligadas à medicina, como os Nácul que, segundo um entrevistado, "há mais de

trinta médicos e médicas". Com isso, percebe-se a intensa integração e mobilidade social no espaço de destino dos antepassados, bem como expressão de uniões conjugais mistas, adesões e legitimações públicas na esfera do poder político etc. Muitos de seus descendentes, como tivemos ocasião de perceber pelos entrevistados, conservam nomes árabes de seus antepassados, em geral dos que emigraram, revelando, com isso, alguns vínculos históricos e simbólicos entre os tempos passados e que buscam se entrecruzar em significados simbólicos e geográficos.

6.2. Anexos do capítulo

Quadro 01. Registros de nascimento de filhas e filhos de sírios e libaneses em Lagoa Vermelha (1910-1930)

Nome	Data do registro	Filiação Paterna	Origem declarada	Filiação Materna	Origem declarada
Marina	13/09/1911	José Jacob Nácul	Síria	Maria Luiza Moojen Nácul	Rio Grande do Sul
Abelardo José	21/07/1913	José Jacob Nácul	Síria	Maria Luiza Moojen Nácul	Rio Grande do Sul
Nayr	13/04/1914	João Moysés Tigre	Síria	Ignacia Nunes Xavier	Rio Grande do Sul
Ruy	26/02/1915	Gabriel Moysés Tigre	Síria	Alzira Pimentel	Rio Grande do Sul
Moysés	30/11/1916	Gabriel Moysés Tigre	Síria	Alzira Pimentel	Rio Grande do Sul
Alba	27/04/1917	José Jacob Nácul	Síria	Maria Luiza Moojen Nácul	Rio Grande do Sul
Simão	13/10/1917	Felippe Gabriel Merib	Síria	Hala Elias Saly	Líbano
Cyrio	04/05/1918	José Jacob Nácul	Síria	Maria Luiza Moojen Nácul	Rio Grande do Sul

Nome	Data do registro	Filiação Paterna	Origem declarada	Filiação Materna	Origem declarada
Napoleão	08/05/1918	Gabriel Moysés Tigre	Síria	Alzira Pimentel	Rio Grande do Sul
Antonio	06/06/1918	Abrahão Jorge	Turquia	Sawatta Custicei	Turquia
Coralina	09/06/1920	José Jacob Nácul	Síria	Maria Luiza Moojen Nácul	Rio Grande do Sul
Jacyra	22/01/1921	José Jacob Nácul	Síria	Maria Luiza Moojen Nácul	Rio Grande do Sul
Celso	24/08/1922	José Jacob Nácul	Síria	Maria Luiza Moojen Nácul	Rio Grande do Sul
Adip Jorge	18/12/1922	Jorge Salim Salles	Síria	Eliza Silveira dos Santos	Rio Grande do Sul
Emilia Julia Abrahão	22/01/1923	Pedro José Abrahão	Síria	Augusta Julia Ribeiro	Rio Grande do Sul
Aldina	22/03/1924	Pedro José Abrahão	Síria	Augusta Julia Ribeiro	Rio Grande do Sul
Mary	11/02/1925	Miguel Jacob Nacul	Síria	Noemy Moojen Nácul	Rio Grande do Sul
Araby Augusto	18/05/1927	José Jacob Nácul	Síria	Maria Luiza Moojen Nácul	Rio Grande do Sul
Jacob Augusto	10/08/1927	Miguel Jacob Nacul	Síria	Noemy Moojen Nácul	Rio Grande do Sul
Sírio José	04/05/1929	Pedro José Abrahão	Síria	Augusta Julia Ribeiro	Rio Grande do Sul
Jamil	13/06/1929	Miguel Jacob Nacul	Síria	Noemy Moojen Nácul	Rio Grande do Sul
Maria Celia	29/02/1932	Miguel Jacob Nacul	Síria	Noemy Moojen Nácul	Rio Grande do Sul

Fonte: As informações foram extraídas dos livros de registro de nascimento do Cartório do município de Lagoa Vermelha, entre as décadas de 1910 e 1930. APERS.

Quadro 02. Registros de imigrantes sírios e libaneses e primeira geração de descendentes - Lagoa Vermelha - (1900-1950)

Data do Registro	Contraente	Origem declarada	Profissão	Contraente	Origem declarada
03/01/1911	José Jacob Nácul	Síria	Negociante	Maria Luiza Moojen	Lagoa Vermelha
08/12/1916	Gibrail Tigre	Vacaria/ RS	Empregado público	Maria Antonieta Tigre	Lagoa Vermelha
16/03/1922	Pedro José Abrahão	Síria	Negociante	Augusta Julia Ribeiro	Rio Grande do Sul
04/03/1922	Simão Abrahão da Silva	Síria	Negociante	Maria da Glória	Rio Grande do Sul
04/01/1913	Gabriel Moysés Tigre	Síria	Negociante	Alzira Pimentel	Lagoa Vermelha
09/06/1945	Crescencio Gabriel Merib	Lagoa Vermelha	Lavrador	Josita Silveira dos Santos	Rio Grande do Sul
05/06/1943	Tenente Adib Murad	Ribeirão Vermelho/ MG	Militar	Isone Corrêa do Prado	Rio Grande do Sul
27/10/1938	Abelardo José Nácul	Lagoa Vermelha	Advogado	Amália de Andrade	Rio Grande do Sul
30/04/1949	Izaltino Calefi	Vacaria	Motorista	Aldina Julia Abrahão	Lagoa Vermelha/ RS
31/01/1948	Praxedes Bechelin	Soledade	Motorista	Elibia Julia Abrahão	Lagoa Vermelha/ RS
03/01/1950	Cyrio José Nácul	Lagoa Vermelha	Médico	Terezinha de Jesus Azevedo	Porto Alegre/RS
17/12/1946	Sabino Arias	Porto Alegre	Médico	Cely Honorina Nácul	Lagoa Vermelha/ RS

Data do Registro	Contraente	Origem declarada	Profissão	Contraente	Origem declarada
27/10/1945	Elly Mesquita Veloso	Rio Grande do Sul	Bancário	Mary Moojen Nácul	Lagoa Vermelha/ RS
05/05/1944	Libório Gabriel Merib	Lagoa Vermelha	Lavrador	Otilia Silveira dos Santos	Lagoa Vermelha/ RS
10/07/1945	Jorge Cesário Chedid	Síria	Negociante	Madalena Bueno de Almeida	Lagoa Vermelha/ RS

Fonte: As informações foram extraídas dos livros de registro de casamento do Cartório do município de Lagoa Vermelha entre as décadas de 1910 e 1960. APERS.

Quadro 03. Registros de óbito de sírios e libaneses em Lagoa Vermelha (1910-1950)

Data do Registro	Falecido	Origem declarada	Profissão	Filiação paterna	Filiação materna
24/01/1918	Felippe Gabriel Merib	Síria	Negociante	Gabriel Merib	Simma Merib
24/01/1918	Jorge Elias	Síria	Negociante	Elias Jorge	Helena Paulo
15/02/1929	Jorge Ruede	Síria	Comerciante	Leba Ruede	Jamila Ruede
16/07/1940	José Jacob Nácul	Síria	Fazendeiro	Jacob Nácul	Catharina Namy
02/08/1944	Antonio Miguel	Síria	Lavrador	Não consta	Não consta

Fonte: As informações foram extraídas dos livros de registro de óbito do Cartório do município de Lagoa Vermelha entre as décadas de 1910 e 1960. APERS.

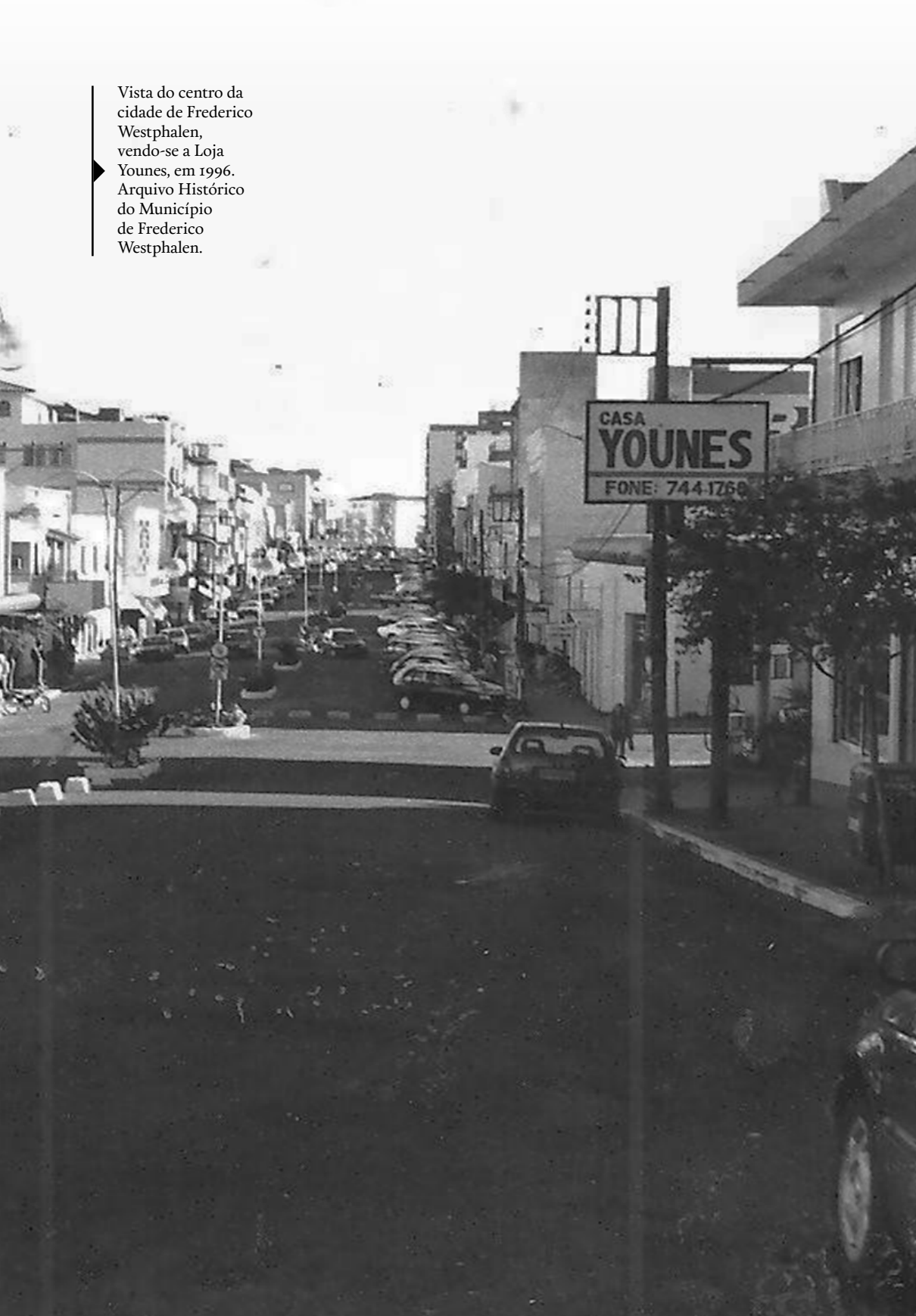
Aspecto exterior da Casa Brasil, pertencente à família Ghouche, em Palmeira das Missões, na década de 1970. Acervo pessoal de Jihad Abou Ghouche.



Sírios e libaneses em Palmeira das Missões Frederico Westphalen e Erechim:

cenários escritos e registros de participação e desenvolvimento





Vista do centro da cidade de Frederico Westphalen, vendo-se a Loja Younes, em 1996. Arquivo Histórico do Município de Frederico Westphalen.

O homem é, essencialmente, um ser histórico, um ser social. Ao se constituir como indivíduo congrega a coletividade e, em sua singularidade, compõe a diversidade, haja vista que é um ser constituinte e constituído de relações interpessoais. Nessa dinâmica da consciência individual e coletiva visa a preservar a sua história. Assim, os territórios-mundo-humano estão carregados de símbolos-simbologias, desenhos, narrativas, materializações, registros-marcas, marcos históricos, fixos, hábitos, eventos-inventos que permitem reviver e rememorar acontecimentos, valores, percepções, movimentos realizados pelo indivíduo e pelo grupo. Esta capacidade inventiva, somada ao desejo de eternização, fomenta o conhecimento que, acumulado pela humanidade congrega gerações, criando e recriando novos saberes num movimento histórico cada vez mais sem precedentes. A captação de alguma "ranhura" desse movimento histórico faz-se revivendo e rememorando ações humanas de intervenção e reinvenção do espaço e suas contribuições para a constituição do mundo cultural, político, econômico, religioso, entre outros aspectos, dos grupos sociais que habitam um território.

Com essa percepção, buscamos nesta seção, realizar uma leitura sobre a participação de sírios e libaneses no desenvolvimento dos territórios dos municípios de Palmeira das Missões, Frederico Westphalen e Erechim. Buscamos evidenciar questões como mobilidade, fixação, sociabilidades e participação econômica. Utilizamos, em especial, entrevistas e imagens fotográficas concedidas pelos participantes da pesquisa e o recurso da narrativa, relizando uma leitura da experiência de vida de cada colaborador. Para isso, desenvolvemos o texto de uma forma didática, valorizando cada entrevistado e sua narrativa, localizando-os nos municípios-núcleo da pesquisa.

Em vista do exposto, consideramos, conforme Sen e Kliksberg (2010), a importância de enxergarmos, não só os aspectos econômicos, mas as pessoas em primeiro lugar, haja vista que o desenvolvimento econômico só tem sentido na medida em que melhora a vida de todos. As pessoas, os grupos étnicos, formam a nacionalidade brasileira e, tomando como referência Kemel (2000), conhecer os elementos, as particularidades de cada etnia permite compreender a constituição da nacionalidade brasileira. As particularidades podem ser encontradas nos elementos que não se fundem e nem se perdem no contato com outras culturas e que constituem a visão de mundo e o ethos dos grupos.

Temos hoje uma vasta literatura que trata sobre a participação de povos (nativos, europeus, afros, orientais, americanos), no desenvolvimento do território brasileiro e do estado do Rio Grande do Sul. Contudo, em se tratando da participação sírio-libanesa no centro-norte do estado do Rio Grande do Sul, a História tem muito a agregar. É nesse sentido que nos situamos como pesquisadores e, como já exposto em capítulos anteriores, buscamos em fontes primárias, como a oralidade, a narrativa, documentos, fotografias e outros, a primazia da singularidade do processo histórico desenvolvido na região em estudo, no caso, o envolvimento de sírios e libaneses nos territórios dos municípios de Palmeira das Missões, Frederico Westphalen e Erechim.

7.1. Palmeira das Missões, Frederico Westphalen e Erechim: territórios de muitas linguagens

Vale considerar que os recortes territoriais desse estudo (municípios de Palmeira das Missões, Frederico Westphalen e Erechim) apresentam processos de ocupação caracterizados como espontâneos e orientados. Durante o período da Primeira República, tendo como princípio a ordem para o progresso, o governo estadual criou um programa de colonização incentivando a migração de descendentes de europeus oriundos das primeiras colônias para ocuparem as áreas de terras devolutas ou novas co-

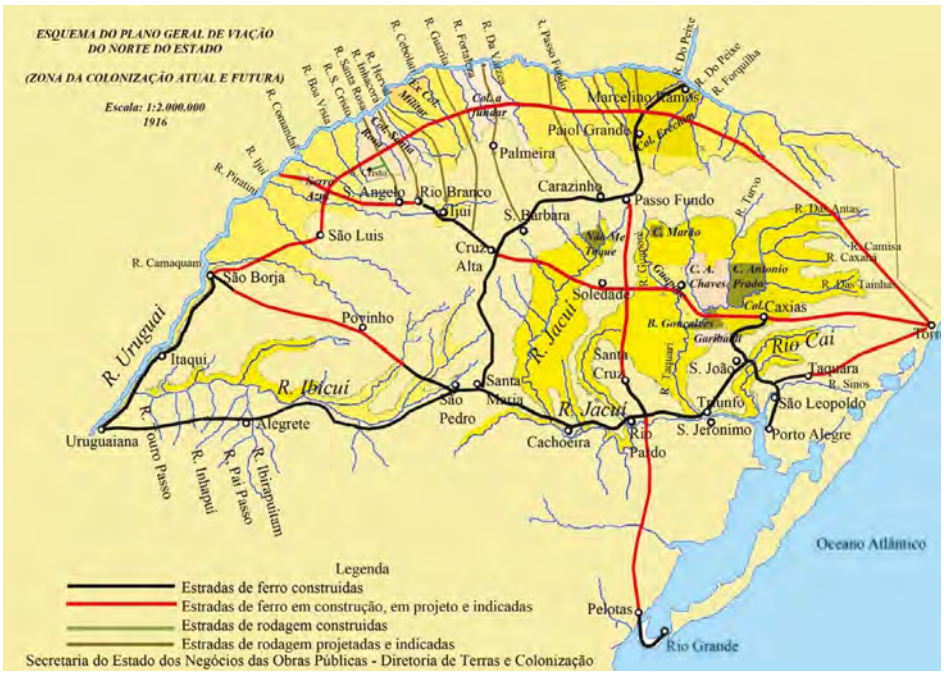
lônias. Com isso, visava a, também, evitar a instabilidade político-administrativa devido a questões, como: ocupação ilegal, disputas partidárias, coronelismo e o contrabando de riquezas naturais, como a madeira. Essa política governamental originou a formação de áreas de colonização agrícola na parte do território coberta pela mata. Para isso, o governo criou um conjunto de políticas públicas, que incluia o desenvolvimento de vias de transportes e de áreas de colonização sob os cuidados de Comissões de Terras (ver Mapa 08, na página seguinte). No conjunto, buscava a inclusão no processo de desenvolvimento econômico de todos os territórios "de mata" ou "terras devolutas" pela oferta de vias férreas (integrando-as às vias desenvolvidas pelo Estado Nacional brasileiro) e de incentivo à fixação de migrantes de origem europeia nas áreas a serem ocupadas ou reocupadas, conforme o caso.

Para que o projeto governamental viesse a ser implementado, no período da Primeira República (1989 a 1930), para controlar e realizar a distribuição-comercialização das terras das áreas de mata, o governo criou núcleos coloniais. O primeiro teve como sede Erechim; o segundo, criado em 1915, teve como sede Santa Rosa (Dalla Nora, 2002 apud Jacomelli, 2004). O terceiro, em 1917, correspondia ao território da "Grande Palmeira". Com a criação dos núcleos coloniais, teve início a história agrária do Planalto gaúcho que, Zarth (1997, p. 12) caracteriza como "processo de ocupação e apropriação" desenvolvido no século XIX, e no qual se encontra as origens das atuais estruturas agrária e social da região. Segundo ele, "Foi naquele período que se formaram as grandes propriedades pastoris e surgiram os primeiros camponeses sem terra, quando, paradoxalmente, havia milhares de hectares de terras virgens".

O projeto do governo do Partido Republicano Rio-Grandense, na Primeira República, dividia o Rio Grande do Sul em áreas produtivas, cabendo aos territórios de colonização a produção agrícola a fim de subsidiar as áreas industriais. A ideia era incentivar a fixação de imigrantes e migrantes nas áreas agrícolas. Para favorecer a fixação do colono e o desenvolvimento agrícola, o governo previa a oferta de es-

tradas de rodagem e de estradas de ferro. Em 1916, o centro-norte só contava com as estradas de ferro Cruz Alta-Marcelino Ramos e Cruz Alta-Ijuí-Rio Branco. Lembra Wolff (2005, p. 23), que a "ferrovia São Paulo-Rio Grande atingiu o norte do Rio Grande do Sul na primeira década do século XX, logo atraindo projetos de colonização". Cardoso e Zamin (2002) colocam que "as estradas de ferro, além de contribuir para o desenvolvimento do mercado interno, estimularam o processo de urbanização, tornando-se fator fundamental para o surgimento e florescimento de algumas cidades e a decadência de outras". Assim, por exemplo, conforme Jacomelli (2011), Passo Fundo fortaleceu sua condição estratégica de centro de articulação regional e inter-regional.

Mapa 08. Mapa da viação e do projetos de colonização no Rio Grande do Sul – 1916. Acervo do Arquivo Histórico do Município de Frederico Westphalen. Adaptado e editado por Jacomelli (2011, p.132).



A partir de 1930, o governo brasileiro instituiu uma política centralizadora e incluiu projetos de desenvolvimento com prioridade para o modal rodoviário que passou a ser o principal meio de locomoção. Até

1955, praticamente todos os municípios situados no centro-norte do Rio Grande do Sul estavam articulados e contando com linhas de transporte rodoviário.

Mesmo tendo sido objeto de um programa governamental voltado para o desenvolvimento da agricultura e tendo como base uma ocupação territorial dirigida pelo governo, que criara os núcleos coloniais, por ocasião da ocupação territorial, foram sendo formados centros urbanos que passaram a concentrar serviços e atividades, inclusive para atender às necessidades das áreas agrícolas e extrativistas. Nesse sentido, "o comerciante tornou-se uma referência para o produtor rural, pois era ele que, na maioria das vezes, orientava o colono e influenciava até mesmo na produção colonial ao aconselhá-lo a produzir ou plantar determinado produto que tinha demanda e venda". (Taglietti 2006, p. 118-119). Essa referência, registra a importância do "tripé propriedade da terra, produção agrícola e comércio" (Tedesco; Sander, 2002, p.18).

Nesse tripé "propriedade da terra, produção agrícola e comércio", a cidade, conforme Jacomelli (2011) passou a constituir uma das dimensões da rede urbana, ponto fixo, centralidade. Nela foram sendo materializados os processos de modernização do território, os registros de territorialidades, porque a cidade é parte constituinte da rede urbana técnica (por sua funcionalidade) e simbólica (por sua representatividade) e responde pela articulação e hierarquização do espaço global. A ocupação do território faz com que a propriedade urbana e o desenrolar de atividades comerciais e de prestação de serviços passem a ser essenciais, inclusive para a possibilidade de poder participar do desenvolvimento de um território a partir da propriedade da terra, da produção agrícola e da pecuária. Assim, a cidade, por sua constituição, passa a ser o lugar do processamento das diversas formas de circulação. É nesta dinâmica citadina/urbana que encontramos o envolvimento de imigrantes e migrantes sírios e libaneses, participando do desenvolvimento desses territórios.

7.2. Sírios e Libaneses no município de Palmeira das Missões: trajetos e trajetórias

Como já exposto em capítulos anteriores, a imigração de sírios e libaneses para o Brasil e Rio Grande do Sul, teve diversos motivadores, desde o contexto interno do país de origem à forma como se estabeleceram, formaram famílias, construíram e participaram do desenvolvimento de diversos lugares. No entanto, buscamos a especificidade não só do grupo, mas da unidade familiar, haja vista que, tomando como referência Francisco (2017), as relações interpessoais são constituídas dentro de um grupo social. Assim, se o indivíduo mudar seu grupo social, constrói e se constrói de forma diferente das experiências vividas anteriormente.

Conforme o quadro de nascimentos de filhas e filhos de sírios e de libaneses no período de 1890 a 1930 em Palmeira das Missões, o registro mais antigo é datado de 1898. Igualmente, mostra uma maior participação de sírios no período de 1890 a 1930.

Quadro 01. Registros de nascimento de filhas e filhos de sírios e libaneses - Palmeira (1890-1930)

Nome	Data do registro	Filiação Paterna	Origem declarada	Filiação Materna	Origem declarada
Abrahão	07/01/1898	Benjamin Fiad	Não consta	Maria José	Não consta
Nicanor	09/02/1903	Benjamin Fiad	Não consta	Maria Jorge Barthechel	Itália
Jorge	11/10/1911	Luiz Elias	Syria	Amina Jorge	Syria
Nassif	30/07/1912	José Nassif	Syria	Maria Moyses Nassif	Syria
Kauker	15/09/1912	Luiz Elias	Syria	Amina Jorge	Jerusalem
Carim	13/10/1913	José Nassif	Syria	Maria Moyses Nassif	Syria
Jamille	20/10/1913	Luiz Elias	Syria	Amina Jorge	Syria
Fiad	03/08/1914	Tufi Fiad	Syria	Chafia Fiad Saliba	Syria
Fariz	11/10/1914	José Nassif	Syria	Maria Moyses Nassif	Syria
Luiz	01/02/1915	Luiz Elias	Syria	Amina Jorge	Syria

Nome	Data do registro	Filiação Paterna	Origem declarada	Filiação Materna	Origem declarada
Sade	16/07/1915	Tufi Fiad	Syria	Chafia Fiad Saliba	Syria
Josef	17/06/1916	José Nassif	Syria	Maria Moyses Nassif	Syria
Salim	14/01/1917	Tufi Fiad	Syria	Chafia Fiad Saliba	Syria
Assib	11/06/1917	Pedro Seffin	Rio Grande do Sul	M Bodeia	Não consta
Anastacia	28/04/1918	Luiz Elias	Syria	Erminda Jorge	Syria
Miguel	07/10/1918	José Nassif	Syria	Maria Moyses Nassif	Syria
Salim	22/11/1919	Amin Salim Sobé	Syria	Maria Calixto Sobé	Rio Grande do Sul
Libano Cury	20/02/1920	Miguel Cury	Não consta	Joaquina Martins Cury	Não consta
Fausta	20/03/1920	Benjamin Fiad	Não consta	Maria Jorge Barthechel	Itália
Carlos	06/11/1920	Felippe Cand Nassif	Syria	Cacilda H Nuncief	Rio grande do Sul
Regina	13/12/1920	Tufi Fiad	Syria	Chafia Fiad Saliba	Syria
Amado Faril	10/03/1921	Amin Salim Sobé	Syria	Maria Calixto Sobé	Rio Grande do Sul
Rosa	13/06/1923	Tufi Fiad	Syria	Chafia Fiad Saliba	Syria
Sarkiss	03/03/1925	Miguel Cury	Não consta	Joaquina Martins Cury	Não consta
Julia	15/03/1927	Tufi Fiad	Syria	Chafia Fiad Saliba	Syria
Solon	20/05/1927	Miguel Cury	Não consta	Joaquina Martins Cury	Não consta
João Baptista	17/02/1930	Tufi Fiad	Syria	Chafia Fiad Saliba	Syria
Maria Sahde	06/03/1930	Miguel Cury	Não consta	Joaquina Martins Cury	Não consta

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos livros do Cartório de Registro de Palmeira das Missões, disponíveis para consulta no Arquivo Público do Estado do Rio Grande Sul.

Os dados do quadro mostram que a presença sírio-libanesa no município ocorreu logo após sua emancipação político-administrativa. O município de Palmeira das Missões foi emancipado em 1874. Na ocasião, ocupava uma vasta área territorial, fazendo limite "ao Norte, com o estado do Paraná; ao Leste, com o município de Passo Fundo; ao Sul, com o município de Cruz Alta; ao Oeste com o município de Santo Ângelo e República Argentina" (Soares, 1974). Nesse sentido, Oliveira (1974) coloca que o município de Palmeira correspondia a mais de 13.352Km².

O território descrito por Soares (1974) e Oliveira (1974), conhecido como "Freguesia da Palmeira", em 1870, véspera de sua emancipação, contava, conforme Soares (1974), com 4.176 almas. Contudo, segue o mesmo autor colocando que, devido à área de mata e à extração da erva-mate, esse número era bem maior. Oliveira (1974), citando o Cônego Leme, sugere que a Vilinha de Palmeira contava com 7 mil almas. O território apresentava duas realidades distintas e complementares, a área de campo e a área de mata que abrangia em torno de dois terços do município. Atualmente, conforme IBGE (2020), possui 34.328 pessoas, sendo 29.836 situadas na área urbana.

A partir de 1933, o território do município de Palmeira das Missões passou a ser desmembrado, dando origem a municípios, como: Iraí (1933), Três Passos (1944), Frederico Westphalen (1954), Chapada e Seberi (1959), Rodeio Bonito (1963), Jaboticaba (1987), Boa Vista das Missões, Lageado do Bugre, Novo Barreiro, Sagrada Família, São José das Missões (1992). (Rio Grande do Sul, 2001). Em 1959, os limites do município eram: Ao norte: Frederico Westphalen e Iraí; ao sul: Cruz Alta e Panambi; a leste: Sarandi e Carazinho e a oeste: Ijuí e Três Passos.

Conforme obra do IBGE (1959, p. 12, v. XXXIV), compêndio Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, em 1956, o município de Palmeira das Missões contava com 66.960 habitantes, destes 4.300 na sede e 62.660 na zona rural. Vale observar que nos números estão considerados os seguintes "*Aglomerados urbanos* – cidade de Palmeira das Missões: vilas: Cairé, Erval Sêco, Jaboticaba, Rodeio Bonito, São José e Seberi".

Quanto aos meios de transporte, em seu território, o município de Palmeira das Missões contava, essencialmente, com a oferta do modal rodoviário. Utilizando este meio, algumas famílias de libaneses chegaram e se instalaram no município em meados do século XX. Na pesquisa tivemos a oportunidade de conhecer um pouco do percurso histórico das famílias: Younes, Ghouche e Awad.

7.2.1. *"O Brasil é o paraíso, tanto que todas raças e origens se dão bem aqui!": a família Younes em Palmeira das Missões*

No período de 1968 a 1991, o município de Palmeira das Missões contou com a participação da família de Yassen Younes no desenvolvimento de atividades terciárias (lojista) e secundárias (fábrica). Foram 23 anos nos quais, com suas lojas e fábrica, a família atendeu à população do município e região. Yassen e Sabrie contaram sempre com o apoio dos filhos, a quem legaram a liberdade de escolha religiosa, profissional e de enlace matrimonial. Incentivaram e oportunizaram aos filhos estudo universitário na área de aptidão de cada um. Em 1991, pensando em novas possibilidades, estabeleceram loja no município de Foz do Iguaçu para onde Yassen migrou acompanhado pela esposa e parte dos filhos. No município de Palmeira das Missões permaneceram Yassif e Omar.



Yassen Said Younes e Sabrie Siaj Younes, em 2018. Arquivo pessoal de Yassif Younes, janeiro de 2020.

Sr. Yassen Said Younes e Sra. Sabrie atualmente residem na cidade de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná. Em vista disso, a pesquisa foi realizada tendo como interlocutor, um dos filhos do casal, Yussif Younes. O resultado segue narrado e ilustrado



Mapa 09. Mapa topográfico do Líbano. Fonte: Meihy, 2016, p. 81.

com imagens e documentos pertencentes à família. Yussif Younes nasceu no município de Planalto, no ano de 1967, atualmente reside no município de Palmeira das Missões e faz parte da segunda geração (no Brasil) da família do Sr. Yassen Said Younes e da Sra. Sabrie Siaj Younes.

Conta Yussif Younes[149], nosso interlocutor, que seu pai, Yassen Said Younes nasceu no dia 10 de fevereiro de 1936, no Vale do Bekaa, região localizada entre as cordilheiras do Monte Líbano e do Antilíbano, no território libanês. Chegou ao Brasil em 1961, em São Paulo. Tinha 23 anos de idade. No Vale do Bekaa as famílias viviam em casas feitas de pedra e barro. Eram famílias numerosas e que contavam com uma renda de pequenos agricultores. Praticavam agricultura de subsistência e também criavam carneiros, tendo como prioridade a produção para o consumo familiar. Assim, "como famílias pobres, desde cedo, ainda na idade infantil, os filhos auxiliavam os pais na realização das tarefas agrícolas e domésticas"[150].

O Vale do Bekaa apresenta características que o diferencia das demais áreas topográficas do Líbano. Conforme Meihy (2016), a composição física do Líbano, pode ser explicada com base em quatro unidades topográficas: A faixa costeira, que abriga os principais centros populacionais libaneses; o Monte Líbano, uma cordilheira de rochas calcárias, que representa para os libaneses a espinha dorsal da nação; a Cordilheira Oriental, um conjunto de montanhas que se alinha paralelamente ao Monte Líbano e o Vale do Bekaa:

149 YOUNES, Yussif. Filho dos imigrantes libaneses Yassen Said Younes e Sabrie Siaj Younes. *Entrevista concedida a Jussara Jacomelli.* 2020.

150 Idem.

> Uma área politicamente conturbada ao longo da história libanesa, mas de grande importância para a economia do país. Trata-se de uma planície com enorme vocação agrícola pela qualidade de suas terras, e por ser cortada por dois dos maiores rios do Líbano: o Litani e o al-Assi (também conhecido como Orontes). Na geografia regional, o rio al-Assi é importantíssimo, já que nasce no Líbano e avança em direção norte, de forma paralela ao mar Mediterrâneo, até sua foz, em território turco. Parte do território sírio depende dessa fonte de água para a irrigação de centros agrícolas, o que confere maior relevância ao Vale do Bekaa no interior das longas crises políticas entre Síria e Líbano. Fora do litoral, é nessa região que se encontram áreas urbanas libanesas consideráveis, como Zahle, Baalbek, Chtaura e Jib Janine (Meihy, 2016, p. 80).

O Líbano é um dos lugares do mundo, conforme já discutido nos capítulos anteriores, que apresenta elevado índice emigratório. O entrevistado colocou que nos anos cinquenta e sessenta a ideia de imigrar para o Brasil percorria a região. Além da propaganda, o convite de parentes que já estavam no Brasil anunciando a possibilidade de uma vida de trabalhos mais rentáveis e com vendas em geral e o sonho com um futuro promissor, foram questões que levaram Yassen e Sabrie a emigrarem do Líbano para viverem no Brasil. Em 1961, Yassen Said Younes deixou o Líbano, juntamente com outros patrícios. Estava casado com Sabrie, que esperava o primeiro filho do casal. Deixou a esposa no Líbano e emigrou para conhecer o Brasil.



Sabrie Saij Younes aos 16 anos, ainda antes de emigrar do Líbano. Foto Studio Liban.
Arquivo pessoal de Yussif Younes.

Conta Yussif que, dois anos depois de seu pai estar no Brasil, em 1963, Sabrie Siaj Younes emigrou do Líbano com o primeiro filho, Mohamed Younes. Nascida em 03 de janeiro de 1942, contava com 17 anos de idade. Com a

chegada da esposa e do filho de 1 ano, a família migrou para Curitiba/PR e, em seguida, para o município de Seberi/RS em 1965, onde nasceram Selma Younes e Omar Younes. Depois migraram para o município de Planalto/RS, em 1967, onde nasceu Yussif Younes e, em 1968, para Palmeira das Missões, onde nasceram Salim Younes, Zhar Younes e Fauzi Younes. Este processo migratório de libaneses, que ocorre dentro do território brasileiro, segundo Francisco (2017), é uma característica inicial do libanês que acontece, também, em solo sul-rio-grandense.

Palmeira das Missões: "um lugar para viver e produzir"

Desde a chegada ao Brasil, Yassen Younes desenvolveu a atividade comercial vinculada à oferta de produtos de cama, mesa e banho. Dessa atividade, obtinha recursos para sustentar a família. Na cidade de Palmeira das Missões, Yassen Younes montou a loja Feira dos Calçados, em 1968. Alguns anos depois, criou a loja Casa Branca e, com o irmão Kassim Yussif Tehini, que imigrou para ajudá-lo no trabalho, fundou uma fábrica de acolchoados, a Acolchoados Palmeira Ltda. A fábrica fechou em 1979 e a família passou a se dedicar, com exclusividade, às atividades comerciais, mantidas no município até 1991. A partir desse ano, parte da família acompanhou os pais migrando e estabelecendo comércio na cidade de Foz do Iguaçu – no estado do Paraná, destino de muitos imigrantes árabes e onde há uma forte concentração étnica e comunitária. O comércio em Foz do Iguaçu é administrado por dois filhos de Yassen e Sabrie. No município de Palmeira das Missões, permaneceram Yussif e Omar.

O comércio foi uma atividade que, de alguma forma, mostrou-se atrativa para os libaneses no Brasil. Esse envolvimento comercial encontra registro em diversos municípios. Em relação a isso, Yussif contou que seu pai, como outros imigrantes libaneses, observou a necessidade de a população simples ter acesso a produtos de cama, mesa e banho. Para atender a essa população do município e região, várias famílias libanesas estabeleceram lojas: Loja Nádia, Casa São Paulo, Central de Tecidos,

Casa Brasil, Feira dos Calçados, Casa Younes, Loja Central, Casa Branca, Bar Maua, Fruteira Younes e mais duas. Na época, o município era majoritariamente voltado à atividade agrícola e com muitos distritos e as populações dos distritos e das áreas rurais precisavam dos serviços comerciais.

Nas lojas da família, Feira dos Calçados e Casa Branca, a família de Yassen Younes comercializava produtos provenientes de São Paulo e de Novo Hamburgo. As lojas tinham como principal clientela a população do município. A Fábrica de Acolchoados Palmeira Ltda, com abrangência estadual, fornecia produtos para atacado (lojistas) e no varejo. A primeira loja foi inaugurada em 1968 e suas atividades foram encerradas em 1991. Atualmente, a família ampliou seu campo de atividades, além da manutenção da tradição de lojista, há quem atua como profissional liberal e quem tem sua atuação como funcionário público.



Família de Yassen Said Younes e Sabrie Saij Younes, 1975. Palmeira das Missões. Sr. Yassen, Sra. Sabrie. Filhos: Omar, Selma (*in memorian*), Yussif, Salim e a frente Zhar. Obs. Na oportunidade, o filho mais velho Mohamed estava no Libano e o filho mais novo não havia nascido.
Fonte: Arquivo pessoal de Yussif Younes, janeiro de 2020.

Uma das dificuldades encontradas pelo Sr. Yassen e pela Sra. Sabrie no Brasil, foi a comunicação. Não falavam português, o que dificultou no início os afazeres domésticos e comerciais, mesmo tendo parentes que falavam a língua portuguesa a quem recorriam quando precisavam de algo com outras pessoas. Outra dificuldade foi manter os costumes, porque alguns hábitos geravam curiosidade no povo local, tais como a maneira de falar e de se alimentar. Contudo, mesmo tendo algumas dificuldades, conforme Yussif, para seu pai Yassen, o Brasil "é o paraíso, tanto que todas raças e origens se dão bem aqui". Sua convicção o faz repetir a frase ainda nos dias atuais.



Salim, Mohamed, Selma, Fauzi, Zhar, Omar e Yussif, em 1987, em Palmeira Das Missões. Arquivo pessoal de Yussif Younes, janeiro de 2020.

Yassen e Sabrie oportunizaram aos filhos as mesmas condições de estudos e sempre valorizaram seus projetos de vida. Por exemplo, a escolha dos cônjuges dos filhos feita pelos pais, é um costume antigo da origem árabe. Um costume que a família não impôs aos filhos, permitindo-lhes a liberdade de escolha, assim a segunda geração da família no Brasil conta com a inclusão dos genros e noras de outras origens, alemã, italiana, portuguesa e espanhola.

Explicou Yussif que seu pai, Yassen, e a sua mãe, Sabrie, mantêm o costume da religião muçulmana, de orientação sunita., preservando valores e ritos. Por exemplo, realizam as orações diárias feitas com a face voltada para a cidade sagrada de Méca, cultivam o hábito das vestimentas brancas, transmitem ensinamentos religiosos nas conversas com a família e com a comunidade e praticam, na família, a língua árabe.

O ritual religioso faz parte dos hábitos da família. Descreve Yussif que "seguindo a tradição muçulmana sunita, sua mãe Sabrie, realiza suas orações em um tapete utilizado somente para isso. Também para rezar mantém sempre os pés descalços e bem limpos, usa roupas brancas, após o banho. Os momentos de oração são feitos, no mínimo, quatro vezes ao dia e com o olhar voltado para Meca que é a cidade sagrada. Cos-

tuma rezar em casa e nas sextas-feiras e, em dias especiais, no Templo". A oração, para o muçulmano, não pode ser feita de qualquer forma, segue regras, entre elas, a limpeza do corpo e do ambiente de oração. Igualmente, a culinária é uma mostra do cuidado da família do Sr. Yassen Younes com a tradição e com os costumes. Para isso, a família conta com a dedicação e com os cuidados da Sra. Sabrie.





Sra. Sabrie orando no ambiente da casa, 2017; preparando o alimento, 2020, em Foz do Iguaçu/PR. Arquivo pessoal de Yussif Younes, janeiro de 2020.

7.2.2. *"Aqui é um céu aberto, aqui não é um país, é um continente": a família Ghouche*

Como a família Younes, a família Ghouche participou, com seus empreendimentos e valores, do desenvolvimento de Palmeira das Missões. Após alguns anos no Brasil, no ano de 1972, Mohamad Omar Abou Ghouche, juntamente com a esposa, veio a estabelecer comércio no município de Palmeira das Missões, onde permaneceram alguns anos. A trajetória e a participação desta família em Palmeira das Missões constam na entrevista intermediada por Jihad Abou Ghouche[151], filho de nossos interlocutores, Mohamad Omar Abou Ghouche e Sabah Ahmad Hamdan. Jihad é professor de árabe e inglês, bem como autor de livros em

[151] GHOUCHE, Jihad Abou. *Entrevista concedida a Alex Antônio Vanin*. 2020.

torno da temática do ensino de ambas as línguas, sendo também proprietário do canal *Fale árabe*[152], no YouTube, destinado ao ensino da língua árabe on-line.

Mohamad Omar Abou Ghouche nasceu em 05 de abril de 1945, na cidade de Lala, no Líbano. Conta com a idade de 75 anos e tem um percurso histórico de 55 anos no Brasil. Chegou em 1965, com 20 anos. Saiu de Beirute em seis de junho de 1965 e chegou em Santos na data de 2 de julho do mesmo ano. Casou com Sabah Ahmad Hamdan, que tem 63 anos de idade e nasceu em 02 de setembro de 1956. De acordo com Mohamad Ghouche[153], seu processo emigratório para o Brasil se deu em função de viver em uma cidade pequena, agrícola, que apresentava poucas possibilidades de desenvolvimento futuro. Ao tempo de sua emigração, outros dois irmãos mais velhos já haviam trilhado esse mesmo caminho, Ahmad Omar Abou Ghouche e Fayad Omar Abou Ghouche, um em 1955 e o outro em 1962. Seguindo os irmãos, em 1965, deixou sua terra natal. A viagem iniciou em Beirute e durou vinte e seis dias até aportar em Santos. Onze dias passou no Oceano Pacífico, onde "só via água e céu azul".

Ao chegar no Porto de Santos, Mohamad Ghouche conta que partiu para São Paulo, lá ficando dois dias. Após rumou para Cruz Alta, residindo junto ao irmão, à rua Pinheiro Machado, nº 37, perto da Praça da Matriz. Ficou sete anos e depois voltou para o Líbano para casar, lá permanecendo por três meses. Casou-se, em 1972, e retornou para o Brasil com a esposa Sabah Ahmad Hamdan. Ambos, em seus primeiros períodos de estabelecimento, não sabiam a língua portuguesa e a aprenderam a partir da interação com os brasileiros, em geral, com os amigos e fregueses que foram conquistando com o tempo[154].

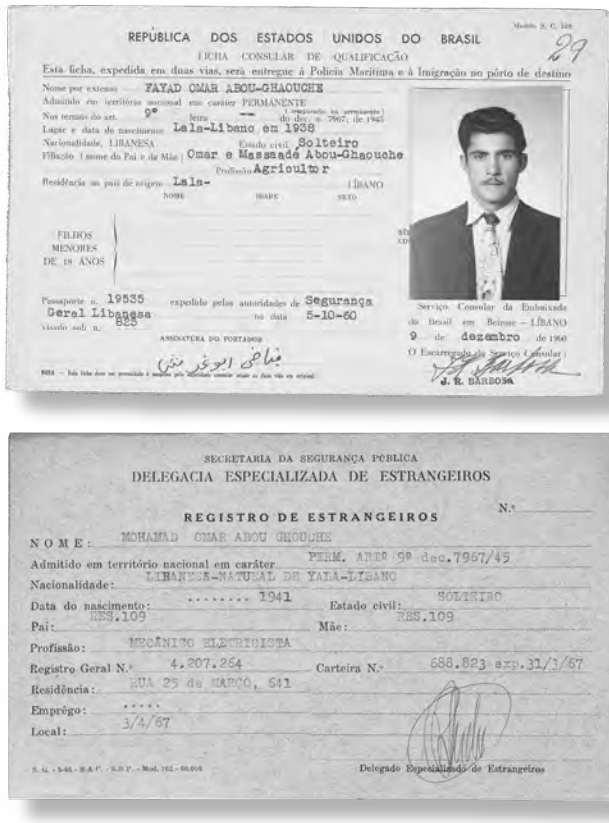
Após o casamento, Mohamad Ghouche e Sabah Hamdan imigraram e estabeleceram-se em Palmeira das Missões, onde instalaram uma loja.

[152] FALE ÁRABE. YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UC8-cZkOfUV1DDWoAJvby_gw. Acesso em: 20 fev. 2020.

[153] GHOUCHE, Mohamad Omar Abou. *Entrevista concedida a Alex Antônio Vanin*. 2020.

[154] HAMDAN, Sabah Ahmad. *Entrevista concedida a Alex Antônio Vanin*. 2020.

Nossa interlocutora Sabah Hamdan, em entrevista, conta-nos que muito pouco sabia sobre o Brasil quando imigrou com seu marido. O percurso de São Paulo até Palmeira das Missões foi feito de ônibus. Já instalada, em Palmeira, disse ter "estranhado" a realidade com a qual se deparava, pois "tudo era diferente". De início, não gostava da nova terra porque não conseguia se comunicar, não sabia a língua portuguesa. Quando chegou foi trabalhar na loja com o marido, onde ficava o dia todo e, em razão disso, acabou por aprendeu a falar português com as balconistas. As moças falavam e ela ouvia a palavra e pedia para que a escrevessem em sua mão, repetindo-a em seguida. Com essa estratégia, passados quatro meses já falava bem o português. A partir daí, contou-nos, começou a gostar; comunicava-se, fez amigas brasileiras e passou a dividir com elas uma nova bebida, o chimarrão.



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no pôrto de destino

Nome por extenso: FAYAD OMAR ABOU-GHAOUCHE
Admitido em território nacional em caráter PERMANENTE
Nos têrmos do art. 9º letra — do dec.-lei n. 7967, de 1945
Lugar e data de nascimento: Lala-Libano em 1938
Nacionalidade, LIBANESA Estado civil, Solteiro
Filiação (nome do Pai e da Mãe) Omar e Massadé Abou-Ghaouche
Profissão Agricultor
Residência no país de origem Lala- LÍBANO
NOME SEXO

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. 19535 expedido pelas autoridades de Segurança
Geral Libanesa na data 5-10-60
visado sob n. 828

ASSINATURA DO PORTADOR

Serviço Consular da Embaixada do Brasil em Beirute – LÍBANO
9 de dezembro de 1960
O Encarregado do Serviço Consular
J. R. BARBOSA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ESTRANGEIROS

REGISTRO DE ESTRANGEIROS N.º

NOME: MOHAMAD OMAR ABOU GHOUCHE
Admitido em território nacional em caráter PERM. ARTº 9º dec.7967/45
Nacionalidade: LIBANESE-NATUAL DE YALA-LIBANO
Data do nascimento: ..... 1941 Estado civil: SOLTEIRO
Pai: RES.109 Mãe: RES.109
Profissão: MECÂNICO ELETRICISTA
Registro Geral N.º 4.207.254 Carteira N.º 688.823 exp.31/3/67
Residência: RUA 25 de MARÇO, 641
Emprêgo: .....
Local: 3/4/67

Delegado Especializado de Estrangeiros

Fichas consulares de entrada no Brasil dos libaneses Mohamad e Fayad Omar Abou Ghouche. Acervo digital da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.

De acordo com o Sr. Ghouche, o mesmo trabalhou também no município de Frederico Westphalen, onde colocou loja. Em Palmeira das Missões o núcleo familiar permaneceu estabelecido com uma "lojinha" situada na Avenida Independência, era a Casa Brasil. Trabalhava com tecidos e com prazos para os clientes pagar.



Aspecto exterior da Casa Brasil, pertencente à família Ghouche, em Palmeira das Missõesl, na década de 1970. Acervo pessoal de Jihad Abou Ghouche.

Sabah descreveu que residiram em Palmeira no período de 1972 a 1978. Depois a família migrou para Jaguarão/RS, cidade situada na fronteira do Brasil com o Uruguai. Tiveram quatro filhos, sendo três homens e uma mulher. O primeiro filho, Jihad, nasceu em Palmeira das Missões. Em 1986, o núcleo familiar voltou para o Líbano, onde permaneceu por 10 anos e, posteriormente, retornou para o Brasil, estabelecendo-se na fronteira do Paraná, em Foz do Iguaçu.

Mohamad Ghouche explica que naquela época havia "muito cliente, venda facilitada. Abrir loja era fácil, era fácil fazer amizade. Era fácil abrir lojinha. [...]. Havia incentivo para o pequeno comerciante. Até o gerente do banco facilitava, [...] quando uma duplicata vencia, podiam-se negociar novos prazos, com juros mínimos. O gerente anotava com o lápis, não com a caneta". Ou seja, o crédito bancário era facilitado, o que permitia ao lojista melhorar o crédito para o cliente.

Em relação às casas comerciais existentes em Palmeira das Missões em fins da década de 1950, quanto ao setor comercial, tem-se o registro de "Fazendas, ferragens e armarinhos (14), secos e molhados (12),

calçados (3), casa de móveis (2), rádios (3), casas de refrigeradores (2). As transações comerciais são mantidas com São Paulo, Porto Alegre, Carazinho, Cruz Alta, Panambi e Passo Fundo" (IBGE (V.XXXIV, 1959, p. 15). Observa-se que o município de Palmeira das Missões, ainda na década de 1960, apresentava um desenvolvimento significativo em todos os setores da economia e que o crédito bancário contribuiu liberando recursos que melhoraram os setores agrícola, industrial e comercial. O número de operários mostra um potencial consumidor expressivo para a época. Segundo nosso interlocutor, a importância do crédito como um incentivo ao desenvolvimento de uma atividade, no caso a atividade comercial, teve papel fundamental nesse período.



O libanês Mohamad Omar Abou Ghouche, no interior da Casa Brasil, em Palmeira das Missõesl, na década de 1970.
Acervo pessoal de Jihad Abou Ghouche.

Quanto à sociabilidade, Kemel (2000, p. 71) relata que nos encontros de sírios e libaneses é possível identificar a manifestação das tradições culturais como a comida, a música e a língua. Cita como um dos hábitos da identidade árabe no sul do Brasil, o mais forte deles, a comida. Também explica que a família tem um papel central. Situações presentes nos depoimentos dos entrevistados. Segundo o Sr. Ghouche e a Sra. Sabah, no período em que estiveram estabelecidos em Palmeira das Missões, não participavam de festas libanesas, porque essas não existiam enquanto eventos formais, porém, havia integração entre as famílias libanesas lá residentes, "em torno de onze ou doze pessoas da mesma cidade natal", reuniam-se com frequência. Os homens costumavam se reunir a noite para jogar baralho e, nos domingos, as famílias se reuniam para uma ceia comum: cada família elaborava um prato para



O casal de imigrantes libaneses Mohamad Omar Abou Ghouche e Sabah Ahmad Hamdan, com seus dois primeiros filhos, em Palmeira das Missões. Acervo pessoal de Jihad Abou Ghouche.

a confraternização, revezando também o local do encontro. Ainda no que tange às sociabilidades, era comum, de acordo com Sabah Hamdan, visitar os amigos libaneses residentes no município de Frederico Westphalen, originários também da cidade de Lala, mantendo, portanto, vínculos com os demais imigrantes, algo comum em todos os períodos da imigração tanto de sírios, quanto de libaneses no Brasil.

Mesmo com as dificuldades de comunicação, segundo nossos interlocutores, era comum que, sempre que tinham conhecimento sobre a viagem de um patrício para o Líbano, fosse enviado por meio dele uma mensagem à família, algo que acontecia com uma regularidade em torno de dois ou três anos. A comunicação enviada nesse caso, era diversa do envio de cartas, ainda recorrente à época: gravava-se áudios em fitas cassete, no qual poderia falar a todos os familiares por voz e, no retorno da mensagem, ouvi-los também. Depois de dois ou três meses, a pessoa que carregara a mensagem voltava com outra fita, que carregava a resposta da anterior.

7.2.3. *Palmeira das Missões, um lugar para comerciar: a família Awad*

A família Mohamad Ali Awad faz parte da comunidade do município de Palmeira das Missões, desde 1955. Hoje o Sr. Mohamad Ali Awad tem 84 anos. Imigrou para o Brasil no ano de 1953. Com 17 anos deixou a terra natal, cidade de Lala, Líbano, visando melhorar de vida. Veio

para o Brasil porque achou que seria uma boa opção para o seu futuro. No Brasil dedicou-se ao comércio. Ao chegar, em 1953, desembarcou em Santos, São Paulo, de onde migrou. Comercializou nos municípios paranaenses de Guarapuava do Sul, Pato Branco, Barracão e, no Rio Grande do Sul, em Palmeira das Missões. No ano de 1955, fixou comércio em Palmeira, onde abriu uma loja de confecções: a Lojas Nádia. Após estar estabelecido no novo município, Awad conheceu a esposa que já residia no local. Casou em 1958, com esposa brasileira, união que gerou quatro filhos[155].



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL 277360
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO
Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Policia Maritima e à Imigração no pôrto de destino
Nome por extenso MOHAMAD ALI AWAD
Admitido em território nacional em caráter PERMANENTE
Nos termos do art. 9º letra ---- do dec. n. 7967, de 1945
Lugar e data de nascimento Lala Líbano em 1935
Nacionalidade Libanêsa Estado civil Solteiro
Filiação (nome do Pai e da Mãe) Ali e Zahr Awad
Profissão Agricultor
Residência no país de origem Lala Líbano
NOME IDADE SEXO
FILHOS MENORES DE 18 ANOS
Passaporte n. 2654 expedido pelas autoridades de Segurança Geral Libanêsa na data 27-2-53
visado sob n. 592
ASSINATURA DO PORTADOR
Serviço Consular do Brasil em Beirute LIBANO
14 de abril de 1953
O CONSUL:

Ficha consular de entrada no Brasil do libanês Mohamad Ali Awad. Acervo digital da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.

7.3. Libaneses no Município de Frederico Westphalen: percursos e histórias

O município de Frederico Westphalen está localizado ao norte do Estado do Rio Grande do Sul. Pertenceu a Palmeira das Missões e foi emancipado pela Lei 2.523, de 15 de dezembro de 1954. Sua instalação ocorreu no ano de 1955. Mas, desde 1917, moradores foram sendo instalados via política de distribuição e ocupação da terra e orientados pela Comissão de Terras e Colonização de Palmeira das Missões. Hoje o município abriga mais de 30.000 habitantes.

Além da ocupação das terras do norte do Rio Grande do Sul, o governo estadual, na época, tinha como projeto realizar a integração do

[155] AWAD, Faahd. *Entrevista concedida a Jussara Jacomelli*, 2020.

território a partir de vias de transporte (Sponchiado, 2005). Após a instalação da Comissão de Terras no município de Palmeira das Missões, em 1917, o engenheiro Frederico Westphalen assumiu a incumbência de traçar uma estrada ligando aquele núcleo às Águas do Mel (Ferigollo, 2004). A partir de então, as estradas de rodagem foram interligando o lugar a outros núcleos coloniais e urbanos em diferentes escalas geográficas e, na década de quarenta, contava com linha de ônibus.

Foi utilizando o modal rodoviário que os migrantes libaneses chegaram no município nas décadas de 1960 e 1970. Ao chegarem, oriundos de diversos territórios, passaram a participar ativamente da economia. Nos anos sessenta do século XX, em torno de quinze famílias libanesas estabeleceram lojas comerciais no município de Frederico Westphalen. Posteriormente, com a abertura de novos mercados, parte migrou para outras regiões do Rio Grande do Sul e do Paraná. Atualmente, a família Younes representa a participação libanesa no processo de formação histórico, cultural e econômico do município. Assim, realizamos um registro das entrevistas realizadas com o Sr. Mahmoud e com a filha do Sr. Ahmad, bem como a ilustração de situações descritas com imagens fotográficas e documentais pertencentes às famílias.

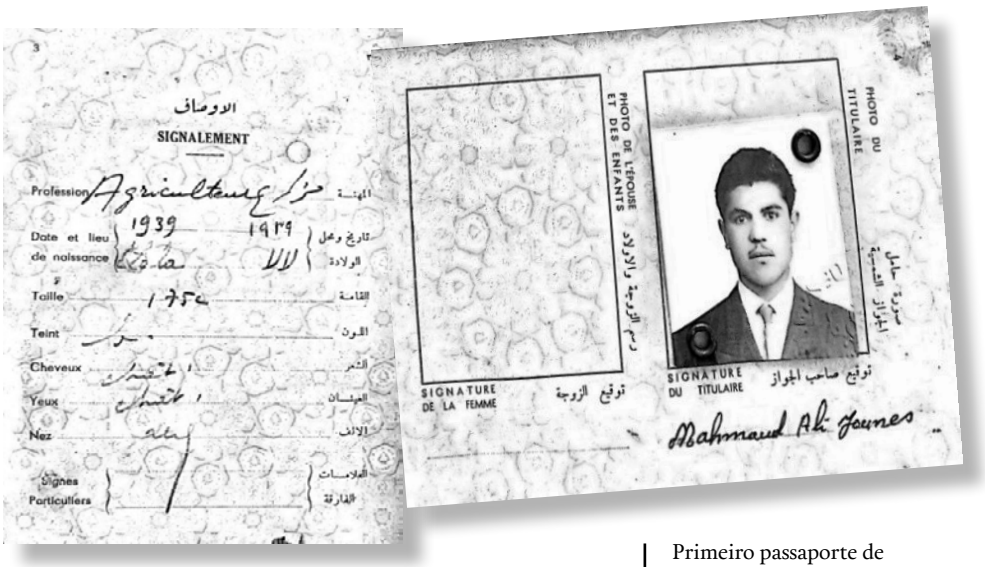


Segundo Vagalume, 1962. Linha Frederico-Mondaí, com transporte de malotes do Correio para os municípios de Caiçara, Prado, Laranjeira (RS) e Mondaí (Santa Catarina). Fonte: Arquivo Histórico do município de Frederico Westphalen.

7.3.1. *Frederico Westphalen, "um lugar para formar família": a família de Mahmoud Ali Younes*

Mahmoud Ali Younes nasceu em 1939. Reside no município de Frederico Westphalen há 60 anos, onde se estabeleceu com comércio e onde construiu e constrói sua história familiar, participando da comunidade municipal, somando na constituição da pluralidade cultural e do desenvolvimento econômico do município e região. Mahmoud Ali Younes nasceu no Líbano, em Lala, um município pequeno, caracterizado como agrícola, situado no Centro do Líbano, no Vale do Bekaa. Residia na área urbana da cidade, juntamente com os pais, Ali Ahmad Younes e Sra. Rufaihe.

Com vinte anos de idade e o sonho de formar família, registrado com a profissão de agricultor, conforme mostra seu passaporte, Mahmoud emigrara de seu país de origem para construir sua história em uma nova pátria a partir do desenvolvimento de uma atividade que lhe permitisse "formar uma família"[156].



Primeiro passaporte de Mahmoud Ali Younes, 1959. Arquivo pessoal de Mahmoud Ali Younes, 2019.

[156] YOUNES, Mahmoud Ali. Imigrante libanês. *Entrevista concedida a Jussara Jacomelli*. 2019.

A cidade de Lala, contou o Sr. Mahmoud, tem mais de trezentos anos de história. Nas primeiras décadas do século XX apresentava uma população de, aproximadamente, 1,5 mil habitantes (hoje, em torno de 3,5 mil habitantes). A ocupação do solo e a distribuição dos habitantes ocorriam a partir de um sistema de partilha e uso do solo no qual as residências se concentravam na cidade, uma área com aproximadamente 400m de altitude. Na área urbana ficavam concentrados também, conforme o caso, os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. Ou seja, as famílias, geralmente, desenvolviam mais de uma atividade. A população vivia basicamente do comércio e da agricultura.

Na área rural as famílias possuíam pequenos lotes, onde praticavam a agricultura.[157] Eram pequenas faixas de terras distribuídas de forma mais ou menos igual para cada produtor. A distribuição dava-se, geralmente, por herança ou aquisição de terras. Por exemplo, nas áreas de planície, destinadas à horticultura, as frações de terras variavam de 1.000 a 1.500m². Na área de planalto, as terras eram destinadas à produção de grãos, frutas, criação de animais, como caprinos, ovinos, gado e muares. Nelas, a variação do tamanho era maior, contudo, as frações apresentavam, no máximo, 10m a 15m de largura e 50m a 70m de comprimento, chegando, em alguns casos a 100m conforme as irregularidades do terreno. Na agricultura destacava-se a produção do trigo, da cevada, do grão de bico, lentilha, fava e verduras (tomate, vagem, berinjela). Toda a produção dependia do sistema de irrigação que distribuía a água do rio Litani e de poços artesianos. O rio Litani nasce no norte do país e atravessa o Líbano de norte a sul. Os poços eram abertos por particulares que forneciam água para os agricultores em troca de parte da produção[158].

[157] As famílias possuíam terras em mais de uma área do município (15 a 20 locais). Esse sistema de parcelamento do solo evitava a concentração de áreas mais produtivas e de maior acessibilidade e, com isso, permitia a distribuição mais equitativa das diversas áreas de relevo e tipologias de solo.
[158] YOUNES, Mahmoud Ali. *Entrevista concedida a Jussara Jacomelli.* 2019.



Pais de Mahmoud Ali Younes, em 1966. Arquivo pessoal de Mahmoud Ali Younes, 2019.

A família de Mahmoud Younes, em Lala, possuía em torno de 20 pequenas frações de terra, propriedades que pertenciam a três pessoas: seu pai, um tio e uma tia, os quais formaram novas famílias aumentando o núcleo familiar. A geração de seu pai permaneceu em Lala. Parte da geração seguinte, formada pelos filhos, motivada pela necessidade de aumentar a economia familiar e pelo desejo de formar família, optou pela emigração.

A família de Mahmoud Ali Younes vivia do comércio e da agricultura. Seu pai, Ali Ahmad Younes abriu o mercado no Líbano em 1953. Mohamed, irmão mais velho de Mahmoud, veio para o Brasil em 1955 e regressou para o Líbano em 1964. No mesmo ano assumiu a gerência do mercado da família, Supermercado Al Kanaa'a. A palavra Al Kanaa'a significa "comerciante que busca a satisfação do cliente e, para isso, se contenta com margem mínima de lucro, ou seja, que pratica um comércio favorável para o cliente e para o proprietário".





À esquerda, a fachada do Supermercado AL KANAA'A, na cidade de Lala, Líbano. À direita, familiares, gerentes do comércio na cidade de Lala: o irmão Mohamed e filhos. Acervo pessoal de Mahmoud Ali Younes, 2019.

Por ocasião de sua abertura, em 1953, o supermercado apresentava um espaço interno de 10m x 8m. As verduras e frutas eram expostas na parte externa, na frente da loja onde permaneciam mesmo na ausência do proprietário (nos momentos das orações na Mesquita e hora do almoço), ninguém mexia. Esse estabelecimento comercial na atualidade foi ampliado fazendo uso do espaço de mais de uma fração de terra urbana. Hoje pertence a sobrinhos de Mahmoud, os quais permaneceram no Líbano, onde continuam com os negócios da família .

Os pais de Mahmoud, Sr. Ali Ahmad Younes e Sra. Rufaihe tiveram oito filhos. Três migraram para o Brasil: Ahmad, o primogênito, emigrou do Líbano em 24 de abril de 1953, Mohamed, o segundo filho, no ano de 1955 e Mahmoud, o quarto filho, emigrou em 1959. Ahmad iniciou suas atividades em São Paulo; Mohamed, no estado do Paraná e Mahmoud em Frederico Westphalen.

Ahmad e Mohamed, estabeleceram-se em Frederico Westpalen após desenvolverem suas atividades econômicas como mascates, comercializando tecidos em várias cidades, dentre elas, São Paulo e Pato Branco. Buscando melhorar os negócios chegaram à região de Frederico Westphalen, onde "tiveram boas vendas". Motivados, passaram a residir no município, onde estabeleceram uma loja de confecções em 15 de janeiro de 1956. A loja recebeu o nome de "Casa Paulista" e passou a funcionar em um prédio alugado de propriedade de João Pastre, situado na Rua do Comércio, em frente à Praça Matriz.

Por sua vez, pretendendo ter as condições para "formar uma família", Mahmoud, em 02 de novembro de 1959, com mais dez patrícios, emigrou de sua terra natal. A viagem de navio durou 27 dias, encontrando seu fim em 29 de novembro. Em terras brasileiras, utilizou-se do transporte por ônibus até seu destino, o município de Frederico Westphalen, onde estavam os irmãos. Em 1959, os irmãos mais velhos abriram outra casa comercial, inaugurada em 27 de outubro de 1959. A "Casa Oriental" foi estabelecida em diversos locais alugados, todos na Rua do Comércio. Em 1964, quando a sociedade foi dividida, um dos irmãos,



Família Younes: Sra. Rufaihe (Mãe). Filhos: Ismail, Younes, Hamed, Mahmoud, Mohamed, Ahmad; Zehr e Amina abraçadas com a mãe, 2007. Lala. Após 53 anos da imigração dos filhos, a família se reúne com a mãe. Arquivo pessoal de Mahmoud Ali Younes, 2019.

Mohamed, retornou para o Líbano. Na oportunidade, o Sr. Mahmoud comprou a parte dos irmãos. Em 1983 adquiriu um terreno na Rua do Comércio e construiu nele uma edificação. Em 23 de julho de 1985, inaugurou, agora em espaço próprio, uma nova "Casa Oriental", e ali permaneceu até 2016, completando 57 anos de atividade comercial. A Casa Oriental foi uma loja de confecções, onde a população encontrava roupas de cama, mesa e banho, calçados e bazar, nos departamentos masculino, feminino, infantil, e também de tecidos em geral. Relata nosso entrevistado que, na loja "a prioridade sempre foi o cliente, por isso, era bem atendido, sempre buscando o melhor para todos".

Ao sair do Líbano, relatou Mahmoud, "deixei tratado com minha mulher, na época namorada, que a buscaria assim que tivesse um comércio ou uma atividade que permitisse as condições econômicas necessárias para sustentar uma família". Isso aconteceu em 1963. Assim, neste ano, já estabelecido, casou-se com sua prima, Sra. Khadija. Na ocasião, não pode viajar para o Líbano. Então casou através de procuração. Khadija, após o casamento viajou para o Brasil. O casamento foi na cidade natal de ambos, em Lala.



Casa Oriental, registro de seu fechamento em 15 de agosto de 2016. Acervo pessoal de Mahmoud Ali Younes, 2019.

Conforme Meihy (2016, p. 17), entre os libaneses, as "normas tradicionais de casamento são baseadas em princípios de linhagem, favorecendo, além da união intracomunitária, os matrimônios entre primos ou parentes próximos". Segue o mesmo autor explicando que, em sociedades extremamente conservadoras, como a libanesa, "esse tipo de casamento garante certa segurança às mulheres por condicioná-las a viver entre pessoas com as quais elas foram criadas, além de manter a herança das propriedades na mesma família pelas gerações futuras" (Meihy, 2016, p. 17-18).

Kemel (2000, p. 60) coloca que o casamento entre parentes foi por muito tempo um costume praticado pelos muçulmanos. Hoje, apesar dos pais continuarem a fazer gosto "em casamento entre a origem" não é muito costumeiro, mas essa prática, entretanto, "revelou-se constante entre a primeira geração de sírios e libaneses chegados ao Brasil". Explica, ainda, que, por vezes, "os noivos chegam a ser prometidos um para o outro pelos seus pais sem que se conheçam pessoalmente e independente das diferenças etárias". Também, descreve que isto era algo que podia ocorrer "desde o nascimento das crianças, por combinação dos pais" e, ainda podendo acontecer "que o casamento dos filhos seja um pretexto

para a reconciliação ou aproximação de duas famílias [...].” Na mesma linha de pensamento, Vilela (2011, p. 169) explica que essa forma de casamento “visava aumentar a coesão familiar e, em sentido mais amplo, a coesão do grupo”.



Casal Mahmoud Ali Younes e Khadija, em 1963. Acervo pessoal de Mahmoud Ali Younes, 2019



Primeiro Passaporte de Khadija Mahmoud Younes, 1963. Acervo pessoal de Mahmoud Ali Younes, 2019.

Khadija, como afirma Mahmoud Younes, herdara de seus pais seis frações de terra na localidade de origem. O pai de Khadija dedicava-se à agricultura e à criação de abelhas e possuía indústria de doces de uva e figos. Tinha plantação de figos, uvas, nozes, ameixas, maçãs e realizava o comércio *in natura*, além da transformação dos produtos. A mãe cuidava dos afazeres domésticos, como da alimentação e da criação dos filhos. Assim como os pais de Khadija, os pais de Mahmoud Younes, criavam animais como gado, ovelhas e cabritos.

Khadija Younes emigrou para passar a residir no município de Frederico Westphalen, onde consolidou seu casamento e formou família.



Pais de Khadija, ano aproximado 1955.
Acervo pessoal de Mahmoud Ali Younes.

Os filhos dessa união atualmente exercem diversas atividades, como lojistas ou prestadores de serviços (advogados, dentistas). Entre os diversos ensinamentos familiares que Mahmoud e Khadija trouxeram para o Brasil, está a vivência religiosa. Praticantes do islamismo sunita, vivenciam sua religiosidade observando os preceitos da religião e realizando as orações diárias em casa. Quando possível participam das orações na Mesquita no município de Foz do Iguaçu, onde possuem parentes, amigos e conhecidos. Na sala de recepção da família há um quadro que referenda a tradição religiosa. É a árvore dos profetas, uma representação genealógica da religião muçulmana.

Além da religiosidade, um dos cuidados da família de Mahmoud esteve vinculado à manutenção dos costumes, como, a culinária, a musicalidade e o idioma árabe que todos falam e entendem bem. Para aperfeiçoar o idioma, todos os filhos tiveram a oportunidade de conhecer o Líbano, sendo que um deles permaneceu uma temporada de dois anos com os avós, em Lala.

Outra questão cultural significativa é a obtenção da nacionalidade libanesa, extensiva aos filhos. O Sr. Mahmoud Younes relatou que o Líbano concede nacionalidade para todos os descendentes de libaneses residentes em outros países. A nacionalidade permite participar, se desejarem, de eventos como as eleições presidenciais. Segundo nosso entrevistado, atualmente 15 milhões de libaneses e descendentes se encontram espalhados pelo mundo, fora do país de origem, dos quais cerca de aproximadamente 7 milhões se encontram no Brasil. Narra o entrevistado que "o Líbano é um país pequeno. Imagine, tem uma

área de apenas 10.500km² e uma população que vem crescendo muito. Por isso, emigrar para outros países se tornou uma necessidade para aqueles que querem melhorar as condições de vida e formar família".



Filho de Mahmoud com primos em Lala, na residência dos avós. Acervo pessoal de Mahmoud Ali Younes.

A geração de Mahmoud Younes dedicou-se à atividade do comércio. Mahmoud e Khadija geraram três filhos. As novas gerações, formadas pelos filhos, sobrinhos e netos atuam em diversas atividades, destacando-se no comércio e na prestação de serviços (Advocacia, Odontologia, Psicologia, Engenharia, Arquitetura, Magistério, Medicina, Farmácia, Bioquímica, dentre outros). Nosso interlocutor também recorda que outras famílias árabes-libanesas estabeleceram comércio em Frederico Westphalen, em torno de quinze, mas com a abertura de novos mercados migraram para outros municípios do Rio

Grande do Sul e do Paraná. Entre essas famílias, a de Ahmad Younes Awad, irmão de sua esposa Khadija. Ahmad faleceu em 1985, deixando esposa e filhos em Frederico Westphalen, esses que, hoje, residem no município de Foz do Iguaçu e em províncias do Paraguai, onde exercem diversas atividades econômicas.

Em relação à comunicação com os familiares que permaneceram no Líbano, explicou que nos primeiros tempos utilizava o telefone, naquele sistema antigo, onde a pessoa usava cabines e pagava pelo uso. Demorava bastante para completar a ligação. Hoje está facilitada, principalmente pelo uso do celular.

7.3.2. *Entre a cultura brasileira e a libanesa: a família de Ahmad Ali Younes*

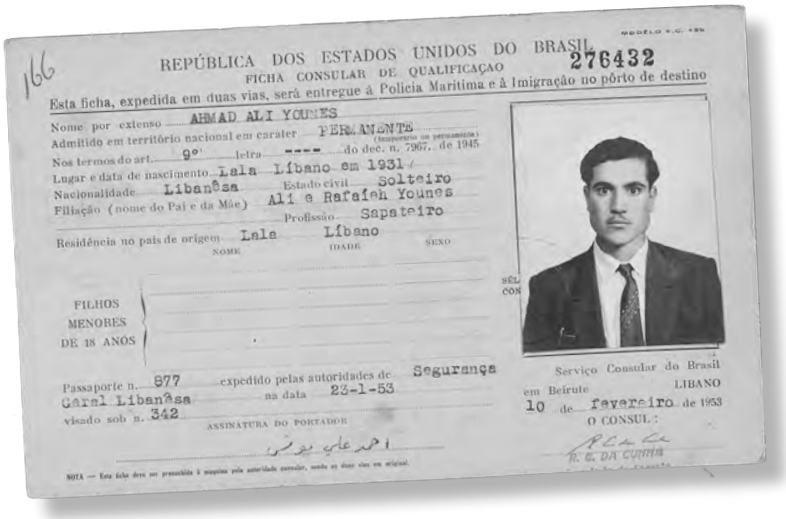
Ahmad Ali Younes nasceu em 23 de janeiro de 1931. É o filho primogênito do Sr. Ali e da Sra. Rufhae. Foi o primeiro da família que emigrou do Líbano e se aventurou em novas terras, no caso, o Brasil. Emigrou em 1953, seguido, em 1955, pelo irmão Mohamed (que alguns anos depois, voltou para o Líbano) e, em 1959, pelo irmão Mahmoud, como já vimos. Ahmad, após ter vivido a experiência de ser mascate, construiu uma história no município de Frederico Westphalen, onde faleceu em 17 de junho de 2019. Nossa interlocutora foi uma das filhas de Ahmad Ali Younes, Samia Younes Prá, psicóloga que atua no município de Frederico Westphalen.

Nossa interlocutora, Samia Younes Prá, por ocasião da entrevista, contou que seu pai, Ahmad Ali Younes, chegou em 1953. Do Porto de Santos seguiu para a cidade de São Paulo, tendo permanecido também, por um tempo, na cidade de Assis/SP, onde iniciou suas atividades, depois migrou para Pato Branco e Clevelândia e cidades próximas, no Paraná. Nessas cidades, foi vendedor ambulante, mascate, comercializava roupas e calçados que adquiria em São Paulo. Vendia nas áreas rurais.



Ahmad Ali Younes no escritório de sua loja, 2018. Acervo pessoal de Samia Younes Prá.

Para isso, utilizava malas. Como destaca nossa interlocutora, seu pai contava que para entrar no Brasil os imigrantes precisavam portar uma "carteira" identificando a profissão de atuação. Na carteira de Ahmad Younes, constava a profissão de sapateiro, embora não o fosse, contudo, essa identificação profissional lhe permitiu desembarcar no Porto de Santos[159].



166

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL 276432

FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Policia Maritima e à Imigração no pôrto de destino

Nome por extenso AHMAD ALI YOUNES

Admitido em território nacional em caráter PERMANENTE (temporário ou permanente)

Nos termos do art. 9º letra ---- do dec. n. 7967, de 1945

Lugar e data de nascimento Lala Líbano em 1931

Nacionalidade Libanêsa Estado civil Solteiro

Filiação (nome do Pai e da Mãe) Alí e Rafaieh Younes

Profissão Sapateiro

Residência no país de origem Lala Líbano

NOME IDADE SEXO

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. 877 expedido pelas autoridades de Segurança

Geral Libanêsa na data 23-1-53

visado sob n. 342

ASSINATURA DO PORTADOR

Serviço Consular do Brasil em Beirute LIBANO

10 de fevereiro de 1953

O CONSUL:

R. E. DA CUNHA

Ficha consular de entrada no Brasil do libanês Ahmad Ali Younes. Acervo digital da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.

Vivências econômicas, novas sociabilidades

Quando o Sr. Ahmad se instalou no Paraná, já contava com recursos para pagar um guia que o acompanhava nas áreas rurais, onde comercia-

[159] PRÁ, Samia Younes. Filha de Ahmad Ali Younes. *Entrevista concedida a Jussara Jacomelli.* 2020.

lizava com agricultores. Realizava os percursos a cavalo. Em uma visita de mascate a Itapiranga, município do estado de Santa Catarina, ouviu falar de Frederico Westphalen como um lugar próspero. Em 1954 e em 1955, ao visitar parentes em Palmeira das Missões, passou pelo território de Barril (assim chamado o município de Frederico Westphalen quando ainda era a "Vila Barril" e pertencia ao município de Palmeira das Missões) e decidiu estabelecer uma loja no local, hospedando-se no Hotel dos Viajantes.



Casamento de Ahmad e Anita em 27 de julho de 1957, em Palmeira das Missões. Acervo pessoal de Samia Younes Prá.

Em 27 de julho de 1957 (após nove meses de namoro), contrariando o costume familiar de casamento entre pessoas de mesma origem, casou com Anita Petter. O casamento foi realizado na Igreja Católica, na sede do município de Palmeira das Missões. Anita, filha de Wunibaldo e Nany Shirmbeck Petter, nasceu em 06 de junho de 1935 e faleceu em 06 de fevereiro de 2006. A família Petter residia na então Vila Barril, desde 1925, onde era proprietária do Hotel Petter. O pai de Anitta, Wunibaldo Petter, foi hoteleiro, carpinteiro e prestou serviços na construção da Catedral Santo Antônio. e, em Frederico Westphalen possuía também sociedade com Vitor Salton, na qual comercializavam carne e produziam embutidos.

Ahmad e Anita tiveram sete filhos, sendo seis mulheres e um homem: Laila; Zaine; Samia; Rufahie; Salua; Ali e Marian, que proporcionaram aos genitores 17 netos e dois bisnetos, até então. O casal incentivou e orientou os filhos para o estudo e todos concluíram o ensino superior. Hoje, atuam como profissionais liberais em diferentes ramos de atividades, como na Psicologia, Medicina; Engenharia Química; Psicopedagogia, Bioquímica, Administração, Odontologia, em

diferentes espaços no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Os filhos sempre apoiaram o pai na atividade que desenvolvia, sendo que um, Ali, o auxiliava na administração da loja; era um negócio familiar.

Em relação à ascensão dos libaneses Kadri e Salone (2017, p. 23-24) explicam que:

> [...] de um lado, a atividade econômica primordial dos imigrantes, a mascateação, incentivou a dispersão pelo país" e, "de outro, o capital gerado ensejou ascensão econômica de imigrantes e de seus descendentes, tornando possível o ingresso de filhos e netos em escolas e universidades de elite, com a formação de profissionais liberais, inclusive, medicina.

Em 16 de janeiro de 1956 o Sr. Ahmad abriu a Loja Paulista, situada na Rua do Comércio, em frente à Praça da Matriz. Manteve esta Loja por quase 10 anos. Em 1963, fechou a loja e retornou para o Líbano. Tinha saudade da família. Levou junto a esposa e seus filhos. Nesse período, diz Samia, sua mãe, cativou a família de seu pai, com sua bondade e carisma, quebrando a resistência da tradição do casamento entre pessoas de origem, entendida como ideal. Lá permaneceram um ano e três meses, retornando em 1965.

Em seu retorno ao Brasil, a família estabeleceu-se no município de Seberi onde abriu uma loja de vestuário e calçados. Ali permaneceu por 1 ano, tempo da construção de uma casa residencial em Frederico Westphalen. Em 1966, Ahmad Younes abriu a Loja Younes e, com o passar do tempo, adquiriu um terreno, transferindo-a para prédio próprio, comercializando tecidos e calçados até o ano de 2019, ocasião em que foram encerradas as suas atividades.

Ahmad Younes, conhecido localmente também como "Armando" Younes, além do exercício da atividade comercial, atuou em várias representações e agremiações socioculturais no município. Samia (2020) relata que seu pai fez parte do Lions Clube desde 1967, quando atuou como membro, posteriormente exercendo a presidência da entidade por três mandatos e a função de tesoureiro por 15 anos.



Ahmad com uma das netas, em frente à sua loja, em 2019. Acervo pessoal de Samia Younes Prá.

Também foi presidente do Círculo de Pais e Mestres da Escola Sepé Tiaraju e da Escola Técnica José Cañellas, na administração em que foi construído o Ginásio de esportes da escola. Em 1969, fez parte da assembleia de fundação da Fundação do Ensino Superior do Médio Alto Uruguai (FESAU), e por anos foi membro do Conselho Curador, contribuindo com recursos econômicos, mensalmente, para a manutenção dos primeiros cursos. O Conselho Curador da FESAU é composto por seis titulares e seis suplentes, O Sr. Ahmad compôs o Conselho por seis mandatos, equivalendo ao período de 2006 a 2016. (Paetzold; Canan et e al, 2017). Foi reconduzido em 2017, mandato interrompido pelo seu falecimento, em 2019.

Samia Younes, por ocasião da entrevista, coloca que seu pai foi integrante das diretorias da Associação Comercial e Industrial de Frederico Westphalen (ACIFW), da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e de comissões organizadoras da Expored. Em 20 de maio de 2005, foi condecorado, juntamente com a esposa, com a Comenda "O Barril". Conforme o jornal *Folha do Noroeste* (2015), a referida comenda é entregue em um evento realizado pela Administração Municipal e pelo Rotary Clube, para homenagear pessoas importantes para a história e desenvolvimento municipais.



Vista do centro da cidade de Frederico Westphalen, vendo-se a Loja Younes, em 1996. Arquivo Histórico do Município de Frederico Westphalen.

Ahmad Younes, em toda a sua vida, professou a religião muçulmana e, sua esposa Anita, a religião católica. Todos os filhos receberam nomes muçulmanos, mas tiveram liberdade para optar pela religião que desejassem. A diversidade religiosa nunca atrapalhou a convivência familiar, pelo contrário, contribuiu para a ampliação do espaço participativo da família na comunidade. A exemplo disso, como afirma nossa interlocutora, mesmo professando a religião muçulmana, em 1962, integrou a comissão organizadora da festa dos 30 anos da chegada de Monsenhor Vitor Batistella ao município de Frederico Westphalen[160].

Conforme Nasser (2006, p. 7), mudar de lugar é uma decisão que traz consigo a obrigatoriedade do contato com o "outro" e, consequentemente, com um olhar, um pensar e um agir diferente do seu. Esse contato traz a exigência de escolher, por ocasião do contato, se acionar ou velar dispositivos etnoculturais de origem. Registra que é nesse "campo da interação social", onde é jogado "o jogo das rupturas e aquisições, da assunção de novos valores ou reafirmação do característico, que esta tensão" se mostra "em sua plenitude, levando os imigrantes ao abandono

[160] PRÁ, Samia Younes. *Entrevista concedida a Jussara Jacomelli*. 2020.

dos elementos etnoculturais trazidos do território de origem ou a sua preservação, mesmo que transformada".

7.4. Em Erechim: cenários, registros, percursos e realizações de imigrantes libaneses

O município de Erechim, desde o início de sua história, mostra uma composição populacional formada pela união de várias etnias. Foi criado pelo decreto número 2.342 de 30 de abril de 1918. Na época, contava com 38 mil habitantes. Fazia parte do município de Passo Fundo. O processo de colonização do território por elementos estrangeiros e nacionais, remete ao início do século XX, em uma região ocupada imemorialmente por populações indígenas Kaingang e Guarani. Em 06 de outubro de 1908, foi criada uma colônia e, em 1910, chegaram os primeiros colonos e a estrada de ferro até Capoerê, facilitando o acesso da população. Em 1913 foi fundada uma colônia israelita nesse mesmo distrito passo-fundense, a Colônia Quatro Irmãos. Em 1917, das 30.000 pessoas que compunham os habitantes, eram 7 mil brasileiros, 6 mil polacos e russos, 4 mil alemães, 2 mil italianos, mil austríacos, além de suecos, espanhóis, franceses, portugueses e outros de nacionalidades diversas.

O território de Erechim constituía parte do projeto de colonização desenvolvido na Primeira República pelo governo do estado do Rio Grande do Sul. Conforme Relatório da Secção de Desenho (2014), o rápido desenvolvimento da Colônia Erechim devia-se a diversos fatores,

> [...] por um lado, a fertilidade das terras e diversidade de climas, prestando-se a variadas culturas; mas sobretudo devido ao fato de dispor de uma linha-férrea que, politicamente, põe a região e o Rio Grande do Sul em contato, não só com a capital da República e os Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, mas ainda com as Repúblicas vizinhas do Prata; e que, economicamente, isto é, como instrumento de progresso industrial, colocou já uma grande zona do extremo norte

> do Rio-Grande mais próxima dos centros de consumo do que muitas antigas regiões coloniais do Estado, geograficamente menos afastadas, graças às tarifas reduzidas para um certo número de produtos agrícolas (Relatório da Secção de Desenho, 2014, p. 165).

Segue no relatório a indicação de que "a partir dessa saída ferroviária para a produção agrícola, vai a colônia sendo dotada de boa viação interna" (Relatório da Secção de Desenho, 2014, p. 166). Praticamente três décadas após as constatações feitas pelo governo da Primeira República, o IBGE (v.XXXIII, 1959, p. 178) divulga que "A cidade de Erechim está fadada a ser uma das maiores do planalto gaúcho, graças ao desenvolvimento industrial do município, que toma vulto de ano para ano. Grande é a movimentação de seu comércio, bancos e estabelecimentos de diversões, o que lhe dá foros de grande cidade".

É para esta cidade, descrita como próspera, que imigrantes de diferentes lugares se dirigem para buscar uma vida melhor. No ano de 1956, o município contava com 96.970 habitantes, destes 18.080 na sede e 78.890 no meio rural (IBGE, v.XXXIII, 1959). Em 1956, ainda conforme publicação do IBGE (v.XXXIII, 1959), a agricultura era a principal atividade econômica do município, com destaque para a produção de trigo, seguida da indústria com as atividades frigoríficas e de beneficiamento da madeira. Também participavam significativamente da economia do município, a indústria alimentícia, de bebidas, transformação de produtos minerais, couros e similares, químicas e farmacêuticas, têxteis e metalúrgicas. Da população acima de 10 anos, 62% sabiam ler e escrever. Na época, contava com 270 unidades escolares, 14 hospitais, entre outros serviços essenciais. Nos anos sessenta, entre os imigrantes, a família Makki, representou a participação libanesa e a contribuição de sua etnia para o desenvolvimento econômico e cultural do município.

7.4.1. *Narrativas e vivências: a família Makki*

A família Makki iniciou suas atividades no município de Erechim, em 1961 ou 1962, quando estabeleceram lojas comercializando roupas e calçados para a população, em especial, para os operários das indústrias. Os irmãos Makki, Hassan e Hussein nasceram em uma cidade chamada Kefraya, no Líbano. Esta cidade é caracterizada por montanhas, algumas cobertas de gelo o ano todo. Nos anos cinquenta as principais atividades econômicas ali desenvolvidas eram a agricultura e a pecuária de pequeno porte. Com a emigração de dois filhos, permaneceram no Líbano, os pais, Abdalla e Salma e os irmãos Mohamed, Fatima, Mariam e Haula. No seu País de origem, trabalhavam como pastores de ovelhas e agricultores. A trajetória histórica e de presença da Família Makki, no desenvolvimento territorial do município de Erechim, foi contada, em entrevista, pelo Sr. Hussein Makki em 22 de janeiro de 2020 e pela filha do Sr. Hassan, Salma Ribeiro Makki, em 21 de fevereiro de 2020.



Hassan Abdallah Makki e sua mãe, no Líbano. Acervo pessoal de Salma Hussein Makki.

7.4.1.1. *Descobrindo possibilidades na atividade de mascate: Hassan Abdallah Makki*

O percurso histórico da família Makki entrelaça estados brasileiros e vincula com uma dinâmica especial a atividade de mascate à atividade-

de comercial de lojista. Hassan Abdallah Makki foi o primeiro filho de Abdalla e Salma a emigrar do Líbano, o que fez aos 23 anos, em 1953. Migrou em busca de trabalho e melhores condições de vida. Poderia ter optado por outros Países, mas tinha um tio já estabelecido no Brasil. Faleceu jovem. Nasceu em 27 de dezembro de 1930 e Faleceu em 21 de fevereiro de 1993. Dois anos após, em 1955, seu irmão Hussein, incentivado por ele, deixou o Líbano e embarcou para o Brasil. A história do imigrante Hassan é contada pela filha Salma Ribeiro Makki. Salma Ribeiro Makki foi integrante, como advogada, do Departamento Jurídico do Banco do Brasil. É pós-graduada em Sociologia e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Reside no município de Passo Fundo, onde atualmente atua como professora na área do Direito Civil, na Universidade de Passo Fundo.

A entrevistada Salma Ribeiro Makki[161] (2020), relatou que seu Pai Hassan, ao chegar no Brasil, tinha como destino São Paulo, onde iniciou sua vida de imigrante vendendo frutas na Avenida São João, em São Paulo na Capital. Também, trabalhou como mascate, comercializando em cidades pequenas no interior do Rio de Janeiro. Alguns anos depois custeou a vinda do irmão Hussein para o Brasil.



Hassan Abdallah Makki. Acervo particular de Salma Ribeiro Makki.

Em relação a essa interlocção entre patrícios, inclusive incentivando economicamente a emigração de famílires libaneses, há vários estudos. As dificuldades da vida no Líbano e as possibilidades apresentadas no Brasil foram determinantes para que imigrantes libaneses, movidos pela perspeciva de melhorias, incentivassem e auxiliassem membros da família a incluir-se na migração, no caso, como imigrantes no Brasil. Em relação a esse fluxo de sociabiiadade formado entre os libaneses já estabelecidos e os por se estabelecer no Brasil, Nasser (2006) cita um ponto comum. Segundo ele,

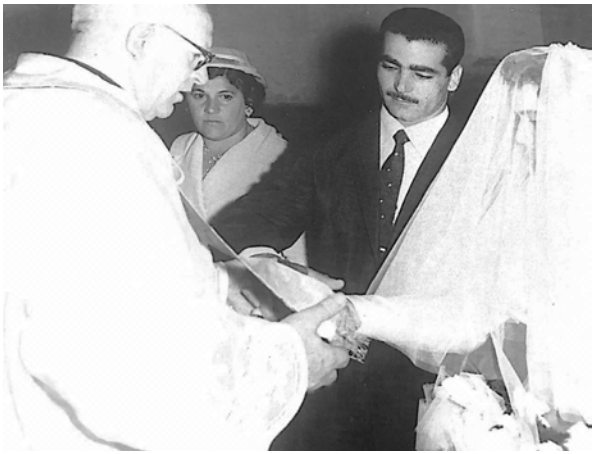
[161] MAKKI, Salma Ribeiro. *Entrevista concedida a Jussara Jacomelli*, 2020.

os imigrantes libaneses do pós Segunda Guerra Mundial, tinham experiências de vida e diferentes motivos para emigrar de seu País, contudo,

> "[...] a vinda para o Brasil não atendeu a arroubos da juventude ou a ímpetos desprovidos de algum tipo de planejamento e, talvez o mais importante, não ocorreu sem o providencial auxílio de parentes e conhecidos que haviam vindo antes. Antigos vizinhos da aldeia de origem, irmãos, tios e primos que vieram anteriormente construíram uma rede primordial de recepção e sociabilidades, que tornou mais fácil a introdução dos recém-chegados" (Nasser, 2006, p. 63).

Hassan Makki, no ano de 1958, casou com Valdea Ribeiro Makki. O casal teve cinco filhos, duas filhas e três filhos: Wahidy; Salma; Wahid; Abdallah e Amer. Dos filhos um mantém a tradição de lojista herdada do Pai, os demais atuam em diferentes atividades. Salma Ribeiro Makki lembra que seu pai sempre praticou a religião Muçulmana. Sua mãe, brasileira, era Católica, por isso, o casamento foi realizado na Igreja Católica. Em sua vida mostrou sempre muito respeito à fé e religiosidade da esposa, não descuidando da sua fé e religiosidade. Dessa forma, mesmo desejando que os filhos optassem pela religião Muçulmana, sempre permitiu liberdade de escolha. Ainda pequena, a religiosidade do Pai chamava a sua atenção: sempre fazia as preces diárias, até um copo de água tomava agradecendo. Jejuava por ocasião do Ramadan.

Explica Salma Ribeiro Makki que seu Pai, Hassan, após o casamento, desejando ficar mais tempo com a família, em 1959, deixou a atividade de mascate. Em 1960, veio residir em Erechim onde permaneceu com sua família até 1993 quando faleceu. Em Erechim, trabalhou algum tempo com o irmão. No mesmo ano, colocou uma loja, na mesma rua, quase ao lado da loja do irmão, na Rua Alemanha, nº 56 e a denominou "A Rainha das Roupas feitas". Concomitante abriu lojas em outros municípios. Deixando aos cuidados da esposa e dos filhos as atividades em Erechim, estabeleceu lojas em Palmas e Clevelândia no Paraná. A família



Casamento de Hassan Abdallah Makki e Valdea Ribeiro Makki, 1958. Acervo particular de Salma Ribeiro Makki.

continuou residindo em Erechim.

Entre as dificuldades e privações pelas quais seu Pai passou, Salma registra, a saudade da terra, do Líbano, da família que ficou lá. Também a convivência inicial com valores e hábitos sociais muito diferentes dos seus. Contudo, explica: "Meu pai conviveu bem com essas diferenças. Dava muito valor ao estudo e à cultura. Tinha uma inteligência acima da média. Era atento. Tinha uma memória privilegiada. Era muito criterioso e seletivo com as pessoas porque cultuava valores como caráter, honestidade, integridade." Além disso, "Pela inteligência privilegiada aprendeu, com muita facilidade falar em português (perfeitamente) e escrever. Tinha uma letra lindíssima auxiliando os filhos nos trabalhos escolares. Falava, lia e escrevia em árabe." Vivia hábitos e valores, "Levantava muito cedo. Muito caprichoso. Higiênico. Lavava as mãos muitas e muitas vezes. Cozinhava muito bem. Amava louca e intensamente a esposa Valdea Ribeiro Makki e os filhos. Trabalhador. Organizado." Em sua vida [da entrevistada] sempre tem presente,



Hassan Abdallah Makki, em Campos/RJ. Acervo particular de Salma Ribeiro Makki.

os ensinamentos do Pai e da Mãe. Nossa entrevistada encerra a narrativa dizendo: "Hassan Abdallah Makki na sua vida exercitou a flexibilidade, por amor a mulher e aos filhos brasileiros, sem, contudo, se descaracterizar como homem árabe. Com sua fé intacta e costumes. Deixou um legado de amor intenso, caráter e integridade. De força, coragem e valentia diante da vida e da morte."

7.4.1.2. *"Aquela loja não esqueço nunca, primeira lojinha de minha vida" : Hussein Makki em Erechim*

O Sr. Hussein Makki[162] foi o segundo filho de Abdalla e Salma a emigrar do Líbano. Atualmente reside em Palmas, no Paraná e é também conhecido como Jorge. Tem 79 anos e continua desenvolvendo atividades econômicas, entre elas, a de lojista. Nasceu em 22 de outubro de 1940, em Kefraya. Veio para o Brasil em 1955, com 15 anos de idade. Em entrevista, narrou que veio sozinho no navio. Tinha patrícios no navio e seu irmão Hassan, que estava no Brasil, era responsável por ele. Com ele, embarcaram alguns patrícios das famílias Mohammad; Dib; Tarabaim; Hussein. Na época, seu irmão mais velho, Hassan, residia em Campos – RJ- e trabalhava como mascate. Também estavam no Brasil dois tios paternos, Ahmad e Mohamad.

Contou o Sr. Hussein que Kefraya é um local do Líbano de pequeno território. Nos anos cinquenta, sua população era simples e vivia da produção agrícola e da pecuária de pequeno porte. Com a Segunda Guerra Mundial veio a pobreza e houve invasões de gafanhotos que destruíam tudo, inclusive devoravam as cascas de árvores. A fome e a guerra levaram muitos libaneses à morte: "Em 1945, com a Segunda Guerra mundial, começou a pobreza no Líbano. Morreram muita gente no Líbano. Veio gafanhoto. Ele fazia sombra na terra, quando juntavam faziam nuvem, descascavam as árvores, comiam o trigo." Nessa situação, a emigração surgiu como uma possibilidade para melhorar de vida.

[162] MAKKI, Hussein. Imigrante libanês. *Entrevista concedida a Jussara Jacomelli*, 2020.



Sr. Hussein Makki, no escritório da Loja Selma. Palmas, janeiro de 2020.

Nosso entrevistado contou que a viagem para o Brasil durou, aproximadamente, um mês. No embarque e na travessia não houve problemas, viajara com patrícios, mas ao chegar no Porto de Santos, a polícia não queria deixá-lo desembarcar sem o responsável porque era menor de idade. O responsável era seu irmão, que chegou mais tarde. Um jovem muito bem constituido fisicamente, porte atlético que chamava a atenção. Liberados, do Porto foram para uma pensão no Rio de Janeiro, onde pernoitaram. No dia seguinte, viajaram de ônibus até a cidade de Campos (distância de 400km).

Por alguns anos os irmãos foram mascates, ou seja, vendedores ambulantes. Conforme nosso entrevistado, a atividade de mascate era feita utilizando o transporte de ônibus e malas cheias de mercadorias, como roupas para adultos e crianças. Ele e o irmão mascateavam em cidades pequenas e seus clientes eram trabalhadores das indústrias vinculadas à atividade canavieira. Por isso, observavam o melhor período do mês para realizar as visitas familiares, período que correspondia aos dias de pagamento do operariado das fábricas. Comercializavam nas casas das pessoas em cidades, como Araruama e Cabo Frio, no Rio de Janeiro.

A sua primeira experiência como mascate aconteceu no sexto dia de estada no Rio de Janeiro quando seu irmão o levou para uma região onde residiam operários das indústrias da cana de açúcar, ali o deixando com uma mala de roupas e sem nenhum tostão. No final da tarde deveria retornar e, para isso, precisaria de dinheiro para a passagem de ônibus. Sem saber o que fazer, encontrando-se sozinho, chorou e orou a Alláh o qual lhe inspirou, encorajou. Ainda um menino, com quinze (treze) anos,

sem conhecer a língua portuguesa, "carregando uma mala maior que seu próprio peso", iniciou suas vendas visitando famílias, de casa em casa. Batia na porta e, sem saber o que lhes diziam, se lhes permitiam entrar ou se o mandavam ir embora, entrava, abria a mala e mostrava os produtos. A partir disso, a comunicação ocorria através dos objetos. Assim foi nas vinte casas visitadas e, naquele dia, a mala ficou vazia. Sua estada nas casas lhe garantiu sucesso nas vendas de sorte que, em sua primeira experiência, em um dia vendera o que, costumeiramente, seria comercializado no período de um mês. Em sua fala, o Sr. Hussein registra o significado da crença, da força da cultura e da vivência religiosa em sua vida:

> [...] Eu não lembro bem, seis dias ou sete dias. A gente morava numa pensão. Falou meu irmão: Você vai começar a mascatear. Falei: Meu irmão, eu não sei falar uma palavra, nunca vi um mascate como ele trabalha, como ele faz. Ele falou: Tem que aprender. Segunda feira eu vou para São Paulo e vou deixar você numa cidade chamada Cabo Frio. Ele encheu uma mala para mim. Se eu pesava 30, ela tinha 35. Segunda feira,..., carregamos as malas, entramos no ônibus. Saiu. Primeira coisa na cidade tem ponto de café. Ele falou: Essas casinhas aqui, tipo casas populares, acho que saiu o pagamento aqui, você bate na porta. Falei: Se bater na porta, vou falar o que? O que vou falar para eles? Pelo amor de Deus. Então ele pegou um caderno, cada peça, ele escreveu em árabe, por exemplo, escreveu camisa vermelha - 10 cruzeiros (em português e em árabe). Falei: Meu irmão, tu vai me deixar aqui nesse lugar? Não me deixou nenhum centavo. Uma criança, treze anos, podiam me matar, assaltar, não me deixou nenhum centavo. Chorei. Pedi: Meu irmão me leve junto para São Paulo. Falou: Você vai trabalhar aqui. Fiz de tudo, mas não teve jeito. Continuou a viagem dele para São Paulo. Falou: Cinco horas o ônibus vai voltar aqui, espere ele aqui. Falei: Mas como, se não tenho nenhum centavo? Juro por Deus, sem nenhum centavo, não tem patrício, não tem ninguém. Sentei na mala para encontrar uma saída, o que vou fazer? Dinheiro não tenho, patrício não tenho, o que vou fazer,

falei, eu vou contar pra Deus. Levantei, depois de duas horas sentado no sol, encima da mala, levantei: Olha Deus eu não conheço ninguém, só o senhor, Deus do Líbano, Deus do Brasil, Eu pedi a ajuda do Senhor. Me ajuda, eu não tenho ninguém, só o senhor. Juro por Deus, não foram dez minutos. Deus falou, levanta rapaz, essa mala que é mais pesada que eu, quando coloquei a mão nela parece que tem cinco quilos só. Deus deu força pra mim. Levanta. Eu olhei, assim, tem casas, vinte casas, uma ao lado da outra. Eu lembro a palavra dele (o irmão): Tem que bater [...]. Na primeira casa... uma mulher bem pretinha com quatro ou cinco filhos, o que que ela falou? Não sei de nada.... Vai embora? Peguei a mala e entrei. Entrei dentro da casa. Abri a mala. Tinha de todo tipo: roupa de criança era o que mais tinha. Olha, àquela hora, aquela casa, se fosse ela estar lá, se eu pudesse, eu comprava ela, aquela casa, porque aquela casa tudo que eu tinha de tristeza, o choro, o medo, estava àquela hora, depois aquela mulher comprou cinco peças, foi a maior alegria, foi a maior alegria de minha vida. A maior alegria que vi o dinheiro, pagou a mulher pra mim. Não tem uma caneta, uma máquina que possa registrar a minha alegria, tristeza, alegria, tudo naquela casa. Acho que quatro ou três peças ela comprou. Se tinha vinte casas, as vinte compraram. Ajuda de Deus, ajuda de Alláh. Não vendi a mala. Quando voltei o ônibus estava esperando. Quando meu irmão chegou na pensão, viu a mala vazia e perguntou: O que aconteceu? Foi assaltado? Levantei o colchão, assim, e mostrei o dinheiro, os dois montes". //

Para Xavier et. e al (2012), os mascates eram constituídos em sua maioria por imigrantes. Geralmente solteiros e que desejavam retornar à terra de origem após acumular algum capital, por isso optavam por uma atividade que os mantivesse na condição de trabalhar para si próprio. As atividades comerciais desenvolvidas por eles e pelos caixeiros-viajantes foram fundamentais para o desenvolvimento do interior do País. Geralmente, as cidades nas quais havia esse tipo de comércio não contavam com boa infraestrutura e com comércio desenvolvido. Dessa forma, essas

atividades desempenhadas representavam uma forma de atender a uma demanda ainda carente de oferta,tornando-se, também a mola propulsora de certo desenvolvimento daquelas localidades, além de influenciar positivamente a urbanização.

Hussein contou que estabeleceu comércio em Erechim por vários motivos, entre eles, a vontade de estabelecer um novo negócio que não o de mascate e a possibilidade de negócio na Rua Alemanha, onde sentiu a possibilidade de clientela e necessidade da mesma (rua de trânsito intenso de pessoas simples, operários), e também, porque em 1959, seu irmão casara e não desejava mais mascatear, do que advinha a necessidade de encontrar outra atividade para desenvolver. Na época, no território do município de Erechim, nas décadas de cinquenta e sessenta do século XX, havia somente duas famílias libanesa, a dele e a do irmão. De países vizinhos ao Líbano, dois palestinos.

Deixando a atividade de mascate, no ano de 1960, estabeleceu-se em São Paulo (São Paulo), onde comprou uma banca de frutas. Mais ou menos no ano de 1961 ou 62, resolveu visitar um tio, Sr. Armando (Ahmad), que possuía negócio (lanchonete) na cidade de Getúlio Vargas, próxima do município de Erechim. Com o tio foi, pela primeira vez, até o município de Erechim e, enquanto o tio realizava seus negócios (compra de cigarros para a lanchonete), chamou-lhe a atenção uma sala próxima à Avenida Maurício Cardoso, na Rua Alemanha, nº 36. A sala estava sendo edificada para ser uma garagem. Conversando com o proprietário contratou o aluguel da peça por cinco anos. Isso tudo ocorreu em um tempo de meia hora. Assim relatou o acordo: "Vi a sala, vi bastante gente descendo e subindo [,..].Perguntei, quanto o Sr. quer por esta salinha? Quatro mil? Não, respondeu, Cinco mil! Falei, fechado! Vamos fazer o contrato de aluguel pra não mudar mais." Quando o tio retornou, o negócio já estava feito.

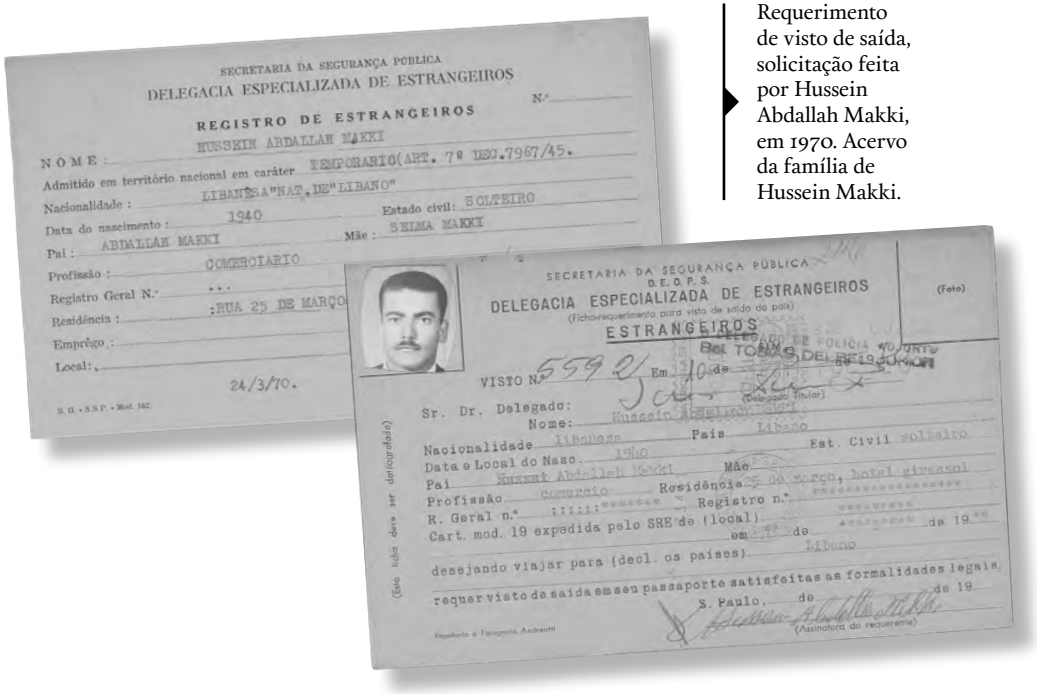
Depois de alugar a salinha, Sr. Hussein, voltou para Campos onde residia com seu irmão e, alguns dias após, chegava a Erechim com duas malas de mascate, cheias de roupas. "Cheguei sem dinheiro para fazer

a prateleira, coloquei pregos na parede e neles as roupas em cabides. O que é o destino. Minha vida começou lá. Tem gente. Gente entrava naquele ponto coisa de louco." Em dois dias já faltavam mercadorias, o que o fez perceber que o local era dinâmico (por exemplo, em um dia de chuva, vendera 20 guarda-chuvas), então convidou o irmão para vir trabalhar com ele. Seu irmão vendeu o jipe que possuía e entrou como sócio na lojinha. Após vender o jipe, com passagem de trem, viajou para Erechim com a esposa e trazia mais mercadorias. Com o irmão de sócio, o estabelecimento recebeu o nome de "Casa Dois Irmãos". Na loja comercializavam roupas, calçados e produtos de necessidade em geral como sombrinhas, guarda-chuvas, etc., (produtos mais populares). As mercadorias tinham qualidade e os preços eram acessíveis também para as classes mais pobres, trabalhadores como operários e agricultores. Não comercializavam produtos de marca. Os produtos eram provenientes de São Paulo.

Um aspecto muito importante da cultura libanesa é o núcleo familiar. Meihy (2016, p. 18) explica que "Antes do umbigo, o centro de sustentação de um libanês é a sua família." Essa noção de família se evidênciou em vários momentos das entrevistas. Por exemplo, em 1970, Sr. Hussein, na data de 24 de março, retornou para o Líbano, devido à morte do Pai Abdallah Makki, para cuidar da mãe, Sra. Salma Makki. A loja ficou com o irmão. Lá permaneceu por um período aproximado de cinco anos. Ao retornar para o Brasil, adquiriu um jipe e, retomando a atividade de mascate, estabeleceu-se em Palmas no ano de 1973. A retomada da atividade de mascate foi assim narrada pelo Sr. Hussein: "Ao voltar para o Brasil, fui para Palmas, comprei um jipe e voltei a mascatear".

Casou em São Paulo, no ano de 1977, com a Sra. Faouzie Jolk Makki. Faouzie residia em São Paulo desde que viera do Líbano, ainda criança. Em 1978 nasceu a primeira filha do casal, Salma. Na oportunidade já estava estabelecido no município de Palmas, no estado do Paraná, onde também nasceram os demais filhos, Mohamed e Ali. A Sra. Faouzie, faleceu jovem, em agosto de 2001, na cidade de São Paulo, Capital. Para

todos os filhos, o Sr. Hussein e a Sra. Faouzie legaram nomes que os identificam como árabes, assim como os seus: Hussein, significa muito lindo; Salma, paz; Mohamed, bênção de Deus; Mohamad, nome do profeta do Islam; Faouzie remete a algo que lembra a palavra "primeira". Também seus filhos conhecem o Líbano e cultivam o idioma árabe.


SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ESTRANGEIROS
N.º
REGISTRO DE ESTRANGEIROS
NOME: HUSSEIN ABDALLAH MAKKI
Admitido em território nacional em caráter TEMPORARIO(ART. 7º DEC.7967/45.
Nacionalidade: LIBANESA"NAT.DE"LIBANO"
Data do nascimento: 1940 Estado civil: SOLTEIRO
Pai: ABDALLAH MAKKI Mãe: SELMA MAKKI
Profissão: COMERCIARIO
Registro Geral N.º ...
Residência: :RUA 25 DE MARÇO
Emprêgo:
Local:
24/3/70.
S. G. - S.S.P. - Mod. 162

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
D.E.O.P.S.
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ESTRANGEIROS
(Foto)
(Ficha-requerimento para visto de saída do país)
ESTRANGEIROS
VISTO N.º 5592 Em 10 de JUNHO de 19
(Delegado Titular)
Sr. Dr. Delegado:
Nome: Hussein
Nacionalidade Libanesa País Libano
Data e Local do Nasc. 1940 Est. Civil solteiro
Pai Mãe
Profissão comercio Residência
R. Geral n.º Registro n.º
Cart. mod. 19 expedida pelo SRE de (local)
em de de 19
desejando viajar para (decl. os países) Libano
requer visto de saída em seu passaporte satisfeitas as formalidades legais.
S. Paulo, de de 19
(Assinatura do requerente)
(Esta folha deve ser datilografada)

Requerimento de visto de saída, solicitação feita por Hussein Abdallah Makki, em 1970. Acervo da família de Hussein Makki.

A tendência em manter a identidade de origem do imigrante é própria em diferentes culturas. No caso, conforme Cardozo (2013, p.28), manter a identidade de origem é uma das características do imigrante e de descendentes libaneses: "ela foi/é revivida constantemente ao dar nome aos filhos, garantir os documentos libaneses para eles, ensinar-lhes a ser libaneses, a amar o Líbano a ponto de seus filhos quererem mais do que eles viver no Líbano." Nesse sentido, a naturalização não é uma prioridade para os imigrantes libaneses, ela é buscada na necessidade. Por exemplo, nosso entrevisado buscou a naturalização brasileira em vista da necessidade de documentar propriedades em áreas de fronteira.

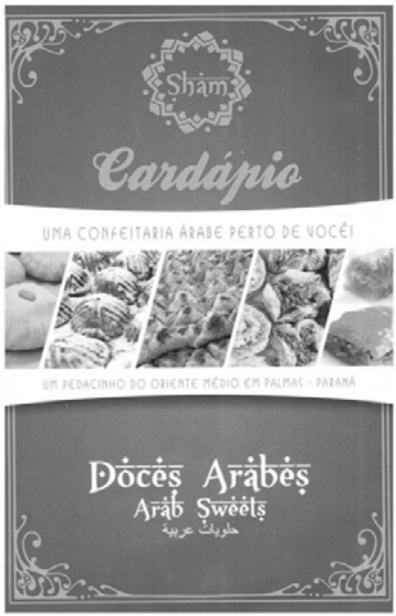
O casamento, assim como os nomes, contribui para manter com maior ou menor intensidade os costumes. Ao casar com Sra. Faouzie, também Muçulmana, a tradição religiosa ficou fortalecida. A família pratica e reza em casa, observando os preceitos religiosos e a tradição da religião Islam; as mulheres costumam usar o Hijab (lenço na cabeça e pescoço), a partir do momento em que se sentem confortáveis. Na família, a religião ocupa um espaço nuclear, identificado no relato: "Somos bem rigorosos, muçulmanos. Infelizmente não temos uma mesquita próxima, mas rezamos em casa mesmo. Levamos a religião muito a sério." Também esta identidade nuclear pode ser identificada no espaço do trabalho. Por exemplo, na Loja Selma, onde o Sr. Hussein, auxiliado por familiares, atua como lojista, entre outras referências, há uma tela plana que reproduz um canal de televisão estrangeiro com orações e imagens ao vivo, transmitidas diretamente da cidade de Madina, onde fica Makkah Mukarame na Arábia Saudita, a sonoridade é alimentada com trechos do Alcorão, livro sagrado do Islam. Também há, em árabe, frases como, "Em nome de Deus, Clemente e Misericordioso". Ou seja, o ambiente de negócios é, também, o ambiente da religiosidade, onde se pode respirar a identidade, a simbologia, religiosa.

A Casa Selma mantém hoje, 2020, o mesmo estilo de 30 anos atrás, no sentido da forma de apresentação e distribuição das mercadorias: roupas e calçados. Fundada em 1978, tem 41 anos. Conta com a administração e cuidados do Sr. Hussein e familiares. Seus produtos são populares para atender a todas as pessoas. A escolha do nome foi feita pela esposa do Sr. Hussein



Imagem do templo em Meca projetada via canal de TV.
Palmas, janeiro de 2020.

em homenagem a filha Salma. A tradição de lojista é mantida pela segunda geração que auxilia o Pai. Concomitantemente, atuam como profissionais liberais em diversas áreas, como advogados, empresário rural e empresários. Também, a culinária árabe é mantida na família e é levada à apreciação da comunidade, para isso, a família fundou a doceteria "Sham, doces Árabes", onde comercializa doces e salgados valorizando especiarias como: tâmaras, castanha de cajú, nozes, pistache, semolina, avelã, amêndoas, gergelim, damasco, entre outros. (Scham Doces Árabes, 2020). Pelto (1973, p. 24) afirma que os símbolos fazem parte da vida humana. Registra que: "Toda cultura depende de símbolos. É o exercício da faculdade que cria a cultura e o uso de símbolos que torna possível a sua perpetuação." Os símbolos materializam referências, valores, formas de ver e viver, reviver, rememorar, renovar os valores, a tradição. Igualmente permitem criar o novo.



Cardápio da "Doces Árabes". Acervo particular de Salma Hussein Makki.

Em toda a sua trajetória, seja de mascate ou de lojista, o significado de Erechim na vida de nosso entrevistado, consta na afirmativa: "Aquela loja não esqueço nunca. Primeira lojinha de minha vida. Se pudesse comprava aquela salinha, o prédio, a quadra inteira! Ali começou a minha vida...naquela salinha... a primeira lojinha de minha vida. Não esqueço nunca."

7.5. Palmeira, Frederico Westphalen e Erechim, uma leitura possível da presença síria e libanesa

Ao iniciarmos essa seção tivemos como objetivo realizar uma leitura sobre a participação de sírios e libaneses no desenvolvimento dos territórios dos municípios de Palmeira das Missões, Frederico Westphalen e Erechim. Buscamos evidenciar questões como, mobilidade; fixação; sociabilidades e participação econômica. Utilizamos, em especial, entrevistas e fotografias concedidas pelos participantes da pesquisa e o recurso da narrativa, realizando uma leitura da experiência de vida de cada entrevistado. Ao finalizar podemos dizer que a participação libanesa foi destacada no período posterior a década de 1950, quando se deram as imigrações de nossos interlocutores, isso sem desconsiderar uma presença prévia de sírios e também de libaneses desde fins do século XIX, como vimos no início do capítulo.

O Rio Grande do Sul, resultado de um conjunto de eventos e sínteses de processos de desenvolvimento é o lugar onde encontramos registros da presença e participação de pessoas de diferentes espaços-territórios do mundo. O Brasil é um território multicultural, agregador de culturas. Em seu interior, como no Rio Grande do Sul, amostras da simbiose, da diversidade e, concomitantemente, da singularidade da composição da diversidade cultural são factíveis. Nesta simbiose, encontra-se a singularidade dos que participam da composição sociocultural, agregadora de conhecimentos e de formas de ver, viver e desenvolver(se) o território. Os imigrantes sírios e libaneses tem contribuído de forma significativa para o desenho da realidade de Brasil e de Rio Grande do Sul, visto serem movimento imigratórios de fato de longa historicidade, mas, de forma alguma, encerrados. Desde as primeiras décadas do século XX, sua presença no espaço territorial do norte do estado do Rio Grande do Sul, vem incorporando formas de vida econômica, política, social, religiosa, familiar no desenvolvimento regional.

Em relação à mobilidade, podemos dizer que o imigrante libanês, estabelecido nos três municípios estudados neste capítulo, foi um migrante

no Brasil, não porque isso lhe era um traço identitário, já que em seu país de origem havia pouca mobilidade, mas algo que foi construído ao longo do processo emigratório/imigratório. Mesmo constando em seus passaportes uma profissão, por exemplo, a de agricultor ou a de sapateiro, no Brasil, optaram pelo exercício de atividades autônomas, não fixas, nem dependentes do cumprimento de um contrato de trabalho. Isso, provavelmente tem relação com a ideia inicial de entrar em um país de oportunidades, onde poderiam fazer riquezas para retornar à Pátria-Mãe e à família. Por isso, a opção inicial foi o exercício da atividade de mascate, a qual lhes permitia autonomia no sentido posto.

Quanto à fixação, observamos que é um processo que resultou de interesses individuais e de interesses coletivos (familiares e patrícios). No caso estudado, essa fixação, no plano coletivo, está vinculada ao desenvolvimento da atividade de mascate que, conforme descrições feitas, uma atividade cansativa, árdua, dura, mas que viabilizou conhecer diferentes territórios e características "brasileiras". Por exemplo, ao conhecer o salário de um operário e sua duração, foi possível reconhecer a melhor ocasião para negociar com essa classe, correspondendo aos primeiros dias do recebimento do salário, haja vista que o salário do operário, além de pequeno, com pouca duração, poderia ser consumido sem critérios de prioridades. Igualmente, ao conhecer as dificuldades de transporte e as condições de vida nas propriedades de agricultura familiar, sem renda fixa, permitiu-lhes reconhecer a possibilidade emergente dos negócios com vendas a domicílio e com prazos, em áreas interioranas.

Assim, o mascate, em vista de suas incursões em diferentes territórios e em domicílios de operários e agricultores, em especial, teve a oportunidade de observar as necessidades dos mesmos, os produtos em demanda, e as condições para uma melhor aceitação, passando a operacionalizar na lógica observada. A partir disso, vista a possibilidade de clientela e a tipificação dos produtos de maior aceitação, estabelecem-se com lojas. No plano individual, a fixação do libanês ocorreu respondendo a diferentes demandas, entre elas, a desistência da atividade de mascate, o casamento,

o desejo de "formar família", a aceitação local, a facilidade de abrir lojas, a percepção de fluxo humano no local, a possibilidade de negócios e a percepção de desenvolvimento de um local.

Vale notar que, ao se fixarem, o fizeram nas áreas centrais das cidades. Nesse sentido, nos permitimos estabelecer algumas relações com a realidade vivida em seu país de origem. No Vale do Bekaa as famílias residiam e/ou realizavam comércio na área urbana, mesmo trabalhando na agricultura. Outra questão está vinculada a formação dos municípios considerados na pesquisa, Palmeira das Missões, Frederico Westphalen e Erechim, que tiveram uma formação territorial baseada no estabelecimento de imigrantes, especialmente de origem europeia, e com uma política voltada para o desenvolvimento da agricultura. Essa construção territorial que teve como opção preferencial o europeu, criou a necessidade, para as demais etnias, de demonstrar para as comunidades locais a necessidade de seu trabalho ou do produto ofertado. Como os entrevistados não tinham a intensão de serem agricultores, de alguma forma precisavam demonstrar que seus produtos correspondiam a alguma das demandas locais. Diante disso, o estabelecimento de lojas não era suficiente, precisavam estar bem situadas, ocupando, preferencialmente, áreas centrais, com a oferta de produtos populares e demarcando e ampliando suas presenças, seja pelo desdobramento da oferta de produtos em várias lojas, mesmo que locadas próximas umas das outras, seja pelas vias da popularidade dos produtos e condições de negócio. Assim, os libaneses apresentaram um processo de fixação caracterizado pela obtenção das condições econômicas para o estabelecimento de lojas e para a aquisição de propriedades e, igualmente, por investirem na aceitação local. Da mesma forma, foram construindo a ideia de pertencimento ao local, todavia mantendo a referência libanesa.

Quanto às mudanças, após a fixação nos municípios elencados, este estudo apontou de forma equitativa a visão de mercado, ou seja, a possibilidade de melhorias econômicas em outros territórios. No caso de Palmeira das Missões e Frederico Westphalen, observamos que várias

famílias estabeleceram lojas na mesma época, no entanto poucas permanecem nesses locais até os dias de hoje. No conjunto das famílias, observamos elos de parentesco e/ou de patrícios. Nesse caso, a migração pode ser explicada na identidade familiar de não concorrência com o irmão, o cunhado e/ou outros da mesma origem em um município relativamente pequeno, haja vista que atuavam no mesmo ramo de atividade. Também, tem a influência do processo de negócios entre familiares quando, por exemplo, ocorre o "desfazimento" de sociedades e um irmão adquire a propriedade do outro.

Em relação à sociabilidade, o casamento da primeira geração de libaneses no Brasil permitiu formas de convivência social diferenciadas. Por exemplo, o casamento entre pessoas da mesma origem, no geral da pesquisa, levou a um maior envolvimento e desenvolvimento da cultura tradicional, expressa, especialmente, na prática religiosa e na alimentação. Também, essas famílias mantêm laços culturais mais fortes, no sentido do envolvimento entre familiares e patrícios, incluindo questões de herança. Por sua vez, o casamento com pessoas de outras origens, permitiu uma abertura maior para a cultura local e um afrouxamento da tradição, consequentemente, um envolvimento maior dessas famílias nas formas de sociabilidades próprias do lugar, a exemplo da participação em diretorias, agremiações, entidades, incluindo a participação em manifestações religiosas diferentes da professada. Todavia, a ideia da preservação da memória libanesa, em ambos os casos, está concretizada nos nomes dados aos filhos. A segunda geração apresenta uma abertura maior para a mistura.

Apesar dos municípios de Erechim, Palmeira das Missões e Frederico Westphalen, terem suas histórias vinculadas a propriedade de cunho agrícola e extrativa, nesses espaços, não encontramos libaneses agricultores ou extrativistas, mas desenvolvendo atividades urbanas viculadas às necessidades primárias da população, tanto da cidade, quanto do campo. Com pequenas variações, o "ser lojista", fomenta-

do pela dinâmica do mascatismo, configurou a atividade economica central e que viabilizou a fixação dos mesmos nestes territórios. Apesar dessa ser uma referência comum, cada família tem uma história particular, considerando valores, hábitos, fazeres e envolvimentos que interagem com a cultura local, fazendo destes espaços, territórios de multiplos saberes e fazeres, integrados e integrantes, e fundamentados na dialética da democracia, no que tange à inclusão cultural.



Um registro panorâmico de Damasco, capital da Síria, em fins do século XIX.

Fonte: Library of Congress. Acesso em: 20 fev. 2020.

Considerações Finais





Uma vista de Damasco, na Síria, em fins do século XIX.

Fotográfo: Felix Bonfils
Fonte: Library of Congress. Acesso em: 20 fev. 2020.

A presente descrição e análise foi fruto de um trabalho cooperativo. Escrever coletivamente em torno de um tema nem sempre é fácil, porém, permite-nos dialogar, trocar ideias, auxiliar nas fontes, documentação, indicação de pessoas a serem entrevistadas, ler os escritos dos parceiros de escrita, comentar, debater ideias. Isso acabou sendo uma experiência interessante, justo porque nenhum dos organizadores é um especialista acerca da temática da imigração árabe para o Brasil e, em particular, de sírios e libaneses.

Na realidade, são dois grupos pouco presentes nos escritos sobre imigração no Brasil, e muito menos nos estudos sobre municípios que não as capitais ou cidades grandes. Nos estudos sobre imigração nos municípios que revisamos, por exemplo, pouca coisa apareceu sobre sírios e libaneses, em geral, quando há alguma indicação, ambos estão no coletivo dos árabes, e nada mais, com algum destaque para alguém que se tornou político ou obteve expressão empresarial. Há, sem dúvida, uma sobreposição de outros grupos em razão do dado quantitativo, de políticas deliberadas para sua migração e/ou reocupação territorial, da dimensão da cultura ocidental e religiosa, dentre outros aspectos.

Como vimos, o processo migratório de sírios e libaneses para o Brasil não foi acordado pela esfera pública; foi, sim, espontâneo, num cenário em que o país demandava imigrantes. Nesse sentido, houve uma maior aceitação e integração social no espaço de destino. Nem mesmo os sírios e libaneses tinham o Brasil como uma possibilidade efetiva; muito se deu em função de impossibilidades em outros países e em razão de haver a demanda de imigrantes, que já mencionamos, e a legislação para estrangeiros ainda praticamente inexistente. Por isso que suas identificações, principalmente os da primeira geração, na sociedade brasileira, davam-se de uma forma equivocada, vistos como "turcos", simplesmente

como "árabes", "sírios-libaneses" como um sujeito e uma identificação só; enfim, houve muito estranhamento, tanto dos autóctones quanto dos próprios imigrantes, estes últimos por um conjunto de razões que compunham a realidade de imigrante em cenários desconhecidos (língua, cultura, estigmas, espaços de trabalho, crenças, costumes etc.).

Em nível geográfico, foi uma imigração que se espalhou por várias regiões do país; no início com maior centralidade no estado de São Paulo (capital e alguns municípios de maior expressão do cultivo de cana-de-açúcar e do café do final do século XIX e primeiras décadas do século XX), tão bem analisados por Osvaldo Truzzi, autor de várias obras referenciais sobre o assunto e basilares para a compreensão dessa imigração em termos de Brasil. Com o passar dos anos, o norte e nordeste do país, bem como os estado ao sul, incorporaram contingentes de sírios e libaneses, principalmente nas grandes cidades. No caso do Rio Grande do Sul, amplamente analisado pelo professor Júlio Bittencourt Francisco (que nos auxiliou imensamente na compreensão dessa realidade migratória desses sujeitos coletivos), em particular para o caso de Porto Alegre, esses dois grupos foram expressivos, marcaram grande presença, territorializaram espaços urbanos de venda com identificação aproximada de um enclave étnico na parte central da cidade.

Essa é uma questão que os identifica, ou seja, como o fazem muitos imigrantes na atualidade. Eles buscavam residir e atuar muito próximos por questões de ordem cultural, integração social grupal, língua, matrimônios, empoderamento social, demarcação territorial e étnica, dentre outros aspectos. Mas, o fator proximidade permitia também produzir vínculos mercantis (redes de apoio, auxílio, de oferta de produtos etc.), realidade que os marcou na sociedade brasileira no campo comercial, primeiramente na forma de venda informal e nos espaços múltiplos de mobilidade geográfica como mascates e, posteriormente, como expressão de mobilidade social e não tanto mais geográfica, agora como lojistas, comerciantes em espaços fixos. Esse salto econômico produziu também um amplo processo de assimilação, integração e aceitação social, pois, com

isso – como vendedores em ambientes construídos – as possibilidades de exercerem trocas que expressavam concorrência desleal com outros comerciantes e o não pagamento do fisco ficaram mais reduzidos.

Essa questão da mascateação ficou como marca registrada desse grupo em um longo período de presença em várias regiões do Brasil. Ainda que não fossem os únicos – muitos outros imigrantes e/ou autóctones sempre o fizeram – porém, sírios e libaneses adotaram determinadas práticas de venda que favoreciam os consumidores no ato da troca, bem como enfrentaram múltiplos limites e contraposições.

Foi uma imigração que se destacou pela grande presença masculina, em geral de membros familiares que, com o tempo, puderam produzir reagrupamentos familiares, porém, a maioria constituiu família (ou outra família) no espaço de destino através de casamentos mistos. Vimos bem isso em nosso espaço de análise em cenários interioranos, outros analisaram essa prática em espaços urbanos maiores. Muitos dos imigrantes eram cristãos de outras confissões que não a católica, outros eram muçulmanos, fato que contribuía para produzir estranhamento na sociedade maior.

É nessa dimensão interiorana que nosso estudo adentrou. Essa reflete processos infraestruturais existentes no Rio Grande do Sul, mas não diferente de São Paulo e de outros estados, dentre esses, as estradas, em particular a ferrovia. Em geral, onde essa passava, vilarejos, distritos, municípios se constituíam. Isso facilitava duplamente, de um lado, a mobilidade mercantil e dos sujeitos; de outro, o contingente de possíveis consumidores. Os mascates souberam otimizar isso; a não fixação num espaço permitiu-lhes otimizar uma série de fatores mercantis, constituir poupança, produzir redes no campo mercantil e solidário entre patrícios – quem buscava mercadoria, quem entregava, quem vendia, espaços familiares de pouso e permanência temporária, troca de informações sobre mercados, ofertas, estratégias de venda – ampliar o acervo de potenciais consumidores, viabilizar múltiplas trocas sem a intermediação do dinheiro, comprando produtos dos agricultores e vendendo os manufaturados

de fora. Além disso, os projetos de colonização para o centro-norte e nordeste do estado do Rio Grande do Sul também facilitaram a inserção desses grupos sociais, pois exerciam a dinâmica mercantil necessária para dar vazão à produção, bem como adquirir os insumos necessários para a vida do lar e das atividades produtivas.

Otimizando condições existentes e diversificando atividades e investimentos, alguns sírios e libaneses, com a grande oferta de terras, em geral a preços que lhes eram cabíveis, investiram na aquisição dessas, inclusive alguns açambarcando grandes quantidades, tornando-se comerciantes urbanos e latifundiários. Isso se expressa ainda hoje, principalmente no município de Lagoa Vermelha. Esse processo é bastante raro no Brasil, pois, em geral, com a otimização e os lucros financeiros, sírios e libaneses, segundo análises que revisamos, investiram no comércio e na indústria, bem como canalizaram amplos recursos para permitir o estudo qualificado de seus filhos, tornando-os profissionais liberais no campo da saúde, engenharia e advocacia em grande proporção.

Muitos se adaptaram à nova realidade, porém buscando conservar referenciais que lhes davam o carácter étnico e demarcava fronteira identitária. Para isso, conservaram crenças religiosas, gastronômicas e linguísticos, associavam-se em agremiações que os representavam e os publicizavam nas sociedades de inserção; souberam ser parcimoniosos e contidos o suficiente para encarar crises econômicas, enviar dinheiro para quem ficou no espaço de origem e, assim mesmo, empreender e "fazer os filhos estudarem", como nos disseram alguns entrevistados. Em Passo Fundo estruturou-se uma ampla rede comercial e atacadista que levou a marca dos sírios e libaneses. Em outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, essa realidade permanece reconhecida e visível na atualidade com os grandes espaços de comércio popular nos grandes centros urbanos, bem como nas várias áreas das atividades econômicas, científicas e hospitalares.

Através de relatos obtidos, vimos que a gastronomia permanece presente em boa parte nas famílias dos descendentes de imigrantes, algumas

muito bem definidas como patrimônio imaterial dos dois grupos, mas socializadas no âmbito multiétnico. Desse modo, o contato com imigrantes de outras etnias, com a sociedade ocidentalizada, propiciou para os sírios e libaneses a demarcação de território, pertencimento e fronteira étnica ("arabizando" um pouco Passo Fundo e outros municípios do centro-norte do estado), mas, ao mesmo tempo, houve a necessidade de incorporação do *modus vivendi* do espaço de destino, otimizando-o em razão de seus interesses, da intencionalidade do processo migratório, do pragmatismo da vida econômica e do mercado matrimonial.

Os municípios que analisamos têm, de uma forma ou de outra, em sua formação, a marca da presença de diversas etnias, todas participando e integrando-se, não sem conflitos, exclusões e inclusões marginais, no desenvolvimento sociopolítico e econômico desses territórios, cujos registros vivificam e materializam o entrelaçar de culturas. Nesse contexto participativo, ambos os grupos registraram sua participação no desenvolvimento regional, atuando como lojistas e consolidando suas presenças nas comunidades, e também construindo valores e identidade de pertencimento ao assumirem posições no crescente processo de industrialização e urbanização dos territórios no estabelecimento de lojas ou "lojinhas", caracterizadas pela oferta de produtos populares, com condições ao cliente. Esse processo foi um grande ingrediente que viabilizou a integração cultural e a consolidação da participação econômica deles nesses territórios.

Provenientes de famílias pobres, constituídas por agricultores e, em alguns casos, também comerciantes e profissionais liberais, sírios e libaneses emigraram para melhorar de vida. Como mascates, enxergaram o Brasil como um país de oportunidades e passaram a fomentar a vinda de irmãos e patrícios via "propaganda" e custeando viagens. Assim, alguns, principalmente em outros períodos da imigração, já tinham um lugar para dar início a um negócio fixo. A percepção de negócios nesses territórios foi um ingrediente comum para a sua fixação, também houve interesses particulares que articularam a ideia de fixidez, a exemplo do

casamento, da intenção de formar família, da facilidade de abrir loja e da percepção de clientela, além da aceitação local. Essa aceitação teve como centralidade o atendimento à demanda por produtos populares, especialmente por parte de operários e agricultores que constituíam a maior parte da população desses municípios. Apesar dessa ser uma referência comum, cada família tem uma história particular, considerando valores, hábitos, fazeres e envolvimentos que interagem com a cultura local, fazendo desses espaços, territórios de multiplos saberes e (a)fazeres, integrados e integrantes, fundamentados em processos de inclusão cultural.

Enfim, de uma forma panorâmica, intencionou-se fornecer alguns elementos históricos, de memória e de representação social e cultural desses dois grupos entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX na sociedade brasileira, em particular no centro-norte e nordeste do Rio Grande do Sul, tendo Passo Fundo como epicentro. Vimos que em espaços interioranos os limites eram muito grandes, as distâncias produziam também relações específicas, a dimensão mais agrarista desses espaços produzia relações diferenciadas, principalmente nas de cunho mercantil e cultural para os migrantes. Os dois grupos sociais eram muito "vizinhos", próximos entre si, inclsuive mesclando-se quando não confundindo-se, mas que marcaram o espaço regional, deram configuração a esse cenário a partir de sua presença e de suas relações, integraram-se no âmbito sociocultural, mas souberam tornar perene referências que sempre lhes foram caras e demarcadoras de pertencimentos. A história brasileira e, no nosso caso, a regional, em múltiplos âmbitos deve muito a esses dois grupos, fato esse que demonstra a riqueza civilizatória da imigração, seja que período for.

Referências bibliográficas

ACEHAN, Isil. *Outposts of an empire*: early turkish migration to Peabody, Massachusetts. The Department of History Bilkent University. Ankara/ Turquia. 2005. Dissertação.

BARBOSA, F. D. *Lagoa Vermelha e sua história*. Lagoa Vermelha: Impressora Planalto, 1974.

BARBOSA, F. D. *Nova história de Lagoa Vermelha*. Porto Alegre: Editora EST, 1981.

BASTANI, T. J. A emigração libanesa para o Brasil. In: JORGE, Salomão. *Álbum da colônia sírio-libanesa no Brasil*. São Paulo: Soc. Imp. Brasileira, 1946.

BASTANI, T. J. *O Líbano e os libaneses no Brasil*. Rio de Janeiro: Estabelecimento de Artes Gráficas, 1945.

BATISTELLA, Alessandro; RIBEIRO, Odorico José. Os afro-descendentes em Passo Fundo. In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). *A formação étnica de Passo Fundo:* história, memória e patrimônio. Erechim: AllPrint Varella, 2017, p. 135-158.

BECKER, C. Sírios e outros imigrantes árabes. In: *Enciclopédia Rio-Grandense*. Canoas: Editora Regional, 1958.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder*: o PTB e a ação política de César Santos na metrópole da serra (1945-1967). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

BILUCZYK, Roberto; VANELLI, Natália Carla. Primeiros passos do ensino privado em Passo Fundo. In: VANIN, Alex Antônio; CARVALHO, Djiovan Vinicius (Orgs). *Passo Fundo – Estudos Históricos Volume I*. Acervus, 2019, p. 273-302.

BINDÉ, A. *Os árabes*. Ijuí: volume 9. Col. As etnias de Ijuí. Ed. Unijuí, 2008.

BLUMENTHAL, Gladis Wiener (org.). *Em terras gaúchas: a história da imigração judaica-alemã*. Sociedade Israel-Brasileira de Cultura e Beneficência, 2001.

BRANCO, P. M. *Raízes de Lagoa Vermelha*. Porto Alegre: EST Edições, 1993.

CAFRUNI, Jorge Edeth. *Passo Fundo das Missões*: estudo histórico do período jesuítico. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2019.

CALLAGE, Roque *No fogão do gaúcho*. Porto Alegre: Globo, 1929.

CAMPOS, M. A. *Turco pobre, sírio remediado, libanês rico*: trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1987.

CAPELLO, E. Carring the past: the syrio-libanese emigration to Brazil. *Marshif*, v. 3, n. 9, p. 76-86, 2004.

CARDOSO, Alice; ZAMIN, Frinéia. *Patrimônio ferroviário no RS:* inventário das estações 1874-1959**.** Porto Alegre: Iphae/Pallotti, 2002.

CARDOZO, Poliana Fabíula. Eu nasci no Brasil, mas o Líbano é o meu País – jovens descendentes de libaneses em Foz do Iguaçu: identidade plural. In: *Revista História: Questões & Debates*. Curitiba, UFPR, n. 58, p.13-37, jan-jun.2013.

CARVALHO, Djiovan Vinicius; RÖSING, Tania Mariza; PITTHAN, Eduardo. *Instituto Educacional de Passo Fundo:* 100 anos de história. Passo Fundo: Acervus, 2020.

CASTELLANO, N. *Efemérides vermelhenses. Notas para a história de Lagoa Vermelha*. Lagoa Vermelha: s/e., 2002.

CHEUICHE, A. *As aventuras de um mascate libanês*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

CORTES, G. M. *Migração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. Coleção Documentos Brasileiros, n. 95, 1958.

COSTAMILAN, S. G. *César Santos:* a trajetória de um pioneiro. Passo Fundo: Editora da Universidade, 2005.

CREIDY, A. A. Os libaneses e sua história. In: *Enciclopédia Rio-grandense*. Canoas: Ed. Regional, 1958, p. 303-310. Vol. 5.

DA MATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DEFFONTAINES, P. Mascates ou pequenos negociantes ambulantes do Brasil. *Geografia*, São Paulo, v. 2., n. 1, p. 23-36, 1936.

DEZAN, M. D. de S. *Impactos das imigrações espanhola e sírio-libanesa como fator para o desenvolvimento econômico e diversidade cultural na organização do espaço geográfico piracicabano.* Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas/Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2012.

DINIZ, Pedro Henrique Carretta; ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. Art Déco e centralidade urbana: os impactos do crescimento socioespacial e da atividade publicitária no patrimônio moderno de passo fundo Diniz. In: VANIN, Alex Antônio; CARVALHO, Djiovan Vinicius (Orgs). *Passo Fundo – Estudos Históricos Volume I.* Passo Fundo: Acervus, 2019, p. 167-196.

DOCES ÁRABES. *Cardápio 2020*. Palmas: s/e, 2020.

DRUBI, S. *Colina, capital nacional do cavalo*. Barretos: Sete Virtudes, 2007.

DUOUN, T. *A emigração sírio-libanesa nas terras de promissão*. São Paulo: Tipografia Editora árabe, 1944.

FELDBERG, Samuel. Acordo Sykes-Picot. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História da paz.* São Paulo: Editora Contexto, 2008.

FERIGOLLO, Wilson A. *Rostos e rastros no Barril 1954 - 2004*. Frederico Westphalen: Ed. Pluma, 2004.

FRANCISCO, J. C. B. Árabes e seus descendentes no Rio Grande do Sul. *Adverso*. ADufrgs sindical, Porto Alegre, p. 28–29, 17 dez. 2013.

FRANCISCO, J. C. B. Do oriente médio ao sul do brasil: a imigração de sírios e libaneses no Rio Grande do Sul (1890-1949). *RIHGRGS*, Porto Alegre, n. 152, p. 69-96, julho de 2017.

FRANCISCO, J. C. B. *Dos cedros aos pampas: imigração sírio-libanesa no Rio Grande do Sul, etnicidade e assimilação (1890-1949*). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017a.

FRANCISCO, J. C. B. *Memória da Imigração,* vol. II. Sírios e Libaneses. Arquivos do Departamento de Pesquisa Universidade Estácio de Sá: Rio de Janeiro, 2005.

FRANCISCO, J. C. B. *Sírios e libaneses no Rio de Janeiro*: Memória Coletiva & Escolhas Individuais. UFRJ, Dissertação em Memória Social, 2005a.

FRANCISCO, J. C. B. *Turco de cuia e bombacha*: sírios e libaneses no Rio Grande do Sul. VII Encontro Regional Sul de História Oral. Unila, 2013a.

FRANCISCO, J. C. B.; LAMARÃO, Sérgio. Sírios e libaneses e a expulsão de estrangeiros na Primeira República. *Revista Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, v. 26, n. 2, Rio de Janeiro, p. 1-11, 2015.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na história*. Porto Alegre; Corag, 1975.

FRANKLIN, Ruben Maciel. *"Gallegos", "gombadres" e negócios:* os imigrantes libaneses na praça mercantil da cidade de Fortaleza-CE (1890-1930). 2011. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Ceará Centro de Humanidades Departamento de História.

FRANKLIN, Ruben Maciel. Os imigrantes libaneses e as redes étnico-comerciais em Fortaleza-CE no início do século XX. *Mosaico*, vol. 8, n. 13, 2017.

GATTAZ, André. *Do Líbano ao Brasil:* história oral de imigrantes. 2ª edição. Salvador: Editora Pontocom, 2015.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIRON, L. S.; GIROTTO, M.; ABREU, A. *Lembranças de Vacaria*. Vacaria: SME, 2013.

GLADE, William. The Levantines in Latin America. *The American Economic Review,* vol. 73, n. 2, maio 1983, p. 118-122.

GOLDFELD, Monique Sochaczewski. *O Brasil, o Império Otomano e a Sociedade Internacional:* contrastes e conexões (1850-1919). Rio de Janeiro: FGV, 2012.

GREIBER, B. et al. *Memórias da imigração*: libaneses e sírios em São Paulo. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.

GUZMÁN, Roberto Marín. Las causas de la emigración libanesa durante el siglo XIX y principios del XX. Un estudio de historia económica y social. *Medio Oriente:* Perspectivas sobre su cultura e historia. México: Colegio de Mexico, 2007. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/j.ctv3dnrt4.13. Acesso em 13 jan., 2019.

HALL, S. *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte Editora da UFMG, 2003.

HANSSEN, Jens; SAFIEDDINE, Hicham. The War of 1860: Roots and Ramifications. In: AL-BUSTANI, Butrus. *The Clarion of Syria*: a Patriot's Call against the Civil War of 1860. University of California Press. (2019).

HEXSEL, Conrado Augusto; GÁRATE, Héctor Eduardo. *Comércio no século XX:* Passo Fundo. Passo Fundo: Berthier, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOURANI, Albert. *Uma História dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Volume XXXIII – Município de Erechim. Rio de Janeiro, 1959.

IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Volume XXXIV – Município de Palmeira das Missões. Rio de Janeiro, 1959.

IBGE. *Palmeira das Missões.* Senso 2010. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/palmeira-das-missoes/panorama>. Acesso em: 10 dez. 2019.

JACOMELLI, Jussara. *Comissão de Terras, relações de poder em Palmeira*. Passo Fundo: UPF, 2004.

JACOMELLI, Jussara. *Políticas públicas e rede de transporte no Norte-Riograndense (1989-1955*). Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011.

KADRI, Jorge, G.; SALONE, Roberto A. Brasil e Líbano: muito mais do que "brimos". In: *Brasil-Líbano*: Legado e futuro. Brasília: FUNAG, 2017.

KALIL, L. *Salim faz preço, freguês, Samuel também faz, senhor*. Porto Alegre: Evangraf, 2007.

KARPAT, Kemal H. The Ottoman Emigration to America, 1860-1914. *International Journal of Middle East Studies,* Vol. 17, No. 2 (May, 1985), p. 175-209. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/163603. Acesso em 13 jan 2020.

KEMEL, C. *Sírios e libaneses*: aspectos da identidade árabe no sul do Brasil. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

KHATER, Akram Fouad. "House" to "Goddess of the House": Gender, Class, and Silk in 19th-Century Mount Lebanon. *International Journal of Middle East Studies*, vol. 28, n. 3, ago 1996), p. 325-348. Cambridge University Press. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/176390. Acesso em 13 jan 2020.

KNOWLTON, C. *Sírios e libaneses em São Paulo:* ascensão social e mobilidade espacial. São Paulo: Anhembi, 1961.

KURBAN, T. *Os sírios e libaneses no Brasil*. São Paulo: Sociedade Impressora Paulista, 1933.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura:* um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LAROQUE, L. F. Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no Sul do Brasil (1889-1930). *Antropologia*, n. 64, Pesquisas/Instituto Anchietano, 2007.

LESSER, J. *A negociação da identidade*: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Edusp, 2001.

LESSER, J. *Negociating the national identity. Immigrations, minorities and the struggle for ethnicity in Brazil*. Durham, Duke Uni. Press, 1999.

LIMA, Nicacio João Maria de. *1875 – Judiciário – 2012:* família forense: um pouco da história de Soledade. Passo Fundo: Berthier, 2013.

LIMA, Nicacio João Maria de; BORGES, Paulo Quevedo. *De solidão à Soledade – Um olhar no passado. História em fatos e fotos.* Soledade, s/e, 2018.

MARTINS, D. *Imigração árabe e religiosidade em São José do Rio Preto – Igreja Católica Apostólica Ortodoxa Antioquina*: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.

MEIHY, M. S. B. "Arabia Brasiliensis": os estudos árabes e islâmicos no Brasil. *Hamsa. Journal of Judaic and Islamic Studies.* n. 1, 2014, p. 18-28.

MEIHY, M. S. B. *Os libaneses*. São Paulo: Contexto, 2016.

MIRANDA, Fernando Borgmann Severo de; CARVALHO, Djiovan Vinicius; MATTOS, Izabela. *Dar realidade a um ideal:* de Centro de Estudos Históricos a Instituto Histórico de Passo Fundo. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2019.

MIRANDA, Fernando Borgmann Severo de; CARVALHO, Djiovan

Vinicius; VANIN, Alex Antônio. Ad sumus**:** a cidade dos mortos dentro da cidade dos vivos. In: MIRANDA, Fernando Severo Borgmann de; ZANOTTO, Gizele (Orgs.). *A morte não é o fim*: culturas e identidades no Cemitério Vera Cruz. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2018.

MIRANDA, Fernando Borgmann Severo de; MACHADO, Ironita Adenir Policarpo. *Passo Fundo:* presentes da memória. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005.

MIRANDA, Fernando Borgmann Severo de; MENDES, Jeferson dos Santos. *Passo Fundo***:** o passo das ruas. Passo Fundo: Méritos, 2011.

MORALES, N. R. C. *A Imigração Sírio-libanesa no Sul do Brasil***.** Santa Maria: Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana). Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

MOTTA, Márcia. *Nas fronteiras do poder*: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.

MURGUL, Yalsin. *Tanzimat reforms reconsidered:* the case study of Tuna province (1856-1868). Department of History □ hsan Do□ ramacı Bilkent University. Ankara/Turquia. 2016. Tese (Doutorado em História).

NASSER, Omar. *O crescente e a estrela na terra dos pinheir*ais: os árabes muçulmanos em Curitiba (1945-1984). Dissertação de Mestrado em História. Universidade federal do Paraná. 2006. Disponível em: <www.educadores.diaadia.pr.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2019, 17:30.

NEJAR, C. *Os viventes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

NEPOMUCENO, D. V. R. *História de Lagoa Vermelha até o início do 3º milênio*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

NEUMANN, Rosane Marcia; MEYRER, Marlise Regina. A presença dos imigrantes alemães no espaço urbano de Passo Fundo. In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). *A formação étnica de Passo Fundo:* história, memória e patrimônio. Erechim: AllPrint Varella, 2017, p. 159-188.

NUNES, H. P. *A imigração árabe em Goiás (1880-1970)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), São Paulo, 1986.

OLIVEIRA, Silvio. *Vilinha da Palmeira*. Porto Alegre: Bels, 1974.

ORTIZ, Elizette Scorsatto; EIFERT, Maria Beatriz Chini. *Soledade em canto e conto*. Passo Fundo: Otimiza, 2016.

ORTIZ, Helen Scorsatto. *Costumes e conflitos:* a luta pela terra no norte do Rio Grande do Sul (Soledade 1857-1927). Tese de doutorado em História. Porto Alegre; PUC/RS, 2014.

ORTIZ, Helen Scorsatto. *O banquete dos ausentes*: a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (1850-1889). Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 1990.

PAETZOLD, Ophelia B.; CANAN, Silvia R., et e al. *URI 25 anos*: universidade regional, comunitária e integrada. Frederico Westphalen, 2017, p. 25-26.

PELTO, Pertti. *A evolução do homem*. Lisboa: Verbo, 1973.

PIMENTEL, V. C. *A aculturação do imigrante sírio no Piauí* (estudo de caso). Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986.

PINTO, P. G. R. *Árabes no Rio de Janeiro*: uma identidade plural. Rio de Janeiro: Cidade Viva, 2010.

*RELATÓRIO DA SECÇAO DE DE*SENHO. Relatório da Secretaria de Estado das Obras Públicas, apresentado ao Sr. Antônio A. Borges de Medeiros, Presidente do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado Engenheiro João José Parobé em 25 de agosto de 2014. Estado do Rio Grande do Sul. Arquivo Histórico do Município de Frederico Westphalen. Município de Frederico Westphalen.

REVISTA 25 ANOS DE ENSINO SUPERIOR EM FREDERICO WESTPHALEN. Frederico Westphalen, Centro de Produção Científica e Cultural da URI, Campus FW, Jun. 1995.p.18-35.

RIO GRANDE DO SUL. *Evolução municipal*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 2001.

RIZZATTI, Mary Elizabete Ceruti. *Aspectos Significativos da História de Frederico Westphalen.* Frederico Westphalen: Ed. Marin, 1996.

RODERJAN, R. V. *Raízes e pioneiros do Planalto Médio*. Passo Fundo: UPF Editora, 1991.

ROSA, M. D. *Memórias da imigração: a trajetória do imigrante sírio-libanês em Altinópolis.* Dissertação (Mestrado) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social/Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FHDSS/Unesp), Franca, 2001.

SAFADY, J. S. A imigração árabe no Brasil. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), São Paulo, 1972.

SALEM, J. *O povo libanês – ensaio de antropologia*. São Paulo: Van Grei, 1969.

SALIBI, Kamal S. The Lebanese Identity. *Journal of Contemporary History*, Vol. 6, No. 1, Nationalism and Separatism (1971), p. 76-81. Sage

Publications, Ltd. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/259624. Acesso em 13 jan 2020.

SANTOS, Sabino. *Os imortais de Passo Fundo*. Passo Fundo: Berthier, 1963.

SELAIMEN, R. M. R. *A presença árabe no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Unisinos, 1987. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais.

SEN, Amartya; KLIKSBERG, Bernardo. *As pessoas em primeiro lugar*: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEYFERT, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo.* Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SIQUEIRA, M. D. *Da imigração à fundação do Clube Sírio-Libanês do paraná*. Curitiba: Edição do Coordenador, 2002.

SOARES, Mozart Pereira. *Santo Antônio da Palmeira*. Palmeira das Missões: Bels, 1974.

SOUTELO VÁSQUEZ, R. Memoria oral e identidade étnica da inmigración espanõla in latinoamérica no século XX: os galegos em Brasil. *Estudios Migratorios*, n. 6, p. 97-124, 1998.

SOUZA E SILVA, I. *Tropeirismo e criatórios de mulas em Lagoa Vermelha, nordeste do RS (1914-1955).* Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2011. Dissertação (Mestrado em História).

SPONCHIADO, Breno Antônio. *O positivismo e a colonização no norte do Rio Grande do Sul.* Frederico Westphalen: URI, 2005.

TAGLIETTI, Dáblio Batista. *Leis de terras e colonização do Médio Alto Uruguai-RS* 1917-1960. Frederico Westphalen: URI, 2006.

TEDESCO, J. C.; VANIN, A. A. *Entre a espada, a cruz e a enxada*: a Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul (1858-1878). Erechim: All Print, 2018.

TEDESCO, J. C.; VANIN, A. A. Sírios e libaneses em Passo Fundo – final do século XIX e primeiras décadas do século XX. In: TEDESCO, J. C; BATISTELLA, A.; NEUMANN, R. M. (Org.). *A Formação étnica de Passo Fundo:* história, memória e patrimônio. Erechim: All Print, 2016, p. 257-310.

TEDESCO, João Carlos. *A Gare e o Trem em Passo Fundo:* sinergias econômicas – 1898-1978. Porto Alegre: EST Edições, 2015.

TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros.* Porto Alegre/Passo Fundo: EST/UPF Editora, 2ª ed, 2005.

TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio; GRITTI, Isabel Rosa. A comunidade judaica em Passo Fundo. In: TEDESCO, João Carlos;

BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). *A formação étnica de Passo Fundo:* história, memória e patrimônio. Erechim: AllPrint Varella, 2017, p. 311-352.

TEDESCO, João; BALBINOT, Giovani; CORTEZE, Dilse Piccin. Italianos em Passo Fundo – final do século XIX e início do século XX. In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). *A formação étnica de Passo Fundo:* história, memória e patrimônio. Erechim: AllPrint Varella, 2017, p. 159-188.

TRABOULSI, Fawwaz. *A History of Modern Lebanon*. Pluto Press, 2012. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/j.ctt183p4f5.12. Acesso em 13 jan 2020.

TRUZZI, O. O lugar certo na época certa: sírios e libaneses no Brasil e nos Estados Unidos: um enfoque comparativo *Journal of American Ethnic History*, v. 16, n. 2, 1997.

TRUZZI, O. *Patrícios. Sírios e libaneses em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. *Tempo Social*, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008b.

TRUZZI, O. Religiosidade cristã entre árabes em São Paulo: desafios no passado e no presente. *Religião & Sociedade*, v. 36, n. 2 p. 266-291, 2016.

TRUZZI, O. Sírios e libaneses no oeste paulista – décadas de 1880 a 1950. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. vol. 36**.** São Paulo, 2019. On line.

TRUZZI, O. *Sírios e libaneses*: narrativas de história e cultura. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

TRUZZI, Osvaldo. Sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade paulista. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer América*: imigração em massa para América Latina. São Paulo: Edusp, 1999, p. 315-351.

TRUZZI, Oswaldo Mario Serra. *Patrícios:* Sírios e Libaneses em São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1993.

TRUZZI, Oswaldo. *De mascates a doutores*. São Paulo: Editora Sumaré, 1992.

TRUZZI, Oswaldo. O lugar certo na época certa: sírios e libaneses no Brasil e nos Estados Unidos - um enfoque comparativo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, 2001, p. 110-140.

VANIN, A.; FOLLADOR, A. Entre mascates e comerciantes: o comércio de sírios e libaneses em Passo Fundo (1900-1930). In: VANIN, A.; CARVALHO, D. V. (Orgs.). *Passo Fundo*: estudos históricos. Vol. I. Passo Fundo: Acervus, 2019, p. 81-118.

VERDI, Valdemar Cirilo. *Soledade das sesmarias, dos monges barbudos, das pedras preciosas*. Não Me Toque: GESA, 1987.

VILELA, Elaine Meire. Sírios e libaneses. Redes sociais, coesão e posição de status. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, núm. 76, junio, 2011, p. 157-176

WAGSTAFF, J.M. A Note on Some Nineteenth-Century Population Statistics for Lebanon. *Bulletin (British Society for Middle Eastern Studies),* Vol. 13, No. 1 (1986), p. 27-35. Taylor & Francis, Ltd. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/194964. Acesso em 13 jan 2019.

WANIEZ, Philippe; BRUSTLEIN, Violette. Os muçulmanos no Brasil: elementos para uma geografia social. *ALCEU*, vol. 1, n. 2, p. 155-180, jan./jul. 2001.

WOLFF, Gladis Helena. *Trilhos de ferro, trilhas de barro*: a ferrovia no norte do Rio Grande do Sul–Gurama (1910-1954). Passo Fundo: UPF, 2005.

XAVIER E OLIVEIRA, Francisco Antonino. *Annaes do Município de Passo Fundo.* Passo Fundo: UPF Editora, 1990.

XAVIER E OLIVEIRA, Francisco Antonino. *Passo Fundo na Viação Nacional*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1957.

XAVIER, Wescley Silva, et e al. O imaginário dos mascates e caixeiros-viajantes em minas gerais na formação do lugar, do não lugar e do entrelugar. *In: Revista Adm*. São Paulo, n.1, v. 47, p. 38-50. Jan. fev. mar. 2012.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno*: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto Gaúcho 850-1920*. Ijuí: Unijuí, 1997.

Anexo 1: Transcrições de notícias e correspondências da Sociedade Syrio-Libaneza de Passo Fundo n'O Nacional[1]

Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza

A Sociedade Syrio-Libaneza de beneficencia acaba de receber de São Paulo, ou onde os mandára imprimir, os seus estatutos. A sua directoria teve a gentileza de, juato a attencioso officio, offerecer-nos um exemplar de sua lei constitutiva. Della se vê os fins humanitarios e sociaes que influíram na constituição da associação. A Sociedade Syrio Libaneza tem, actualmente a seguinte directoria: Presidente, Zacharias Antonio dos Santos; vice, Isaac João Kraide; 1° secretario, Mahmud Jinde; 2° dito, Emilio B. Saad; 1° thesoureíro, Pedro José Estacio; 2° dito José T. dos Santos; conselheiro fiscal, Jorge Dadia, José Estacio, e Elias Schims Sfair.[2]

Sociedade Beneficente Syrio Libaneza

Realisar-se-á amanhã ás 20 horas, a inauguração da séde social da Sociedade Beneficente Syrio Libaneza, sita á rua Capitão Jovino n°. 14.
Para essa solemnidade, fomos distinguidos com attencioso convite que agradecemos.[3]

Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza

Recebemos desta sociedade, o seguinte oficio:
A ilustrada Redação d'O Nacional.
N/Cidade.
De ordem do Sr. Presidente, tenho a honra de comunicar a essa ilustrada Redação, a posse, já efetuada, da nova diretoria que deve reger os destinos da "Sociedade Syrio Libaneza" no ano social de 9/6/933 á 9/6/934.
A diretoria em referencia, está assim constituida:
Presidente de honra, Zacarias Antonio dos Santos; Presidente efetivo, Major Pedro José Estacio; Vice-presidente, Elias Schims Sfair; Secretario, Nagib Kmaid; 2°

---

[1] Buscamos aqui transcrever algumas das correspondências enviadas pelas diretorias da Sociedade Syrio-Libaneza à redação do jornal *O Nacional*, bem como de algumas notícias veiculadas sobre as atiidades dessa entidade por esse mesmo peiódico.

[2] O NACIONAL. *Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza*. Passo Fundo, 31 maio 1930, p. 4. Acervo do AHR.

[3] O NACIONAL. *Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza*. Passo Fundo, 12 jul. 1930, capa. Acervo do AHR.

Secretario, Gabriel José Estacio; 1° Tesoureiro, Mansur Schims Sfair; 2° Tesoureiro, Miguel Alli; Orador, Sceme Chedid; Conselho fiscal: João Calil, Emilio Sead e Abrahão Mustafá.
Aproveito-me da oportunidade para reiteirar os protestos da nossa elevada consideração social á direção do prestigioso órgão local.

Passo Fundo, 17 de Junho de 1933.

Nagib Kmaid

1° Secretario.[4]

S. B. Syrio-Libaneza
Os novos estatutos

Conforme convite publicado em nosso numero de ontem, reuniu-se a assembleia em seslo extraordinaria, para aprovar a reforma dos novos estatutos elaborados pela comissão nomeada para este fim.
com a presença da maioria dos associados e muitos convidados, foi aberta a sessão pelo presidente da mesa, sr. Nagib Kmaid, o qual deu a palavra ao sr. Elias Sfair, tendo ele lido em discurso no qual expremiu a satisfação de ver os presentes reunidos para este fim.
Em seguida o sr. Sceme Chedid, improvisou um eloquente discurso.
depois começou a leitura dos Estatutos, os quais foram aprovados com algumas restrições, sendo satisfeita a opinião dos presentes.
encerrada a sessão que durou até às 20:00 horas e que foi muito animada, foi oferecido bebidas aos presentes.
O Nacional se fez presente neste ato.[5]

S. B. Syrio-Libaneza
A bem da verdade

Cabe-nos esclarecer ao publico que, certos individuos, Sirios e Libaneses não fazem e não farão parte do nosso quadro social e cinicamente se dizem socios.
Hontem em assembléa geral, por ocasião da leitura dos novos Estatutos foi lavrada em acta a proposta feita por nós, para que todos os Sirios e Libaneses que se acham fóra do quadro social, não mais deverão ser aceitos por serem falhos nas exigencias que esta agremiação exige de cada associado.

[4] O NACIONAL. *Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza*. Passo Fundo, 20 jun. 1933, p. 4. Acervo do AHR.
[5] O NACIONAL. *S. B. Syrio-Libaneza*. Passo Fundo, 12 jan. 1934, p. 4. Acervo do AHR.

Damos abaixo os nomes dos Sirios e Libaneses que fazem parte da Sociedade, bem como dos seus descendentes, exceptuando nomenclatura dos demais socios de outras nacionalidades por julgar desnecessario para fins acima:
Zacarias Antônio dos Santos, Dr. Lazaro Zacarias, Isac João Kraide, Mahmud Jendi, Pedro Miguel, Gabriel Estacio, Miguel Alli, Jorge Dadya, Gabriel Abdala, Merched Alle, Abdo Alle, Elias Alle, Elias Zacarias dos Santos, Sceme Chedid, Elias Sfair, Calil de Souza Dib, João Calil, Mansur Stair, Emilio Seadi, Antonio Seade, Nagib Kmaid, Antonio Hallak, Abrão Mustafá, Miguel Abib, Felicio Abud, Antônio João Farah, Natal Harb.
Assumimos toda e qualquer responsabilidade dos dizeres acima referidos.

Mansur Sfair
Miguel Ali
(Firmas reconhecidas)[6]

Sociedade Siria-Libaneza
Baile em homenagem ao presidente de honra

Hoje á noite, a Sociedade Siria-Libaneza abrirá os seus salões, em homenagem ao seu presidente de honra, major Pedro Estacio, que encontra-se actualmente nesta cidade.
A Sociedade Siria-Libaneza, que sempre offereceu bons bailes aos seus associados, levará a effeito ás 21 horas de hoje novo baile, o qual promette revestir-se de grande exito.[7]

S. B. Siria Libanesa

Conforme noticiamos em nosso ultimo numero, realisou-se com tosas as pompas a homenagem ao Presidente de Honra desta entidade social.
Pouco antes de iniciar o baile, houve recepção solemne ao homenageado, major Pedro Estacio, tendo saudado o mesmo em nome da Sociedade o sr. Elias Sfair, o qual teceu um verdadeiro hymno ás suas virtudes; citou tambem os fins que lebvarma a colonia á fundação da sociedade em 1929; fallou da actual situação do Libano como exemplar organização governativa. Referiu-se tambem a pontos de historia da civilisação desde Carthago encaixando attitudes daquelle povo de então com os seus descendentes de hoje.

Finalisou agradecendo a assistência pela sua cooperação na homenagem tocante ao querido Presidente de Honra.
A seguir, fallou o Major Pedro Estacio, agradecendo em poucas palavras, mas eloquentes.
Fallou também o sr. Nagib Kmaid, em arabe, que embora, não tenhamos compreendido a sua oração, foi applaudido pela grande eloquencia.
Encerrada a sessão deu-se inicio ao baile que, animado, prolongou-se até altas horas da madrugada de hontem.

Churrasco e chopp

Hoje á meia noite, commemorando a entrada do Anno Novo, a Sociedade Siria-Libaneza, offerecerá aos seus associados, um churrasco regado a chopp.[8]

Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza

Recebemos da secretaria dessa sociedade, o seguinte officio:
"Passo Fundo, 18 de Junho de 1935
Ilmo. Snr. Director d'O NACIONAL
NESTA CIDADE
Comunico-vos, com subida honra, que em data de 9 do corrente, foi eleita e empossada a nova directoria desra entidade social, que de accordo com as n/ leis organicas, regerá os destinos da mesma no periodo de 9/6/35 a 9/5/36 e que icou assim constituída:
Presidente, Zacharias Antonio dos Santos; Vice, Simão Imera; 1º Secretario, Elias Sfair; 2º dito, Nagib Kmaid; 1º Tesoureiro, Estanislau Buaes; 2º dito, Gabriel Abdalah.
Conselho Fiscal: Miguel Buaes, Isac João Kraide e Jorge Buaes.
Director Recreativo, Miguel Alle.
Director Beneficente, Mansur Sfair.
Agradecendo penhoradamente a attenção com que o pujante órgão, nos tem distinguido, firmo-me
Atenciosamente
V. Atto. Sord.
Elias Sfair
1º Secretario".[9]

Sociedade Sirio-Libaneza
Eleição na nova directoria

Conforme noticiamos anteriormente, ante-hontem a noite realisou-se o acto solemne de posse da nova directoria que regerá os destinos da Sociedade Sirio-Libaneza, no período de 1937 a 38.
Installados os trabalhos de votação, foi eleita a seguinte, que ficou assim constituída: Presidente, Zacharias A. dos Santos; presidente effectivo, sr. Jorge Buaes; vice-presidente sr. Moisés Dipp; 1º secretario, sr. Jorge Sarcks; 2º dito, sr. Franklin Machado; 1ª tesoureira, Victoria Gamem; 2ª d. Zaquia T. dos Santos; presidente do Conselho, sr. Belisario Saldanha, sr. Jorge Dadia e sr. Elais Nedir.[10]

Grande baile na S. B. Sirio-Libaneza

Sabbado próximo, dia 14 ás 21 horas, esta entidade social, realisará em seu salão, um grandioso baile, de accordo com o programma annual da actual directoria. Abrilhantará as dansas o Jazz do 3º R. C. da Brigada Militar.
Estão sendo distribuidos os convites aos respectivos socios[11].

Sociedade Nova Aurora

Recebemos desta nova Associação, o seguinte officio:
"Passo Fundo, 6 de junho de 1938
Ilmo. Sr.
Herculano A. Annes
M. D. Diretor d'O Nacional
N/Cidade
Temos a honra de Comunicar a essa illustrada Redação, que em assembleia geral efetuada no dia 29 do mez de maio ultimo, entre os associados da "Sociedade Sirio-Libaneza", foi, por unanimidade, extinta esta sociedade e creada e fundada, na mesma ocasião e data, a SOCIEDADE NOVA AURORA, com fins puramente sociaes e sem espirito ou cogitações de nacionalidades. E isto por ter sido a extinta sociedade fundada por pessoas de nacionalidade Siria e que, devez que não cultuavam o espirito racial – tanto que já haviam alterado os respectivos estatutos, – não desejam impor-se á vontade do ilustre brasileiro – presidente Getulio Vargas – que quer nacionalisar o Brasil, grande e dadivosa Patria.
Comunicamos, outrossim, que já foi nomeada uma comissão para elaborar os estatutos da nova Sociedade, e que foi eleita a diretoria que regerá os destinos no ano

[10] O NACIONAL. *Sociedade Sirio-Libaneza*. Passo Fundo, 11 jun. 1937, p. 2. Acervo do AHR.
[11] O NACIONAL. *Grande baile na S. B. Sirio-Libaneza*. Passo Fundo, 12 ago. 1937, p. 4. Acervo do AHR.

de 1938-1939, cujos membros são os seguintes: presidente, Jorge Sarkis; vice-presidente, Moyses Dipp; 1º secretario, Belisario Saldanha; 2º idem, Franklin Machado; 1º Tesoureiro, Jorge Buaes; 2º idem, Jorge Dadia; Conselho: Luiz Mello, Arisoly Hubert e Jorge Monassa.

Aproveitamo-nos da oportunidadepara apresentar a essa ilustrada redação, os nossos protestos de elevada consideraão social e pessoal.

Jorge Sarkis
Presidente
F. Machado
2º Secretario."

Agradecemos.[12]

O baile de sábado
Na Sociedade Nova Aurora

Como se esperava, realisou-se ante-ontem á noite, na Sociedade Nova Aurora, o baile que esse simpático centro social ofereceu aos seus associados.

As dansas foram iniciadas ás 22 horas, ao som de excelente musica, notando-se grande concorrencia de socios e convidados.

Essa festividade, organizada por motivo de mudança de nome da sociedade que antes denominava-se Sociedade Sirio-Libaneza, foi coroada de pleno exito.

A festa proseguiu sempre animada até altas horas, tendo, por isso, a simpática Sociedade Nova Aurora registrado mais um fino acontecimento social no ról dos fatos relevantes da nossa sociedade.

Merece pois, parabens, a comissão organizadora do magnifico sarau de ante-ontem.[13]

Tomou posse ontem o novo presidente da Sociedade Nova Aurora
O ato foi festivo

Como notificamos anteriormente, ontem ás 11 horas, o sr. Mário Ferrari, novo presidente da Sociedade Nova Aurora, foi empossado no cargo para o qual fôra eleito recentemente.

A diretoria dessa simpatica sociedade, a única alteração que teve foi a mudança do seu presidente, em vista do sr Jorge Buaes haver se afastado dessa função.

Realizada a eleição para preenchimento desse cargo, foi eleito o sr Mario Ferrari, conceituado cidadão aqui residente, cuja escolha para presidente foi muito feliz,

[12] O NACIONAL. *Sociedade Nova Aurora. Passo Fundo*, 9 jun. 1938, p. 4. Acervo do AHR.
[13] O NACIONAL. *O baile de sábado*. Passo Fundo, 1º ago. 1938, p. 4. Acervo do AHR.

causando satisfação entre os associados da nova Aurora.
De Mario Ferrari, por tratar-se de uma figura simpatica e dinamica, muito a Sociedade Nova Aurora espera, de sua presidencia.
Os demais membros da diretoria, eleitos para reger os destinos da sociedade do periodo de 1938-39, continuam em seus postos.
Perante grande numero de socios e convidados, foi, como dissemos, empossado novo presidente. Aberta a sessão, vendo se a mesa os componentes da diretoria, usou da palavra o sr. Mansur Sfair, que referiu-se ao ato, traçando um histórico de agremiação.
Seguiu-se com a palavra o sr. Clemente Pace, que produziu otima oração em torno do ato. Logo após falou o presidente sr. Mario Ferrari, que, em consubstanciosa oração referiu-se á incumbencia que lhe foi dada, passando a discorrer longamente sobre o ato que se efetuava e bem assim sobre a colonia sirio-libaneza que labuta comnosco neste recanto do Brasil.
Todos os oradores foram fartamente aplaudidos.
Ao meio-dia, todos os presentes foram convidados a passar ao local onde foi servido um suculento churrasco regado a chopp, festejando o ato que se realizava.
Nessa ocasião falou o dr. Mauro P. Machado, nosso colega de imprensa o qual, em nome dos presentes, produziu brilhante oração, historiando sob aplausos, o movimento do Paiz, terminando por se referir a colonia sirio-libaneza que ao lado dos brasileiros natos procura e levar esta grande Pátria.
Falaram ainda, os srs. Mansur Sfair e tte. Martinho de Figueiredo Machado, produziram aplaudidas das orações sobre a festa que se realisava.[14]

Sociedade Nova Aurora
Eleição e posse da nova diretoria

Dessa entidade social, que recentemente elegeu e empossou sua nova diretoria, recebemos a comunicação seguinte:
Passo Fundo, 1º de julho de 1940.
Illmo. Sr. Diretor de O NACIONAL
N/Cidade
Tenho a grata satisfação de comunicar a V. S. que, em sessão de Assembleia Geral realizada em 19 de Maio findo, foi eleita e empossada a nova Diretoria desta Associação para o ano social de 1940-1941, ficando a mesma assim constituída:
Presidente, Eudoxio Costa; Vice-Presidente: Estanislau Buaes; 1º Secretario, Man-

[14] O NACIONAL. *Tomou posse ontem o novo presidente da Sociedade Nova Aurora*. Passo Fundo, 28 nov. 1938, p. 4. Acervo do AHR.

sur Sfair; 2º dito, Sumael Dipp; 1º Tesoureiro, Deoclecio Ferraz; 2º dito, José A. Sobiesiak.
Conselho Fiscal – Jorge Dadia, Moyses Dipp e Elias Nedir.
Aproveito-me do ensejo para renovar a V. S. nossa elevada consideração e apreço.

Sumael Dipp
2º Secretario[15]

[15] O NACIONAL. *Sociedade Nova Aurora*. Passo Fundo, 04 jul. 1940, p. 4. Acervo do AHR.

Índice remissivo

A

Ab'abud 145, 146, 147
Abouek 132, 174, 184
Abou Ghouche 272, 274, 289, 290, 291, 292, 293, 294
Abrahão 124, 173, 217, 246, 250, 263, 269, 270, 280
África 22, 34, 43, 62
Aide 142, 214, 216
Alexandria 13, 45, 47
América do Norte 62
América Latina 56, 57, 144, 347
Anfeh 253
Argentina 43, 46, 62, 99, 120, 130, 132, 133, 137, 142, 215, 252, 253, 282
Audi 106
Awad 283, 295, 305
Aziz 230

B

Bakto 129
Barquete 136, 137, 138, 172, 173, 174, 178, 229
Beirute 33, 39, 45, 125, 131, 290
Buaes 2, 131, 132, 133, 134, 164, 174, 175, 177, 178, 183, 184, 200, 202, 203

C

Cafruni 140, 141
Canal de Suez 34, 35, 53
Carubim 125, 126, 127, 128, 214, 224, 233, 234
Chain imigration 130
Chedid 23, 138, 139, 140, 175, 176, 177, 201, 264, 265, 266, 271
Clube Nova Aurora 195, 202, 203
Craydy 106
Cury 281

D

Dadia 125, 126, 128, 137, 152, 153, 154, 173, 200, 201, 224
Damasco 8, 10, 39, 126, 136, 178, 179, 229
Dib 129, 131, 139, 193, 201, 315
Dikesch 141, 143, 168, 215, 216
Dipp 23, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 136, 137, 141, 146, 147, 148, 149, 150, 156, 157, 161, 162, 171, 172, 173, 177, 178, 182, 183, 196, 197, 202, 214, 217, 221, 222, 223, 224, 225, 232, 233, 234
dos Santos 118, 125, 131, 141, 142, 143, 150, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 175, 177, 184, 185, 195, 198, 199, 200, 201, 208, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 231, 232, 233, 269, 270, 271, 291, 295, 307, 340, 344
Duara 214, 225, 226, 227, 228

E

Egito 22, 33, 35, 43, 47, 247, 248
Ehden 128
Elias 106, 117, 118, 119, 120, 124, 128, 136, 142, 149, 156, 157, 161, 164, 175, 176, 177, 182, 200, 201, 210, 214, 217, 220, 223, 224, 225, 227, 228, 232, 233, 234, 253, 263, 268, 271, 280, 281
Erechim 2, 7, 12, 15, 95, 96, 100, 102, 113, 132, 134, 151, 152, 154, 273, 275, 276, 277, 312, 313, 314, 317, 318, 319, 325, 326, 328, 329, 339, 342, 344, 346, 347
Estacia 7, 24, 128, 129, 130, 131, 136, 161, 162, 197
Estacio 128, 150, 160, 161, 162, 175, 178, 192, 193, 194, 197, 200, 201
Estado Otomano 28, 31, 33, 35, 55; ver também: *Império Turco-Otomano*

Estados Unidos 36, 43, 46, 47, 61, 62, 133, 144, 347

F

Fadel 177
Farah 151, 201
Fiad 280, 281
França 20, 27, 34, 35, 36, 37, 39, 42, 45, 47, 51, 126, 195, 217
Frederico Westphalen 7, 12, 273, 275, 276, 278, 282, 292, 294, 295, 296, 297, 300, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 325, 326, 328, 329, 341, 345, 346

G

Geker 123
Ghouche 272, 274, 283, 289, 290, 291, 292, 293, 294
Grã-Bretanha 36, 42
Grande Imigração 36
Grande Líbano 24, 51
Grande Síria 18, 19, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 49, 51, 54, 56, 89, 126, 196, 217, 260
Guerra Civil do Líbano 52
Guerras Turco-Russas 27

I

Igreja Maronita 26, 40, 126, 193, 195
Imera 173, 177, 178, 200
Império Otomano 27, 29, 30, 32, 33, 43, 44, 51, 54, 56, 196, 342
Império Russo 33
Império Turco-Otomano 19, 20, 22, 23, 28, 29, 32, 34, 48, 61, 132

J

Jorge 2, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 134, 137, 139, 140, 141, 150, 151, 152, 153, 154, 164, 173, 174, 175, 177, 178, 184, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 210, 214, 217, 221, 222, 223, 224, 230, 232, 233, 234, 245, 246, 253, 264, 269, 271, 280, 281, 314, 339, 342, 343
Jounieh 142, 164, 215

K

Kalil 7, 94, 108, 118, 134, 135, 154, 155, 163, 178, 200, 201
Kartabil 246, 260, 261, 262
Karuth 106
Kfour El Arab 138, 139
Khoury 129, 130, 131, 178, 179
Kmaid 162, 163, 164, 175, 200, 201
Kraide 122, 123, 124, 200, 201

L

Lages 85, 239, 243, 244, 245, 246, 249, 258, 259
Lagoa Vermelha 7, 12, 63, 75, 76, 95, 100, 102, 108, 113, 115, 144, 151, 152, 154, 181, 185, 186, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 271, 336, 339, 340, 344, 346
Lala 290, 294, 295, 297, 298, 299, 301, 302, 304
Levante 25
Líbano 11, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 61, 62, 66, 74, 89, 119, 120, 121, 125, 126, 128, 132, 133, 136, 138, 139, 140, 142, 151, 160, 164, 190, 192, 193, 203, 215, 217, 221, 224, 252, 264, 268, 284, 285, 290, 292, 294, 295, 297, 298, 299, 300, 301, 304, 305, 306, 309, 314, 315, 316, 320, 321, 324, 325, 339, 340, 341, 342

M

Mafuz 156, 157
Makki 7, 247, 258, 259, 260, 313, 314, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 325
Mandato francês 24
Mansour 7, 227, 228

Mansur 124, 143, 164, 175, 177, 178, 200, 201, 225, 226
Marfuso 124
Mar Mediterrâneo 33
Maronita 26, 40, 126, 193, 194, 195
Mar Vermelho 33, 34
Mascateação 50, 70, 75, 78, 81, 82, 84, 88, 101, 104, 107, 108, 128, 149, 151, 181, 221, 222, 231, 240, 251, 256, 263, 309, 335
Mender 178
Merib 236, 245, 246, 247, 248, 249, 268, 270, 271
Millets 30, 34
Missão Libanesa Maronita no Brasil 193
Monte Líbano 23, 24, 26, 35, 36, 37, 39, 40, 49, 50, 51, 54, 56, 89, 119, 120, 121, 125, 126, 128, 138, 192, 193, 215, 217, 221, 224, 284
Muçulmano 21, 22, 31, 126, 189, 230, 252, 262, 289

N

Nácul 23, 76, 185, 186, 245, 246, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 267, 268, 269, 270, 271
Nassif 130, 280, 281
Nassur 145, 146, 147
Nedeff 124, 176, 177
Nedyr 117, 118, 122, 125, 150, 177, 200

O

Oriente Médio 11, 25, 35, 53, 67, 84, 96, 140, 204
Oriente Próximo 22, 25, 27, 32, 34, 48, 96, 143

P

Palestina 22, 25, 29, 33, 43, 51, 124, 232, 261
Palmeira das Missões 7, 12, 95, 96, 100, 102, 113, 115, 128, 144, 154, 181, 272, 275, 276, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 308, 326, 328, 329, 342, 346
Passo Fundo 2, 3, 7, 12, 14, 15, 24, 72, 75, 76, 88, 95, 96, 98, 100, 102, 103, 105, 106, 108, 109, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 211, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 224, 225, 229, 230, 231, 239, 241, 242, 250, 256, 257, 267, 278, 282, 293, 312, 336, 337, 338, 339, 340, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348
Península Arábica 22, 25
Porto Alegre 89, 96, 97, 107, 120, 132, 134, 135, 138, 139, 140, 141, 145, 146, 156, 161, 166, 168, 169, 182, 184, 185, 186, 193, 206, 217, 221, 238, 241, 246, 252, 254, 260, 263, 270, 293, 334, 339, 340, 341, 342, 344, 345, 346, 348
Primeira Guerra Mundial 23, 43, 51, 54, 61, 68, 69, 195, 264

R

Rio de Janeiro 56, 62, 68, 81, 83, 90, 99, 142, 144, 150, 167, 168, 187, 205, 215, 223, 312, 316, 317, 336, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347
Ruede 271

S

Saadi 118, 170
Salim 106, 118, 122, 183, 246, 263, 269, 281, 286, 287, 288, 342
Salum 214, 227, 228
São Paulo 19, 56, 57, 60, 63, 65, 67, 68, 69, 70, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 88, 99,

102, 103, 107, 113, 116, 119, 120, 129, 134, 137, 138, 139, 144, 152, 160, 173, 175, 187, 199, 205, 206, 229, 243, 254, 255, 258, 262, 263, 265, 278, 284, 287, 290, 291, 293, 295, 300, 306, 307, 312, 316, 318, 319, 320, 323, 324, 334, 335, 336, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348
Seadi 145, 200
Seady 136, 138, 139, 177, 195, 197, 199, 200, 201, 229, 230
Seda 37, 38, 40, 50, 51
Segunda Guerra Mundial 52, 79, 89, 190, 315, 316
Sfair 143, 164, 175, 177, 178, 200, 201
Siaj 283, 284, 285
Simão 24, 117, 118, 120, 121, 122, 138, 147, 158, 159, 173, 177, 178, 182, 200, 210, 217, 221, 223, 224, 232, 233, 238, 268, 270
Simon 120
Síria 8, 10, 11, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 61, 62, 66, 74, 83, 89, 117, 118, 123, 124, 126, 128, 135, 136, 140, 160, 190, 196, 203, 217, 221, 227, 232, 233, 234, 260, 268, 269, 270, 271, 285
Sleimann 129, 130, 133
Sobé 281
Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza de Passo Fundo 24, 143, 171, 191, 195, 196, 198, 200
Soledade 7, 12, 14, 95, 96, 102, 113, 115, 125, 126, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 151, 152, 154, 164, 165, 167, 168, 170, 172, 181, 184, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 270, 341, 343, 344, 348

T

Tannus 129, 130
Tanzimat 33, 344
Tigre 29, 245, 246, 250, 251, 252, 253, 257, 268, 269, 270
Turquia 25, 27, 108, 118, 123, 124, 269, 340, 344

U

Uruguai 62, 97, 105, 108, 116, 220, 240, 243, 292, 310, 346

V

Vale do Bekaa 284, 285, 297, 328

Y

Younes 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 296, 297, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311

Z

Zacharias 118, 122, 125, 142, 143, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 175, 177, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 231, 232
Zil 117, 118
Zouq Mkayel 136, 221



Armarinhos, fazendas, secos e molhados

1. A Libaneza - Irmãos Buaes
2. A Libaneza - Mansur Sfair & Cia
3. Aniz Fadel
4. Antonio Elias
5. Antonio Elias Dipp
6. Antonio Simão
7. Caran Zacharias Miguel
8. Casa Damasco – Nasri Toufic Khoury
9. Casa das Meias – Irmãos Estacio
10. Casa Dipp – Isa Dipp
11. Casa Oriente – Nagib Kalil Kmaid
12. Casa Rio – Same Chedid
13. Casa São José – Joseph Estacia
14. Casa Tufi – Estanislau Buaes
15. Cristal Árabe – Kmaid & Santos
16. Elias Pedro Nedyr
17. João Kalil
18. Moyses Dipp
19. Miguel Estacio & Cia
20. Nagippe Kraide
21. Pedro Barquete
22. Pedro José Estacio
23. Simão Imera
24. Tuffi Mender
25. Casa Verde – Mouhanna Ghoubar

Hotelaria

26. Pedro Dipp

Sapataria

27. Jorge Dadia

Fabricação de erva-mate

28. Zacharias Antonio dos Santos

Extração e comércio de pedras

29. Zacharias Antonio dos Santos

Fabricação de telhas e tijolos

30. Antonio Simão

Barraca de Couros

31. José Zacharias dos Santos & Cia

Escritórios e consultórios

32. César José dos Santos
33. Daniel Dipp
34. Salim Buaes
35. Cyrio José Nácul

Torrefação de café

36. Agy Simão
37. Neri Simão

Transportes

38. Furlaneto & Seady
39. Expresso Rio-Grandense – Same Chedid

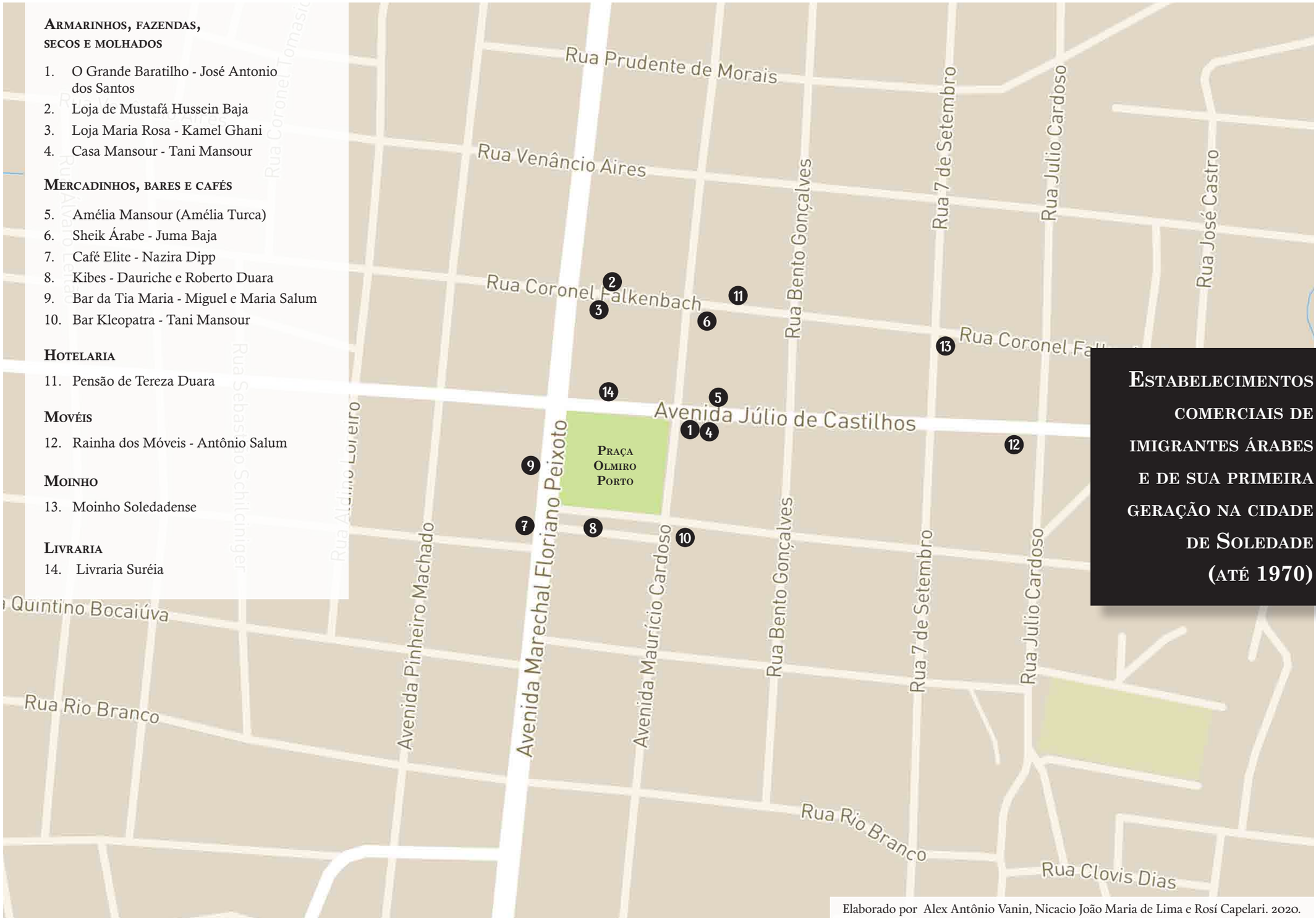
Distribuição de bebidas

40. Buaes, Muskopf & Cia

Sociedade Syrio-Libaneza/ Sociedade Nova Aurora

Estabelecimentos comerciais de imigrantes sírios e libaneses e de sua primeira geração na cidade de Passo Fundo (até 1970)

Elaborado por Alex Antônio Vanin. 2020.



Armarinhos, fazendas, secos e molhados

1. O Grande Baratilho - José Antonio dos Santos
2. Loja de Mustafá Hussein Baja
3. Loja Maria Rosa - Kamel Ghani
4. Casa Mansour - Tani Mansour

Mercadinhos, bares e cafés

5. Amélia Mansour (Amélia Turca)
6. Sheik Árabe - Juma Baja
7. Café Elite - Nazira Dipp
8. Kibes - Dauriche e Roberto Duara
9. Bar da Tia Maria - Miguel e Maria Salum
10. Bar Kleopatra - Tani Mansour

Hotelaria

11. Pensão de Tereza Duara

Movéis

12. Rainha dos Móveis - Antônio Salum

Moinho

13. Moinho Soledadense

Livraria

14. Livraria Suréia

Estabelecimentos comerciais de imigrantes árabes e de sua primeira geração na cidade de Soledade (até 1970)

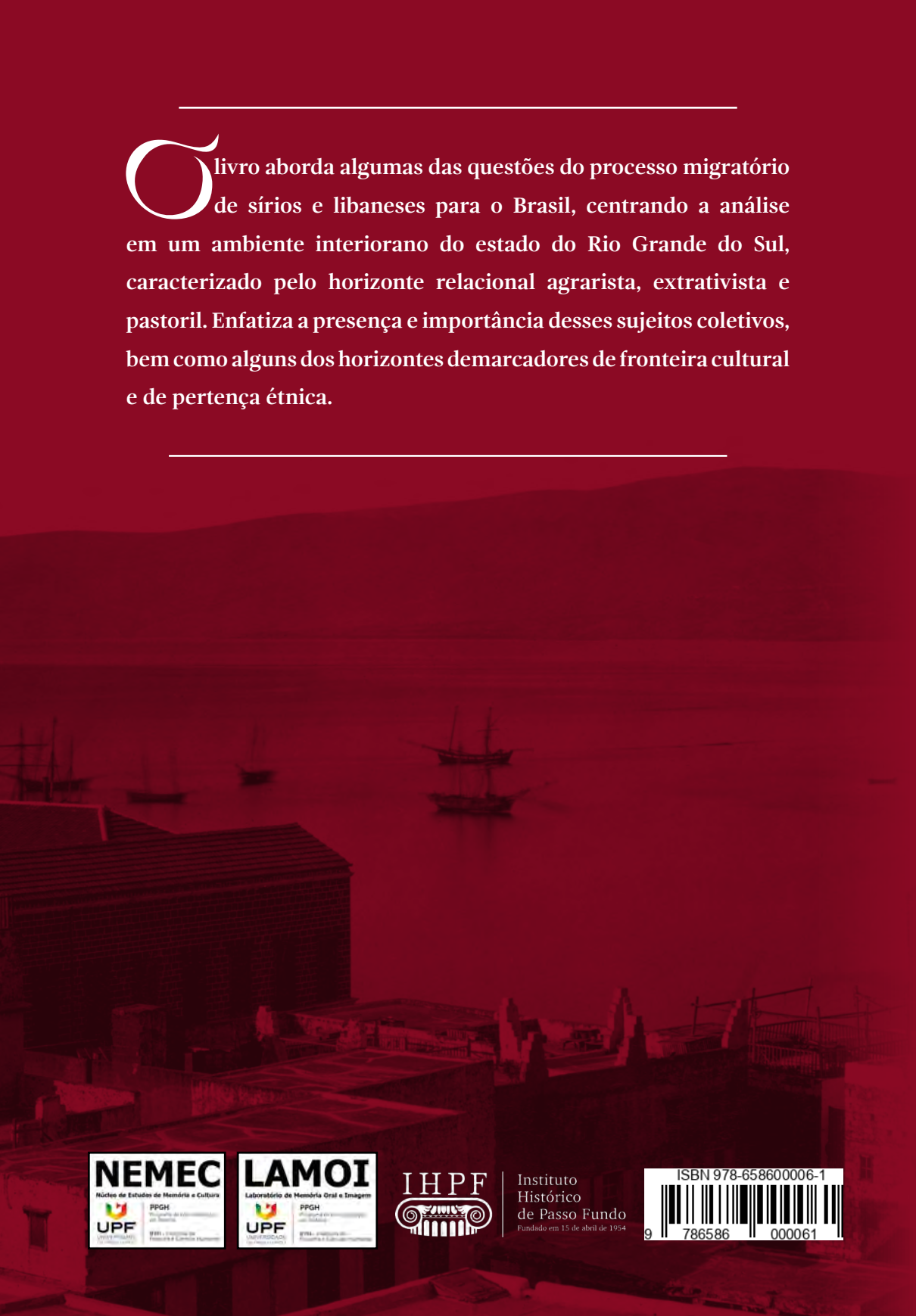
Elaborado por Alex Antônio Vanin, Nicacio João Maria de Lima e Rosí Capelari. 2020.

Sírios e libaneses, como grupos sociais, são pouco visíveis e identificados nas narrativas históricas nos municípios do estado. Nos que analisamos, eles pouco ou nada aparecem, sendo deliberadamente subsumidos por outros grupos étnicos de maior expressão quantitativa, adaptação cultural e religiosa e expressão política.

No entanto, reconhecemos que foram e são sujeitos coletivos de grande expressão cultural, profissional e econômica. Não obstante ao intenso processo de integração, quando não assimilação social, souberam demarcar fronteiras étnicas entre si e com os autóctones sem produzirem grandes fissuras sociais; constituíram associações e referências imateriais de pertença. Por isso, eles revelam a importância social, cultural e civilizacional da imigração e do imigrante, fato esse que, ao que parece, nós, brasileiros, ainda não compreendemos bem!

Os Autores

O livro aborda algumas das questões do processo migratório de sírios e libaneses para o Brasil, centrando a análise em um ambiente interiorano do estado do Rio Grande do Sul, caracterizado pelo horizonte relacional agrarista, extrativista e pastoril. Enfatiza a presença e importância desses sujeitos coletivos, bem como alguns dos horizontes demarcadores de fronteira cultural e de pertença étnica.



NEMEC Núcleo de Estudos de Memória e Cultura PPGH UPF
LAMOI Laboratório de Memória Oral e Imagem PPGH UPF
IHPF Instituto Histórico de Passo Fundo Fundado em 15 de abril de 1954
ISBN 978-658600006-1
9 786586 000061